

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA**  
**CAMPUS II - CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**MESTRADO EM ECONOMIA**

---

**TERRA BELA:**  
**MAIS UM ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS**  
**NO MARANHÃO**

**José de Ribamar Sá Silva**

**CAMPINA GRANDE**  
**1997**

---

**CDD 333.31**  
**CDU 332.021.8(812.1)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA**  
**CAMPUS II - CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**MESTRADO EM ECONOMIA**

**TERRA BELA:**  
**MAIS UM ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS**  
**NO MARANHÃO**

**José de Ribamar Sá Silva**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Economia da UFPB-CG  
como requisito para obtenção do grau de  
Mestre em Economia.

**CAMPINA GRANDE**

**1997**



S586t Silva, Jose de Ribamar Sa  
Terra bela : mais um assentamento de trabalhadores rurais no Maranhao / Jose de Ribamar Sa Silva. - Campina Grande, 1997.  
229 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Reforma Agraria 2. Assentamento Rural 3. Dissertacao I. Barros Junior, Joao Otavio Paes de, Dr. II. Título

CDU 332.021.8(043)

**TERRA BELA:  
MAIS UM ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS  
NO MARANHÃO**

José de Ribamar Sá Silva

Aprovada em     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. João Otávio Paes de Barros Júnior**

---

---

*Para*

*Pétala, a filha,*

*João Gabriel, o filho,*

*'Seu' Sutelino, meu pai.*

*Em memória de*

*Dona Laurinda, minha mãe.*

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que, cada uma a seu modo, contribuíram para a realização deste trabalho. Citá-las implica o risco de “esquecer” alguém. Ainda assim, não posso deixar de agradecer nominalmente a:

- os agricultores do assentamento Terra Bela, particularmente os diretores da Associação, João Matias, Luisão, Genildo, Zé Aires, Preto e o deputado Luís Vila Nova;
- o professor João Otávio Paes de Barros Júnior, pela orientação;
- os docentes do Mestrado: as prof<sup>as</sup> Gelfa Aguiar e Lúcia Gonçalves e os prof<sup>s</sup>. Clodoaldo Bertoluzi, Heleno Rotta, Manoel Malaguti, Paulo Ortiz, Robério Santos e, em especial, Fernando Garcia, cujas opiniões foram essenciais na elaboração do Projeto de Dissertação;
- os técnicos do Mestrado: Everaldo, Glória e, em especial, Neuma Felipe;
- os colegas do Mestrado, especialmente Arlindo Gouveia, Claudionor Barros, Flaubert Lopes e Sérgio Ricardo, integrantes da turma 94;
- a CAPES/PICD/UFMA, pela bolsa, que me possibilitou a superação dos custos materiais;
- os colegas professores e técnicos do Departamento de Economia e da Coordenadoria do Curso de Ciências Econômicas da UFMA;
- os colegas da pesquisa “Expansão Capitalista no Maranhão”, especialmente os professores Moacir Feitosa e Ricardo Guimarães, a professora Évila Ribeiro e o bolsista Valdeni Barros;
- a bibliotecária da UFMA, Márcia de Araújo Ramos, pela normalização do trabalho;
- o professor Herbert Marte, do ICBEU, pela tradução do resumo para o Inglês;
- a amiga arte-educadora Maria das Dores, pelas ricas conversas;
- os professores Luís e Macário, integrantes do Projeto Buriticupu - UFMA/FNS;
- os agrônomos Soldemar Alves, do INCRA/MA, e Aldo de Almeida, do ITERMA;
- minha família, especialmente as irmãs Leonor e Socorro, as sobrinhas Daciara, Juliana e Luciana, os sobrinhos Daniel, Leandro e Samuel: cada qual contribuiu à sua maneira;
- Rosângela Cavalcanti, pela leitura do original;
- o amigo Eurípedes Serra, incansável colaborador nas tarefas mais árduas;
- minha mulher, Cacilda Cavalcanti, pela leitura crítica de trechos do original e, em especial, por suportar os “*intermináveis*” momentos que as tarefas do Mestrado nos negaram.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1. Distribuição Campo/Cidade da População Maranhense</b>	<b>68</b>
<b>GRÁFICO 2. Maranhão: Evolução dos Produtos Agrícolas Básicos</b>	<b>75</b>
<b>GRÁFICO 3. Famílias sem Terra (1985)</b>	<b>86</b>
<b>GRÁFICO 4. Médias de Assassinato (Pará, Maranhão e Brasil: 1964/95)</b>	<b>93</b>
<b>GRÁFICO 5. Evolução dos Conflitos de Terra e Pessoas Envolvidas</b>	<b>94</b>
<b>GRÁFICO 6. Assentamentos Criados no Maranhão (por ano de criação)</b>	<b>103</b>
<b>GRÁFICO 7. Assentamentos Acima de 10 Mil Hectares (distribuição por município)</b>	<b>107</b>

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. Distribuição da Posse da Terra por Grupos de Área	72
QUADRO 02. Evolução da Posse da Terra (1960/85)	73
QUADRO 03. Distribuição da Posse da Terra (1970 e 1985)	77
QUADRO 04. Utilização das Terras Produtivas	79
QUADRO 05. Assassinatos Relacionados à Luta pela Terra no Brasil	91
QUADRO 06. Ocupações de Terra no Brasil (1991/1995)	98
QUADRO 07. Assentamentos do Incra no Maranhão	99
QUADRO 08. Assentamentos do Iterma	102
QUADRO 09. Assentamentos acima de 10 Mil Hectares (Maranhão)	106
QUADRO 10. Terra Bela: Famílias Cadastradas pelo Incra	130
QUADRO 11. Receita Anual Média da Serraria	133
QUADRO 12. Terra Bela: Calendário Agrícola	136
QUADRO 13. Terra Bela: Produção Agrícola (1989 e 1996)	137
QUADRO 14. Terra Bela: Amostra da Safra de 1995	138
QUADRO 15. Produtos Alimentares Básicos (Rendimento Médio: Kg/Ha)	139
QUADRO 16. Estimativa do Valor Bruto da Produção Agrícola	140
QUADRO 17. Preços dos Produtos Agrícolas	142
QUADRO 18. Terra Bela: Evolução do Rendimento Médio (Kg/Ha)	147
QUADRO 19. Utilização das Receitas da Serraria	155

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>Anexo 1. Mapa do Maranhão: Rios Principais, Grandes Zonas Ecológicas e Ramos do Fluxo Migratório</b>	<b>193</b>
<b>ANEXO 2. Nova Divisão Geográfica do Maranhão</b>	<b>195</b>
<b>ANEXO 3 - Mapa da Área de Abrangência da Comarca</b>	<b>200</b>
<b>ANEXO 4. Grupos que Adquiram Terras no Projeto da Comarca</b>	<b>202</b>
<b>ANEXO 5. Mapa da Área de Abrangência do Programa Grande Carajás</b>	<b>206</b>
<b>ANEXO 6. Listagem Geral dos Assentamentos Rurais no Maranhão</b>	<b>208</b>
<b>ANEXO 7. Escritura de Compra e Venda da Fazenda Terra Bela</b>	<b>218</b>
<b>ANEXO 8. Mapa do Assentamento Terra Bela</b>	<b>223</b>

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE ANEXOS	7
1 INTRODUÇÃO	10
2 PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CAPITALISMO	19
2.1 Abordagens Clássicas: Alguns Elementos Básicos	22
2.2 Contexto Histórico Geral do Objeto de Estudo	30
2.3 Aspectos da Literatura Especializada	36
3 MARANHÃO: DESENVOLVIMENTO RECENTE E QUESTÃO FUNDIÁRIA	43
3.1 Ocupação da Pré-Amazônia Maranhense e Apropriação Privada da Terra	47
3.2 Implantação de Grandes Projetos e Acirramento da Questão Fundiária	56
3.3 Panorama da Pequena Produção Agrícola no Maranhão	75
3.4 Assentamentos: A Reconquista da Terra	96
4 TERRA BELA: CONQUISTA E CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO	114
4.1 Organização e Enfrentamento das Dificuldades Iniciais	116
4.2 Breve Caracterização de Terra Bela e do Município de Buriticupu	124
4.3 Indicadores das Atividades Econômicas dos Assentados	132
4.4 Limites e Perspectivas da Consolidação do Assentamento	143
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
6 ANEXOS	192
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	225

## RESUMO

Aborda-se o aparecimento dos assentamentos de trabalhadores rurais no contexto recente da economia maranhense. Num sentido amplo, a discussão sobre os assentamentos rurais é entendida enquanto parte da questão agrária no capitalismo. São resgatados aspectos de algumas elaborações teóricas nas quais diferentes autores, por um lado, apontam o desaparecimento da pequena produção agrícola perante o avanço das unidades empresariais e, por outro, interpretam a produção familiar como um sistema próprio, cuja existência corresponde a uma necessidade social. São mencionados estudos demonstrando que a produção agrícola baseada no trabalho do grupo familiar não dá sinais de desaparecimento, ainda que assuma distintos graus de importância nas diversas regiões do mundo. Em se tratando particularmente do Maranhão, observa-se que o recente revigoramento da articulação entre a economia regional e a reprodução do capital em escala mundial implica uma redefinição das relações de posse e propriedade, em especial no que se refere à terra, com a desarticulação das formas preexistentes de organização da produção e o conseqüente acirramento dos conflitos entre pequenos agricultores e novos proprietários de terra. O surgimento e a disseminação dos assentamentos de reforma agrária mostram-se, entretanto, como uma resposta dos excluídos ao caráter concentrador do desenvolvimento capitalista. O assentamento Terra Bela, por sua vez, não só traduz o sentido de conquista da terra pelos trabalhadores como reúne condições favoráveis para seu crescimento, quer por sua localização relativamente às vias de transporte, quer pelas perspectivas abertas com a emancipação do município de Buriticupu. Contudo, a organização social e técnica da produção familiar tradicional, caso venha se manter no assentamento, pode representar decisivos entraves à consolidação da experiência.

## 1 INTRODUÇÃO

Em sua história recente, a sociedade humana tem logrado avanços extraordinários no que se refere à compreensão do funcionamento da Natureza, ao domínio de técnicas para transformar os recursos naturais e, inclusive, à invenção de novos recursos materiais. Esses avanços têm se concretizado, sobretudo, em conjugação com a exclusão de uma significativa parcela da população em relação aos benefícios gerados nesse processo evolutivo. Assim, além de não se mostrar capaz de absorver o conjunto dos indivíduos, a sociedade capitalista engendra seu desenvolvimento na própria necessidade de ampliar o grau dessa exclusão, notadamente neste fim de século, ao reestruturar-se com base na crescente automação dos processos de produção de mercadoria.

Uma das dimensões mais evidentes desse caráter excludente da sociedade capitalista refere-se à questão do emprego e dos assentamentos humanos, ou seja, o lugar onde os homens habitam e as atividades que executam para que sejam garantidas as condições de subsistência e de desenvolvimento. Com a separação histórica que se verifica entre os produtores diretos e os meios de produção, assimilados pela propriedade privada, resulta que os antigos produtores diretos necessitam vender sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção. A trajetória das sociedades indica, entretanto, que o excesso de ofertantes de força de trabalho em relação à demanda constitui-se numa condição do próprio funcionamento do capitalismo em suas diferentes fases, mesmo nos momentos em que predomina a automação da produção. Dessa maneira, uma parcela da população em idade produtiva pode subsistir sem acesso, temporário ou permanente, aos postos de trabalho que a sociedade oferece. Essa realidade agrava-se ainda mais quando se observa que determinadas funções no processo de trabalho vão se tornando obsoletas e sendo suprimidas mediante a introdução de novas tecnologias de produção. De certo modo, é essa exclusão que condiciona os padrões de vida ou a situação

histórica em que se encontram os trabalhadores em geral, determinando, portanto, as condições materiais sob as quais estes existem enquanto classe e subsistem enquanto indivíduos.

É necessário ressaltar que, no tocante aos trabalhadores que são absorvidos pelo mercado de trabalho, é também a capacidade histórica de barganhar maior participação no produto de seu trabalho que lhes determina as condições de subsistência, ainda que estejam sujeitos a variadas formas de rotatividade nos postos de trabalho. Esta capacidade, entretanto, está condicionada, em certa medida, pela existência de uma massa de excluídos. Em geral, os excluídos são obrigados a habitar ambientes desprovidos de condições materiais mínimas para uma existência humana digna, não dispendo de serviços relativos a saneamento básico, urbanização, saúde e educação.

Aos excluídos na cidade somam-se os excluídos no campo, que também à procura de condições dignas para viver, deslocam-se para os núcleos urbanos. Assim, excluídos do campo e excluídos da cidade tornam-se apenas excluídos, identificados na miséria suburbana. Mas, dessa circunstância nascem também as lutas pelos assentamentos humanos, na cidade e no campo: lutar por assentamentos urbanos é lutar pelo acesso à terra para moradia com dignidade; lutar por assentamentos rurais é lutar pelo acesso à terra de moradia e de trabalho, pelo direito de produzir alimentos.

Se, por um lado, constitui obviedade mencionar que os diferentes aspectos dessa exclusão encontram-se intrinsecamente relacionados, por outro, o caráter dessa inter-relação exige ser explicitado, principalmente quando se pretende abordar apenas alguns desses aspectos em particular. Nesse sentido, considera-se que a discussão dos assentamentos rurais é, também, a discussão daquilo que representa sua dimensão mais abrangente, a reforma agrária. Por sua vez, o debate sobre a necessidade de reforma agrária em uma determinada

sociedade implica questionar um de seus pressupostos mais evidentes, a concentração fundiária, e sua expressão mais geral, o padrão de desenvolvimento econômico vigente. Portanto, dada a intrínseca ligação entre problemas urbanos e rurais, a luta pela transformação dos latifúndios improdutivos em assentamentos produtivos não se trata de uma pauta dos trabalhadores rurais apenas; trata-se, sobretudo, de uma questão pertinente a toda a sociedade, pois o que está em debate são, a rigor, os temas exclusão/inclusão, emprego/desemprego e o tipo de desenvolvimento que se pretende construir para o conjunto da sociedade.

Na sociedade brasileira, o debate específico sobre assentamentos rurais vem ganhando notoriedade a partir da segunda metade dos anos 80, década em que se expande o número dessas experiências, resultantes dos movimentos de trabalhadores rurais pelo acesso à terra. Em se tratando da reforma agrária em geral, o debate é bastante antigo e longo. Recentemente, entretanto, quando da transição dos governos militares para a *Nova República*, esse era um dos assuntos mais estimulantes, nos mais diversos fóruns de discussão no país. Com a adoção das medidas iniciais do governo civil, referentes ao Plano Cruzado, o que se seguiu foi um relativo arrefecimento dos movimentos sociais organizados e, por conta do decantado *pacto social* proposto pelo governo, o debate de diversas questões essenciais foi deslocado para um plano secundário - ainda que, num momento posterior, algumas dessas questões tenham sido retomadas no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte.

Obviamente, a existência de um *pacto social* não constitui condição suficiente - nem mesmo necessária - para que se operem modificações na estrutura fundiária do país. Assim, no Brasil pós-regime militar, assiste-se à persistência das condições gerais de fome e, em muito casos, de absoluta miséria a que tem sido submetida considerável parcela da população, aliás, como consequência não de uma incapacidade estrutural do país para produzir

alimentos, mas sim de um modelo de desenvolvimento cuja lógica não contempla o conjunto da sociedade, deixando os pobres, na cidade, sem postos de trabalho e, no campo, sem acesso à terra para plantar. Como um aspecto inerente a esse processo, destaca-se a escalada dos índices de violência também no meio rural brasileiro. Aliás, na disputa pela terra e pelos recursos naturais, o uso da violência contra as populações rurais é antigo e assume caráter rotineiro. Assim tem sido com os povos nativos, genericamente denominados índios, que, de várias nações historicamente massacradas em sua existência física e em suas tradições culturais, foram reduzidos a apenas alguns milhares de indivíduos, praticamente sem identidade. Assim também tem sido com o conjunto dos trabalhadores do campo, que aparecem sob variadas denominações, conforme a relação que se estabelece na forma de acesso à terra nas diversas regiões do Brasil.

Em se tratando do estado do Maranhão, em sua história recente, quer sejam as chamadas terras de preto, terras de santo e terras de índio, (cuja noção de propriedade baseia-se geralmente em elementos orais e não formais, relacionados a costumes e tradições), quer sejam as terras devolutas ocupadas por famílias de posseiros, sempre aparecem novos pretendentes, propondo compra ou exibindo documentos que, com base no direito positivo, lhes conferem a propriedade de áreas habitadas por comunidades rurais há dezenas ou centenas de anos. Envolvidos nesse processo de apropriação privada e expropriação de terras de antigos moradores, misturam-se interesses de fazendeiros, de madeireiros ou de capitais especulativos. O resultado geral é o agravamento da concentração fundiária. Havendo resistência, utilizam-se as mais cruéis modalidades de violência contra as comunidades. À frente, vão milícias privadas, pistoleiros e destacamentos do próprio aparelho policial. Na retaguarda desse processo, entretanto, geralmente estão ocultas personalidades de (quase) insuspeita reputação e que, habitualmente, conseguem se manter imunes aos dispositivos da Justiça.

Na história do Brasil, a legislação foi quase sempre restritiva às possibilidades de modificações radicais na estrutura fundiária através de uma reforma agrária. Contudo, nos anos 60, dispositivos como o Estatuto da Terra e o Ato Institucional nº 9 constituíam condições legais para uma mudança que não chegou a existir, atrelada que esteve à vontade política das elites dirigentes. Todavia, foi no próprio espaço aberto no processo de transição do governo militar para o civil (e apesar do *pacto social*) que a organização dos trabalhadores rurais conseguiu avançar e as ocupações das terras ociosas, seguidas da implantação dos assentamentos, começaram a se disseminar no interior do país.

No Maranhão, à semelhança dos demais estados da União, as experiências de assentamento têm se originado naquelas áreas onde há fortes tensões na disputa pela posse da terra, logrando-se, em certa medida, atenuar os conflitos nessas áreas. A experiência que se objetiva destacar, o assentamento Terra Bela, constitui-se em exemplo ilustrativo dessa dinâmica que caracteriza a situação de posseiros e pequenos proprietários diante da expansão recente do grande capital na zona rural do Maranhão, com seus efeitos sobre as formas tradicionais de organização da produção. O modelo de desenvolvimento recente, com sua dimensão rural baseada em grandes propriedades, incentivado especialmente a partir dos anos 70 e que tem hoje sua maior expressão nos projetos do Programa Grande Carajás, traz consigo o acirramento dos conflitos pela posse da terra ao exigir - na prática e como pressuposto - a desarticulação da pequena produção agrícola e a expulsão das famílias camponesas de seus locais de moradia e trabalho.

Em meio a esse processo, cresce a organização dos trabalhadores rurais e a reconquista da terra torna-se realidade para um contingente de aproximadamente 40 mil famílias, nos quase 200 projetos de assentamento criados pelos governos federal e estadual, no Maranhão. Terra Bela é, pois, mais uma dentre essas experiências de assentamento; contudo, trata-se de uma

experiência bastante ilustrativa do caráter de conquista que essas áreas possuem para os trabalhadores rurais. Sob determinados aspectos, trata-se mesmo de uma experiência privilegiada, senão no que se refere à atenção recebida dos aparelhos do Estado, mas, por um lado, em função da trajetória de sua constituição, incluindo-se o episódio da ocupação e a longa resistência de sete anos até a decisão definitiva do INCRA, e, por outro lado, pelos recursos naturais e pela própria localização do assentamento em relação tanto à sede do município quanto às vias de interligação com o resto do Maranhão e com os demais estados da Federação.

Na abordagem da experiência de assentamento da fazenda Terra Bela, considerada enquanto parte das experiências de assentamento que se desenvolvem no Brasil e, de modo mais genérico, no universo da chamada pequena produção agrícola, um pressuposto deve ser o reconhecimento de que sua existência insere-se num contexto capitalista. Em se compreendendo a evolução da sociedade humana como um processo global e totalizante, há que se admitir, desde logo, a impossibilidade da explicação de qualquer de seus aspectos tomados isoladamente. Assim, quando se aborda a questão dos assentamentos rurais enquanto uma dimensão da pequena produção agrícola no contexto capitalista, coloca-se a necessidade de se considerar a pertinência das contribuições clássicas ao estudo da questão agrária. Nessa aproximação, o que se procura evidenciar é, em essência, uma antiga polêmica fundada na oposição entre a pequena e a grande exploração, na qual se podem identificar aqueles que defendem a consolidação da pequena produção como forma privilegiada do desenvolvimento agrícola e aqueles que prevêm seu desaparecimento ou sua transformação, quer porque apostam no modelo patronal, quer por vislumbrarem no associativismo uma forma superior de exploração da terra. Na atualidade, essa polêmica tem sido recolocada com ênfase nos termos unidade familiar e exploração patronal, com vistas ao delineamento de políticas públicas para o setor agrícola.

Por outro lado, ao abordar a questão dos assentamentos rurais com base na atual realidade do estado do Maranhão e destacando a experiência que se desenvolve na gleba Terra Bela, tem-se clareza de que, num sentido amplo, os resultados que se podem alcançar guardam determinadas similaridades com os que se encontram disponíveis na literatura especializada, no Brasil. De acordo com a perspectiva de aproximação que se está adotando, observa-se que as explicações predominantes acerca da presença da pequena produção agrícola na sociedade capitalista apontam para o desaparecimento dessa forma de produzir, em função do avanço e da superioridade técnica da grande propriedade. Todavia, importa destacar que, uma vez estabelecido o domínio da grande exploração, o que se torna evidente é o próprio caráter excludente do desenvolvimento capitalista, que atinge sua manifestação mais contundentemente nas periódicas crises de emprego. No avanço da grande propriedade fundiária, o movimento que se revela compreende a expropriação dos meios de produção aos produtores diretos, o que, do ponto de vista do emprego da mão-de-obra, significa a redução de suas possibilidades no próprio campo e, com a intensificação do êxodo rural, seu agravamento no âmbito dos centros urbanos. Essa mesma dinâmica pode suscitar, por um lado, o acréscimo do número de pequenos arrendatários e, por outro, o aparecimento e o fortalecimento dos movimentos de reconquista da terra, resultando na efetivação dos assentamentos de reforma agrária, os quais são, por sua vez, concebidos e operam concretamente com base no trabalho do grupo familiar.

Abordando-se os assentamentos no contexto da pequena produção agrícola, não se está objetivando estabelecer qualquer identidade entre o produtor que se encontra no assentamento e o produtor familiar anterior à expropriação da terra. É evidente que a realidade sugere dois sujeitos sociais que, especialmente em função do caráter politizador de que em geral revestem-se os processos de luta pela terra, guardam entre si significativas diferenças. Entretanto, consideradas em si mesmas, essas diferenças em nada modificam as

condições materiais de existência da pequena produção no ambiente das relações capitalistas, ainda que nos assentamentos a possibilidade (bem como a necessidade) de modificação manifeste-se de forma mais contundente; mas existe enquanto possibilidade na cooperação, que não é pressuposto nem exclusividade das experiências de assentamento.

Uma vez que os produtores familiares encontram-se agrupados nos assentamentos, os limites territoriais estabelecidos também representam obstáculo à continuidade da pequena produção em sua forma itinerante, embora seja provável que os assentados consigam produzir durante algum tempo nos mesmos lotes utilizando as mesmas técnicas. Todavia, ao se levar em consideração um conjunto de aspectos (conjugando-se densidade populacional e condições atuais de fertilidade das áreas em que a maioria dos assentamentos se localiza), pode-se levantar a questão de que, a médio e longo prazos, a modificação das técnicas da produção e das condições da comercialização tende a se constituir num pressuposto não somente para a consolidação de cada experiência de assentamento, mas também para a própria sobrevivência das famílias assentadas. Essa necessidade de modificação nas condições de produção e comercialização é, evidentemente, indissociável de transformações a nível da organização política e encontra-se baseada na compreensão geral de que o trabalho dos indivíduos deve garantir as condições materiais não somente de subsistência, mas de desenvolvimento social.

Ao longo do presente texto, procurar-se-á evidenciar essa dinâmica, partindo-se do resgate de alguns elementos das abordagens que abrangem a questão agrária, em geral, e os assentamentos de reforma agrária, em particular, passando-se pela observação do desenvolvimento recente do Maranhão e efetuando um destaque ao assentamento Terra Bela. Trata-se, pois, de abordar a existência do assentamento Terra Bela no contexto, por um lado, do modelo de desenvolvimento concentrador que se opera no Maranhão e, por outro lado, da

existência de um imenso contingente de sem-terra em busca de garantir o acesso e a permanência na terra para plantar.

Em uma época em que a procura por *verdades absolutas* deve ser evitada, em prol do enriquecimento propiciado pelas diferenças de abordagem e pela coexistência de múltiplas visões de mundo, talvez soe redundante destacar que não é ambição do presente trabalho concluir qualquer debate acerca do tema proposto. Porém, considera-se oportuno mencionar que sua pretensão maior reside em considerar a existência dos assentamentos rurais enquanto parte de uma dinâmica capitalista, mas não a partir de uma lógica que intenta avaliar a eficiência ou ineficiência das experiências relativamente a outras formas de emprego dos recursos financeiros na sociedade. Considera-se, sobretudo, que o acesso à terra constitui uma oportunidade de emprego para o Homem, enquanto uma necessidade que antecede o emprego do capital. Se os seres humanos empregados vão utilizar maior ou menor volume de capital em suas atividades, em nada se altera esta consideração; o que importa é que se trata de uma possibilidade de construção/reconstrução de universos sociais próprios.

Trata-se, pois, de se conceber as experiências dos assentamentos rurais enquanto um modo de vida. Porém, não um modo de vida em que o trabalho resulte somente na subsistência para as famílias assentadas. Essa seria uma visão conformista e preconceituosa, ao pressupor que as famílias sem-terra, por antes se encontrarem às margens das estradas ou nas favelas das cidades, deveriam contentar-se com o fato de, uma vez assentadas, poderem produzir o suficiente para sua sobrevivência. Trata-se, isto sim, de considerar a construção de um modo de vida sob uma perspectiva em que o trabalho resulte em garantia de desenvolvimento socioeconômico para as famílias, com efetivas melhorias de suas condições de vida. Assim, se esta forma de abordar a questão suscitar discussão e críticas, terá recompensado o esforço de sua elaboração.

## 2 PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CAPITALISMO

Em sua compreensão ampla, a questão dos assentamentos rurais encontra-se relacionada a uma discussão maior na sociedade, que diz respeito ao futuro da pequena produção agrícola no contexto capitalista. A potencial incapacidade de acompanhar a dinâmica e a lógica da grande exploração empresarial indica, para alguns estudiosos, a tendência ao desaparecimento da pequena exploração, baseada na mão-de-obra familiar. Todavia, importa considerar que o mesmo movimento que, por um lado, enquanto condição do próprio desenvolvimento global do capitalismo, conduz à expropriação dos meios de produção aos produtores diretos, por outro lado, dada a incapacidade estrutural da sociedade para absorver a totalidade da mão-de-obra liberada, engendra também as circunstâncias que permitem o acirramento da disputa pela posse e propriedade da terra enquanto meio de produção. Nesse sentido, entende-se que os assentamentos rurais, especialmente os chamados assentamentos de reforma agrária, apresentam-se como uma dimensão dessa disputa, como um resultado, ainda que não definitivo, da luta de um conjunto de não-possuidores para conquistar novamente o acesso à terra.

No que se refere ao contexto histórico brasileiro, a existência empírica dos assentamentos trata-se de uma realidade relativamente nova, de modo que a sua constituição enquanto categoria de análise e a correspondente construção teórica sobre o tema também são recentes. Sob esta perspectiva, os trabalhos elaborados, que em grande parte constituem-se de estudos de caso, destacam-se por seu caráter descritivo-exploratório, tendendo a identificar e registrar as variáveis econômicas que exercem maior influência no processo produtivo dos assentamentos (LEITE, 1984: 204).

Entende-se que essa tendência revelada no conjunto dos estudos existentes sobre assentamentos indica, sobretudo, que o objeto em questão -

como, ademais, qualquer dimensão da realidade social - comporta tão rica variedade de aspectos que seu conhecimento exige a elaboração de sucessivas sínteses aproximativas. Essas sínteses, por sua vez, mostram-se sempre parciais e provisórias, ainda que se realizem a partir de compreensões gerais, aprofundando-se em determinado aspecto empírico particular e evidenciando neste o sentido de uma totalidade mais ampla e elaborada. Desse modo, em sua diversidade de aspectos, a questão dos assentamentos rurais constitui um espaço multidisciplinar de reflexão, independentemente de o processo que conduz a essa reflexão construir-se sob forma diretamente interdisciplinar ou particularizadamente.

Os estudos de caso, se por um lado, ocupam-se de dimensões específicas de uma dada realidade, por outro, contam com essa mesma circunstância da particularidade para se mostrarem ricos - na condição de que se efetuem dentro de uma visão de conjunto -, possibilitando a percepção e a compreensão de elementos e situações que talvez pareçam pouco significativos no contexto de abordagens mais genéricas. Ao se observarem, por exemplo, as estratégias de viabilização econômica dos assentados de Terra Bela, não se pode tomar como ponto de partida uma suposta autonomia daquela experiência. Trata-se, ao contrário, de um caso, um exemplo entre tantos outros. Mais que isso: trata-se de um caso que só existe no contexto, primeiramente, das experiências de assentamento de trabalhadores rurais no país e, numa dimensão mais abrangente, no conjunto da pequena produção. Por sua vez, esta não se concebe, na atualidade, senão num contexto predominantemente capitalista, isto é, no contexto das inter-relações com o conjunto da sociedade, num movimento que engendra sua recriação por sucessivas tensões, inclusive aquelas das quais resultam as experiências dos assentamentos rurais.

No contexto das considerações acima, a recenticidade atribuída ao conteúdo dos estudos disponíveis sobre os assentamentos circunscreve-se mais

propriamente à construção da categoria em si, vista em suas especificidades. Porém, em sua articulação mais abrangente, os assentamentos rurais não devem ser discutidos guardando qualquer neutralidade ou distanciamento teórico da questão da pequena produção no contexto capitalista. Neste sentido, as contribuições teóricas disponíveis são amplas, numerosas e variadas.

É nesse panorama, em que o surgimento dos assentamentos de trabalhadores rurais não se processa de maneira dissociada da pequena produção agrícola no capitalismo, que se considera necessário proceder ao resgate de alguns elementos das principais contribuições teóricas acerca da questão agrária, de modo que se procure compreender o objeto de pesquisa em sua inserção mais abrangente.

Por sua vez, a referência a essas contribuições impõe-se enquanto um procedimento delicado e cauteloso, na medida em que se trata de um conjunto de elaborações teóricas cujos alicerces são dados por realidades singulares, tanto no que se refere à dimensão espacial (lugar) quanto - e talvez principalmente - em relação ao contexto histórico (tempo). Ainda que se considere a predominância de uma dinâmica geral capitalista na atualidade, é imprescindível destacar que a história de sua evolução assume peculiaridades significativas em cada parte do mundo. Em função dessa circunstância, o estudo de fenômenos presentes em uma determinada realidade sob direta inspiração de formulações teóricas *clássicas*, sem que se estabeleçam necessárias mediações, constitui-se um procedimento, no mínimo, inadequado. Nesse sentido, o exame de elaborações contemporâneas e especializadas torna-se relevante na medida em que se considera que essas elaborações permitem a atualização de determinados aspectos da questão.

Em grande parte do pensamento econômico que trata da questão agrária, encontra-se manifesto o entendimento de que, também na agricultura, a

produção em bases capitalistas tende a suplantar a produção cuja lógica não é a obtenção do lucro. Assim, diversos autores têm se dedicado à compreensão da pequena produção em meio ao desenvolvimento capitalista. Para alguns, trata-se de procurar o porquê de a pequena produção continuar existindo inclusive em lugares onde é avançada a produção capitalista. A outros interessa buscar as maneiras pelas quais a pequena produção pode se modificar para que possa cumprir uma função no desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, há quem objetive compreender uma lógica própria da pequena produção, enquanto uma forma social que possui autonomia e existe por ser necessária à sociedade contemporânea.

Evidentemente, uma listagem desses autores, mais que longa, seria desnecessária para o que se pretende no momento. Além disso, a elaboração de uma síntese que abrangesse o conjunto dos estudiosos que tratam da questão agrária, informados que são pelas mais diversas visões sociais de mundo, constitui-se uma tarefa cujo alcance extrapola os limites do presente trabalho. Por conseguinte, o que se pretende nas páginas a seguir é estabelecer uma ênfase, em alguns (e diferentes) autores, de elementos que possam indicar as suas respectivas abordagens sobre a pequena produção agrícola, tendo em vista o destino que, em meio ao desenvolvimento capitalista, esses autores sugerem para essa forma de produzir.

## **2.1 Abordagens Clássicas: Alguns Elementos Básicos**

Para autores ligados ao pensamento marxista que tratam da questão agrária, diante da superioridade técnica da grande exploração capitalista, a possibilidade de desaparecimento da pequena produção coloca-se como uma tendência inevitável. O próprio Karl Marx, além de perceber essa tendência, considerava que a defesa da pequena produção agrícola implicava defender a

permanência da propriedade privada, vista como um entrave para o desenvolvimento da produção agrícola. Em sua crítica, afirma:

*"(Tanto na grande quanto na pequena propriedade), em vez de se cultivar consciente e racionalmente a terra, como propriedade perpétua e coletiva, condição inalienável da existência e da reprodução das gerações que se sucedem, o que existe é a exploração que desperdiça as forças do solo, e, além disso, essa exploração não depende do nível atingido pelo desenvolvimento social, e sim das condições fortuitas e variáveis dos produtores particulares" (MARX, 1980: 930).*

No aprofundamento de sua crítica à predominância da propriedade privada da terra, o autor observa que, por um lado, enquanto a grande exploração capitalista apresenta como resultado a dilapidação da mão-de-obra no próprio campo, por outro lado, o que ocorre é que "a pequena propriedade fundiária gera uma classe até certo ponto à margem da sociedade e que combina toda a cruza das formas primitivas com todos os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados" (MARX, 1980: 931).

Baseado na situação da Grã-Bretanha de sua época, Marx aponta para um desenvolvimento da agricultura européia. Porém, coloca-se para os marxistas a necessidade de explicar a persistência da pequena exploração mesmo diante do avanço da grande propriedade. Na passagem do século XIX para o XX, intensificam-se os debates acerca do futuro da produção camponesa, envolvendo principalmente, de um lado, Kautsky e Lenin (para os quais os camponeses

caminhariam rumo à pauperização e à proletarização ante o avanço das relações capitalistas no meio rural) e, de outro lado, os chamados populistas russos (cujas interpretações consistiam na decidida defesa da produção camponesa, que consideravam economicamente superior à grande exploração capitalista) e Alexander Chayanov (que entendia essa organização produtiva como uma forma social não transitória).

Dado que o pano de fundo dessa discussão é a luta pela construção do socialismo e não obstante as semelhanças de caráter mais geral, os diferentes resultados alcançados por Kautsky e Lenin, na tentativa de compreender o porquê da persistência da pequena produção, exercerão importante influência na prática política destes autores. Kautsky procurou analisar o processo de subordinação do camponês ao capital de maneira a evidenciar a superioridade da grande propriedade sobre a pequena, quer do ponto de vista da capacidade produtiva, quer no que diz respeito à concorrência. Afora algumas situações específicas, somente a avareza, o subconsumo e a superexploração do trabalho familiar poderiam, para o autor, justificar qualquer superioridade técnica da pequena produção. A tendência, pois, é de predomínio da grande propriedade, de modo que se opera no capitalismo um movimento de concentração da terra e de proletarização dos camponeses.

Admitida essa tendência, a questão que se coloca para Kautsky é, pois, explicar por que, ao lado da exploração capitalista, a pequena propriedade rural continua existindo. O autor, então, chega à explicação de que há necessidade de o capital recriar a pequena produção para garantir, por um lado, uma reserva de mão-de-obra para a grande propriedade e, por outro, o fornecimento de matéria-prima para a agroindústria. Nesta circunstância, o pequeno produtor torna-se um trabalhador para o capital, pois, embora ainda detenha formalmente a terra como meio de produção, não mais exerce o controle total sobre o processo produtivo. Assim, segundo a perspectiva defendida por Kautsky, o pequeno produtor rural

tenderia a assumir numa posição mais próxima da luta dos proletários do que dos interesses da classe capitalista.

Lenin, por sua vez, identifica a desintegração da produção familiar em meio a um processo de *descamponização*, em que o camponês médio tende a oscilar entre a parcela dos camponeses ricos e os camponeses pobres, sem-terra ou cujas posses não são suficientes para o sustento de suas famílias. Entretanto, ao se deparar com a situação da pequena produção nos Estados Unidos da América, Lenin procura reafirmar sua tese da desintegração da produção familiar enunciando que não só o tamanho caracteriza a grande exploração, mas também a intensidade da utilização de tecnologias modernas, ainda que a superfície seja pequena.

*"A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente em que a pequena exploração, mesmo permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma-se em grande exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc" (LENIN, 1980: 63).*

O autor destaca que o pequeno produtor que subsiste no capitalismo é transformado num produtor de mercadoria, o que o coloca em posição antagônica em relação ao proletariado, mesmo que ele não utilize mão-de-obra assalariada. Desta forma, enquanto vendedor de produtos, e não de força de trabalho, o pequeno produtor busca, através dos preços de seus produtos, apropriar-se de uma parcela da renda fundiária, ao lado dos proprietários de terra. De acordo com Lenin, esta circunstância seria suficiente para que, ao contrário do que imaginava

Kautsky, o pequeno produtor se identificasse com os interesses dos proprietários de terra e não com a luta do proletariado (LENIN, 1980: 92).

Dada a superioridade da grande propriedade sobre a exploração individual, segundo os autores mencionados, a forma mais avançada trata-se da exploração coletiva da terra, através da cooperação agrícola. De certo modo, está presente nesses autores a noção de que o camponês constitui um resíduo do passado, uma categoria marginal, que não faz parte da estrutura da moderna sociedade capitalista, portanto, tendendo a se diluir na polarização burguesia/proletariado, visto que a integração à economia de mercado significaria sua própria extinção (ABRAMOVAY, 1992:52). Há, por outro lado, interpretações que são divergentes, algumas das quais procuram a compreensão de uma lógica inerente ao conjunto dos pequenos produtores, que formariam, segundo estas interpretações, propriamente uma *economia camponesa*. Neste sentido é que se destacam as elaborações dos chamados populistas russos e, mais tarde e especialmente, de Alexander Chayanov.

Essencialmente, os populistas, no contexto russo do início deste século, apresentavam a pequena produção como sendo superior e dominante, tanto do ponto da eficiência econômica quanto das possibilidades que esta abriria no sentido da construção do socialismo, em função de suas características a nível da organização da produção, organização política e dos costumes, que se situavam próximos dos ideais de socialismo presentes nesses autores (REYDON, 1988:100), ou seja, vislumbravam a possibilidade de uma passagem direta da economia tipicamente camponesa para a sociedade socialista.

Um tratamento sistemático da economia camponesa é desenvolvido pelo russo Alexander Chayanov. As idéias defendidas por este autor mostram-se efetivamente opostas às expectativas enunciadas nas obras de autores marxistas, no que se refere ao futuro da pequena produção no contexto da sociedade

capitalista - ainda que o objetivo perseguido por ele não fosse especificamente esse.<sup>1</sup> Chayanov procurou demonstrar que o campesinato não se trata de um resquício e que, portanto, sua persistência no capitalismo não é meramente transitória. Antes, constitui uma forma de organização que existe porque corresponde a uma necessidade social. Em sua busca da compreensão do comportamento camponês, o autor observa que a lei básica de sua existência traduz-se no equilíbrio entre trabalho e consumo. Do desenvolvimento dessa noção resultam outras idéias básicas do pensamento de Alexander Chayanov (ABRAMOVAY, 1992: 61-67), como a de que a renda da família é um todo indivisível, resultante de um organismo social único. Assim, considerando essa unidade do organismo econômico familiar e a subjetividade da tomada de decisão por parte do camponês, Chayanov propõe o conceito de auto-exploração, o que não significa que outras classes sociais não se apropriem do trabalho do camponês.

*"Pode-se falar em auto-exploração, porém, na medida em que a intensidade do trabalho camponês não é determinada por sua relação com outras classes da sociedade, mas fundamentalmente pela razão entre a penosidade dos esforços empreendidos, relativamente à satisfação de suas necessidades" (ABRAMOVAY, 1992:62).*

---

<sup>1</sup> "No nos incumbe el destino de la unidad económica campesina, ni su concepción económica histórica y nacional. Nuestra tarea es infinitamente más modesta. Simplemente aspiramos a comprender qué es la unidad económica campesina desde un punto de vista organizativo. (...) Nos interesa saber cómo se logra aquí la naturaleza proporcional de las partes, cómo se logra el equilibrio orgánico, cuáles son los mecanismos de la circulación del capital en el sentido de la economía privada, cuáles son los métodos para determinar el grado de satisfacción y de provecho, y cómo reacciona frente a las influencias de los factores externos, naturales y económicos que aceptamos como dados" (CHAYANOV, 1985: 36). Além de Chayanov, nomes como Chelintsev, Makarov, Rybikov, Minin, Studenski, entre outros, encontram-se vinculados à chamada Escola da Organização da Produção, uma vertente do pensamento econômico russo que adquiriu notoriedade, principalmente em função das profundas mudanças sociais e econômicas por que passou a Rússia após a revolução de 1905 (CHAYANOV, 1985: 25).

Analisando os elementos internos à produção familiar, Chayanov percebia que, embora esse *sistema econômico* pudesse se desenvolver no interior das diversas formas de organização social, sua integração ao mercado capitalista eliminava o balanço entre trabalho e consumo como fator determinante do comportamento camponês, visto que, nesta circunstância, as decisões econômicas situam-se cada vez mais no nível da agroindústria. O processo de integração vertical, com a agroindústria capitalista, tornava a pequena produção parte da divisão social do trabalho a nível internacional. Esse processo, aliás, já se desenvolvia em países capitalistas desde o final do século XIX, especialmente na Dinamarca, que vai se constituir numa via particular em termos de desenvolvimento agrícola, diferenciando-se do chamado padrão *high farming* inglês. "Neste sentido Chayanov percebeu claramente aquela que seria uma das mais importantes modalidades assumidas pela socialização crescente do trabalho camponês: o *cooperativismo*" (ABRAMOVAY, 1992:69). Nesse tipo de organização, Chayanov vislumbrava a possibilidade da construção de um sistema econômico socialista, uma vez que o caminho que alguns países capitalistas estavam experimentando oferecia potencial de desenvolvimento ainda maior sob um sistema econômico planejado (ABRAMOVAY, 1992:71). Entretanto, Chayanov alertava para os riscos que representaria uma coletivização forçada das terras.<sup>2</sup> Com o estímulo à organização cooperativa, enquanto uma forma potencializadora da agricultura, sua preocupação era modernizar produção camponesa.

Ao longo do século XX, uma considerável quantidade de trabalhos, com inspiração em variadas concepções teóricas, tem procurado demonstrar, explícita ou implicitamente, a impossibilidade de sobrevivência da pequena produção diante da dinâmica capitalista, caso sejam mantidas as condições gerais em que se processam a produção e a comercialização. Um autor relativamente recente ao qual importa fazer referência, principalmente pela influência que suas propostas

---

<sup>2</sup> O que, no caso da então União Soviética, acabou concretizando-se com o enfraquecimento da NEP (Nova Política Econômica - 1922/28), após a ascensão de Stalin, no final dos anos 20.

exerceram nas políticas de Governo nos países do então Terceiro Mundo, trata-se de Theodore Schultz.<sup>3</sup>

De formação neoclássica e um dos ideólogos da *revolução verde*, Schultz ocupa-se em pensar o papel que a agricultura pode exercer no desenvolvimento da economia. Para ele o baixo rendimento dos fatores de produção utilizados na chamada agricultura tradicional é causa da pobreza no campo. A saída para essa situação estaria na adoção de tecnologias modernas, máquinas e insumos de origem industrial. Dado que há uma significativa distância entre a forma considerada arcaica e a moderna agricultura, Schultz não acredita na possibilidade de transformação gradual de uma para outra, uma vez que ele considera que os fatores disponíveis já são alocados da maneira mais racional possível pelo agricultor tradicional. Seria, então, necessário que o Estado empreendesse uma ação deliberada, visando promover a substituição da agricultura primitiva pela agricultura intensiva de capital.

Durante os últimos cem anos, as trajetórias dos diversos países sugerem que não cabe a nenhum autor o privilégio de enunciar uma verdade universal quanto ao destino da produção familiar na moderna sociedade capitalista. Dada a utilização dos avanços científico-tecnológicos nos processos produtivos na agricultura, a pertinência da avaliação de seus efeitos sobre a tradicional exploração agrícola estará sempre relacionada ao caráter dinâmico que a realidade assume no tempo e no espaço. E o que se observa nitidamente é que a produção agrícola sustentada no trabalho do grupo familiar continua a existir na atualidade e em todo o mundo, ainda que com diferentes graus de importância. De todo modo, as abordagens mencionadas, uma vez entendidas a partir de uma perspectiva não dogmática, revestem-se de particular significação quando se pretende compreender as discussões acerca dos padrões de

---

<sup>3</sup> Uma exposição sintética do pensamento de Schultz encontra-se no artigo de ABRAMOVAY (1985), especialmente nas páginas 41 e 42.

desenvolvimento agrícola implementados nos diversos países e, especialmente, as fontes do debate contemporâneo relacionado à reforma agrária naqueles países que seguiram modelos concentradores de terra e de renda.

## 2.2 Contexto Histórico Geral do Objeto de Estudo

Considerando-se a trajetória do desenvolvimento capitalista, pode-se observar que, numa grande parte do mundo, o século XIX significou a definição de, basicamente, dois modelos de organização da produção agrícola. Por um lado, um modelo patronal, tendo como suporte a grande propriedade, o uso intensivo de capital através da incorporação de técnicas modernas e a separação entre as funções diretivas e executivas a nível do processo de produção: *high farming* britânico. Por outro lado, um modelo caracterizado pela forte participação da unidade familiar modernizada, baseando-se na livre iniciativa, constituindo a chamada *via dinamarquesa* e que mais tarde, com o enfraquecimento do modelo inglês, acabou difundindo-se pela parte ocidental da Europa. Antes, no entanto, foi o *high farming* que predominou, exercendo forte influência em grande parte dos governos, tanto no Ocidente quanto no Oriente, quer fossem seus países de economia industrializada ou essencialmente agrícola.

Veiga (1991) mostra, por exemplo, que na França, por volta de 1860, houve um forte movimento *industrializante* em relação à produção agrícola, mas as políticas governamentais acabaram favorecendo os pequenos e médios agricultores. O Japão pós-revolução Meiji (por volta de 1868) contratou consultoria européia na tentativa de implementar o *high farming*, o que encontrou forte resistência na milenar tradição camponesa e os grandes proprietários acabaram por deixar a exploração das terras nas mãos das famílias arrendatárias. Nos EUA, por sua vez, apesar da *Homestead Law*,<sup>4</sup> apresentou-se forte tendência

---

<sup>4</sup> Aprovada em 1862, essa lei estimulou a colonização da parte oeste americana, prevendo a distribuição de terras às famílias em lotes de 160 acres (cerca de 65 hectares).

concentradora nos anos seguintes da revolução americana. Ainda que o baixo poder aquisitivo dos potenciais colonos tenha forçado uma certa liberação do sistema de atribuição de terras, as características monopolistas predominaram nas regiões da fronteira com o México e nas Grandes Planícies. Já na Grã-Bretanha, berço do *high farming*, a conjuntura de depressão econômica do final do século XIX acabou evidenciando a vulnerabilidade desse modelo, o que se configurou no empobrecimento do meio rural, implicando ainda significativas modificações na estrutura agrária.

Grande parte do século XX é marcada por decididas ações dos governos dos países centrais no sentido de proteção da renda do agricultor, procurando garantir a oferta de alimentos de forma estável. Esse direcionamento de políticas públicas voltadas para o setor agrícola traduz-se, de um modo geral, no fortalecimento de um padrão de desenvolvimento com ativa presença da produção familiar. Para tanto, foi necessário que esses países - assim com todos aqueles que lograram êxito em seus processos de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial - operassem decisivas alterações em suas estruturas agrárias.<sup>5</sup> Há que se destacar que essas reformas, na maioria dos casos, não se baseiam em transações comerciais obedecendo as condições do mercado de terra, mas sim, representam a desapropriação daquilo que se encontrava em poder de alguns latifundiários, para que um maior número de produtores tivesse acesso à terra como meio de produção - ainda que num contexto geral de viabilização da acumulação do capital. A título de ilustração, pode-se mencionar o processo ocorrido no Japão, na segunda metade dos anos 40, quando o país passou a ter aproximadamente 90% de sua área agrícola cultivada por agricultores proprietários e onde mais de quatro milhões de famílias foram beneficiadas pela transferência de terras.

---

<sup>5</sup> A emergência das experiências socialistas no mundo acabaram por significar um estímulo importante para que tais modificações se concretizassem a nível dos países capitalistas.

*"É de fundamental importância destacar que o preço da terra foi congelado ao nível em que se encontrava no outono de 1945. Com a feroz inflação do pós guerra, essa medida representou uma extraordinária transferência de renda fundiária aos agricultores, pois eles tiveram longos prazos de pagamento, sem correção monetária" (VEIGA, 1991:139)*

Em relação aos chamados países periféricos, o caso da Coréia do Sul é um dos mais significativos. Naquele país, a indenização que o governo ofereceu aos latifundiários foi mínima, de modo que aproximadamente metade destes preferiu vender as terras diretamente aos arrendatários (VEIGA, 1991:145). Ademais, aproxima-se de quarenta o número de nações que apresentam experiências relevantes no tocante à reforma de suas estruturas fundiárias, neste século, incluindo-se países como México e Rússia, antes da Segunda Guerra; Alemanha, Polônia, Hungria, Albânia, Vietnã, China, Formosa, Itália, Portugal, Egito, Iraque, Argélia, Guatemala, Bolívia, Cuba, Venezuela, Chile e Peru, no imediato pós-guerra; nos anos 70, Irã, Nicarágua e El Salvador, para citar alguns exemplos. É evidente, entretanto, que não se pode pretender que todos esses países tenham percorrido trajetórias idênticas ou que os resultados alcançados tenham necessariamente se traduzido na consolidação de melhorias significativas no padrão de vida do conjunto das respectivas populações - isso porque cada caso recebe, de modo particular, influência de variados fatores, em cuja interação criam-se e recriam-se ambientes sempre dinâmicos e específicos, com diferenciações em relação ao tempo e ao espaço em que são engendrados.

No que se refere à experiência brasileira, não obstante os avanços rumo à industrialização no pós-guerra e as várias intenções de reforma agrária,

não se pode apresentá-la entre aquelas em que se promoveram mudanças radicais na estrutura fundiária e na distribuição de renda. No Brasil, o que se verifica é um considerável esforço no sentido de solucionar o que alguns, referindo-se aos aspectos físicos da produção, denominam de *questão agrícola*, implementando-se um processo de modernização que envolve, ao mesmo tempo, modificações nos domínios da mecânica e da química (MARTINE, 1990:31), processo esse que se mostrou fortemente seletivo a nível de produtos, produtores e regiões do país. Nesse esforço, passou-se ao largo da *questão agrária*, pois que o modelo de desenvolvimento seguido, apoiado no crédito rural e nos incentivos fiscais, centrou-se no empreendimento patronal, que seria capaz de absorver de forma eficiente o pacote tecnológico disponível, segundo os moldes da *revolução verde*.<sup>6</sup> Diante das metas definidas para o setor agrícola, a produção baseada na mão-de-obra familiar ficou, a rigor, colocada numa perspectiva secundária, de tal forma que se consolidou na agricultura brasileira uma estrutura já historicamente concentrada, com peculiar modificação no perfil dos donos da terra: o tradicional latifundiário individual cede espaço para o grande capital.

Ainda que a existência do debate acerca da reforma agrária no Brasil seja quase tão antiga quanto a necessidade sentida pela maioria da população no que diz respeito à efetivação dessa reforma, para o que se pretende neste momento, é suficiente considerar somente determinados aspectos da experiência vivida neste país nas últimas três décadas. Dessa forma, destaca-se que, no início dos anos 60, os movimentos sociais no campo, a exemplo das ligas camponesas no Nordeste e do Master na região Sul, encontravam-se fortalecidos e as pressões canalizavam-se, então, para as Reformas de Base, prometidas pelo presidente Goulart. Este, aliás, chegou a enviar projeto de lei ao Congresso

---

<sup>6</sup> Usada pela primeira vez em 1968, por um executivo do Banco Mundial, a expressão *revolução verde* refere-se a um processo que, através do aumento da produtividade, com intensa utilização de irrigação e agrotóxicos, permitiu que países do chamado Terceiro Mundo aumentassem a produção agrícola sem efetuar mudanças radicais em suas estruturas fundiárias. Ao enunciar-se uma era de abundância para a agricultura mundial, "o processo ganhou conotações de mito, apresentando-se como a milagrosa panacéia, mediante a qual os males da miséria rural, causas dos graves conflitos e descontentamentos que dominavam, nos anos de 1960, quase todos os países pobres, iriam ser facilmente extirpados" (GUIMARÃES, 1982:224-5).

Nacional, propondo alteração na Constituição, no que se refere à indenização prévia e em dinheiro, para permitir a desapropriação de latifúndios através de pagamento a prazo e com títulos da dívida pública.<sup>7</sup>

Com o golpe militar de 1964, porém, instaurou-se violenta repressão aos movimentos sociais organizados e, talvez como concessão, foi criado um instrumento legal para disciplinar a política agrária, incorporando tradicionais reivindicações dos trabalhadores rurais e gerando, em consequência, a expectativa de uma reforma agrária radical (PANINI, 1990:75). Esse instrumento trata-se do Estatuto da Terra, no qual está prevista a desapropriação por interesse social como uma das formas de possibilitar o acesso dos trabalhadores à terra e, como parte da política agrícola, encontram-se definidas também as ações de colonização.

Ao longo dos governos militares, assistiu-se, de um modo geral, a uma predominância dos projetos de colonização efetivados nas regiões de fronteira agrícola, especialmente na região Norte do país, incluindo-se a Pré-Amazônia maranhense. De acordo com informações oficiais (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1995:9), em duas décadas de colonização dirigida (1964 a 1984), foram assentadas 84,6 mil famílias, abrangendo-se uma área de aproximadamente 14,1 milhões de hectares.

Para aquele mesmo período, essas informações não indicam a criação de qualquer projeto de reforma agrária. Todavia, deve-se ressaltar que esses

---

<sup>7</sup> Propugnadas por segmentos organizados da sociedade, no início dos anos 60, como o caminho para o país superar as causas da marginalização da maioria de sua população, as chamadas Reformas de Base compreendiam os seguintes setores: reforma agrária, reforma administrativa, reforma bancária, reforma cambial, reforma da consciência nacional, reforma educacional, reforma eleitoral, reforma da empresa, reforma fiscal e tributária, reforma urbana. A proposta de reforma agrária foi, talvez, a que mais fortemente exaltou os ânimos nos debates, ao se questionar o direito de propriedade privada diante da função social da terra. Propunha-se o acesso à terra a todos que necessitassem, com a desapropriação sem indenização ou mediante pagamento a prazo e em títulos da dívida pública - o que alteraria os termos da Constituição Federal de 1946, em que a indenização deveria ser paga **previamente, a preço justo e em dinheiro**.

dados não abrangem a totalidade das experiências de assentamento verificadas naquela época. Almeida (1990:8), por exemplo, menciona seis desapropriações para fins de reforma agrária na área de jurisdição do GETAT (Grupo Executivo de Terra do Araguaia-Tocantins), perfazendo 396,7 mil hectares, efetuadas no período de novembro de 1982 a fevereiro de 1985. No estado do Maranhão, por sua vez, ainda que não se verifique nenhuma desapropriação do GETAT, em levantamento direto, junto à Superintendência Regional do INCRA, constata-se a existência de duas desapropriações em 1982, no município de Zé Doca, correspondendo a um total de 2,5 mil hectares, além de seis outras experiências de assentamento em terras da União, entre 1978 e 1984.

Entretanto, é a partir do ano de 1985 que, de fato, observa-se uma inversão de prioridade, passando-se ao predomínio absoluto dos P.A. (projetos assentamento de reforma agrária). Ainda de acordo com dados oficiais, desde o Estatuto da Terra, passando pelo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), até a primeira metade dos anos 90, foram criados 1.626 projetos com a respectiva implantação dos assentamentos de reforma agrária. Destes, 45% são de responsabilidade dos governos estaduais, 52%, do governo federal e 3% representam projetos de colonização. Todavia, a estes últimos destinou-se mais da metade da área total, de 27,2 milhões de hectares, cabendo ao conjunto dos projetos de reforma agrária, que representam 76% das famílias envolvidas, apenas 48% da área (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1995: 11).

É nesse cenário nacional que vai se configurar a chamada *cobiça pelo Norte*, envolvendo também as terras devolutas do Oeste maranhense, as quais, na década de 70, conforme se poderá observar adiante, foram incorporadas ao domínio privado através da conjugação de interesses privados e ações dos governos estadual e federal, num processo em que as práticas da *grilagem* e da

violência ganharam proporções inusitadas. No momento, entretanto, cabe examinar-se aquilo que vêm procurando evidenciar os estudos específicos sobre essas experiências de assentamento de trabalhadores rurais que se desenvolvem no Brasil. Trata-se, assim, de um percurso pela literatura especializada, na qual estão expressas as principais reflexões sobre a experiência brasileira de reforma agrária e, em particular, de assentamentos rurais. Com este procedimento, não se está pretendendo, prioritariamente, uma crítica às abordagens existentes. Antes, intenta-se destacar não somente a existência de posições divergentes, mas também aspectos que essas interpretações consideram como sendo os de maior relevância na questão.

### 2.3 Aspectos da Literatura Especializada

Conforme já se mencionou, a produção acadêmica específica sobre a questão dos assentamentos rurais é relativamente recente, embora já se disponha de um número razoável de trabalhos, uma vez que diversos autores têm se dedicado ao tema, de maneira que a discussão acumulada é suficiente para permitir alguma caracterização de conceitos e abordagens que vêm se desenvolvendo. Um importante artigo (ESTERCI *et al*, 1992) procura levantar as questões que mais freqüentemente se encontram presentes nesses trabalhos. A primeira questão destacada refere-se à própria definição e origem dos termos *assentamento e assentado*. De acordo com os autores, *assentamento* é um termo que, em alguns trabalhos,<sup>8</sup> aparece como tendo sua origem na burocracia estatal e referindo-se à ação do Estado no sentido da ordenação/ reordenação do uso dos recursos fundiários.

---

<sup>8</sup> Referem-se basicamente ao texto, mimeografado, de Maristela Andrade, Carlos A. Pereira e Miriam Lopes, intitulado "Coletivização: uma proposta para os camponeses - primeiras indagações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias de trabalhadores rurais para fins de Reforma Agrária" (ESTERCI *et al*.1992:5).

*“O termo assentamento é entendido hoje, genericamente, como abrangendo as diferentes etapas de ação dos órgãos fundiários relacionados com o chamado beneficiário, quais sejam: o cadastro, a classificação e a seleção das famílias; a transferência para a área; a distribuição dos lotes; a organização da produção; a emissão dos documentos definitivos de posse ou de propriedade da terra” (ANDRADE, 1992: 124).*

Esse surgimento é mencionado por Leite (1992:203), ao fazer referência a relatórios oficiais datados dos anos 60, em que a expressão *assentamento rural* designa o processo de transferência e alocação de um determinado grupo de famílias em imóvel rural. A palavra *assentamento*, contudo, ganha ênfase enquanto termo utilizado para designar as diversas modalidades de projetos de colonização dirigida que o INCRA<sup>9</sup> procura intensificar nos anos 70 e também passa a aparecer com frequência no âmbito do debate levantado por setores organizados da sociedade sobre a necessidade de se estabelecer com nitidez a distinção entre colonização e reforma agrária, diante do tratamento que o governo militar vinha dispensando aos conflitos agrários, especialmente no Nordeste e na região amazônica. No âmbito da burocracia do Estado, a expressão encerra um sentido prioritariamente técnico e não político, de modo que essa ênfase técnica vai se constituir no parâmetro de seleção das famílias, segundo um entendimento no qual o interesse do Estado encontra-se direcionado para a produtividade e a viabilidade econômica dos assentamentos (ESTERCI et al, 1989: 5).

---

<sup>9</sup> Baseando-se em informações do MIRAD, Andrade (1992: 124-5), aponta as seguintes modalidades de projeto: PIC-Projeto Integrado de Colonização, PAD-Projeto de Assentamento Dirigido, PA-Projeto de Assentamento, PC-Projeto de Colonização, PAR-Projeto de Assentamento Rápido, PAC-Projeto de Ação Conjunta, PEC-Projeto Especial de Colonização, PEA-Projeto Especial de Assentamento e NC-Núcleo de Colonização.

O termo *assentado*, por sua vez, comporta e enfatiza, a percepção que a burocracia estatal possui sobre sua própria ação em relação às populações dos assentamentos, tratadas como beneficiárias. Dessa forma resulta na dissimulação de todo um processo de organização, uma história de luta dessas populações pelo direito de trabalhar na terra e pela própria preservação de seus horizontes enquanto trabalhadores rurais.

*“Antes de serem **assentados**, foram bóias frias, posseiros, pequenos proprietários que perderam suas terras, pequenos arrendatários, todos em busca de terras para cultivar. Apesar disso, esses trabalhadores jamais são lembrados pela burocracia estatal como ocupantes, o que implicaria num reconhecimento de sua ação visando a transformação de terras ociosas em terras de cultivo” (ANDRADE, 1992: 125).*

Partindo da ação política dos trabalhadores rurais na luta pelo acesso à terra, determinados autores consideram que esses trabalhadores procuram assumir e reinterpretar os termos *assentamento* e *assentado*, questionando critérios de seleção, forma de exploração da terra, organização do espaço, entre outros.<sup>10</sup> Nesse processo, "a polaridade expressa nos pares Estado/movimento, beneficiários/ocupantes, unidade administrativa/conquista, nunca é totalmente eliminada, mas ressurge, permanentemente, nos *assentamentos*, sob forma de tensão" (ESTERCI *et al*, 1989:6), o que se faz presente também a nível das relações dos trabalhadores entre si e com as organizações não governamentais envolvidas.

---

<sup>10</sup> Esterci *et al* (1989:6) citam, por exemplo, Franco, M.P. (Xagui: de sem terra a assentado, 1992), Viana, A. (Organização social e ação política do campesinato: o caso da fazenda Annoni, 1988) e Vieira, M.A.C. (A venda da terra do ponto de vista dos trabalhadores: a venda como estratégia, 1990).

Uma segunda questão diz respeito às formas de organização das experiências de assentamento, cujo debate situa-se no impasse entre as dimensões individual e coletiva. São variadas as posições existentes nesse debate, incluindo-se as que defendem a coletivização, assim como aquelas que apresentam críticas à sua imposição como modelo organizativo.<sup>11</sup> A complexidade que se revela no desenvolvimento concreto das experiências de assentamento, notadamente no que diz respeito à resistência, por parte dos assentados, à total coletivização, suscita o aparecimento de propostas referentes a modelos mistos, nos quais as formas coletivas não devem neutralizar de todo as iniciativas individuais.<sup>12</sup> Destacam ainda que, reconhecidamente por técnicos do Estado, estudiosos, assessores e dirigentes dos movimentos dos trabalhadores, o associativismo assume papel importante na racionalização dos recursos disponíveis (ESTERCI *et al*, 1989: 6).

Uma terceira questão mencionada pelos autores procura demonstrar uma certa dificuldade em se abordar o *assentado* a partir de conceitos segundo os quais se estuda o conjunto dos pequenos produtores. A trajetória das experiências de assentamento indica uma tendência de, após a conquista da terra, as preocupações se voltarem prioritariamente para questões como produção, assistência técnica, acesso a crédito, etc, com isso diluindo-se as demandas, os interesses e a própria identidade dos assentados, num segmento maior de pequenos produtores. Nesse sentido, segundo os autores, não haveria dificuldade em tomar os assentados enquanto pequenos produtores. Entretanto, nos anos 80, evidenciaram-se duas orientações políticas dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: uma aceitando que os assentamentos se configurem com um **locus** da pequena produção e outra reivindicando o

---

<sup>11</sup> Os autores mencionam Esterci, N. (Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta (1984), Andrade, M. et al. (Coletivização: uma proposta para os camponeses, 1989) e Médici, A. (Associativismo em assentamentos: modelos e impasses, 1991).

<sup>12</sup> Fazem referência a Guanzirolli, C. (Agrarian reform in the context of modernized agriculture: the case of Brazil, 1990).

engajamento dos grupos de assentados no sentido da continuidade e expansão da luta política.

Por outro lado, os autores procuram evidenciar o amplo leque de especificidades que se apresentam nas diversas situações existentes entre os produtores rurais. Exemplo disso são os seringueiros, cuja área considerada adequada para o desenvolvimento das atividades do grupo familiar seria em torno de 600 hectares, portanto bem superior à média observada no conjunto dos pequenos produtores. Mais que isso, a tais especificidades correspondem noções de autonomia e cultura própria (ESTERCI *et al*, 1989:8-9). Destacam ainda o enfoque elaborado por Paulilo,<sup>13</sup> segundo o qual as experiências de organização coletivas e associativas, uma vez que derivam de movimentos politizados/politizadores, não significam uma reprodução dos modelos de pequena produção existentes no país.

Uma quarta questão freqüente nos trabalhos sobre assentamentos rurais refere-se ao fato de que alguns autores<sup>14</sup> procuram conduzir a discussão através da noção de identidade e da busca de indicação de possíveis projetos comuns entre os assentados. De um modo geral, as preocupações desses autores residiria na relação heterogeneidade/diferenciação e no estabelecimento de uma unidade de interesses. Um dos enfoques existentes considera que as trajetórias diferenciadas dos assentados implicam diferentes significados atribuídos à terra nos projetos de vida, podendo, portanto, variar muito o caráter político da própria luta pela terra. Esta circunstância dificultaria o estabelecimento de um projeto comum entre os assentados. Outro enfoque destaca que, apesar da heterogeneidade, nos momentos anteriores ao estabelecimento do assentamento,

---

<sup>13</sup> Os autores referem-se ao trabalho de Maria Ignez Paulilo, O "ser" e o "deveria ser" do conceito da pequena produção, publicado nos Anais do XXVIII Congresso da SOBER, 1990.

<sup>14</sup> Esterici *et al* fazem referência a D'Incao, M.C. (A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da questão agrária, 1991) e Bergamasco *et al* (Assentamentos de trabalhadores rurais de São Paulo: a roda-viva do seu passado/presente, 1990).

os conflitos tendem a se minimizar, voltando, porém, a se explicitar no momento de efetivação do assentamento, quando se agudizam as diferenciações.

Outra esfera de investigação destacada na literatura é a relação que se estabelece entre os assentados, as entidades de apoio e o Estado. Pode-se fazer referência a pelo menos duas situações nesse relacionamento: uma derivada daqueles processos em que o Estado destina determinada área para alocar grupos de trabalhadores rurais e outra que se origina numa demanda seguida de ocupação da terra, ou seja, quando ocorre uma antecipação à ação do Estado. Especialmente nesta última situação, têm-se explicitado tensões envolvendo, de um lado, os ocupantes e entidades de apoio e, de outro, os órgãos de Estado encarregados de operacionalizar a regulamentação da área, a seleção das famílias e a assistência técnica.

Em função da preocupação de que a ação do Estado venha esvaziar o conteúdo das demandas dos trabalhadores, há uma tendência por parte dos movimentos a assumirem um comportamento de precaução ou confronto em relação aos governantes e às políticas destinadas ao meio rural. No entanto, em alguns momentos conjunturais recentes e do ponto de vista de alguns segmentos, o Estado foi encarado com otimismo, particularmente em relação a determinados governadores estaduais eleitos em 1982 e à Nova República, ocasião em que pessoas de algum modo envolvidas com os movimentos sociais organizados, ocuparam cargos relacionados à política de terras (ESTERCI et al, 1989:10).

Finalmente, uma outra questão que tem sido objeto de debate trata-se da viabilidade econômica das experiências de assentamento. A orientação geral dos estudos sobre o tema tem se efetivado sob uma lógica de êxitos e fracassos (ESTERCI et al, 1992: 11-12). Essas pesquisas - umas circunscritas a experiências particulares, outras abrangendo um conjunto de casos - têm demonstrado, de certa forma, as adversidades que caracterizam as condições em que são

implementados os projetos de assentamento. Nesse cenário, além dos obstáculos de ordem política, que implicam no comprometimento da atuação dos órgãos públicos diretamente ligados à questão, sobressaem-se aqueles que dizem respeito à política agrícola do governo federal e ao padrão de desenvolvimento adotado no país, que condicionam as possibilidades de integração dos assentamentos aos mercados.

De uma maneira geral, duas abordagens tem sido marcantes, enquanto preocupação de estudar as formas de organização da produção e sugerir caminhos. Em uma delas tem-se afirmado a necessidade de não se atribuir aos assentamentos um caráter isolacionista, devendo-se, ao contrário, buscar a colocação de produtos nos mercados regionais. Neste sentido, colocam-se as possibilidades de, por um lado, integração com as empresas do setor agroindustrial e, por outro, de internalização do processamento da produção. Outra abordagem evidencia a questão da tecnologia. Discute-se que o padrão derivado da *revolução verde* mostra-se, em grande medida, incompatível com a estrutura produtiva dos assentamentos, um vez que estes encontram-se pautados na unidade familiar, em lotes de tamanho reduzido, e são bastante elevados os custos financeiros e ambientais do modelo baseado na mecanização e na química mineral.

O conteúdo dos aspectos acima mencionados corresponde, sob diferentes graus de intensidade, ao conjunto das mais de 1,1 mil experiências de assentamentos de reforma agrária que atualmente se desenvolvem no campo brasileiro. Porém, está claro que esses aspectos não constituem a totalidade do que há por ser tratado a respeito da questão. Seria um equívoco, por outro lado, imaginar que a investigação dos aspectos já apontados aproxima-se, no presente, do esgotamento das possibilidades analíticas e alternativas de encaminhamento que essas análises podem suscitar - mesmo porque, conforme discutiu-se anteriormente, o processo de construção teórica das categorias

assentamento e assentado, enquanto objetos de investigação, tem sua trajetória ainda recente.

Diante de tais circunstâncias, continuam abertas as possibilidades de discussão, inclusive, sobre as potencialidades da biotecnologia e das chamadas tecnologias alternativas, e sobretudo, a respeito do caráter a ser assumido pela inserção produtiva dos assentados na atual dinâmica da sociedade. Evidentemente, toda essa discussão implica a necessária consideração das múltiplas particularidades que marcam a trajetória de cada experiência de assentamento, de acordo com os diferentes contextos regionais aos quais esses assentamentos estejam associados.

Em se tratando do assentamento Terra Bela, objeto particular do presente estudo, entre outras questões, a tecnologia, constitui uma importante especificidade. Esse caráter específico diz respeito, por um lado, ao modelo de desenvolvimento que vem se processando no estado do Maranhão e, por outro lado, à necessidade do próprio assentamento consolidar as condições de sua sustentação econômica e de corresponder às oportunidades de inserção no circuito de trocas regional, conforme se poderá discutir mais adiante. No momento, porém, objetiva-se estabelecer uma referência sintética do contexto maranhense atual, procurando-se evidenciar as implicações que esse modelo de desenvolvimento apresenta em relação aos sistemas preexistentes de organização da produção no campo maranhense.

### **3 MARANHÃO: DESENVOLVIMENTO RECENTE E QUESTÃO FUNDIÁRIA**

No estado do Maranhão, destaca-se na atualidade a presença de grandes projetos, especialmente aqueles instalados a partir do Programa Grande Carajás. Além dos projetos urbano-industriais, diversos empreendimentos

localizam-se na zona rural, relacionados à produção de celulose, carvão vegetal e agropecuária. Em geral, esses projetos apresentam elevada capacidade de interferência nos contextos onde se inserem. O caráter dessa interferência abrange um vasto conjunto de aspectos que, de um lado, representam geração de determinada massa de emprego e renda e, de outro lado, apresentam resultados que vão desde a devastação da cobertura vegetal e alteração das condições de desenvolvimento dos ecossistemas locais até a desarticulação direta do modo de vida e, em particular, das formas de produção material das populações atingidas. Trata-se da recente expansão de atividades capitalistas propriamente ditas no meio rural maranhense, com todas as conseqüências transformadoras das condições gerais anteriormente vigentes.

De um modo geral, pode-se considerar que a inserção do estado do Maranhão e da região amazônica no processo de acumulação do capital a nível mundial inicia-se no período colonial e acentua-se no século XIX, caracterizando-se pelo fornecimento de matérias-primas ao mercado internacional. Atualmente, essa característica permanece e o processo adquire, obviamente, o sentido próprio da contemporaneidade capitalista, sob o contexto da globalização e da consolidação de blocos regionais em curso na economia mundial. Dessa maneira, com uma evolução historicamente voltada para o exterior, a frágil constituição de um mercado interno e as vantagens de localização em relação aos mercados transoceânicos fazem do Maranhão atual um *locus* atraente para aqueles empreendimentos cujos interesses estejam direcionados prioritariamente para a exportação. Ainda assim, são empreendimentos na sua maioria restritos àquelas fases de processamento primário ou intermediário, principalmente em se tratando de produtos para os quais a mais elevada agregação de valor verifica-se apenas na fase final da produção.

Em outras palavras, renunciando a necessidade de fortalecimento estratégico das culturas regionais e de subsistência, o governo do Maranhão

passa a atribuir privilégios à vinda de capitais estrangeiros e do centro-sul do Brasil, mantendo-se na sintonia do processo que se vinha desenrolando em nível nacional, a partir de meados dos anos 60, com o financiamento de um estilo seletivo de modernização agrícola, incentivando-se com subsídios as culturas comerciais. Gistelinck (1988), ao comentar esse processo no Maranhão dos anos 80, considera que uma de suas implicações é que o estado, muito provavelmente, continuará importando alimentos no futuro.

*“Agora que a população substituiu seus alimentos regionais pelo pão, feito de trigo que vem do Sul ou dos Estados Unidos, o governo eliminou o subsídio e a população fica pagando mais caro ou sem comer. A mesma história se repete a nível das frutas. A maçã, a pêra, a uva estão invadindo as prateleiras dos supermercados, graças aos subsídios, e as frutas regionais desaparecem. A indústria de refrigerantes consegue substituir os deliciosos sucos de frutas. A industrialização, vindo de fora para dentro, traz outra cultura de alimentação e vai incentivando uma agricultura, voltada para produtos de exportação, como soja, pimenta do reino, borracha e castanha de caju” (GISTELINCK, 1988:150).*

O interesse do grande capital encontra, portanto, espaços de identidade nos projetos das elites dirigentes a nível local, de modo suficientemente forte para imprimir as marcas do padrão de desenvolvimento que se foi gestando para o Maranhão ao longo de sua história, particularmente no que

diz respeito ao período mais recente. Considerando-se seus resultados mais amplos, percebe-se que se trata de um processo tão variado quanto controverso. O crescimento das atividades industriais e da participação relativa deste estado na produção da riqueza nacional<sup>15</sup> confronta-se com o veloz surgimento das favelas nas cidades, com a expansão da área controlada pelos grandes proprietários rurais, com a redução, em termos relativos, do número de posseiros e, em termos absolutos, da área por estes ocupada, e com a difusão das situações gerais de pobreza e miséria, acompanhadas de todas suas conseqüências sociais.

Uma face desse processo manifesta-se, evidentemente, no acirramento de tensões na disputa pela posse da terra, tanto no campo quanto na cidade. Numa sociedade que até recentemente apresentava um perfil predominantemente rural, os conflitos urbanos revelam-se mais propriamente como desdobramentos da dinâmica que se vem operando no campo. Atualmente, observa-se no Maranhão (aliás, em todo o país), a evolução das lutas pela moradia encaminhadas por movimentos sociais organizados. A discussão desse fenômeno, embora insira-se na questão mais geral dos assentamentos humanos, transcende os objetivos imediatos do presente trabalho.<sup>16</sup> No que se refere aos conflitos agrários, uma tentativa de compreender sua dinâmica recente no Maranhão pode ser feita a partir de alguns elementos relativos ao processo de ocupação da chamada região pré-amazônica. Processo esse que se desenvolve com mais intensidade na segunda metade deste século e no qual se destaca a ação do governo do Maranhão para estimular a apropriação das terras por grupos empresariais nacionais e estrangeiros, especialmente nas últimas duas décadas.

---

<sup>15</sup> Ainda que essa participação permaneça pouco significativa, o que se explica diante das disparidades regionais, com forte concentração das atividades econômicas no Sudeste e no Sul, o PIB do Maranhão, no início dos anos 90, era quase seis vezes superior ao do início dos 70, conforme dados da Fundação IBGE (1991a) e da SUDENE (1995).

<sup>16</sup> Uma análise sucinta e lúcida sobre a questão da moradia em São Luís e a repressão do Estado aos "invasores" é feita por HELUY (1990), especialmente à página 28.

No presente capítulo, objetiva-se elaborar uma síntese - obviamente parcial - do desenvolvimento que vem se processando no estado do Maranhão, destacando-se suas implicações imediatas com relação ao conjunto dos pequenos produtores agrícolas, que dependem diretamente da disponibilidade de terras para seu sustento. Assim, busca-se o resgate de alguns elementos da ocupação recente do território maranhense, especialmente na Pré-Amazônia. Inicialmente, essa ocupação efetua-se pelos posseiros e, mais tarde, por fazendeiros e por grupos capitalistas, através de grandes projetos incentivados pelo Governo, os quais consolidam a propriedade privada da terra, antes considerada devoluta, mas efetivamente habitada pelas populações indígenas e pelos posseiros. Em seguida, procura-se discutir como o modelo de desenvolvimento que se concebe com a implantação do Programa Grande Carajás promove, enquanto uma dimensão inerente de sua própria lógica, o acirramento da questão fundiária no estado do Maranhão. Finalmente, procura-se evidenciar que, ao longo de todo esse processo, os trabalhadores nunca aceitaram passivamente a expropriação da terra e que os assentamentos rurais expressam, sob determinada perspectiva, a capacidade de resistência desses pequenos produtores.

### **3.1 Ocupação da Pré-Amazônia Maranhense e Apropriação Privada da Terra**

O objetivo neste item é resgatar aspectos do processo de ocupação da Pré-Amazônia maranhense, o qual se intensifica por volta dos anos 50, através das sucessivas levas de posseiros, na sua maioria oriundos de outros estados do Nordeste brasileiro. Procura-se evidenciar a consolidação da propriedade privada da terra que se estabelece a partir da ação de *grileiros* e do governo do Maranhão, fazendo surgir um mercado de terras atrativo enquanto forma de valorização do capital, especialmente ao longo dos anos 70.

Antes, porém, é necessário destacar-se que a ocupação do Maranhão por povos *não nativos* inicia-se a partir do litoral, com a chegada de navegantes europeus, por volta do século XVII, e no século XVIII, com a presença, no Sul do estado, de criadores de gado que migraram das zonas açucareiras do Nordeste, num processo relativamente lento.<sup>17</sup> No século XX, a ocupação das áreas de baixa densidade demográfica na Pré-Amazônia maranhense apresenta-se expressiva já nos anos 20, mostrando-se mais intensa, sobretudo, a partir da década de 50, com o avanço das correntes migratórias oriundas basicamente das zonas rurais de outros estados nordestinos e, mais tarde, com a vinda de migrantes das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, após a abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-010), cujo trajeto atinge a parte oeste do Maranhão.

Dada a precariedade das condições de sobrevivência na região nordestina, atreladas à forte concentração da propriedade fundiária e agravadas ainda mais pelas periódicas e prolongadas secas, a migração coloca-se como uma decisão quase inevitável para muitos agricultores. Grande parte destes desloca-se para os centros urbanos, porém outra parte migra para áreas rurais de outros estados. Assim é que as terras úmidas da Pré-Amazônia maranhense<sup>18</sup> representaram uma alternativa para numerosos grupos de retirantes nordestinos até os anos 70, quando se reduz quase que completamente a disponibilidade de terras devolutas na região.

De acordo com Andrade<sup>19</sup> esse processo migratório desenvolveu-se marcado por, fundamentalmente, três grandes *ramos*, todos alcançando o

---

<sup>17</sup> Para uma análise desse processo de povoamento, ver, por exemplo: CABRAL (1992), capítulos 1 e 2, FEITOSA (1994), especialmente páginas 179 a 194 e ANDRADE (1986), capítulo 6, seções 1, 2 e 3.

<sup>18</sup> O território maranhense constitui-se de uma zona de transição entre o Nordeste e a Amazônia. A chamada pré-Amazônia maranhense corresponde a uma extensa área onde as condições da vegetação, do relevo, da hidrografia e do clima são típicas da região Norte. "O Maranhão amazônico localiza-se na porção do centro de Estado para o oeste, cuja delimitação legal foi determinada pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), a partir do meridiano 44º, classificando-o como Amazônia Legal para efeito de incentivos fiscais e assistência dos Órgãos governamentais" (TROYÃO, 1989: 21).

<sup>19</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1968. p.82-4, *apud* ARCANGELI (1987: 110-111).

território maranhense através do estado do Piauí (conforme o anexo 1). O primeiro deles cruzou a cidade de Caxias, prosseguindo na direção oeste. Chegando em Bacabal, no começo dos anos 50, este ramo subdividiu-se, de modo que uma parte deslocou-se na direção noroeste, percorrendo todo o Maranhão até alcançar o rio Gurupi, na fronteira com o estado do Pará, enquanto a outra parte seguiu para sudoeste, atingindo o rio Grajaú, bem como as cidades de Santa Luzia e Imperatriz. O segundo *ramo* partiu também da cidade de Caxias, na direção sudoeste, atingindo o rio Tocantins. Finalmente, o terceiro *ramo* chegou ao Maranhão através da cidade piauiense de Floriano, alcançando o Sul do estado. São esses movimentos que vão desempenhar papel decisivo para o crescimento demográfico e, principalmente, para a expansão da fronteira agrícola.

Com base na conceituação elaborada por Martins,<sup>20</sup> Arcangeli procura estabelecer a distinção entre *frente de expansão* e *frente pioneira*. Destaca que a frente de expansão caracteriza-se por seus participantes, ao desbravarem a mata, dedicarem-se primordialmente à atividade de subsistência e só secundariamente efetuarem a troca de excedente, não se configurando, pois, numa economia de mercado. Pequenos núcleos populacionais vão se formando nas margens dos rios e ao longo das picadas abertas na mata. A queimada caracteriza a forma de eliminar a cobertura vegetal para o plantio, principalmente de arroz, milho, feijão e mandioca. Após as primeiras colheitas, a redução da fertilidade do solo induz a itinerância da atividade, com os constantes deslocamentos dos núcleos populacionais para o interior da mata. Trata-se, sobretudo, de uma situação na qual, através da livre ocupação, verifica-se o uso privado de terras devolutas.

Na frente pioneira, por sua vez, a produção que se efetiva trata-se, basicamente, de uma produção que funciona articulada com a economia de mercado e a propriedade privada da terra, evidentemente, já se encontra

---

<sup>20</sup> MARTINS, José de Sousa. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioncira, 1975. p.44-5. apud ARCANGELI (1987: 106-9).

consolidada. Assim, na concepção de Martins, caracteriza-se a frente pioneira por resultar na incorporação imediata de novas regiões à lógica de mercado.

Arcangeli (1987:108) aponta a existência de tensões entre essas duas frentes de ocupação, cuja razão reside no antagonismo relativo à própria concepção de propriedade da terra. Adquirir a terra por meio da compra ou da ocupação, constitui um questionamento característico envolvendo a problemática fundiária da frente de expansão. Por outro lado, o autor destaca que a análise das formas e da natureza da ocupação dos espaços econômicos maranhenses deve incorporar, além do desenvolvimento da pequena produção mercantil da fronteira, o avanço da *frente de expansão monopolista*, que atingiu a frente pioneira e a frente de expansão especialmente na década de 70 (ARCANGELI, 1987:119).

A problemática fundiária resultante do confronto entre a frente de expansão e a frente pioneira agrava-se ainda mais com o avanço da frente de expansão monopolista. Uma vez que é a própria frente de expansão o alvo principal da frente monopolista e dadas a velocidade e a violência com que esta se desenvolve, o conflito que se estabelece entre uma lógica tipicamente capitalista e outra não capitalista assume conseqüências perversas para os posseiros integrantes da frente de expansão. Esse conflito vem à tona, principalmente, naquelas áreas de terra que apresentam maior fertilidade ou melhor localização, onde se aguça o interesse do grande capital, independente de ser produtiva ou especulativa a forma que este venha a assumir.

Moreira<sup>21</sup> identifica a frente monopolista com a ocupação dos *espaços vazios* amazônicos, caracterizada pela distribuição de grandes áreas e generosos incentivos fiscais ao grande capital durante os governos militares. Processo esse que se acentua no início dos anos 70, quando, de fato, "os aparelhos de poder

---

<sup>21</sup> MOREIRA, Ivan Targino. *Nordeste: terra de arribação*. Recife, 1978. Dissertação de Mestrado apresentada ao PIMES, *apud* ARCANGELI (1987: 108-9).

convergem para uma ação fundiária centrada na implantação de grandes empreendimentos agropecuários e logram afastar de vez os setores da burocracia que ainda acreditavam num processo de ocupação apoiado principalmente em pequenos produtores agrícolas" (ALMEIDA, 1990: 6).

Considerado em seu conjunto, esse sistema de distribuição de incentivos fiscais operado pela SUDAM e pela SUDENE, favorecendo a aquisição de extensas faixas de terra por grandes grupos econômicos, vai revelar-se, na interpretação de alguns autores, um enorme fracasso. Além da expulsão dos pequenos produtores, de acordo com avaliação de órgãos federais, no fim dos anos 80, mais de 30% dos projetos que receberam incentivos transformaram-se em latifúndios improdutivos (GISTELINCK, 1988:50). Na perspectiva do capital, entretanto, essa situação pode significar que os objetivos foram alcançados, na medida em que diversos empreendimentos caracterizavam-se por escamotear interesses especulativos, existindo apenas enquanto forma de valorização da terra e aproveitamento dos incentivos oferecidos pelo governo federal.

Assim é que o governo do Maranhão, utilizando-se da recorrente argumentação de promover o progresso, decide alienar as terras devolutas deste estado. Para tratar dessa finalidade, foi criada no ano de 1971, a Companhia Maranhense de Colonização, COMARCO.<sup>22</sup> No discurso oficial, essa empresa surge dentro da prioridade de se efetuarem a distribuição e a ocupação *racional* das terras devolutas e com o objetivo de realizar as metas fundiárias formalmente

---

<sup>22</sup> Antes de ser transformada, no início dos anos 80, no Instituto de Colonização e Terras do Maranhão-ITERMA, a COMARCO foi reestruturada sob a forma de sociedade anônima de economia mista. (Lei 3.237/72), tendo incorporada a seu patrimônio uma área de aproximadamente 1,7 milhão de hectares localizada no centro-oeste do estado (incluindo parte dos territórios de 6 municípios, entre os quais Santa Luzia), além de 400 mil hectares a noroeste, nos limites da área de atuação da COLONE. Esta por sua vez, trata-se da Companhia de Colonização do Nordeste, criada pelo governo federal em 1972, cujo objetivo era reestruturar o Projeto de Colonização do Alto Turi - PCAT, após uma década de fracasso da estratégia inicial da SUDENE. O PCAT originou-se na política sugerida pelo GTDN para o deslocamento da fronteira agrícola e, mais especificamente, no projeto de povoamento do Maranhão. Entretanto, as terras consideradas virgens pela SUDENE já contavam, em 1962 - quando os primeiros técnicos chegaram à área, e para surpresa destes - com um contingente populacional superior a 45 mil moradores.

estabelecidas, que eram a execução de projetos de colonização, a ordenação das ocupações já existentes e a localização de médios e grandes empreendimentos agropecuários<sup>23</sup>. De fato, a um só tempo, a execução do projeto de colonização logrou, por um lado, atrair para o território do Maranhão poderosos grupos empresariais, nacionais e estrangeiros, e, por outro lado, viabilizar a oferta de mão-de-obra requerida pelos empreendimentos. No planejamento físico, a estratégia adotada foi a de reservar para o grande capital faixas de solo mais favorecidas pelos recursos naturais, destinando-se aos pequenos produtores uma área menos favorecida, inclusive em relação à disponibilidade de água. As áreas das grandes fazendas situavam-se praticamente em torno do projeto de colonização, de modo que as famílias de colonos, sujeitas a precárias condições, acabaram representando uma reserva de braços à disposição dos empresários.

Em geral, as áreas ocupadas pelos empreendimentos são extensas e variadas, com as maiores alcançando até 100 mil hectares, utilizando-se do artifício da aquisição de várias faixas de terra e da criação de diferentes razões sociais.<sup>24</sup> Somente no período que vai do início dos anos 70 a meados da década de 80, o governo do Maranhão alienou uma área superior a 1,5 milhão de hectares, sendo que 3/4 foram destinados a apenas 63 proprietários e o restante, a cerca de 3,2 mil pequenos e médios produtores. Além disso, a área *grilada* em todo o estado é estimada em torno de 5 milhões de hectares (VIANA, 1991: 8). Considerando os efeitos que essa dinâmica representa para o meio rural maranhense, Arcangeli (1987: 131) observa que, incluindo-se as áreas de abrangência de organismos como SUDAM, SUDENE/COLONE e COMARCO, além dos projetos financiados por bancos de desenvolvimento, iniciativa privada e as apropriações especulativas de terra, os grandes projetos resultaram na consolidação do fechamento da fronteira agrícola, com a desarticulação da

---

<sup>23</sup> De acordo com folheto informativo sobre a Comarco, divulgado pelo governo do Maranhão, apud ASSELIN (1982:135).

<sup>24</sup> Os anexos 3 e 4 apresentam, respectivamente, um panorama da distribuição original das áreas abrangidas pela ação da Comarco e uma relação dos empresários que adquiriram terras na região.

pequena produção, responsável pelo fornecimento de produtos alimentares básicos.

*“(Nesse processo), os subsídios recebidos compensam os investimentos feitos e até os baixos rendimentos dos empreendimentos, ao mesmo tempo em que se desestrutura uma sociedade tradicionalmente organizada sem que se ofereça à mesma opções de reorganização socioeconômica que preservem as condições mínimas de sua qualidade de vida. Tiram a população da pobreza e a lançam na miséria, na prostituição, no roubo e na mendicância” (ANDRADE, 1986:197).*

Observado numa perspectiva mais abrangente, todo esse movimento revela-se, na realidade, um momento no desenrolar de um processo maior: a fase recente de articulação do espaço maranhense, em particular, e do amazônico, como um todo, à lógica de acumulação do capital a nível mundial, processo esse consubstanciado no conjunto dos empreendimentos que o Programa Grande Carajás (PGC) logrou viabilizar. Elementos infra-estruturais desse movimento particular, que se evidencia na frente de expansão monopolista, começam a ser engendrados a partir da segunda metade dos anos 60, no Maranhão Novo, do governo Sarney, quando se construíram as rodovias interligando a capital do estado às capitais vizinhas e entrecortando os vales do Pindaré e do Tocantins. Asselin (1982:128-47) mostra que, em conformidade com as ações do governo federal (haja vista ao fato de que em 1966 foi criada uma lei incorporando ao patrimônio da União cem quilômetros de cada lado das rodovias federais como área prioritária para colonização), o governo do Maranhão criou, em 1968, a

reserva estadual de terras e as delegacias de terras no interior do estado (cujo papel foi disciplinar a ocupação e titular as áreas), elaborando em seguida a lei que permitiu a venda de terras devolutas sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas. "Com o aparecimento da Lei e das Delegacias de Terras estourou, de verdade, a mais crítica problemática fundiária da história do Maranhão" (ASSELIN, 1982: 129).

Em sua manifestação mais imediata, toda essa problemática corresponde ao acirramento dos conflitos da frente monopolista com a frente de expansão. No caso particular da região do Pindaré, esse acirramento vai caracterizá-la como uma das zonas de maior incidência de conflitos na disputa pela terra no estado do Maranhão. Ao analisar o caráter fortemente concentrador da política fundiária no Brasil, com a conseqüente expulsão dos pequenos produtores, Gistelinck observa que, no caso do Maranhão, o município de Santa Luzia, por cujas terras passa a Estrada de Ferro Carajás, constitui um exemplo ilustrativo no que se refere aos movimentos recentes dessa concentração:

*"Só no período de 1975 a 1980, o número de pequenos produtores caiu em 20% e a terra ocupada por eles foi reduzida em 74%. De olho na implantação da Estrada de Ferro, o grande capital, de mãos dadas com o poder político maranhense, apoderou-se das terras, expulsando os pequenos agricultores. Estes pequenos produtores serviram apenas como desbravadores da floresta pré-amazônica e, agora, estão sobrando como lavradores sem-terra, como mão-de-obra barata à disposição das fazendas e das grandes obras" (GISTELINCK, 1988:51).*

Quando do advento dos grandes projetos, já haviam chegado à região vários *grileiros* e, antes destes, os posseiros, oriundos dos movimentos migratórios anteriormente mencionados, especialmente, parte do que se caracterizou como *primeiro ramo*. Além dessas pessoas, dirigiram-se também para aquela área várias famílias que foram expulsas de seus locais de trabalho, em municípios vizinhos. É esse, aliás, o processo de que se origina o povoado onde se localiza atualmente o município de Santa Luzia. Asselin (1982:30-3) relata que o lugar foi criado em 1951, onde um pequeno grupo de posseiros, avançando mata a dentro, efetuou sua roça. Diferentemente dos demais municípios da região do Pindaré, cujo povoamento se realizou-se com predominância de nordestinos oriundos de outros estados, Santa Luzia teve sua ocupação inicial efetivada basicamente por maranhenses.

Entretanto, para a implantação dos grandes projetos era necessária a retirada dos posseiros que se encontravam cultivando as terras pretendidas, ou seja, era preciso efetuar a operação de "limpeza" da área. De uma parte deste processo, a ação dos *grileiros* se encarregou, através dos diversos mecanismos de violência utilizados por milícias particulares e pistoleiros; o restante efetivou-se sob a responsabilidade do próprio aparelho repressivo do Estado.

Diante da determinação de muitos posseiros em não aceitar de maneira passiva o processo de expropriação das terras, os conflitos acirraram-se e as situações violentas que se geraram ainda persistem na região. Aliás, não somente a região do Pindaré é palco de conflitos agrários. Praticamente, em todo o Maranhão surgem cenários de conflitos explícitos ou latentes. Essa realidade, que resulta na desarticulação do universo socioeconômico dos pequenos produtores, mostra-se mais grave com o revigoramento da apropriação das terras pelo grande capital, a partir da implantação de empreendimentos relacionados ao Programa Grande Carajás.

### 3.2 Implantação de Grandes Projetos e Acirramento da Questão Fundiária

Com referência às décadas de 80 e 90, conforme já se mencionou, a maioria dos médios e grandes empreendimentos que têm sido implantados no estado do Maranhão está associada ao Programa Grande Carajás (PGC). Nesta seção, procura-se compreender a implantação desses empreendimentos enquanto formas de revigoramento do espaço maranhense como *locus* de reprodução do capital em escala mundial. Em função da vinculação direta com o mercado internacional, em sua maioria, esses projetos apresentam, por um lado, possibilidades muito frágeis no que se refere à transferência de maiores benefícios para as populações locais, acentuando-se dessa forma o caráter excludente da opção de desenvolvimento que as elites regionais vêm fazendo para o Maranhão ao longo de sua história. Destacam-se, por outro lado, muito mais por seus efeitos desarticuladores da produção agrícola tradicional, pela força de atração que é exercida sobre a mão-de-obra liberada na região e fora dela, bem como pelo tipo de interferência que esses projetos desencadeiam sobre os ecossistemas locais.

Criado em 1980 e oficialmente extinto em 1989, o PGC abrange uma área de aproximadamente 895 mil quilômetros quadrados, em terras do Maranhão, do Pará e do atual Tocantins.<sup>25</sup> Seus objetivos iniciais estão relacionados diretamente ao mercado externo e à geração de divisas para pagamento da dívida externa brasileira, através da exploração dos segmentos minero-metalúrgico, agropecuário e agroflorestal. O programa conta com a maior reserva de minério de ferro do mundo, situada no Sul do Pará e que apresenta um potencial estimado em 18 bilhões de toneladas de ferro de alto teor. Além desse minério, Carajás dispõe também de manganês (60 milhões de toneladas), cobre (2 bilhões de toneladas), estanho (100 mil toneladas), níquel (100 milhões de

---

<sup>25</sup> No anexo 5 pode-se visualizar a dimensão da área de abrangência do PGC, compreendida ao norte do Paralelo 8º e entre os rios Xingu, no Pará, e Parnaíba, na divisa do Maranhão com o Piauí.

toneladas), ouro (100 toneladas) e ainda bauxita, cromo, tungstênio, zinco, molibdênio, prata, paládio e tântalo.<sup>26</sup>

Em se tratando de sua dimensão agropecuária, o Programa Grande Carajás visava incentivar empreendimentos para produção, em larga escala, de mandioca para ração animal, óleo de palma, arroz irrigado, milho, feijão e soja, além da criação de gado de corte em fazendas de aproximadamente 10 mil hectares (GISTELINCK, 1988:59).

O projeto Ferro-Carajás da Companhia Vale do Rio Doce, que se constitui no principal projeto do PGC, teve sua implantação iniciada no final dos anos 70 e compreende um sistema que integra a mineração na serra dos Carajás (Pará), o transporte pela ferrovia (com 895 km de extensão mais 225 km destinados a desvios e terminais) e as instalações portuárias, administrativas, operacionais e de manutenção em São Luís do Maranhão (GISTELINCK, 1988:75). A área de influência da estrada de ferro Carajás compõe-se de um vasto território que se estende por 150 quilômetros para cada lado da ferrovia, desde a serra dos Carajás até o porto da Ponta da Madeira, em São Luís. Ao longo desse *corredor* encontra-se instalada a maioria dos projetos incentivados pelo Programa Grande Carajás, nos diversos pólos de produção estrategicamente definidos.

Após a descoberta da província mineral de Carajás por uma empresa americana, estabeleceu-se uma reação de alguns setores da sociedade brasileira para que a exploração da mesma não viesse a ser executada exclusivamente sob domínio do capital estrangeiro. Assim, no início dos anos 70, foi criada a AMZA (Amazônia Mineração SA), uma *joint venture* composta pela empresa americana United States Steel, com 49% de participação, e pela então estatal brasileira

---

<sup>26</sup> A estimativa é do geólogo Breno dos Santos (Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento. São Paulo: T.A.Queiroz. 1981) apud FEITOSA (1994:313).

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), detentora do controle acionário, com 51%. Em 1977, a Steel desinteressou-se pela continuidade do empreendimento, recebendo uma importância superior a 50 milhões de dólares a título de indenização (GISTELINCK, 1988: 56). Desse modo, o empreendimento ficou sob responsabilidade da CVRD.

Entretanto, interesses dos países desenvolvidos, particularmente o Japão e os integrantes da atual Comunidade Européia, e a natureza do Estado brasileiro, à época sob o comando dos militares, acabaram conferindo ao processo de concepção e implantação de Carajás características autoritárias, de modo que a população local não logrou ser ouvida sobre o tipo de desenvolvimento que o programa representa para região.

*Programas como o Grande Carajás, no caso da Amazônia, vão surgir num cenário de suprema intenção imperialista das empresas transnacionais, de interesses fiscais e financeiros e geopolíticos dos governos ditatoriais militares. Para isto contarão, indubitavelmente com a decisiva participação fisiológica das oligarquias locais e regionais que se colocaram a serviço de um processo de integração da economia regional ao sistema capitalista internacional numa situação de enclave (FEITOSA, 1994: 300)*

Em seu sentido geral, esse processo refere-se à própria acumulação capitalista e, em sua dimensão particular, relaciona-se ao atual padrão de

funcionamento atingido pelas indústrias dos países ricos, que requer grande quantidade de recursos minerais, em geral numa escala superior ao que esses países dispõem em seus territórios. A relativa escassez de minérios (quer por conta do esgotamento das reservas, quer pela pobreza do subsolo ou ainda em função da decisão de utilização estratégica das reservas nacionais) faz com que, na atualidade, grande parte dos países desenvolvidos dependa das reservas de matérias-primas existentes nos países periféricos.

A consolidação desse complexo sistema de drenagem de riquezas para os países centrais - simbolizada nos metais preciosos do período colonial e nos mecanismos de exportação de capitais e de endividamento externo ao longo do século XX - está em conformidade com a evolução do capital financeiro, que patrocina, por exemplo, a prospecção e as formas de utilização das matérias-primas conhecidas e ao mesmo tempo incentiva a pesquisa dos chamados novos materiais. Assim, o capital financeiro não está interessado somente pelas fontes de matéria-prima já conhecidas, mas igualmente pela fontes possíveis (LENIN, 1979: 82), haja vista que os avanços tecnológicos permitem, com uma velocidade cada vez maior, a geração de novos processos e a utilização de novas substâncias como matéria-prima para indústria.

A política colonialista e as guerras imperialistas garantiram por algum tempo o controle das fontes de matérias-primas pelas grandes potências mundiais. Entretanto, as modificações políticas conquistadas na luta pela autodeterminação dos povos têm representado uma relativa ameaça à regularidade e à segurança desse sistema de fornecimento de matérias-primas (GISTELINCK, 1988: 71), ainda que permaneçam estreitos os nexos colonialistas com elites nacionais e o expediente das guerras seja reeditado sempre que as condições reais desse controle são abaladas.

Nesse contexto de interesses das corporações transnacionais, a implantação de Carajás torna-se compreensível, especialmente no que se refere ao segmento minero-metalúrgico. Feitosa (1994:316-17) destaca que uma das particularidades do financiamento internacional para viabilização de Carajás é que os contratos são regidos por taxas de juros fixas e que, na sua maioria, não serão pagos em dinheiro, mas com a própria produção. Todavia, ainda conforme a análise de Feitosa, mesmo que o financiamento não esteja sujeito à *extorsão* que as oscilações nas taxas de juros costumam representar, a CVRD encontra obstáculos nos preços pelos quais vende o minério de ferro no mercado internacional, uma vez que estes se estabelecem de forma subordinada aos interesses das grandes mineradoras transnacionais. Logo, as possíveis vantagens dessa condição de financiamento são praticamente anuladas pelos mecanismos de fixação de preços. Essa circunstância torna-se ainda mais significativa quando se observa, por exemplo, que das "236 milhões de toneladas de minério de ferro exportadas de 1985 a 1994, aproximadamente 163 milhões destinaram-se a pagamento de débitos anteriormente contraídos com o sistema bancário internacional que financia empreendimentos desse porte" (FEITOSA, 1994:328).

Carajás caracteriza-se, pois, por representar para sua região de influência, particularmente para os estados do Pará e do Maranhão, um modelo de desenvolvimento voltado para fora, arquitetado com a finalidade de atender prioritariamente a interesses externos. Essa dinâmica que se implanta a partir do Projeto Carajás, Feitosa denomina *falsa euforia do final do século XX*, enquanto Gistelinck a identifica como *mais uma veia aberta da América Latina*.<sup>27</sup> A própria estrutura operacional, com a integração mina/ferrovia/porto de exportação, revela o caráter do empreendimento. As matérias-primas e os produtos semi-acabados, a exemplo de ferro-gusa, bauxita, alumina, alumínio e manganês, são produzidos

---

<sup>27</sup> O autor faz referência à obra *As Veias Abertas da América Latina* (editora Paz e Terra, 1985), na qual o escritor Eduardo Galeano analisa a história da América Latina sob o jugo imperialista.

e transportados a custos reduzidos e vendidos por preços baixos, determinados no mercado internacional (GISTELINCK, 1988:129).

Em se tratando do estado do Maranhão, a área de abrangência do PGC compreende, por definição, todo o seu território. Contudo, essa abrangência está mais propriamente associadas àquelas áreas que, direta ou indiretamente, vem recebendo impactos da implantação dos empreendimentos. Inicialmente, considerava-se como área de influência direta o conjunto dos 14 municípios maranhenses cortados pelo trajeto da Estrada de Ferro Carajás, incluindo-se os municípios da Ilha de São Luís. Levando em conta critérios relacionados ao trajeto da ferrovia, à instalação de *projetos efetivos*<sup>28</sup> e aos impactos globais das atividades do PGC, Feitosa (1994: 319-20) procura definir como a área de influência de Carajás o espaço compreendido pelas microrregiões geográficas da Aglomeração Urbana de São Luís, Gurupi, Imperatriz e Porto Franco, além dos municípios de Rosário e Santa Rita (microrregião de Rosário); Anajatuba, Arari e Vitória do Mearim (microrregião da Baixada Maranhense); Itapecuru-Mirim e Miranda do Norte (microrregião de Itapecuru); Bom Jardim, Pindaré-Mirim, Santa Inês e Santa Luzia (microrregião do Pindaré); Anapurus, Chapadinha e Mata Roma, (microrregião de Chapadinha); Santa Quitéria do Maranhão (microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense) e Balsas (microrregião dos Gerais de Balsas).

Entre os *projetos efetivos* definidos para o Maranhão, constam a construção do Porto da Ponta da Madeira, a ampliação/modernização do Porto de Itaqui, a implantação de dois terços da Estrada de Ferro Carajás (cerca de 590 Km) e mais um ramal de 100 Km da Ferrovia Norte-Sul, entre Açailândia e Imperatriz, interligando o Sul do Maranhão com o eixo ferroviário de Carajás para

---

<sup>28</sup> Os chamados *projetos efetivos* referem-se à Pesquisa Florestal e ao Ferro-Carajás, sendo que este último abrange a mina, com a infra-estrutura administrativa e de habitação, a ferrovia e o porto, todos de responsabilidade da CVRD.

permitir o transporte de outras cargas, particularmente a soja que vem sendo produzida na região de Balsas (FEITOSA, 1994:326).

No segmento minero-metalúrgico destaca-se, no caso do Maranhão, a implantação de usinas de ferro-gusa ou *gusarias*, nos municípios de Santa Inês, Rosário e, principalmente, Açailândia. Do ponto de vista técnico, essas usinas representam a etapa inicial do processo de beneficiamento do minério de ferro. Trata-se de uma maneira pela qual pode-se incorporar algum benefício à socioeconomia regional, uma vez que essa transformação preliminar significa a possibilidade de geração e circulação de renda através do pagamento de salários e da realização de compras na região, estimulando o surgimento de empregos indiretos, num movimento explicado pelo efeito multiplicador que o investimento inicial exerce no conjunto da economia.

Na atualidade, os dados indicam, oficialmente, que um total de nove usinas de ferro-gusa encontra-se em funcionamento no estado do Maranhão (FEITOSA, 1994: 363), sendo que seis dessas usinas localizam-se no município de Açailândia, duas em Rosário e uma em Pedreiras. A maioria dessas empresas constitui-se de capital do Centro-Sul do país, sendo todas consideradas de pequeno a médio porte. No período de 1989 a 1993, a produção total atingiu aproximadamente 1.750 mil toneladas,<sup>29</sup> com mais de 70% destinando-se ao mercado externo.

Em se tratando da produção de ferro-gusa, a principal matéria-prima, além do minério de ferro, é o carvão mineral ou vegetal. No caso das usinas instaladas na área de Carajás, utiliza-se o carvão vegetal. Gistelinck (1988:95) observa que no processo de produção, o carvão vegetal atinge cerca de 57% dos

---

<sup>29</sup> Dados do Anuário Estatístico Estrada de Ferro Carajás e do Departamento de Transporte Comercial da CVRD, apud FEITOSA (1994:349 e 363). Todavia, num recente levantamento de campo, a equipe da pesquisa "Expansão Capitalista no Maranhão", da UFMA, verificou que se encontram em funcionamento apenas sete fornos, situados nos pólos de Açailândia e Santa Inês.

custos, percentual quase três vezes superior ao custo do próprio minério de ferro<sup>30</sup>. Mas, por outro lado, ainda que apresente também uma capacidade de produção relativamente inferior, a operação com alto-forno a carvão vegetal conta com a vantagem de um custo de construção mais baixo que o alto-forno a carvão mineral e com a possibilidade de se renovarem as fontes do carvão vegetal utilizando-se a mesma área (GISTELINCK, 1988: 93). Além disso, no caso da região pré-amazônica, a disponibilidade de mata secundária constitui um fator fortemente favorável ao capital no que se refere à redução dos custos de produção.

Essa última circunstância, vantajosa para o capital, torna-se motivo de preocupação quando se consideram as possíveis conseqüências da demanda por lenha a partir da perspectiva das populações, especialmente os pequenos produtores rurais, residentes nas áreas onde as usinas estão localizadas. Feitosa (1994:352) estima que, para a obtenção de 1,75 milhão de toneladas de ferro gusa produzidas entre 1989 e 1993, as usinas instaladas no Maranhão demandaram um volume de carvão equivalente a uma área devastada superior a 510 Km<sup>2</sup> (51.043 hectares). Essa devastação vem se operando principalmente nas proximidades do pólo de produção de Açailândia, onde está aglomerada grande parte das usinas, de modo que o estímulo que a demanda concentrada representa à produção do carvão, particularmente na região de Açailândia e Buriticupu, compõe um quadro em que se presencia, ao longo da BR-222, numerosas baterias de fornos de carvão vegetal em pleno funcionamento para o abastecimento dessas guserias (FEITOSA, 1994:360). Ainda em fins dos anos 80, Gistelinck alertava que os projetos de ferro-gusa vinham recebendo aprovação do PGC sem que se levasse em conta a questão ambiental e, particularmente, da devastação da floresta. Àquela época, este autor dizia:

---

<sup>30</sup> A distribuição estimada dos custos de produção do ferro-gusa é a seguinte: minério de ferro - 20%, carvão vegetal - 57%, fundentes - 2%, outros insumos (energia, água, ar, refratários) - 4%, mão-de-obra - 6%, manutenção e reparos - 4%, depreciação - 3% e administração - 4% (GISTELINCK, 1988:94).

*“Sem dúvida a implantação das siderúrgicas trará sérios problemas para a região, que são facilmente ignorados pelos documentos oficiais do PGC. Na prática, nenhum plano diretor resolverá o problema do carvão vegetal. Cada usina de ferro-gusa procurará assegurar o abastecimento do carvão vegetal. Haverá um mercado livre. As empresas vão oferecer aos lavradores, potenciais produtores de carvão, tecnologia e material necessário para a construção dos fornos e, no início, um preço atrativo. Depois de grande parte dos pequenos produtores terem abandonado as suas roças em troca da produção do carvão, o preço vai se nivelando e os intermediários vão ficando com a margem de lucro. A floresta vai ser devastada e o lavrador deixará de produzir alimentos” (GISTELINCK, 1988: 99).*

Trata-se de uma relação extremamente perversa que se estabelece entre o grande capital e a população local. O caráter dessa relação não se evidencia, de imediato, a nível da exploração direta da força de trabalho. Aliás, neste particular, em grande parte dos empreendimentos, incluindo-se salários diretos e indiretos, o nível de remuneração supera as médias vigentes na região, mas esta situação, na realidade, aparece com maior ênfase em função dos baixos patamares alcançados pelos salários em geral, numa conjuntura em que a burocracia estatal, historicamente, tem se constituído num empregador de grande expressão. Manifesta-se, pois, aquela relação de exploração através dos agentes intermediários, indivíduos que atendem às encomendas das usinas adquirindo o

carvão junto a pequenos produtores da região. Para o fornecimento do carvão, as empresas contratam pessoas que, via de regra, são moradores das próprias comunidades atingidas. Estes intermediários, também conhecidos como *gatos*, encarregam-se de recrutar os produtores diretos, geralmente agricultores pressionados pelas incertezas quanto à posse da terra, pelos eventuais maus resultados da colheita ou pelo endividamento junto aos comerciantes locais. Na relação que se estabelece, a empresa paga ao intermediário e este paga aos produtores diretos, sendo que a empresa controla os preços e o processo de medição das quantidades de carvão, operando-se uma lógica de *remuneração por peça*, em que o produtor recebe por metro cúbico de carvão produzido.

Nessa forma de remuneração revela-se uma brutal exploração da mão-de-obra. Buscando aumentar suas receitas, os trabalhadores têm de prolongar as correspondentes jornadas de trabalho e empenhar-se mais intensivamente, submetendo-se a um consumo acelerado de suas energias. Esta situação manifesta-se com maior gravidade quando se considera o caráter insalubre do processo de trabalho na produção carvoeira. Sem mencionar a tarefa de cortar as árvores, a dureza e os riscos desse processo revelam-se principalmente nas etapas de combustão da lenha e da abertura dos fornos para retirada do carvão, quando o organismo humano permanece exposto a elevadíssimas temperaturas e ao pó que se desprende da madeira queimada. Dado que em geral não são utilizados equipamentos adequados, nesse processo de dilapidação da força de trabalho, as seqüelas podem ser definitivas para os indivíduos submetidos por períodos prolongados a essas condições de trabalho.

Por outro lado, esse tipo de relação de trabalho permite ao capital desonerar-se de encargos sociais e demais obrigações legais resultantes de conquistas históricas dos trabalhadores no conjunto da sociedade, funcionando ainda no sentido de neutralizar potenciais conflitos entre os produtores diretos e os empresários, na medida em que alguns indivíduos dentre os próprios

trabalhadores são utilizados como intermediários, transfigurados em *microempresários*. Já há muito tempo conhecido na história humana, o sistema de "salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista", pois que "a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador" (MARX, 1985: 640-2).

As conseqüências de maior alcance, entretanto, estão associadas ao significado que o desmatamento assume, considerando-se as condições gerais da vida na região. Ao derrubar a floresta para produzir carvão, o lavrador está comprometendo não somente as possibilidades da sua própria subsistência, mas também, das diversas formas de vida existentes na região, uma vez que, num primeiro momento, áreas de plantio potencial são transformadas em capoeiras. Com a redução das terras disponíveis para lavoura e a conseqüente necessidade de incorporação dessas áreas desmatadas, as dificuldades referentes à queda de produtividade do solo colocam-se de forma mais contundente para o agricultor. Por outro lado, ao acentuar-se o desmatamento, a alteração das condições de equilíbrio da cadeia alimentar com a redução de algumas espécies nativas, coloca em evidência a possibilidade de emergirem pragas prejudiciais às lavouras. Neste particular, os prejuízos podem apresentar uma ampla abrangência, com severas conseqüências para a região.

Cabe reafirmar que não somente a produção de carvão vegetal, mas todo o conjunto de empreendimentos localizados no corredor Carajás apresenta efeitos marcantes sobre a população da região e, obviamente, sobre a produção agrícola de base familiar. Na fase de instalação desses empreendimentos, as grandes obras exercem forte poder de atração sobre a mão-de-obra. Via de regra, é esta, aliás, a fase em que há maiores espaços para o aproveitamento da mão-de-obra local. Dadas as características da socioeconomia da região, as habilidades desenvolvidas pelo conjunto de trabalhadores, naturalmente voltadas para o atendimento de necessidades que se colocam historicamente, mostram-se

inadequadas aos requerimentos dos processos de trabalho com que esses empreendimentos geralmente operam.

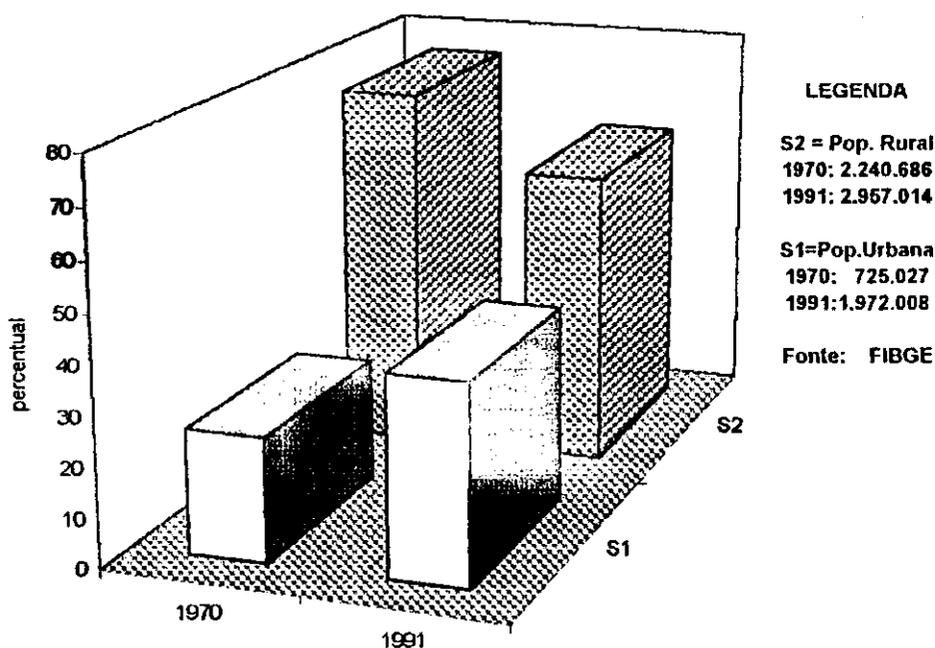
Para muitos lavradores, entretanto, o salário monetário oferecido naquelas obras aparece como uma oportunidade apropriada para obtenção de um incremento extra em sua receita, quer pela relativa sazonalidade das tarefas referentes ao calendário agrícola, quer pelo baixo nível de produtividade e de monetarização das atividades locais ligadas às lavouras. Desse modo, a construção da ferrovia e das fábricas nos pólos de produção, ao longo do corredor Carajás, funcionou como fator de atração da mão-de-obra antes ocupada no campo. Mas, por outro lado, é evidente que os empreendimentos incentivados pelo Programa Grande Carajás não se constituem na única causa da saída dos trabalhadores rurais de seus locais de trabalho. O Maranhão, há algum tempo que deixou de ser um espaço capaz de acolher em sua fronteira agrícola camponeses expulsos de outras áreas do país, passando, agora, à condição de *exportador* de agricultores sem-terra e, potencialmente, de conflitos agrários.

*“O êxodo rural no Maranhão se fez notar no momento em que o governo estadual decidiu vender as terras da união a grandes empresas nos anos 70 e facilitou a grilagem. Sem terra para trabalhar, o lavrador foi obrigado a procurar outra saída para sobreviver: o garimpo, as grandes obras da hidrelétrica de Tucuruí, da ferrovia de Carajás, da Alumar e de outras fábricas em São Luís” (GISTELINCK, 1988: 139).*

De fato, dados oficiais revelam considerável transferência da população maranhense do campo para a cidade, obedecendo a tendência

imposta pelos modelos de desenvolvimento que mantêm seu eixo principal no espaço urbano. Em pouco mais de vinte anos, a proporção entre as parcelas rural e urbana da população do Maranhão sofreu visível modificação. Em 1970, para cada habitante das cidades existiam três na zona rural; no ano de 1991, essa relação demonstra que, para os mesmos três moradores do campo, já havia outros dois na zona urbana. Ou seja, a população rural, que representava 75% da população total em 1970, reduzia-se relativamente para 60% no início dos anos 90, conforme se observa no gráfico 1.

**GRÁFICO 1. DISTRIBUIÇÃO CAMPO/CIDADE DA POPULAÇÃO MARANHENSE (1970/91)**



É necessário ainda que se considerem esses dados para o conjunto do estado do Maranhão com um sentido relativo, uma vez que, diante do crescimento desordenado das cidades (com rápido aparecimento das chamadas áreas de invasão, favelas e conjuntos residenciais populares distantes dos núcleos

principais das cidades), há dificuldades dos órgãos oficiais, especialmente Fundação IBGE e prefeituras, em atualizar suas definições de área, de modo a adequá-las ao ritmo em que se verifica a mobilidade da população. Assim, parte da população residente na periferia das cidades é considerada rural, quando na realidade trata-se de população urbana.

No caso particular da área de influência da ferrovia Carajás no Maranhão, dados da antiga SUCAM,<sup>31</sup> relativos a meados do anos 80, dão conta de que mais da metade de população residia nas cidades, àquela época. A distribuição mostrava-se da seguinte maneira: 47,6% na zona rural e 52,4% na zona urbana. Esses percentuais foram obtidos principalmente em função dos municípios de São Luís e Santa Inês, nos quais o contingente dos residentes na zona urbana atingia 96,4% e 68,5% respectivamente. São José de Ribamar, com 40%, e Açailândia, com 37,1%, também apresentaram considerável percentual de suas populações residindo na zona urbana. Os demais municípios ainda contavam com elevado peso da zona rural em suas respectivas distribuições populacionais.

O alvo mais freqüente do deslocamento da população rural talvez continue sendo o mundo dos aglomerados urbanos, dentro do estado e também em outras regiões do país, principalmente a Sudeste. Entretanto, a exemplo do que o próprio Maranhão representou nos anos 50 no que se refere aos nordestinos, a migração campo/campo coloca-se também como uma alternativa, agora para os agricultores maranhenses expulsos da terra. Assim, estados como Pará e Goiás/Tocantins têm se tornado alvo das migrações de camponeses do Maranhão,<sup>32</sup> que partem em busca de terra para plantar e de melhores perspectivas de vida.

---

<sup>31</sup> Conforme GISTELINCK (1988: 142), apresentando dados referentes aos municípios maranhenses inseridos na área de influência direta da Estrada de Ferro Carajás.

<sup>32</sup> A rigor, não se trata de uma migração recente, em especial no que diz respeito ao estado do Pará. Referindo-se às décadas de 50 e 60, Velho (1974:199-200) menciona que "tradicionalmente muitos habitantes de uma grande área no sudoeste do Maranhão, particularmente aqueles que viviam próximos do

Dados atualizados sobre essa movimentação da população não se encontram disponíveis nos órgãos oficiais. Entretanto, as informações relativas aos anos 70 são bastante ilustrativas.<sup>33</sup> Àquela época, 82 mil maranhenses constituíam o mais numeroso grupo entre os imigrantes radicados no estado de Goiás. No caso do Pará, os imigrantes maranhenses também eram os mais numerosos, ao lado dos cearenses, ambos atingindo aproximadamente 40 mil pessoas. Há ainda outros indicadores que se referem ao número de trabalhadores maranhenses vitimados em chacinas relacionadas a conflitos de terra em estados vizinhos. Em um período de dois anos e meio, quarenta e cinco maranhenses foram assassinados em seis diferentes chacinas, destacando-se que no confronto de Santana do Araguaia todos os mortos eram maranhenses. Do mesmo modo, em relação ao episódio de Eldorado dos Carajás, sete entre os dezenove sem-terra encontrados mortos e 80% dos feridos também tinha como procedência o estado do Maranhão.<sup>34</sup>

Esses dados refletem uma situação fundiária que, recentemente, tem se agravado no Maranhão. O processo de implantação dos projetos ligados ao PGC é precedido de um extraordinário avanço das ações de apropriação especulativa da terra e do concomitante aumento na concentração da propriedade. Nesse sentido, aliás, Feitosa observa que a influência do PGC foi decisiva na medida em que se faz acompanhar de uma desproporcional elevação

---

rio Tocantins. atravessavam para o Pará na época da safra da castanha do pará. (...) Aos poucos alguns começaram a ficar no Pará, mesmo antes da pressão demográfica tornar-se muito forte em torno de Imperatriz. Eram atraídos pela grande extensão de terras livres e pela existência de ocupações alternativas e complementares na coleta de castanha e na busca de diamantes nos rios. *Esses indivíduos constituíram a vanguarda da expansão camponesa na região propriamente da floresta amazônica, bem antes da Rodovia Transamazônica vir a atravessar a área*" (grifos do original). O movimento atual, no entanto, verifica-se não em função da atratividade de terras livres no local de destino, ainda que as grandes obras e o garimpo continuem representando alguma ilusão para os muitos camponeses. Prioritariamente, essa migração se processa motivada pela violenta expropriação da terra no lugar de origem.

<sup>33</sup> Conforme dados da FIBGE. Censo Demográfico - 1970.

<sup>34</sup> Dados apresentados pelo antropólogo Alfredo Wagner durante recente debate realizado na UFMA, sobre o confronto entre policiais e manifestantes do Movimento dos Sem-Terra, ocorrido em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado de Carajás (PA).

no preço da terra, possibilitando a dinamização de um mercado imobiliário, no campo e na cidade.

*“(Essa alta de preço ocorre) naqueles pontos em que os diversos projetos vinculados às suas atividades vão sendo instalados, como é o caso de todos aqueles municípios que se localizam no eixo da Estrada de Ferro Carajás/Norte-Sul ou daqueles que, por alguma razão, o carvão, em particular, estão vinculados ao processo de exploração e comercialização de minérios da CVRD, das guserias e da Alcoa/Billington” (FEITOSA, 1994: 301).*

Nesse contexto, comparando-se dados relativos a 1970 e 1985, (quadro 01) pode-se observar que os estabelecimentos de até 10 hectares, a despeito de terem aumentado em quase 106.400 unidades, foram acrescidos de apenas 72.767 hectares de área total, o que representa 0,684 hectares para cada novo estabelecimento, reduzindo-se a área média desse grupo de 1,781 hectares para 1,518 hectares. No caso do grupo situado entre 10 e 100 hectares, o acréscimo no número de estabelecimentos foi de 26.893, incorporando-se cerca de 1.256.294 hectares, o que significa mais de 46,7 hectares para cada novo estabelecimento. O tamanho médio, então, deslocou-se de 36,463 para 41,282 hectares. Para o grupo de 100 a 10.000 hectares, observa-se que ao acréscimo de 7.472 unidades correspondeu um aumento de 2.421.961 hectares, com uma média superior a 324 hectares por cada unidade surgida. Dessa maneira, o tamanho médio, apresentando uma redução de aproximadamente 10%, variou de 483 para 436 hectares. Quando se considera o grupo de estabelecimentos com área superior a

10.000 hectares, verifica-se que as 43 novas unidades incorporaram uma área de 1.002.330 hectares, a uma média de 23.310 hectares por cada unidade surgida no período em questão e com o tamanho médio passando de cerca de 13.940 para 19.241 hectares.

#### QUADRO 01. DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA POR GRUPOS DE ÁREA

GRUPOS DE ÁREA (Hectare)	1970				1985			
	Nº Estabelecimentos		Área Ocupada		Nº Estabelecimentos		Área Ocupada	
	absoluto	%	hectare	%	absoluto	%	hectare	%
Até 10	338.699	85,4	603.227	5,6	445.064	83,8	675.994	4,3
De 10 até 100	30.312	7,6	1.105.287	10,2	57.205	10,8	2.361.581	15,2
De 100 até 10.000	17.859	4,5	8.626.388	79,9	25.331	4,8	11.048.349	71,1
Acima de 10.000	33	0,0	460.011	4,3	76	0,0	1.462.341	9,4
Não declarada	9.858	2,5	-	-	3.374	0,6	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>396.761</b>	<b>100</b>	<b>10.794.913</b>	<b>100</b>	<b>531.413</b>	<b>100</b>	<b>15.548.265</b>	<b>100</b>

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970 e 1985.

Esse dados demonstram a redução relativa da área ocupada por estabelecimentos com tamanho de até dez hectares, indicando um crescimento menos acelerado do que o verificado nas faixas entre dez e cem hectares e acima de dez mil hectares. Em 1970, ainda que representassem mais de 85% das unidades existentes, esses estabelecimentos de até dez hectares ocupavam uma área inferior a 6% da área total. Já no ano de 1985, quando representavam aproximadamente 84% dos estabelecimentos, a área ocupada reduziu-se para pouco mais de 4%. Mesmo juntando-se a estes os estabelecimentos situados entre dez e cem hectares (os quais apresentaram um acréscimo de 49% em sua área), de modo que esse conjunto atinja 93% no ano de 1970 e evolua para 94,6% do total de estabelecimentos em 1985, ainda assim a parcela ocupada por essas unidades não alcança 1/5 da área total, passando de 15,8% para 19,5%. No outro extremo, encontram-se os estabelecimentos cujas áreas são superiores a cem mil hectares. Nos dois anos considerados, o percentual desses estabelecimentos é

inferior a 0,1%, entretanto a área ocupada, que em 1970 representava 4,3%, avançou notavelmente, atingindo 9,4% no ano de 1985.

As dimensões desse comportamento ficam melhor evidenciadas no quadro seguinte, no qual se compara a evolução dos diversos grupos de área com a situação relativa ao ano de 1960, ou seja, com situação anterior ao processo de concepção e implementação do Programa Grande Carajás. Observa-se que a área ocupada cresceu em todos os grupos, exceto para os estabelecimentos situados abaixo de 10 ha, cuja área decaiu significativamente, a despeito do número de unidades ter crescido mais que o dobro no período. Chama atenção, porém, a elevação da área ocupada pelos estabelecimentos de tamanho grande, principalmente o caso daqueles que se situam acima de 10.000 hectares.

#### QUADRO 02. EVOLUÇÃO DA POSSE DA TERRA (1960/85)

Base: 1960

GRUPOS DE ÁREA (hectare)	1960		1970		1985	
	Estabelecimentos	Área Ocupada	Estabelecimentos	Área Ocupada	Estabelecimentos	Área Ocupada
Até 10	100	100	160	73	210	82
De 10 até 100	100	100	158	129	298	275
De 100 até 10.000	100	100	162	286	229	367
Acima de 10.000	100	100	89	330	205	1.050
Não declarada	100	-	1.637	-	560	-
<b>TOTAL</b>	100	100	163	223	219	321

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários (1960, 1970 e 1985)

Por outro lado, é considerável o número de estabelecimentos sem declaração de área, especialmente no início da década de 70. Sem dúvida, a omissão do tamanho da propriedade dificulta sobremaneira a percepção da concentração fundiária. Por outro lado, a existência de diferentes áreas pertencentes ao mesmo dono também contribui para dissimular a concentração da propriedade da terra a nível dos registros oficiais. "Caso fossem considerados os imóveis rurais de um mesmo proprietário, em áreas não necessariamente

contíguas, os índices de concentração fundiária seriam mais alarmantes e obrigariam a se relativizar as estatísticas cadastrais do INCRA" (ALMEIDA, 1993: 220). Ainda assim, persistiriam dificuldades, uma vez que, além da existência de imóveis cadastrados em nome de terceiros (os chamados *testas-de ferro*) mas que de fato pertencem e são controlados por um mesmo proprietário, há também imóveis em áreas cuja dimensão declarada para fins de cadastro é inferior à extensão realmente controlada pelo proprietário ou pretense proprietário.

*Nas regiões de ocupação recente que acompanham o Rio Pindaré e o trajeto descrito pela ferrovia Carajás-Porto do Itaqui, encontram-se também agropecuárias e madejeiras pretendendo grandes extensões territoriais nem sempre declaradas em cadastro. Há situações de pretensos proprietários em áreas já efetivamente ocupadas por pequenos produtores agrícolas, caracterizando tensão social e conflito provocados pelos atos de grilagem" (ALMEIDA, 1993: 222).*

Ainda de acordo com Almeida, existe um outro tipo de dificuldade a respeito dos dados de dominialidade dos imóveis rurais, que se trata do processo de compra e venda de projetos agropecuários incentivados com recursos da SUDENE e da SUDAM. Apoiando-se em informações veiculadas na imprensa periódica paraense,<sup>35</sup> o autor refere-se, por exemplo, ao envolvimento de políticos na aquisição do controle acionário de quatro projetos agropecuários aprovados por diferentes grupos através do FINOR, sendo três desses projetos localizados no estado do Maranhão.

---

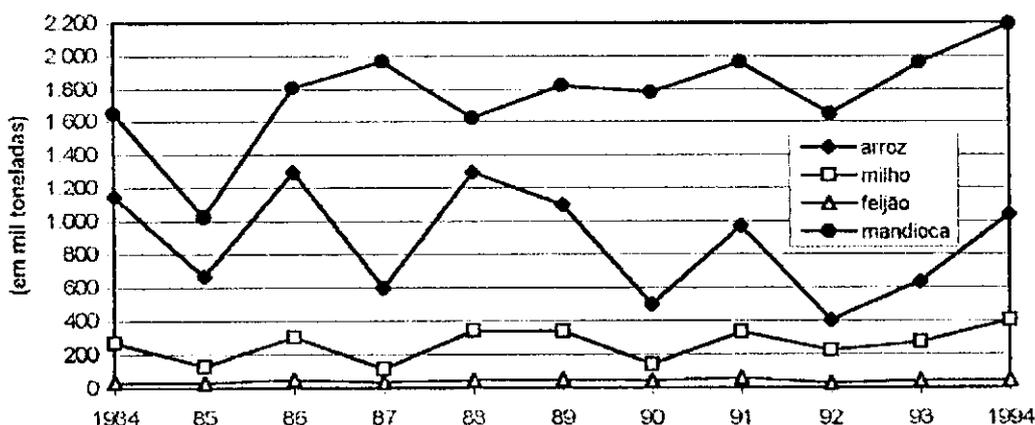
<sup>35</sup> Almeida (1993: 222) cita reportagem do jornal Diário do Pará, de 19.11.93, p.A-3, intitulada "Firmas de Fiúza são investigadas".

### 3.3 Panorama da Pequena Produção Agrícola no Maranhão

#### Concentração fundiária e crise da produção

É num cenário de forte concentração da propriedade da terra no Maranhão que se coloca o surgimento da luta dos trabalhadores rurais pelo direito de sustentarem-se com o próprio trabalho. Nesse contexto, por conta de variados fatores, tem-se apontado a existência de uma progressiva crise na pequena produção. Numa economia com características concentradoras, como a maranhense, em que as inovações que visam a redução dos riscos e a elevação da produtividade na agricultura não são difundidas entre os pequenos produtores, as dificuldades relativas à pequena produção agrícola refletem-se, particularmente, na oferta de produtos alimentares, como o arroz, o milho, o feijão e a mandioca. Esses produtos constituem a base da cultura alimentar da população pobre, especialmente o arroz, a farinha de mandioca e o feijão.

**GRÁFICO 2. MARANHÃO: EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS BÁSICOS (1984/94)**



Fonte: FIBGE - Produção Agrícola/1994.

Considerando-se o movimento relativo à última década, verifica-se que a produção daqueles produtos demonstra acentuadas oscilações, indicando a forte influência que as variações climáticas exercem sobre as modalidades de

agricultura predominantes na região. Ao se observar o caso do arroz, constata-se também uma tendência decrescente em termos absolutos. Por outro lado, a produção de feijão mantém-se sob uma frágil estabilidade, com baixas colheitas obtidas ao longo do período. Por sua vez, as colheitas de milho e de mandioca, comparativamente ao início do período, apresentam acréscimos absolutos. Esses resultados, todavia, não foram suficientes para garantir que a produção dos quatro produtos considerados correspondesse à variação da demanda decorrente do aumento populacional, especialmente no que se refere ao setor urbano.

Trabalhando com dados do IBGE, Viana (1991) relaciona a evolução da produção desses produtos com o crescimento populacional no Maranhão ao longo da década dos 80. O autor destaca que o comportamento da produção agrícola naquele período revela uma sistemática diminuição na disponibilidade *per capita* de produtos básicos para alimentação. Chama atenção que, nos anos de baixa, a produção do arroz tenha atingido cerca de 97 Kg/habitante (1983); a do feijão, menos de 4 Kg/habitante (1983) e a farinha de mandioca, 73 Kg/habitante (1985).

Por outro lado, conforme já se mencionou, verifica-se o avanço dos grandes proprietários sobre fatias cada vez maiores das terras agricultáveis no estado do Maranhão, refletindo-se nas condições de acesso à terra para aqueles agricultores que resistem à migração para os centros urbanos. Considerando-se os dados censitários do ano de 1985, pode-se observar que a área explorada pelos proprietários representa quase 93% da área total. Os não proprietários, por sua vez, produzem nos aproximadamente 7% restantes, embora, incluindo-se arrendatários, parceiros e ocupantes, somem mais de 80% dos estabelecimentos. Tomados esses dados em relação ao ano de 1970, chama a atenção, principalmente, o movimento ocorrido nas áreas exploradas por proprietários (aumento de 55,9%), por ocupantes (redução de 38,8%) e por parceiros (acrécimo de 115,4%). Por sua vez, a situação dos arrendatários revela uma

queda significativa da área média, visto que, tendo crescido consideravelmente o número de estabelecimentos (cerca de 55 mil), a área ocupada permaneceu inalterada em termos absolutos.

A variação observada nos grupos de proprietários e ocupantes coloca-se, porém, dentro de uma certa previsibilidade, ao se considerar que as terras onde trabalham os ocupantes são, em geral, terras ainda não incorporadas em definitivo ao regime de propriedade privada; áreas devolutas ou demarcadas, mas que permanecem sob domínio público, com livre acesso da população aos recursos de subsistência. A redução dessa área, verificada não só relativamente mas também em termos absolutos, significa a expansão da propriedade privada sobre a terra. Em 1970, a área que se encontrava sob regime de propriedade privada, considerando-se os domínios de proprietários, arrendatários e parceiros, correspondia a pouco menos de 9/10 do total. Essa parcela se elevou para 95,5% até o ano de 1985, restando às mais de 200 mil famílias de ocupantes apenas 4,5% da área considerada. Estas famílias, aliás, tiveram a área média de suas posses reduzida de 6,038 ha, em 1970, para 3,480 ha, no ano de 1985.<sup>36</sup>

### QUADRO 03. DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA (segundo condição do produtor - 1970 e 1985)

(área: mil ha.)

TOTAL		Proprietários		Arrendatários		Parceiros		Ocupantes	
estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
<b>1970</b>									
396.761	10.794,9	48.568	9.255,1	147.233	374,5	10.526	16,2	190.434	1.149,9
100%	100%	12,2%	85,7%	37,1%	3,5%	2,7%	0,1%	48,0%	10,7%
<b>1985</b>									
531.413	15.548,1	102.954	14.432,8	202.210	376,7	23.223	34,9	203.026	703,7
100%	100%	19,3%	92,8%	38,1%	2,4%	4,4%	0,3%	38,2%	4,5%
<b>var. 1985/1970</b>									
33,9%	44,0%	112,0%	55,9%	37,3%	0,6%	120,6%	115,4%	6,6%	-38,8%

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários (1970 e 1985).

<sup>36</sup> Esta redução mostra-se muito mais significativa ao ser tomada em relação a meados do século, quando na região de ocupação espontânea da *fronteira agrícola*, por exemplo, "o tamanho médio dos estabelecimentos camponeses era de 100 hectares, o que era uma área considerável comparada com os minifúndios do Nordeste e poderia até resistir relativamente bem - devido à possibilidade de rotação - à mais primitiva agricultura de queimada. Em geral não mais do que 10 hectares eram cultivados por ano" (VELHO, 1974:203).

Destaca-se, por sua vez, a evolução da área explorada por parceiros. Ainda que seu percentual em relação à área total permaneça pouco significativo, o acréscimo absoluto da área ocupada e do número de estabelecimentos é ilustrativo, correspondendo à mais expressiva variação observada: 120,6% para o número de estabelecimentos e 115,4% para a área, com o tamanho médio permanecendo em torno de 1,5 ha. Obviamente, a manutenção da área média aponta para um movimento em que os aumentos na demanda por terras são correspondidos por acréscimos na oferta de terras, só que com destinação específica de exploração em parceria. Essa evolução da relação de parceria pode indicar uma estratégia de determinados proprietários de terra em busca de melhores rendimentos. Considerando-se que o parceiro, por apropriar-se de um percentual da produção, tem interesse em que a esta seja a mais elevada possível, para o proprietário isso significa uma alternativa mais vantajosa do que a de explorar pessoalmente a terra.

Alguns elementos fornecem base ao caráter vantajoso que a parceria representa para o proprietário da terra. Caso optasse por explorar a terra e empregar mão-de-obra assalariada, o proprietário/empresário provavelmente estaria sujeito ao pagamento de encargos sociais, além de que o trabalhador empregaria sua capacidade de trabalho desgastando-se segundo a intensidade e a duração normais. A relação de parceria, por sua vez, desobriga o proprietário de pagar encargos sobre folha de salário e representa, por outro lado, um estímulo ao parceiro para que eleve tanto a intensidade quanto a duração do trabalho, pois que assim poderá obter maior produção. Porém, esse estímulo é atenuado pelas incertezas em relação a posse da terra, motivo pelo qual investimentos mais significativos são evitados pelo parceiro. Não obstante, esta circunstância transforma-se em mais uma vantagem para o proprietário, que assim pode ter a terra de volta ao final do *contrato*, ou a qualquer tempo, dado que os acordos de cessão, costumeiramente, são verbais. Outro elemento favorável ao proprietário trata-se da transferência para o parceiro de parte dos

custos e dos riscos inerentes ao processo de trabalho na agricultura: a aquisição de insumos e os custos de administração ficam com o parceiro, enquanto os potenciais efeitos de flagelos, como secas, inundações e pragas, ou de eventuais oscilações de mercado são repartidos na mesma proporção entre parceiro e proprietário.

Considerado no conjunto das formas de acesso à terra, o crescimento da parceria pode significar que, em parte, a propriedade privada tem se consolidado pelas mãos dos que não trabalham efetivamente na terra. Esse movimento, entretanto, não se torna imediatamente evidente quando se inter-relacionam dados referentes à condição do produtor e ao uso da terra. Mas esta circunstância não atenua a existência de empreendimentos, na Pré-Amazônia maranhense, cuja finalidade resume-se ao usufruto de benefícios fiscais e creditícios, nem tampouco a apropriação fraudulenta e especulativa em que a terra é utilizada sob a forma de reserva de valor para o capital.

#### QUADRO 04. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS PRODUTIVAS

(em mil hectares)

USO	Lavoura		Pastagem		Mata/Floresta		Terras em descanso e produtiva não utilizada	TQ TAL (1)
	permanente	temporária	natural	plantada	natural	plantada		
1970 (a)	33,9	729,4	2.717,9	634,8	1.924,1	8,6	3.944,1	10.794,9
(%)	0,3	6,8	25,2	5,9	17,8	0,1	36,5	100
1985 (b)	86,3	1.218,2	2.656,3	2.790,3	3.094,7	28,5	5.040,9	15.548,3
(%)	0,5	7,8	17,1	17,9	19,9	0,2	32,4	100
Var.%(b/a)	154,6	67,9	-2,27	339,6	60,8	231,4	27,8	44,0

Fonte: FIBGE-Censos Agropecuários (1970/1985)

(1) inclusive terras improdutivas (7,4%, em 1970, e 4,0%, em 1985)

A gravidade da questão relativa à propriedade privada da terra no Maranhão evidencia-se ao longo do período considerado. A propriedade, obviamente, condiciona as decisões sobre a utilização do solo. Quando as figuras do proprietário e do produtor direto não coincidem, geralmente, quem define o tipo

de atividade a ser desenvolvida é o dono; quando o dono é um fazendeiro, as áreas desmatadas para cultivo transformam-se, em seguida, em áreas de pastagem. O resultado desse processo é que o proprietário apropria-se também de parte do trabalho do produtor direto, na medida em que incorpora à atividade pecuária, sem custos, uma área desmatada e semeada, pois os acordos estabelecidos prevêm, geralmente, que o lavrador também efetue a semeadura do capim, ao concluir a colheita.

Em princípio, alguns aspectos destacam-se nos dados sobre o uso da terra no Maranhão. No ano de 1970, a área destinada às lavouras não alcança 8% da área total, ao passo que 1/3 está ocupado por pastagem e 36,5% (mais de 3,9 milhões de hectares) constituem-se de terras produtivas não utilizadas, incluindo-se as parcelas em descanso. Em 1985, essas terras em descanso e produtivas não utilizadas reduzem-se para aproximadamente 32%, mas em termos absolutos representam mais de 5 milhões de hectares, sendo 2/3 correspondentes às terras produtivas não utilizadas. Naquele ano, a área de pastagem passa a representar 35% da área total, com uma expansão de 340% da área de pastagem plantada, e as lavouras atingem a faixa de 8%, destacando-se a variação das lavouras permanentes que, apesar de representarem um peso pouco significativo no conjunto, evoluem cerca de 155%.

A comparação entre os anos de 1970 e 1985 permite que se observe um crescimento mais acentuado justamente naquelas atividades indicativas da presença empresarial, como as lavouras permanentes, pastagem plantada e floresta artificial. Considerando-se que, via de regra, é grande o volume dos investimentos requeridos em atividades dessa natureza, deduz-se que a efetivação de tais atividades pressupõe a propriedade privada da terra e que, por conseguinte, a expansão verificada encontra-se associada ao crescimento da área ocupada pelos proprietários, que, como já se observou, passou de 85,7%, em 1970, para 92,8%, em 1985.

Por outro lado, o aumento absoluto da área de terras produtivas não utilizadas, que perfazem mais de 3,3 milhões de hectares, pode estar refletindo apenas um momento do já mencionado processo de apropriação de terra com fins especulativos, intensificado no contexto da implantação do PGC. Entretanto, a indisponibilidade de estatísticas anuais dificulta sobremaneira uma percepção nítida desse fenômeno, pois seu maior ímpeto deve ter se manifestado ao longo da década dos 70, quando opera-se a consolidação da propriedade privada, inclusive sob a tutela de Estado.

No decorrer desse reordenamento das relações de propriedade, uma parte dos pequenos produtores, particularmente os posseiros da antiga região de fronteira, ao que os dados sugerem, vai transferindo-se para a condição de pequenos arrendatários e parceiros. Em todo esse contexto, conforme já se mencionou, caracteriza-se uma certa crise da pequena produção agrícola no estado do Maranhão. O fechamento da fronteira agrícola compromete a viabilidade dessa produção ao significar crescentes dificuldades de reprodução dos roçados em sua forma itinerante. Essa situação explica-se dado que as técnicas de produção incluem a queimada da cobertura vegetal como prática de limpeza da área a ser cultivada, resultando na progressiva redução dos nutrientes existentes no solo. Desse modo, torna-se necessário um período de descanso ou pousio para reconstituição do solo naquelas áreas já utilizadas e, em consequência, passa a ser um imperativo a incorporação de novas áreas de mata ao plantio.

Todavia, com a apropriação privada de grandes extensões de terra, tanto em áreas desmatadas quanto naquelas ainda não trabalhadas, as terras livres vão sendo isoladas, quer pelo cercamento quer pela ação vigilante de milícias privadas e do próprio aparelho repressivo do Estado. Por conseguinte, ao pequeno agricultor, restringem-se cada vez mais as áreas disponíveis para novos

representado na figura do atravessador, opere a transferência do excedente gerado pelos pequenos produtores agrícolas.

A crise da pequena produção no Maranhão, portanto, mais do que se explicar pela redução das terras livres, associa-se às especificidades, por um lado, das condições da produção (as técnicas de produção e as relações de propriedade), que fazem com que a existência de terras livres seja indispensável, e, por outro lado, das condições de acesso ao mercado, que obrigam os produtores diretos a transferirem, na comercialização, uma parte de sua produção para os atravessadores. Em outras palavras, posseiros, parceiros, pequenos arrendatários ou pequenos proprietários, a rigor, não estão empobrecendo, e sim permanecem pobres, por produzirem sob as condições em que produzem e por comercializarem sob as condições em que comercializam. Produzem relativamente pouco e perdem parte do que produzem para os atravessadores. A particularidade da apropriação privada das terras livres consiste no fato de que, agora, esses agricultores, particularmente os posseiros,<sup>37</sup> tem explicitada também a sua condição de sem-terra. Sem a propriedade da terra, os produtores diretos não têm, por exemplo, acesso a crédito para investimento, assim como enfrentam maiores dificuldades para adquirirem outras modalidades de crédito.

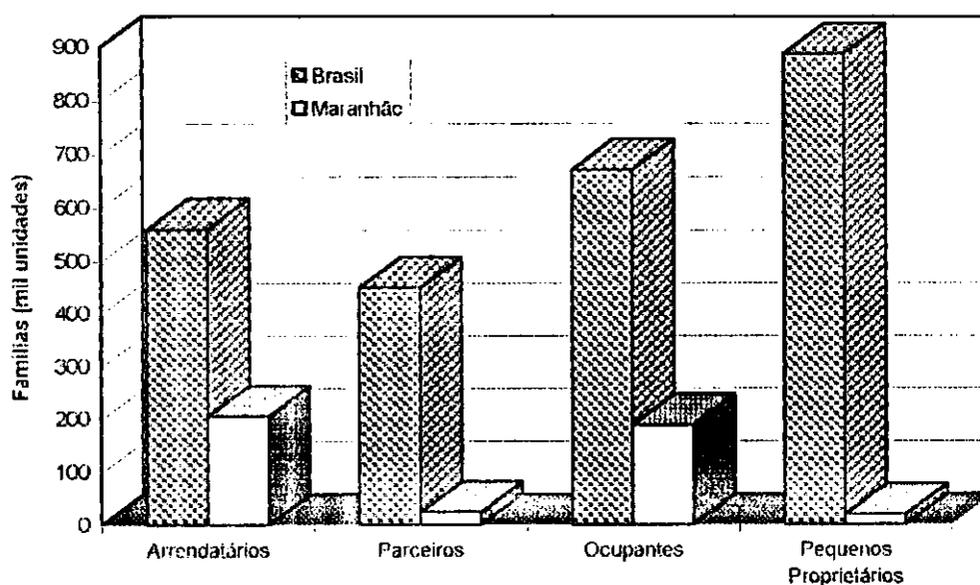
Em um levantamento realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a partir de informações dos censos da Fundação IBGE de 1980 e 1985, a Bahia e o Maranhão aparecem como os estados onde se encontram os maiores contingentes de famílias sem-terra: cerca 574,8 mil e 513,4

---

<sup>37</sup> “Com respeito à dominialidade, verifica-se que os **ocupantes** -uma designação da FIBGE que se refere a casos em que a exploração ocorre em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento dos proprietários) nada pagando os produtores diretos pelo seu uso - podem ser aproximados da categoria posseiros, já que concernem à posse efetiva e não às terras tituladas” (ALMEIDA, 1992: 69). Dadas as características das relações de produção no campo maranhense, utiliza-se, ao longo do presente trabalho, essa aproximação entre os termos acima.

mil, respectivamente.<sup>38</sup> O número de famílias sem-terra existentes no estado do Maranhão equivale a 1/3 do total de trabalhadores rurais com idade superior a 14 anos no estado (1,6 milhão) e a aproximadamente 11% das mais de 4,8 milhões de famílias sem-terra no Brasil, conforme a definição do MST. Estão inclusos nesses dados os assalariados rurais que manifestam o desejo de possuírem terra para trabalhar. No Brasil, esse grupo representa mais de 45% do total de sem-terra, mas no Maranhão o percentual situa-se em torno dos 15%, significando, ainda, menos de 5% do universo de trabalhadores rurais existentes no estado.

**GRÁFICO 3. FAMÍLIAS SEM TERRA (1985)**



Fonte: FIBGE e MST.

<sup>38</sup> O MST considerou *sem-terra*, além de parceiros e arrendatários, os posseiros e pequenos proprietários cuja área não ultrapassa cinco hectares, bem como aqueles trabalhadores assalariados que querem terra, os quais constituem 44% do total de assalariados. No Maranhão, caso fossem considerados também os posseiros dos grupos de área acima de cinco hectares (cerca de 25 mil), o contingente de sem-terra subiria para aproximadamente 538 mil.

Caso considerem-se apenas as categorias de pequenos arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários, mantendo-se os demais critérios utilizados no levantamento do MST, observa-se que se encontram no Maranhão 16,5% das famílias sem-terra, ou seja, 435,6 mil dos 2,6 milhões existentes no Brasil. Assim sendo, o Maranhão apresenta o maior número de trabalhadores rurais sem-terra entre os estados brasileiros, assim como o maior número de posseiros. Neste particular, o contingente é 2,6 vezes superior ao existente no estado de Pernambuco ou na Bahia, ou 6,6 vezes maior que os posseiros do Pará, que também é palco de intensos conflitos de terra. O Maranhão apresenta também o maior contingente de arrendatários: 36,7% dos 558,8 mil existentes no Brasil, o que significa 4 vezes o número observado no Paraná, 6,6 vezes o do Rio Grande do Sul ou ainda 32,6 o número de arrendatários existentes no Pará.

### **Expropriação e violência**

Convém destacar que uma das dimensões da crise enfrentada pela pequena produção agrícola manifesta-se em forma de reação organizada dos trabalhadores. A reconquista da terra e a proliferação dos assentamentos de reforma agrária apontam para uma potencial modificação do cenário acima referido. Todavia, essa organização forja-se em um ambiente social em que a truculência das formas sob as quais tem se dado a consolidação da propriedade privada sobre áreas tradicionalmente ocupadas por posseiros e pequenos proprietários, constitui-se numa característica histórica do processo de concentração fundiária, especialmente em se tratando das regiões Norte e Nordeste. No caso da Amazônia legal, Almeida (1990:3) observa que é grande o descompasso entre a intensificação dos conflitos agrários e a intervenção do Estado, irregular e desigual, com um tratamento tecnocrático dos conflitos e da violência, de forma que a subjugação dos segmentos camponeses é encarada

como um fator inerente à modernização da agricultura e ao desenvolvimento das forças produtivas numa região de fronteira.

*"Interpreta-se de maneira naturalizada o acirramento das tensões sociais e dos confrontos num endosso tácito à concentração fundiária sob o ditame da força bruta e da coerção. (...) O princípio da subordinação dos camponeses por atos coercitivos e por modalidades diversas de banditismo e pistoleira mostra-se historicamente coextensivo à consolidação da grande propriedade territorial fundada no acesso aos meios de produção pela destruição dos sistemas de apossamento preexistentes e na adoção de mecanismos de imobilização (...) que configuram modalidades extremas de repressão da força de trabalho" (ALMEIDA, 1990: 3).*

Ao lado de estados como Pará e Bahia, o Maranhão destaca-se como palco de violência contra trabalhadores rurais. O caráter do padrão de desenvolvimento que tem sido implantado, sobreposto ao processo de definição da propriedade fundiária, ao mesmo tempo em que pressupõe a expropriação da terra aos pequenos agricultores, não permite a criação de espaços suficientes para a absorção da massa de homens liberados das atividades rurais - aliás, não seria de outra maneira, em se tratando de uma lógica de acumulação capitalista e ainda mais sob um contexto histórico de reestruturação que traz como resultado imediato uma violenta redução do emprego em escala mundial. Como fenômeno inerente a esse desenvolvimento, acentua-se a formação de um *exército de*

*desempregados*, de acordo com a expressão utilizada por Feitosa (1994:267), confinando nos “*bolsões de pobreza*, uma população miserável, atraída de outras regiões, expropriada de suas terras ou atividades econômicas anteriores e não absorvidas nos projetos” (GISTELINCK, 1988: 66).

Por outro lado, em meio a essa dinâmica social caótica, apresentam-se personagens que vão exercer papel decisivo na luta que se trava entre aqueles a quem interessa o tipo de desenvolvimento em curso e os que, à força, vem sendo apartados dos benefícios desse mesmo processo: são, pois, o jagunço ou capanga, integrante das milícias privadas, o pistoleiro ou matador de aluguel, às vezes, recrutado entre os próprios trabalhadores rurais ou urbanos desocupados, ou ainda nos quadros policiais. Todos esses personagens colocam-se a serviço de grileiros, fazendeiros e empresários da terra (FEITOSA, 1994: 267) para a execução de tarefas as mais diversas e, via de regra, tão macabras quanto extemporâneas, como a de eliminar *comunistas*, entre os quais listam-se os posseiros e suas famílias, as lideranças sindicais e aqueles religiosos que ousam apoiar os trabalhadores rurais em sua luta pela preservação da terra como meio de vida.

Junte-se a essa situação o caráter de parcialidade que, habitualmente, orienta o comportamento do aparelho policial nos casos de conflito de terra, utilizando-se de violência premeditada para executar ações de *despejo* e reprimir os trabalhadores rurais, de modo que essa atuação tem servido para favorecer latifundiários e fazendeiros na disputa pela posse da terra. Quando os posseiros, diante das tentativas de expropriação de suas posses, oferecem prolongada resistência, os *grileiros* costumam fraudar a aquisição de posse ou títulos de propriedade e, então, recorrem ao Judiciário para que a polícia efetue o *despejo*. Assim, moradores “passam a ser chamados de *invasores* e são lançados contra eles os oficiais de justiça e os policiais militares. De maneira freqüente a polícia e o judiciário encontram-se subordinados à ordem privada ou mais exatamente aos

detentores do poder econômico" (ALMEIDA, 1981b: 9). Nessas circunstâncias, revela-se "uma união muito forte entre o aparelho policial, o latifúndio e a pistolagem, havendo caso de policiais que atuam como pistoleiros, bem como pistoleiros que vestem-se de policiais, para facilitar a ação repressiva contra os lavradores" (MODESTO, 1992:13). A respeito dessa realidade, Feitosa ressalta:

*"O clima de violência que se coloca nessa ferrenha disputa pela terra entre os posseiros e demais trabalhadores rurais de um lado e os grileiros, grandes fazendeiros, capangas e jagunços desses fazendeiros e grileiros, a polícia e o próprio judiciário, do outro lado, lembra um estado permanente de guerra no campo" (FEITOSA, 1994: 269).*

A essa guerra, em todo o Brasil, correspondem dados estarrecedores, não somente em função de sua magnitude como também em função dos requintes de crueldade que marcam alguns dos eventos que se verificam com frequência. A violência contra os trabalhadores rurais transformou-se em rotina.<sup>39</sup> Deixando de lado outras tantas formas de violência praticadas (como despejos, ameaças de morte, tentativas de assassinatos, destruição de roças e pertences), observa-se que, ao longo do período 1964/95, não houve sequer um ano em que não ocorressem assassinatos de trabalhadores, lideranças religiosas, assessores ou,

---

<sup>39</sup> As circunstâncias nem sempre evidentes em que ocorrem os conflitos de terra, de modo que muitas vezes não é possível identificar com precisão as causas e os detalhes das diversas formas de violência praticadas, sugerem que os dados disponíveis sejam considerados com prudência. As dificuldades de efetivação dos registros primários refletem-se nos resultados, manifestando-se eventuais diferenças entre as fontes. É o caso, por exemplo, do número de assassinatos ocorridos no Maranhão no ano de 1990. Os dados coletados junto à CPT apresentam um total de oito mortos em disputa de terra, enquanto um levantamento da SMDDH (Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, 1993:23) revela vinte ocorrências de morte naquele ano, sendo quinze de trabalhadores rurais, três de capatazes de fazenda e duas de policiais. Assim, as informações podem, eventualmente, estar sub ou superestimadas, todavia, apesar de imprecisas, logram revelar a gravidade das tensões agrárias que têm sido geradas ao longo da história deste país.

mais recentemente, pistoleiros. O ano de menor frequência, 1968, apresentou três casos de mortes, enquanto nos anos de 1981, 1984 e 1985, ocorreram 131, 123 e 222 assassinatos, respectivamente.

**QUADRO 05. ASSASSINATOS RELACIONADOS À LUTA  
PELA TERRA NO BRASIL (1964/95)**

ESTADOS	1964/1970	1971/1984	1985/1995	TOTAL
<b>NORTE</b>	<b>16</b>	<b>220</b>	<b>294</b>	<b>530</b>
Acre	0	5	9	14
Amazonas	0	2	7	9
Amapá	0	0	5	5
Pará	16	196	206	418
Rondônia	0	17	40	57
Roraima	0	0	12	12
Tocantins	-	-	15	15
<b>NORDESTE</b>	<b>28</b>	<b>334</b>	<b>243</b>	<b>605</b>
Alagoas	0	12	13	25
Bahia	0	132	74	206
Maranhão	1	109	94	206
Paraíba	2	10	12	24
Pernambuco	19	40	22	81
Piauí	0	2	8	10
Rio Grande do Norte	6	6	4	16
Sergipe	0	7	2	9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0</b>	<b>110</b>	<b>104</b>	<b>214</b>
Goiás	0	42	33	75
Mato Grosso	0	56	61	117
Mato Grosso do Sul	-	12	10	22
<b>SUDESTE</b>	<b>7</b>	<b>112</b>	<b>130</b>	<b>249</b>
Espírito Santo	0	2	6	8
Minas Gerais	3	18	76	97
Rio de Janeiro	2	26	11	39
São Paulo	2	66	37	105
<b>SUL</b>	<b>5</b>	<b>51</b>	<b>40</b>	<b>96</b>
Paraná	3	43	24	70
Rio Grande do Sul	2	7	8	17
Santa Catarina	0	1	8	9
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>827</b>	<b>811</b>	<b>1.694</b>

Fonte: Comissão Pastoral da Terra e Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas.

Em conformidade com o que se mencionou anteriormente, o quadro 05 revela que, entre os estados mais violentos, destacam-se Bahia, Pará e Maranhão, considerando-se o número absoluto de assassinatos. No Pará, nas mais de três décadas consideradas, somente em dois anos, 1966 e 1971, não se

encontram registros de assassinatos relacionados a conflitos agrários. No Maranhão, 199 dos 200 assassinatos verificados no período ocorreram a partir do ano de 1972, sendo que nos 23 anos que se seguem, apenas em 1974 não se registraram mortes. O ano de 1985 é o que apresenta o mais elevado índice de assassinatos de trabalhadores rurais no Brasil, alcançando 222 casos. Apenas sete estados - Pará (59), Minas Gerais (46), São Paulo (31), Maranhão (22), Goiás (14), Mato Grosso (11) e Bahia (10) - são responsáveis por mais de 82% desses casos. De todos os assassinatos registrados no ano de 1975, 2/3 ocorreram no Maranhão, e nos vinte anos subseqüentes, apenas em cinco deles o Maranhão não se colocou entre os três estados em que ocorreu maior número de casos de assassinato.

Por sua dimensão, esses números caracterizam um genocídio no campo brasileiro, através das diversas chacinas, emboscadas e execuções sumárias de trabalhadores por policiais e pistoleiros. Porém, números elevados não são capazes senão de traduzir parcialmente as modalidades da violência praticada de forma premeditada contra os trabalhadores e suas famílias. Violência essa que, expressa nos mais perversos e abomináveis mecanismos, é utilizada enquanto forma de *resolução* dos conflitos agrários.

Nos casos de chacina, as mortes são concretizadas segundo práticas como tiro à *queima roupa*, tiro de misericórdia e mutilação dos corpos, portanto, em situações nas quais as vítimas já se encontram imobilizadas. Wagner ressalta que, nesses casos, mata-se e humilha-se com a intenção de subjugar esses segmentos sociais constituídos por trabalhadores (pobres e, em muitos casos, analfabetos), num procedimento que obsta sobremaneira as perspectivas de construção de uma sociedade plenamente democrática.<sup>40</sup> Em uma sociedade que pressupõe o direito ao exercício do trabalho, a existência dos conflitos agrários e

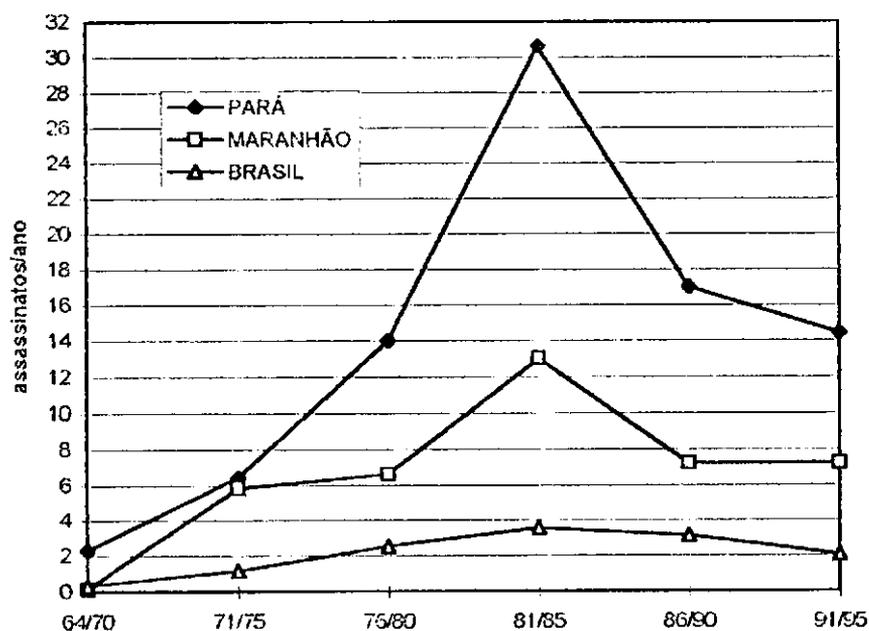
---

<sup>40</sup> Conforme o antropólogo Alfredo Wagner, em debate realizado na UFMA, no mês de abril de 1996, sobre a chacina de Eldorado de Carajás.

essa forma violenta de *resolvê-los* manifestam a contradição que é a não tolerância à reivindicação do direito, pois poder sustentar-se com seu próprio trabalho é o que se coloca no primeiro plano das lutas pelo acesso à terra por parte dos trabalhadores. Assim, o uso da foice contra o agressor acaba se transformando na forma de o trabalhador se habilitar a ser ouvido, numa sociedade em que, ironicamente, a morte orienta e antecede o diálogo.

*"Parece que é crime o fato de os posseiros produzirem para seu sustento, da família e da Nação, pois sempre foram caçados como verdadeiros criminosos, atacados em emboscadas, por vezes nos momentos de refeição, por pistoleiros assalariados e mancomunados com policiais à paisana" (ASSELIN, 1982:106).*

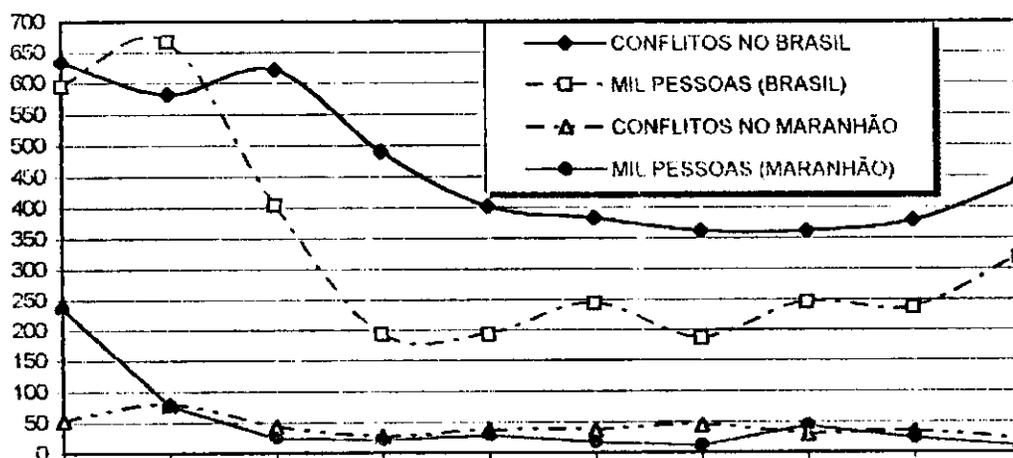
**GRÁFICO 4. MÉDIAS DE ASSASSINATO**  
(Pará, Maranhão e Brasil: 1964/95)



Fonte: CPT e CONTAG.

A observação das médias de assassinatos revela que o acentuado crescimento dos casos de morte verifica-se a partir do início dos anos 70. Em se tratando dos estados do Pará e do Maranhão, em especial, o acirramento dos conflitos com morte coincide com o período em que o Governo brasileiro, através de dispositivos como FINAM, FINOR e mais tarde PGC, decide promover a implantação de grandes projetos na Amazônia legal. São fortes as tensões que se geram no processo de expropriação das terras e desarticulação das formas de produção e das relações de propriedade existentes, implantando-se as bases para a viabilização de atividades de caráter empresarial. Esses conflitos vão se intensificando até atingirem seu ponto mais elevado na segunda metade dos anos 80, arrefecendo-se, em parte, com as expectativas de efetivação da reforma agrária que se criaram a partir da elaboração e do início de implementação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), proposto pelo governo Sarney. Entretanto, com o rompimento dessas expectativas diante da desastrosa atuação do governo Collor, no início dos anos 90, os conflitos de terra retomam aos poucos sua intensidade, apresentando números acentuadamente elevados, já no ano de 1995.

**GRÁFICO 5. EVOLUÇÃO DOS CONFLITOS DE TERRA E PESSOAS ENVOLVIDAS (Brasil e Maranhão: 1986/95)**



Fonte: Comissão Pastoral da Terra.

Em relação ao ano de 1987, ainda que apresente um número de casos inferior a 1986 e 1988, o contingente de pessoas envolvidas em conflitos de terra foi superior a 697 mil, numa área respectiva de 17,6 milhões de hectares, em todo o Brasil. É no ano de 1988, entretanto, que se verifica a maior extensão de áreas em conflito, perfazendo quase 20 milhões de hectares, nos quais se encontram 403,7 mil pessoas. No Maranhão, é em 1986 que se registra a mais extensa área de abrangência dos conflitos, cerca de 1,4 milhão de hectares, envolvendo 235,9 mil pessoas, enquanto no ano seguinte, 1987, essa área representa um milhão de hectares, aproximadamente, encontrando-se ainda o maior número de casos ocorridos no estado (78), com o envolvimento de 76,7 mil pessoas. Em meados dos anos 90, porém, esses dados reduzem-se de modo que, no ano de 1994, os 33 conflitos registrados envolvem 23 mil pessoas, abrangendo uma área total de 13,2 mil hectares e, em 1995, os conflitos diminuem para 20 casos, em que 10,5 mil pessoas se encontravam envolvidas, somando-se uma área de 47,5 mil hectares. Nesse mesmo período, a nível nacional, esses dados apresentam, respectivamente, 379 e 441 casos de conflitos, com áreas de 1,8 e 3,2 milhões de hectares, abrangendo contingentes de 235,9 mil e 317,8 mil pessoas.

Considerando-se o total de conflitos e o número de pessoas envolvidas, a trajetória que se apresenta para o Maranhão, nos dois últimos anos, possui um sentido oposto - ainda que discreto - ao verificado a nível nacional. Trata-se, sem dúvida, de uma situação curiosa para um estado em que é elevada a freqüência de conflitos e de mortes na disputa pela posse da terra, ainda mais quando se observa, por exemplo, que aproximadamente 40% das pessoas envolvidas em conflitos de terra no país, em 1986, encontram-se no estado do Maranhão. A dinâmica da qual resulta o crescimento dos casos de assentamentos de trabalhadores rurais, por reunir determinados elementos particulares, pode constituir uma alternativa para a compreensão dessa redução do número de conflitos, conforme se poderá discutir adiante.

### 3.4 Assentamentos: A Reconquista da Terra

Na história recente do Maranhão, a evolução dos conflitos agrários significa também a construção da resistência dos trabalhadores rurais. Concretamente, essa resistência forja-se, num primeiro momento, em meio ao avanço das cercas sobre as posses e das patas do boi sobre as roças, e, mais recentemente, sob as balas de pistoleiros, os cassetetes da polícia e os desmandos de setores do Poder Judiciário, autoritários e atrelados a interesses particulares. No processo de organização inclui-se o surgimento de associações e entidades sindicais - a exemplo da ATAM, Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (1956), sucedida pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (1964) e depois pela FETAEMA, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (1972)<sup>41</sup> -, além da ativa presença de setores da Igreja Católica, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do Centro de Educação do Trabalhador Rural, CENTRU.<sup>42</sup>

Considerada de uma maneira genérica, a trajetória da organização dos trabalhadores rurais no Maranhão, a partir da década de 70, indica três momentos específicos.<sup>43</sup> Um primeiro, que vai até o final da década, caracterizando-se pela luta contra o cercamento das terras, em que os trabalhadores tentavam resistir derrubando cercas e abatendo animais. Com o apoio do aparelho policial do Estado, os novos proprietários concluíram o cercamento de extensas faixas de terra e conseguiram realizar a desocupação dessas áreas. O segundo momento, entre fins dos 70 e 1983, caracteriza-se pela permanência das famílias de trabalhadores rurais que foram expulsas da terra, em acampamento às margens

---

<sup>41</sup> Uma análise desse processo de organização, principalmente em relação às décadas de 50 e 60, é apresentada por ALMEIDA (1981a).

<sup>42</sup> Entidade fundada em meados dos anos 80, com sede em Imperatriz, por lideranças sindicais e cujo objetivo principal é atuar na educação política, sindical e comunitária/cooperativa dos trabalhadores rurais.

<sup>43</sup> De acordo com interpretação do líder camponês Luís Vila Nova, em palestra proferida na UFMA, novembro de 1990, durante o II Seminário sobre Economia Maranhense: Relações Sociais de Produção no Campo.

das rodovias ou na periferia das cidades. Esse momento possibilitou, todavia, uma maior aproximação entre os trabalhadores, facilitando a organização da luta, o que se tornava mais difícil enquanto estes se encontravam enfrentando os latifundiários de forma isolada nas matas. O terceiro momento, que se inicia após 1983 e ainda está em aberto, é marcado pelo retorno dos trabalhadores à terra, quando torna-se necessária uma organização capaz de agrupar esses trabalhadores para enfrentar a vigilância das fazendas. A partir desse momento, aconteceram diversas ocupações de imóveis improdutivos, num processo nem sempre passível de controle por parte das lideranças. O quarto momento verifica-se em seguida à conquista da terra. Trata-se da necessidade de organizar a produção de forma mais eficaz, dado que o caráter das técnicas dominantes na produção de subsistência não possibilita a competição com a produção mecanizada e industrializada.

O longo processo de lutas tem permitido o surgimento de várias lideranças que, por sua expressividade junto aos movimentos sociais, têm sido alvo da revolta dos latifundiários.<sup>44</sup> Ao lado dessas lideranças e de tantos outros trabalhadores, centenas de famílias têm conseguido (re)conquistar importantes faixas de terra no Maranhão. Aliás, esse é um processo que ocorre em âmbito nacional, cuja dinâmica expressa a compreensão de que é necessário que os trabalhadores ponham em evidência as condições para a realização da reforma

---

<sup>44</sup> A lista com os nomes desses líderes é extensa, incluindo um elevado número de profissionais que dedicaram suas vidas à causa dos trabalhadores rurais e à luta pela reforma agrária, muitos deles eliminados fisicamente pela truculência implícita no tipo de desenvolvimento que tem sido imposto à população do Maranhão. Sem estabelecer referência a qualquer relação de hierarquia, vale mencionar alguns desses nomes, como Josimo Tavares (padre, assassinado na cidade de Imperatriz, em 1986), Valter Silva (lavrador, metralhado por policiais quando se encontrava algemado no interior de uma embarcação no rio Pindaré, 1990), Manuel da Conceição (lavrador, dirigente do CENTRU, após ser baleado pela polícia em Pindaré Mirim, no ano de 1968, teve uma de suas pernas amputada. Preso e torturado pelas Forças Armadas, foi exilado na França, em 1976, voltando do Brasil em 1979), João Matias (lavrador, morador do Assentamento Terra Bela e suplente de vereador em Buriticupu), Raimundo França (lavrador, morador do Assentamento Terra Bela, vereador pela Câmara de Santa Luzia em 92/96, novamente eleito, agora pelo recém-criado município de Buriticupu), Luís Vila Nova (dirigente do CENTRU, morador do Assentamento Terra Bela, primeiro lavrador a ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa no Maranhão, cumpre atualmente seu segundo mandato consecutivo. Além de sofrer frequentes ameaças verbais, foi alvo de atentado contra sua vida na região de Buriticupu) e Domingos Dutra (filho de lavrador, advogado, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e atual vice-prefeito da cidade de São Luís).

agrária, há muito prometida por governantes que, sob a pressão de latifundiários, depois cuidam de inviabilizá-la nos meandros da burocracia. Trata-se, pois, de uma antecipação dos trabalhadores à ação estatal de redistribuição da terra. Assim, a ocupação das terras agricultáveis que não sejam utilizadas produtivamente pelos grandes proprietários, tem sido um mecanismo para impulsionar o processo de mudança na estrutura fundiária do país. O número das ocupações de terra verificadas no ano 1995 é quase o dobro das que ocorreram há cinco anos, sendo que o contingente de famílias envolvidas cresceu mais que o dobro.

**QUADRO 06. OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL  
(1991/1995)**

ANO	1991	1992	1993	1994	1995
<b>OCUPAÇÕES</b>	77	81	89	119	146
<b>FAMÍLIAS</b>	14.720	15.538	19.092	20.516	30.476

Fonte: Comissão Pastoral da Terra.

O resultado dessas ocupações que se percebe de imediato, trata-se da reutilização das terras de forma produtiva pelos trabalhadores, nos diversos projetos de assentamento efetivados. Dados do INCRA e do MST<sup>45</sup> revelam a existência de 1.123 assentamentos no Brasil, até 1995, envolvendo cerca de 139,2 mil famílias, numa área total de mais 7,3 milhões de hectares. No Maranhão, atualmente, encontram-se implementados 125 projetos de assentamento (P.A.) sob responsabilidade do governo federal, através da Superintendência Regional do INCRA, abrangendo uma área de 1,1 milhão de hectares, onde trabalham mais de 28,5 mil famílias, conforme pode-se observar no quadro 07. Quase todos esses projetos apresentam a característica de terem sido efetivados em áreas onde havia tensão na disputa pela terra, portanto, a partir da ação dos trabalhadores, o

<sup>45</sup> Conforme publicação da Comissão Pastoral da Terra (1996: 23). Os dados sobre o Maranhão resultam de levantamento direto realizado pelo autor junto a Superintendência Regional do INCRA no Maranhão e são referentes a 01.11.96. A relação completa dos assentamentos encontra-se no anexo 6.

que confere a esses assentamentos um forte sentido de conquista da terra por parte das famílias e não uma mera concessão do Estado.

### QUADRO 07. ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MARANHÃO

(Outubro/96)

MUNICÍPIO	Nº de P.A.	ÁREA (ha)			Nº FAMÍLIAS		
		Absoluta	média p/ P.A.	média p/ família	Cadastradas	Excedente	Déficit
Açailândia*	3	27.469	9.156	38,9	705	0	163
Alcântara	1	4.111	4.111	50,1	82	0	41
Amarante	1	4.020	4.020	44,6	90	0	90
Arame	2	60.517	30.025	50,4	1.200	0	743
Bacabal	1	600	600	9,5	63	45	0
Bacuri	1	14.487	14.487	48,3	300	0	135
Barra do Corda	1	11.622	11.622	31,2	372	42	0
Barreirinhas	1	5.486	5.486	15,7	348	207	0
Cândido Mendes	5	169.264	33.852	59,9	2.826	55	958
Cantanhede	1	5.540	5.540	33,6	165	0	84
Carutapera	1	48.440	48.440	33,2	1.459	143	0
Caxias	7	36.725	5.246	35,9	1.023	76	451
Colinas	1	2.753	2.753	35,7	77	0	12
Coroatá	7	23.518	3.359	27,5	855	163	129
Esperantinópolis	2	3.321	1.660	13,5	245	145	0
Grajaú	2	4.831	2.415	55,5	87	0	71
Imperatriz*	5	24.466	4.893	38,2	640	19	271
Itapecuru Mirim	2	9.564	4.782	26,3	364	81	13
João Lisboa	1	4.110	4.110	37,4	110	0	95
Joselândia	1	11.576	11.576	55,6	208	0	208
Lago da Pedra	1	21.200	21.200	36,4	583	0	180
Lago do Junco	2	1.643	821	20,0	82	24	0
Lago Verde	2	6.114	3.057	21,1	291	118	0
Lima Campos	4	14.608	3.652	31,3	467	0	32
Magal. de Almeida	1	2.704	2.704	15,5	174	71	0
Matões	1	1.600	1.600	28,1	57	0	15
Monção	3	14.222	4.740	15,6	914	444	0
Morros	1	26.670	26.670	119,6	223	0	0.148
Paço do Lumiar*	1	735	735	3,3	218	182	0
Parnarama	1	6.657	6.657	30,1	221	0	45
Paulo Ramos	1	4.417	4.417	71,2	62	0	97
Pedreiras	1	4.356	4.356	22,9	190	104	0
Penalva	1	3.600	3.600	16,3	220	112	0
Pinheiro	2	10.261	5.130	41,9	245	0	149
<b>Sub total</b>	<b>68</b>	<b>591.207</b>			<b>15.166</b>	<b>2.031</b>	<b>4.130</b>

QUADRO 07. ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MARANHÃO  
(continuação)

MUNICÍPIO	Nº de P.A	ÁREA (ha)			Nº FAMÍLIAS		
		Absoluta	média p/ P.A.	média p/ família	Cadastradas	Excedente	Deficit
Pio XII	1	1.778	1.778	9,3	191	132	0
Pirapemas	1	4.514	4.514	38,9	116	0	105
Porto Franco	1	4.653	4.653	22,2	209	0	0
Presid. Juscelino	1	1.454	1.454	17,9	81	44	0
Santa Helena	1	11.811	11.811	119,3	99	0	268
Santa Inês*	1	954	954	8,6	111	77	0
Santa Luzia*	22	284.609	12.936	56,7	5.013	112	2.458
Santa Rita*	1	6.225	6.225	45,3	137	0	143
São Luís Gonzaga	3	24.882	8.294	17,3	1.432	719	0
São Mateus	4	17.262	4.315	19,3	893	358	0
Timon	1	4.255	4.255	46,2	92	0	99
Tuntum	2	22.621	11.310	36,3	623	4	13
Turialvo	4	57.111	14.277	42,9	1.330	363	81
Tutoia	1	6.847	6.847	19,9	343	57	0
Vargem Grande	1	7.253	7.253	22,4	323	70	0
Vitória do Mearim*	9	36.473	4.052	19,9	1.833	610	83
Vitorino Freire	1	7.462	7.462	20,5	364	0	96
Zé Doca	2	2.518	1.259	13,1	192	102	0
Sub total	57	502.682			13.382	2648	3.346
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>1.093.889</b>	<b>8.751</b>	<b>38,3</b>	<b>28.548</b>	<b>4.679</b>	<b>7.476</b>

Fonte: INCRA/SR(12)/Divisão de Assentamentos.

\* Municípios situados na área de influência direta da Estrada de Ferro Carajás.

Por outro lado, esse processo de antecipação à ação planejada comporta também eventuais distorções. Levando em conta um conjunto de aspectos, como a qualidade do solo, o tipo de atividade a ser desenvolvida e as técnicas de produção, o INCRA determina o tamanho mínimo do lote a ser trabalhado por cada família e, portanto, o número máximo de famílias que, sob as condições vigentes, podem desenvolver adequadamente as atividades. Assim, uma vez estabelecida a capacidade de cada assentamento, verifica-se que em alguns casos há uma quantidade excessiva de famílias, enquanto em outros a área é suficiente para comportar um número de famílias superior ao que existe atualmente. Considerando-se todo o estado do Maranhão, a área ocupada pelo

conjunto dos assentamentos apresenta uma capacidade de abrigar 31,3 mil famílias aproximadamente. O INCRA, entretanto, cadastrou um contingente de 28,5 que se encontram efetivamente trabalhando nos assentamentos, sendo que o total de famílias excedentes é 4,6 mil e há ainda 7,4 mil vagas disponíveis em diversos projetos de assentamentos. Assim, do ponto de vista técnico, o balanço entre as vagas disponíveis e as famílias excedentes indica que cerca de 2,8 mil famílias ainda poderiam ser assentadas nos diversos projetos de assentamento do governo federal já existentes.

Na prática, todavia, a situação é diferente. Diante da dinâmica que é estabelecida pela acentuação da demanda por terra e pelas próprias condições materiais presentes nos projetos de assentamento, muitas famílias necessitam acolher parentes ou amigos em seus lotes, enquanto, por outro lado, outras famílias desistem da área, de modo que a situação refletida nos cadastros altera-se com relativa frequência. No assentamento Terra Bela, por exemplo, lideranças locais informam que o contingente das famílias residentes na área é quase o dobro do que consta nos registros oficiais.

Por sua vez, o governo estadual, através do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, efetivou um total de 71 assentamentos, entre os anos de 1983 e 1996, abrangendo uma área de 371,4 mil hectares, na qual encontram-se assentadas mais de 11,5 mil famílias de trabalhadores rurais. Diferentemente dos assentamentos do INCRA, estes localizam-se, em geral, naquelas áreas de apossamento antigo e resultam de demandas de movimentos organizados, de modo que a ação estatal acaba funcionando, mais precisamente, para regulamentação da situação fundiária.

Convencionalmente, a ação do ITERMA tem como alvo as áreas de até 1.000 hectares, ficando sob responsabilidade do INCRA os casos que envolvem

áreas maiores. Todavia, em se tratando de um estado em que a estrutura fundiária encontra-se fortemente concentrada, freqüentemente essa indicação não é mantida. Dessa forma, verifica-se que, dos 28 municípios que possuem assentamentos do ITERMA, 13 apresentam imóveis com área superior a 1.000 hectares, condição, aliás, em que se encontra 1/3 do total de assentamentos, destacando-se os municípios de Tutóia e Santa Luzia que alcançam médias de 30,5 mil e 25,1 mil hectares, respectivamente.

### QUADRO 08. ASSENTAMENTOS DO ITERMA

(Outubro/96)

MUNICÍPIO	Nº P.A.	ÁREA (ha.)			FAMÍLIAS CADASTRADAS
		Absoluta	média p/ P.A.	média p/ família	
Arari*	7	2.127	303,8	8,5	251
Bacabal	5	3.477	695,4	11,2	311
Brejo	1	172	172,0	11,5	15
Barra do Corda	1	4.000	4.000,0	47,0	85
Coroatá	2	994	497,0	12,4	80
Cajari	1	1.054	1.054,0	13,2	80
Caxias	1	187	187,0	10,4	18
Codó	2	12.334	6.167,0	15,9	772
Colinas	1	6.010	6.010,0	50,1	120
Grajaú	7	53.719	7.674,1	50,9	1.056
Esperantinópolis	2	916	458,0	21,3	43
Imperatriz*	1	1.322	1.322,0	23,6	56
Itapecuru Mirim	1	55	55,0	2,4	23
Lago do Junco	5	1.483	296,6	8,1	184
Miranda do Norte*	2	194	97,0	3,1	62
Matinha	1	1.001	1.001,0	11,0	91
Olho d'Água das Cunhãs	2	574	287,0	12,2	47
Pinheiro	3	1.134	378,0	15,5	73
Rosário*	2	3.846	1.923,0	10,2	376
Santa Luzia*	7	175.426	25.060,8	33,8	5.187
Santa Rita*	2	2.678	1.339,0	14,3	187
S. Benedito do Rio Preto	1	180	180,0	10	18
São Domingos	3	3.564	1.188,0	26,0	137
São Luis*	1	24	24,0	1,4	17
São Mateus	3	935	311,7	6,1	154
Vitória do Mearim*	3	1.464	488,0	18,5	79
Viana	1	900	900,0	14,1	64
Tutoia	3	91.670	30.556,7	46,5	1.972
	71	371.440	5.231,5	32,1	11.558

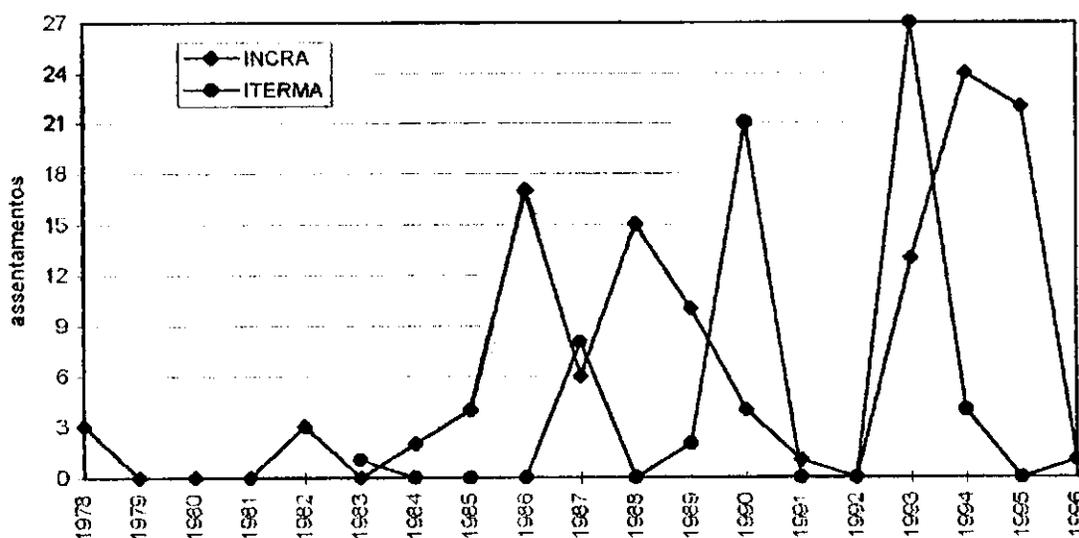
Fonte: Instituto de Colonização e Terras do Maranhão.

\* Municípios situados na área de influência direta da Estrada de Ferro-Carajás.

Considerando-se o somatório dos dados oficiais relativos aos 196 assentamentos do INCRA e do ITERMA, verifica-se que cerca de 40 mil famílias conquistaram o acesso à terra, ocupando uma área correspondente a 1,46 milhão de hectares. Comparados ao levantamento do MST, referente ao ano de 1985, estes números indicam que as famílias assentadas até o presente momento representam uma parcela inferior a 8% do contingente de 513,4 mil famílias de trabalhadores rurais que, àquela época, encontravam-se sem acesso à terra.

Um aspecto que chama atenção, quanto aos assentamentos efetuados pelo governo federal no Maranhão (INCRA), refere-se às datas de criação dos projetos. Conforme se pode observar no gráfico 6, é a partir do ano de 1986, com o PNRA, que ganha algum impulso a criação dos projetos de assentamento, ainda que a um ritmo bastante irregular. Assim, nos anos de 1993, 1994 e 1995 concentra-se quase a metade (47,2%) dos 125 projetos criados entre 1978 e 1996. Em sentido contrário, destacam-se os anos de 1979, 1980, 1981, 1983 e 1992, quando o INCRA não criou nenhum projeto de assentamento no Maranhão.

**GRÁFICO 6. ASSENTAMENTOS CRIADOS NO MARANHÃO  
(por ano de criação)**



Fonte: INCRA/SR(12)/Divisão de Assentamentos e ITERMA.

No caso dos projetos do governo estadual (ITERMA), somente em 1990 e 1993 é que os números ganham maior expressão, mantendo-se um ritmo bastante irregular no processo de criação dos projetos. Dessa maneira, num período de quatorze anos, somente em sete houve criação de projetos de assentamento, sendo que a seqüência dessa criação nunca ultrapassou dois anos e, nos anos de 1990 e 1993, concentram-se 3/4 dos projetos criados. Uma comparação das ações do governo federal com as do governo estadual revela uma certa assimetria no que se refere à criação dos projetos, havendo coincidência em anos de baixa ou nenhuma criação, embora o discurso dos órgãos responsáveis ressalte a construção de parcerias que também abrangem outros aspectos além do ato de criação dos projetos, como a montagem de infra-estrutura e o fornecimento de serviços diversos, processo em que se incluem outras instituições públicas.

Conforme já se mencionou, o somatório dos resultados apresentados pelos governos federal e estadual, até 1996, aponta o assentamento de um contingente de 40,1 mil famílias. Quando se considera apenas a parte desse contingente que foi assentada a partir do ano de 1985, a relação com os dados do MST (1985) torna-se mais significativa: apenas o corresponde a 5% das famílias conseguiram se incorporar aos assentamentos. Caso fosse possível a atualização dos dados sobre o número de famílias sem-terra existentes hoje no Maranhão, essa relação talvez indicasse uma situação ainda mais grave.

Com uma área total de aproximadamente 1,46 milhão de hectares, os assentamentos apresentam lotes com tamanho médio superior a 36,5 hectares. Entretanto, as diferenças encontradas são bastante acentuadas, com os tamanhos mínimo e máximo variando entre 1,4 hectare (São Luís) a 132,9 hectares (Santa Luzia). Quando se leva em consideração somente o conjunto formado pelos 14 municípios situados ao longo do chamado corredor Carajás, ou seja, na área de influência direta da Estrada de Ferro Carajás (EFC), verifica-se

que em 11 desses municípios existem projetos de assentamento. Ao todo são 67 assentamentos, ocupando uma superfície de 568 mil hectares, onde encontram-se assentadas quase 14,9 mil famílias de trabalhadores rurais. Nesses municípios, o tamanho médio dos assentamentos alcança 8,5 mil hectares. Por sua vez, o município de Santa Luzia destaca-se com uma área de 15,9 mil hectares por assentamento, situando-se também acima do tamanho dos lotes observado para o estado do Maranhão (36,5 ha) e para área de influência direta da EFC (38,1 ha), com 45 hectares por família assentada. Este tamanho médio dos lotes em Santa Luzia eleva-se para 56,7 hectares quando são considerados apenas os assentamentos do INCRA no município.

Quando se incluem os demais municípios que possuem assentamentos e sofrem impacto dos empreendimentos ligados ao Projeto Ferro-Carajás (Amarante do Maranhão, Cândido Mendes, Carutapera, Itapecuru Mirim, João Lisboa, Porto Franco e Turiaçu), o número de projetos de assentamento eleva-se para 83, abrangendo uma área de 865,2 mil hectares (59% da área de todos os assentamentos efetuados no Maranhão), com o envolvimento de 21,2 mil famílias. O tamanho médio dos assentamentos alcança 10,4 mil hectares, com os municípios de Carutapera (48,4 mil ha) e Cândido Mendes (33,8 mil ha) apresentando as mais elevadas áreas por assentamento. O tamanho médio dos lotes situa-se em torno de 40,6 hectares no conjunto dos municípios influenciados pelo Ferro-Carajás, destacando-se o município de Cândido Mendes, com cerca 59,9 hectares por família assentada.

Aproximadamente, 20% dos 196 assentamentos existentes no estado do Maranhão apresentam área superior a 10 mil hectares, sendo que, entre esses 39 projetos, 20 encontram-se situados em municípios que sofrem impactos do Projeto Ferro-Carajás, abrangendo cerca de 616,5 mil hectares, o que representa quase 2/3 da área ocupada pelo conjunto desses grandes assentamentos (985,5 mil hectares). Em relação à área total dos assentamentos no Maranhão, esses 20

projetos ocupam mais de 42%, enquanto as famílias envolvidas representam cerca de 32% do total de famílias assentadas.

**QUADRO 09. ASSENTAMENTOS ACIMA DE 10 MIL HECTARES  
(Maranhão)**

(outubro/96)

MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÁREA (Ha)	FAMÍLIAS CADASTRADAS
C.Mendes/Turialça*	Santa Helena	INCRA	88.970	1.252
Santa Luzia*	Nova Olinda	ITERMA	57.000	1.160
Santa Luzia*	Alto Alegre	ITERMA	55.500	1.100
Santa Luzia*	Buriti/Rio Bonito	INCRA	54.726	828
Santa Luzia*	Buriticupu	ITERMA	54.000	2.700
Cândido Mendes*	Florestal Maracassumé	INCRA	46.753	990
Santa Luzia*	Cacique/Tucumã	INCRA	42.303	759
Turialça*	Rio Doce/Guimaguassu	INCRA	38.917	700
Tutoia	São Benedito	ITERMA	38.220	405
Tutoia	Belágua	ITERMA	38.131	1.291
Grajaú	Itaipava	ITERMA	32.324	737
Arame	Pedra Preta/M.dos Garrotes	INCRA	30.954	600
Arame	Citusa/Viamão	INCRA	29.563	600
Morros	Lagoa da Onça	INCRA	26.670	223
Lago da Pedra	Cigra	INCRA	21.200	583
Santa Luzia*	Santa Inácia	INCRA	20.023	400
Açailândia*	Açaí	INCRA	19.386	472
Cândido Mendes*	Maracassumé/Mesbla	INCRA	18.656	278
Santa Luzia*	Planalto/Pedesa	INCRA	16.217	122
Santa Luzia*	CIT	INCRA	16.174	141
Santa Luzia*	Cajuciro	INCRA	16.121	431
Tuntum	Cocaira/Nova Alegria	INCRA	15.421	393
Tutoia	Barro Duro	ITERMA	15.319	276
Santa Luzia*	Sapucaia	INCRA	14.566	282
Bacuri	Bitiua	INCRA	14.487	300
São Luís Gonzaga	Monte Cristo	INCRA	14.380	917
Santa Luzia*	Lago Azul	INCRA	13.266	293
Coroatá	São João das Neves	INCRA	12.351	505
Santa Helena	Paruá	INCRA	11.811	99
Santa Luzia*	União/Portugal/Sto.Antônio	INCRA	11.804	219
Barra do Corda	Clemente/Cajazeira	INCRA	11.622	372
Joselândia	Japel	INCRA	11.576	208
Santa Luzia*	Terra Bela	INCRA	11.553	290
Cândido Mendes*	Maracaçumé	INCRA	11.547	253
Grajaú	Flores/Bom Retiro	ITERMA	11.339	201
Santa Luzia*	Triângulo de Prata	INCRA	11.114	201
Monção	Camacaoca	INCRA	10.800	750
Codó	Roseana Sarney	ITERMA	10.437	721
Caxias	Pedra/Mucambo	INCRA	10.354	303
(19)	(39)		985.555	22.355

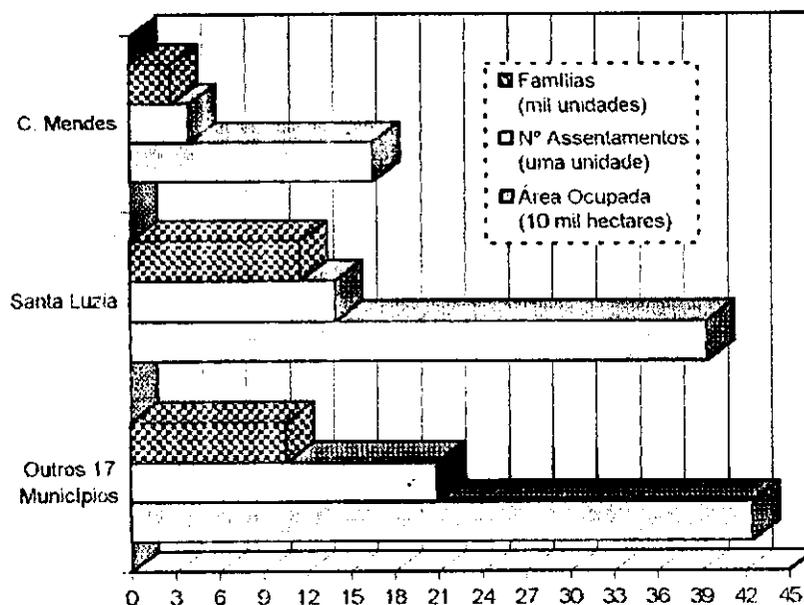
Fontes: INCRA/SR(12)/Divisão de Assentamentos e ITERMA.

\* Municípios situados na atual área de influência do Projeto Ferro-Carajás.

Entre os imóveis desapropriados para efetivação dos projetos de assentamento, é nos municípios situados na área de influência do Projeto Ferro-Carajás que se encontram as áreas de maior dimensão, conforme se pode observar no quadro 09, que se constitui daqueles assentamentos cuja área é superior a 10 mil hectares.

Nesse contexto, além do assentamento Santa Helena (Cândido Mendes/Turiaçu), que conta com mais de 88,9 mil hectares, merece referência particular o município de Santa Luzia, onde encontram-se 13 entre os 39 assentamentos de grandes dimensões, correspondendo a uma área de 394,4 hectares (26,9% da área do total de assentamentos em todo o estado). Incluindo-se todos os 29 assentamentos existentes em Santa Luzia (17% do total), este município representa quase 1/3 da área dos assentamentos no Maranhão, assim como, mais de 1/4 das famílias assentadas.

**GRÁFICO 7. ASSENTAMENTOS ACIMA DE 10 MIL HECTARES**  
(distribuição por município)



Fonte: INCRA/SR(12)/Divisão de Assentamentos e ITERMA.

Quando são levados em consideração somente os municípios de Santa Luzia e Cândido Mendes, constata-se que neles encontram-se localizados 46% dos assentamentos que possuem grandes dimensões, sendo que 35,9% estão em Santa Luzia. Esses 18 projetos abrangem uma superfície aproximada de 485 mil hectares, que é 31% superior à área correspondente ao conjunto dos demais assentamentos acima de 10 mil hectares, que se encontram distribuídos em outros 17 municípios maranhenses.

A existência de um número significativo de assentamentos que apresentam grandes áreas pode, de imediato, concorrer para corroborar uma avaliação muito freqüente, segundo a qual teria resultado em fracasso o estilo de desenvolvimento que no Maranhão se estabeleceu com base em grandes empreendimentos agropecuários, especialmente a partir dos anos 70, precedendo a implantação de Carajás. De fato, a partir da perspectiva dos retornos para a população da região, os resultados desses projetos de base empresarial se configuraram em um tremendo desastre. Autores como Gistelinck (1988: 50), por exemplo, destacam que o modelo de crescimento estimulado pelos incentivos da SUDENE e da SUDAM, em curto espaço de tempo, caracterizou-se por acentuar a concentração da renda, beneficiar apenas os grandes grupos econômicos, gerar um volume de empregos muito pequeno comparativamente aos investimentos efetuados e que, além disso, em projetos como o de colonização em Buriticupu (COMARCO) e o Polonordeste, na Baixada Maranhense, somente 1/4 dos recursos chegou a ser diretamente aplicado, ficando cerca de 75% em poder da burocracia estadual.

Entretanto, é necessário que se considere que a noção de desenvolvimento não se trata de um caminho único. Ao contrário, constitui-se de variadas dimensões, inclusive daquela em que não está implícita a distribuição dos resultados para o conjunto das populações envolvidas. Nesse sentido, a idéia

de fracasso ou sucesso de um determinado projeto encontra-se associada à noção de perdas e ganhos dos resultados e benefícios que se geram em torno desse empreendimento. Os interesses específicos presentes são, por conseguinte, divergentes, de modo que, para os planejadores, para a população e para os investidores, os mesmos resultados alcançados - por mais singulares ou estranhos que sejam - podem conter significados também específicos. Dessa maneira, quando se considera a natureza de grande parte dos empreendimentos atraídos para a região amazônica nos anos 70, particularmente para a chamada Pré-Amazônia maranhense, não se pode afirmar que o resultado geral é um simples fracasso.

É fato que, para alguns empresários, principalmente pecuaristas, cujos investimentos sucumbiram quase que proporcionalmente à derrubada da floresta nativa, a sobrevivência traduz-se numa interminável batalha contra a queda de produtividade, a proliferação de plantas invasoras e o isolamento em relação aos mercados consumidores. Por outro lado, determinados capitais, vinculados a diversos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, caracterizam-se pela forma especulativa que assumem na região, tendo adquirido terras para revendê-las valorizadas, após a implantação da infra-estrutura promovida pelo PGC. Mas, o atrativo mais intenso para esse capitais, trata-se da possibilidade de se combinarem incentivos fiscais generosos com a extração dos recursos naturais da região, em especial a madeira. Essa combinação funcionou por aproximadamente duas décadas.

Diversos aspectos, entretanto, concorrem para o relativo desinteresse do grande capital pelas terras em determinados trechos da região amazônica, atualmente. Em áreas como a Pré-Amazônia maranhense, especialmente na abrangência do projeto de colonização da COMARCO, o ritmo de exploração dos recursos naturais, ainda mais acelerado pela recente demanda do carvão vegetal

por parte das usinas de ferro-gusa, tem proporcionado visível redução das florestas. Essa circunstância, aliada à restrição dos incentivos fiscais, contribui para que aqueles capitais procurem migrar para outras atividades. Os casos em que o objetivo era a valorização da terra, atualmente não se mostram sedutores, uma vez que já se passou a euforia do período de implantação dos projetos relacionados ao PGC.

Por outro lado, na própria disputa entre os madeireiros pelos trechos de mata nativa remanescentes, inclui-se o interesse que alguns desses empresários têm em apoiar a ocupações de terra por parte dos trabalhadores, quando costumam adquirir a madeira a preços subestimados junto aos ocupantes. Os conflitos inerentes a esse processo também terminam por afetar a permanência do capital especulativo nessas áreas específicas. Em casos como aqueles em que o governo adquire, por meio de compra, as terras já ocupadas para efetivar o assentamento das famílias, a não rara ocorrência de superfaturamento no valor dos imóveis transforma-se num negócio lucrativo para os grandes proprietários. O mesmo pode ocorrer nos casos de desapropriação, quando a possibilidade de utilização dos títulos públicos nos programas de desestatização do governo federal acaba representando uma solução vantajosa para os problemas que esses capitais de cunho especulativo estejam enfrentando, uma vez imobilizados no ativo real que a terra representa.

Em situações como essa última, revela-se o que para alguns grupos empresariais representa não o fracasso, mas sim o sucesso dos incentivos fiscais na região. Na prática, um negócio que já nasceu grandioso não somente em volume como em oportunidade: refúgio para o grande capital, em terra barata e em atividades subsidiadas através de dedução no imposto de renda, numa época em que a economia brasileira ingressava em sua fase recessiva *pós-milagre* (a partir de meados dos anos 70). Reduzida a euforia, a aquisição desses imóveis

pelo governo coloca-se no horizonte de muitos proprietários na Pré-Amazônia maranhense. Esse interesse não se deve, evidentemente, à finalidade que essas terras venham a ter, pois o fato de se transformarem em assentamentos e serem utilizadas para a produção de alimentos não é mais que uma manifestação da oportunidade, sendo seu resultado indiferente para o capital, que, em se valorizando, retira-se dessas atividades e migra para outros setores da economia.

No que se refere especificamente ao PGC (ainda que seus objetivos tenham sido redimensionados durante a Nova República, de modo que se incluiu a perspectiva de induzir o desenvolvimento agrícola regional, com o favorecendo do pequeno produtor rural), os resultados favoráveis, como o transporte de cargas gerais e de passageiros nos trens do Projeto Ferro-Carajás, não são suficientemente fortes para representarem uma contraposição aos efeitos devastadores que o conjunto dos empreendimentos provoca na região. Na prática, conforme avalia Gistelínck (1988), o PGC demonstra apenas uma sensibilidade assistencialista e paternalista para com as comunidade rurais. Entretanto, o que se mantém como finalidade principal é a viabilização do grande capital na região.

*“De fato, é bem mais fácil aprovar a apoiar financeiramente a implantação de distritos industriais, de usinas de ferro-gusa e de siderurgia, do que lidar com pequenos agricultores ou lavradores sem terra, procurando com e a partir da situação deles, soluções adequadas para a reforma agrária” (GISTELINCK, 1988: 63).*

Ainda que sejam relevantes os aspectos que despertam o interesse de grandes proprietários pela desapropriação daquelas áreas onde os conflitos se intensificaram, continuam evidentes as resistências às mudanças numa estrutura fundiária fortemente concentrada como a que se apresenta no Maranhão. Neste aspecto, torna-se menos importante a circunstância de essas modificações se processarem a partir de uma ação planejada do Estado, com o assentamento das famílias, ou por uma iniciativa dos próprios trabalhadores rurais sem-terra, com a ocupação das terras precedendo a ação estatal.

Num caso como no outro, a efetivação de uma reforma agrária constitui um tema incômodo para determinados setores dirigentes do Estado, uma vez que ambas as situações, em última análise, constituem expressões da luta dos trabalhadores. Como a construção dessa luta trata-se de um processo potencialmente politizador, os indivíduos que nela se engajam tendem a adotar, de um modo geral, posições políticas contrárias aos interesses dominantes e a fortalecer os partidos considerados progressistas. Nessas circunstâncias, os órgãos do Governo costumam mostrar-se presentes na desapropriação de áreas em conflito (o que, sob determinados aspectos, representa a salvaguarda dos interesses de proprietários de terra) e efetuar as ações de assentamento dos agricultores. Entretanto, quando se trata de garantir as condições de infraestrutura, assistência técnica e apoio à comercialização, essa atuação não ocorre de forma eficaz e os assentados ficam praticamente abandonados.

A modificação da estrutura agrária e o estabelecimento de novos rumos para o desenvolvimento rural pressupõem, pois, a construção da luta dos trabalhadores. Nas situações discutidas acima, fica evidenciado ainda mais o sentido de conquista que a terra representa para esses trabalhadores, tanto em relação aos grandes imóveis antes em poder do capital especulativo quanto às demais áreas improdutivas transformadas em assentamentos. O avanço da

(re)conquista da terra pelos trabalhadores coloca mais próximas as possibilidades de modificação da realidade concentradora da terra e, portanto, no panorama de conflitos e assassinatos no campo.

O fato da maior incidência de assentamentos verificar-se exatamente no município de Santa Luzia, região do Pindaré, é, num primeiro momento, revelador das dimensões do processo de apropriação da terra pelos grandes grupos empresariais, que se deu com decisiva colaboração do poder público, tanto a nível federal, através de financiamentos e incentivos fiscais, quanto a nível estadual, através da venda de grandes áreas, regularização de posses com origem duvidosa e da ação direta do aparelho policial na repressão aos trabalhadores rurais. Por outro lado, entretanto, esse fato evidencia a capacidade de resistência e de luta desses trabalhadores pelo direito de sustentar-se com seu próprio trabalho, mesmo quando o custo dessa rebeldia traduz-se na perda de vidas humanas, numa *guerra* em que uma das partes dispõe de armamento moderno e conta com o aparato jurídico, enquanto a outra, além da coragem de reivindicar seus direitos, possui, basicamente, os instrumentos de trabalho que improvisa como armas de defesa nos momentos em que se torna inevitável o enfrentamento direto.

A conquista da terra pelas famílias de trabalhadores, especialmente antigos posseiros, na área destinada a grandes projetos na região que abrange Santa Luzia e Buriticupu, assim como ao longo do chamado corredor Carajás, significa, na prática, um afrontamento ao modelo de desenvolvimento excludente que vem sendo fomentado no estado do Maranhão. A forma dessa conquista, enquanto antecipação à ação estatal, representa uma resposta, às avessas, aos planos oficiais e à lógica dos planejadores.

#### 4 TERRA BELA: CONQUISTA E CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO

O surgimento do assentamento Terra Bela verifica-se no contexto das ocupações que caracterizam aquele momento que foi identificado como o retorno à terra, no processo de organização dos trabalhadores rurais no Maranhão. De forma mais particular, este assentamento nasce em meio às lutas que se estabeleceram na região do Pindaré após a apropriação de extensas faixas de terra por grupos empresariais e com o fracasso do projeto de colonização oficial em Buriticupu. Conforme já se destacou, esse projeto de colonização da COMARCO localizou-se numa área em torno da qual situaram-se as grandes fazendas, constando ainda de diversos núcleos de povoamento, divididos em lotes de 25 hectares. Por outro lado, grande parte das áreas vendidas pelo governo estadual aos empresários encontrava-se habitada por famílias de posseiros, o que resultou em violento processo de desocupação executado pela polícia e por capangas a mando dos novos proprietários.

À expulsão das famílias de posseiros e ao crescimento da população na área do projeto de colonização, somam-se as adversidades relativas às condições naturais e a situação de abandono a que o Governo submeteu os núcleos de povoamento, tanto no que se refere a infra-estrutura quanto a ações complementares. Um dos desdobramentos desse processo foi a concentração, à beira da estrada, de um contingente de famílias sem-terra, o que acabou convertendo-se também numa oportunidade para a organização das lutas pela terra na região.

Por outro lado, grande parte das empresas que, nos anos 70, adquiriram terras na Pré-Amazônia maranhense dedicou-se, prioritariamente, à lucrativa atividade de exploração da madeira de lei disponível na região, ao mesmo tempo em que se beneficiava dos incentivos estatais. Com a progressiva

devastação da floresta nativa e a redução dos incentivos, a situação que foi se configurando, particularmente na região de Buriticupu, revelava, do lado de dentro das cercas, imensos imóveis improdutivos e, do lado de fora, numerosos grupos de famílias sem-terra, vivendo sob a lona dos acampamentos improvisados às margens das rodovias. Assim é que, em meados dos anos 80, quando se desenrolavam as discussões sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária e diante da frustração das expectativas iniciais de uma reforma ampla no campo brasileiro, esses trabalhadores sem-terra iniciam a ocupação de imóveis considerados improdutivos na região do Pindaré.

Melhor organizados, os trabalhadores enfim compreenderam que a efetivação de alguns avanços na redistribuição da posse da terra depende de sua capacidade de barganha. A experiência histórica demonstra que, especialmente em algumas áreas da região amazônica, não existe diálogo sensato entre os latifundiários e os trabalhadores sem-terra quando estes últimos ainda se encontram desorganizados ou acampados do lado de fora das cercas. Nesse contexto, as ocupações de terra colocam-se como condição para que os trabalhadores sejam ouvidos pela sociedade, ainda que a possibilidade de se perderem vidas humanas mostre-se inerente a essas ações.

De fato, muitas vidas têm sido eliminadas na disputa pela terra em todo o Brasil, tanto em eventos isolados como em chacinas, configurando-se, pela dimensão do número de vítimas e pelo caráter premeditado dos assassinatos, uma situação de genocídio. Todavia, a prática de assassinar trabalhadores rurais não se iniciou somente quando estes resolveram reagir às expulsões e reconquistar a terra; ao contrário, integra o elenco de expedientes que têm sido usados para promover a expropriação da terra dos posseiros, sendo, portanto, anterior ao empreendimento de retorno à terra que os trabalhadores fazem, após as lutas atingirem determinado estágio de organização. Com as ocupações, obviamente, os casos de assassinato tornaram-se mais freqüentes e seletivos,

passando a ter como alvos prioritários líderes sindicais, assessores e religiosos que apoiam os trabalhadores rurais e a luta pela reforma agrária.

Nesse contexto, a ocupação da fazenda Terra Bela, em meados de 1988, traduziu-se num episódio violento, contando-se algumas mortes no confronto entre trabalhadores e capangas da fazenda. De imediato, a reação de alguns segmentos da população de Buriticupu, especialmente os comerciantes, foi desfavorável aos ocupantes de Terra Bela.<sup>46</sup> A proximidade entre o imóvel ocupado e a sede do então distrito de Buriticupu (estes são separados apenas por uma rodovia, de modo que a população pode presenciar a ação de ocupação) contribuiu para que se estabelecesse uma percepção adversa à ação dos trabalhadores, uma vez que as tensões do confronto estenderam-se para dentro do povoado. Essa percepção ficou reforçada ainda mais pelo fato de os trabalhadores terem saqueado uma casa comercial de gêneros alimentícios, despertando nos comerciantes locais o receio de que novos saques viessem acontecer. Por outro lado, como a renda encontravam-se concentrada nas mãos dos fazendeiros da região e estes, geralmente, compravam no mercado local os mantimentos para seus empregados, alguns comerciantes temiam que a situação conflituosa no povoado significasse também a perda daquela clientela.

#### **4.1 Organização e Enfrentamento das Dificuldades Iniciais**

Uma vez concretizada a ocupação, ainda que as tensões geradas permanecessem fragilizando o relacionamento com moradores do povoado, as preocupações prioritárias das lideranças voltaram-se para dois objetivos: por um lado, o plantio das lavouras e, por outro, a luta pela legalização da ocupação, com

---

<sup>46</sup> Em parte, essa reação está associada a uma visão predominante, fundada em elementos preconceituosos, sob a qual a sociedade costuma perceber os segmentos marginalizados e estabelecer juízo de valor acerca das ações desses indivíduos. Assim, o vocábulo *marginal* assume, comumente, o sentido de malfeitor, criminoso, bandido. Como os ocupantes de Terra Bela eram sem-terra - portanto, excluídos, marginalizados do processo produtivo -, na visão de setores dominantes, eram também malfeitores.

a aquisição do imóvel pelo Estado e criação de projeto de assentamento. Tratava-se, pois, de consolidar a posse da terra e garantir as condições de subsistência das famílias.

Um dos procedimentos fundamentais no sentido de consolidar a organização da luta pela legalização da posse foi a constituição de uma entidade para representar política e institucionalmente os interesses das famílias envolvidas. Este passo, todavia, só foi concretizado em 1989, um ano depois do episódio da ocupação. Fundada com a participação de 291 famílias, a entidade recebeu a denominação inicial de Associação dos Posseiros de Terra Bela, mais tarde modificada para Associação dos Agricultores de Terra Bela (AATB). Antes porém, com apoio de algumas entidades não governamentais, os trabalhadores pleitearam, junto aos órgãos do Governo, a desapropriação do imóvel. Passados cinco meses de negociações e impasses, o MIRAD concretizou o primeiro ato para a regularização da ocupação, efetuando a compra do imóvel, no final de 1988.<sup>47</sup>

A decisão inicial sobre a aquisição da fazenda Terra Bela pelo governo federal, evidentemente, foi favorecida pelo contexto do I PNRA. É ilustrativo o fato

---

<sup>47</sup> Conforme escritura pública de compra e venda (anexo 7), a União comprou a fazenda Terra Bela junto à Ouro Verde Agropecuária Ltda, empresa sediada na cidade de Recife-Pe, por aproximadamente 11,6 bilhões de cruzados (moeda vigente à época da transação), sendo 10% pagos no ato, em moeda corrente, e o restante, em Títulos da Dívida Agrária, resgatáveis na seguinte proporção: 37% no 2º ano e 21%, do 3º ao 5º ano. Pelo câmbio oficial, esse montante equivale a cerca de 15,8 milhões de dólares e corresponde ao pagamento da terra nua, da cobertura vegetal e todas as benfeitorias, sendo assim incluídas as instalações e equipamentos de uma serraria existente no imóvel. Ao câmbio de hoje, o valor pago aproxima-se de R\$ 14,6 milhões. Somando-se a esse valor os gastos programados para execução do projeto, em 1995 (R\$ 186,3 mil), obtém-se um montante de R\$ 14,8 milhões, o que resulta num custo bruto de R\$ 50,8 mil por cada uma das 291 famílias que foram consideradas pelo INCRA na implantação do assentamento. Esse valor revela-se consideravelmente elevado se comparado aos custos médios conhecidos para o Brasil e para a região Nordeste, respectivamente, R\$ 16 mil e R\$ 19,8 mil. Caso se leve em conta que, na compra do imóvel, o governo federal desembolsou em dinheiro apenas 10% do valor total, isto é, R\$ 1,46 milhão, o custo por família em Terra Bela reduz-se para R\$ 5,6 mil. Essa acentuada diferença demonstra que, também neste caso, a parcela relativa à aquisição do imóvel e indenização de benfeitorias representa o maior peso no custo do assentamento: mais de 98,7%. No que diz respeito a efetivação do projeto, as despesas com serviços de topografia (mensuração do perímetro) e de administração representam ¼ do total, de forma que, enquanto destinaram-se pouco mais de R\$ 530,00 por família para o fomento agrícola, o plano previu cerca R\$ 19 mil para pagamento de diárias a quatro técnicos, por um período de 12 meses de atividade.

de que, no período entre 1986 e 1990, o INCRA destinou cinquenta imóveis para reforma agrária no Maranhão, o que representa quase 520 mil hectares, sendo 152,8 mil somente no ano de 1988. No município de Santa Luzia, foram mais de 190,6 mil hectares, distribuídos em dez áreas, seis das quais no ano de 1988, correspondendo a 130,4 mil hectares. Entretanto, em 1990, alguns processos de aquisição para fins de reforma agrária que ainda se encontravam em tramitação sofreram revisão, por suspeita de irregularidades. Em relação ao Maranhão, a Procuradoria Geral do INCRA ajuizou três ações cautelares correspondentes aos processos de aquisição das fazendas Cumbique (município de Paço do Lumiar), Buriti/Rio Bonito e Terra Bela (ambas no município de Santa Luzia), objetivando reter o pagamento, bem como a anulação dos títulos aquisitivos. A argumentação principal consistia na suspeita de supervalorização das áreas e de ilegalidade nos processos de aquisição.<sup>48</sup>

Essa nova circunstância representava mais uma ameaça às famílias ocupantes, pois colocava-se, inclusive, a possibilidade de estas sofrerem ação de despejo das terras onde já se encontravam trabalhando há algum tempo (Cumbique, desde 1987, Buriti/Rio Bonito e Terra Bela, ambas a partir de 1988). Essa possibilidade, todavia, implicaria o recrudescimento dos conflitos naquelas áreas. Assim, o caso de Terra Bela permaneceu numa situação de indefinição até 1995. Nesse período, a tarefa de efetivação do assentamento, não executada pelo governo estadual, retornou para a instância federal, sendo que, finalmente, em meados de 1995, a Superintendência Regional do INCRA foi autorizada a proceder à implantação do Projeto de Assentamento.

---

<sup>48</sup> De fato, foram constatadas situações como inexistência do registro imobiliário (Terra Bela), bem como cancelamento desse registro (Buriti/Rio Bonito) em função do imóvel encontrar-se hipotecado junto ao sistema bancário, mas neste caso, as empresas vendedoras quitaram as dívidas. Por outro lado, o próprio procurador estadual do INCRA/Ma advertiu, em memorando de 05.08.93, endereçado à Procuradoria Geral, que "as cautelares e a possível desconstituição das compras aventadas, tiveram como móvel prejudicar a candidatura do Sr. Edison Lobão, correligionário do Senador Sarney, ao Governo do Estado do Maranhão, em 1990, e ajudar a candidatura adversária, do Sr. João Castelo, apoiado pelo Presidente Collor, pelo Ministro da Agricultura e pelo Presidente do INCRA, à época".

Ao longo desses sete anos, foi fundamental a participação de diversas entidades, que prestaram apoio material e solidariedade às famílias ocupantes da fazenda Terra Bela. Entre essas entidades encontram-se a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (através do Projeto de Assessoria Jurídica), a Comissão Pastoral da Terra, a Paróquia de Buriticupu, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural e a Universidade Federal do Maranhão (através dos departamentos de Economia e de Serviço Social, que procuraram desenvolver ações de extensão na área). Sem essa participação efetiva, provavelmente, a luta dessas famílias de trabalhadores para sustentar a ocupação teria sido ainda mais árdua e as possibilidades de superação dos entraves que são colocados a nível da burocracia estatal seriam mais remotas.

Como já se mencionou, de imediato à ocupação, as famílias trataram de efetuar o plantio de gêneros alimentícios, basicamente arroz, milho e feijão. Diante das circunstâncias dominantes naquele momento, foi priorizada a forma coletiva na realização dos trabalhos, procurando-se garantir o abastecimento para a população, enquanto desenrolavam-se as negociações. Utilizando 70 hectares, as famílias colheram 152 toneladas de grãos. A partir desse momento, foram se organizando grupos de produção,<sup>49</sup> que se distribuíram nos 11,5 mil hectares da fazenda.

O custeio dos primeiros plantios foi garantido pelos próprios esforços das famílias ocupantes e pelo auxílio prestado por entidades não governamentais. Entretanto, com a morosidade revelada na resolução dos impasses em torno da legalização da terra e implementação em definitivo do projeto de assentamento, gerou-se uma situação bastante desfavorável para a sustentação da ocupação.

---

<sup>49</sup> Os critérios de agrupamento geralmente obedeciam aos laços de parentesco ou afinidade entre as famílias. Ao todo, formaram-se 14 grupos permanentes, sendo que alguns receberam a denominação da localidade onde passaram a funcionar, enquanto outros ficaram conhecidos pelos nomes de seus coordenadores. Assim, formaram-se os grupos de Santa Luzia, Boa Esperança, Terceira (PIV3-Comarco), Budi, Piçarreira, Novo Horizonte, Raimundo Pretinho, Açai, Lagoa de Arcia, Zé da Bala, Vila Casa Azul, Vila Santa Izabel, Zé de Ovídio e um grupo sem denominação específica, que ficou conhecido como grupo dos anônimos.

Por um lado, a indefinição legal não permitia que as famílias tivessem acesso ao sistema de crédito oficial e, dadas as tensões inerentes às ocupações de terra, a tradicional alternativa de *financiamento* junto a comerciantes locais, obviamente, não se encontrava disponível. Por outro lado, as tensões que foram sendo geradas internamente, acirradas pela disputa de poder entre diferentes grupos de famílias, contribuíram para dificultar ainda mais os processos de tomada de decisão e o enfrentamento das questões colocadas para a consolidação da posse da terra.

Entre as alternativas possíveis para o enfrentamento das carências materiais mais imediatas que se apresentavam às famílias ocupantes da Terra Bela, revelou-se de fundamental importância a existência de uma serraria no interior da fazenda, a qual foi alienada no processo de aquisição. Posta em funcionamento, a serraria passou a gerar um determinado volume de renda, permitindo que os trabalhadores garantissem algumas etapas da luta pela manutenção da terra, bem como financiassem o atendimento de necessidades mais urgentes das famílias ocupantes.

Ainda que pudessem contar com o funcionamento da serraria e com o apoio de algumas entidades, os trabalhadores recorreram também à venda da madeira ainda disponível na área, como forma de obtenção de renda para a subsistência das famílias. Todavia, diferentemente da maioria das ocupações na região, a proximidade do núcleo populacional de Buriticupu e as facilidades de acesso às vias externas de transporte contribuíram para reduzir a habitual dependência dos ocupantes em relação aos comerciantes de madeira. Dessa forma, as trocas podiam se efetuar em condições menos prejudiciais para os trabalhadores, uma vez que estes poderiam, eventualmente, optar entre diferentes compradores de madeira e, principalmente, adquirir mantimentos nos diferentes pontos comerciais existentes no povoado. Além disso, a disponibilidade de recursos hídricos, tanto no povoado como no interior da fazenda ocupada,

permitia que os trabalhadores não necessitassem recorrer aos madeireiros para o abastecimento d'água - que se constitui, aliás, num dos aspectos mais críticos na maior parte das ocupações de terra na região.

O crédito de fomento, por sua vez, só chegou às mãos dos agricultores de Terra Bela após a implantação oficial do projeto de assentamento, ocasião em que as adversidades iniciais já haviam sido superadas. De um modo geral, os anos seguintes à ocupação da terra representam os momentos de maiores dificuldades para as famílias, uma vez que não dispõem de recursos materiais para prover suas necessidades elementares e efetuarem as primeiras lavouras de maneira satisfatória. Mas é exatamente nesses momentos, quando as famílias têm intensa necessidade de recursos, que a existência de entraves legais e burocráticos exerce uma função decisiva para que os trabalhadores não tenham acesso às modalidades de crédito, mesmo aquelas que possuem finalidade específica. No caso de Terra Bela, como na maioria das experiências similares, os trabalhadores acabaram descobrindo maneiras de superar as dificuldades iniciais. Sete anos após a ocupação, 233 famílias foram incluídas no plano de crédito para fomento agrícola, tendo cada uma recebido um valor equivalente a R\$ 535,00. Como um dos povoados congrega aproximadamente 60% da população cadastrada, a distribuição dos recursos verificou-se também nessa proporção. Por outro lado, dado que o crédito foi liberado tardiamente, na maioria dos casos, as famílias fizeram outro uso dos recursos, resgatando antigas dívidas ou adquirindo pequenos bens de consumo.

Ao enfrentamento do conjunto dessas dificuldades, corresponde também um processo de acentuadas disputas internas entre os distintos grupos de famílias que se formaram no processo de ocupação da fazenda Terra Bela. Aliás, essa disputa é comum à maioria das ocupações, por vezes, permanecendo de forma marcante ao longo da trajetória dos assentamentos, especialmente quando são do tipo *espontâneo*, ou seja, aquelas ocupações que acontecem fora

do controle do MST. O grupo de direção (geralmente, composto por pessoas que apresentam maior acúmulo de leitura e discussão política), sendo minoritário, enfrenta dificuldade para exercer uma liderança capaz de garantir ampla aceitação de suas propostas, apesar da clareza que estas possam conter. Em se tratando de Terra Bela, particularmente, um dos desdobramentos dessa disputa traduziu-se no recente surgimento de uma outra entidade de agricultores dentro do assentamento, em oposição à AATB.<sup>50</sup>

Numa caracterização genérica, lideranças do Terra Bela mencionam, além da própria direção, a existência de quatro grandes agrupamentos entre a população, conforme a atuação das pessoas na trajetória do assentamento. Um desses grupos é identificado como "*lumpem*",<sup>51</sup> que seria constituído por aquelas pessoas que estariam já sem perspectivas de longo prazo em suas vidas, entregues ao alcoolismo e às drogas, quase incapacitadas para o trabalho produtivo. Essas pessoas integram-se aos grupos de ocupação sem nenhuma perspectiva política; talvez por necessidade de serem aceitas, geralmente, mostram-se as mais destemidas, dispostas a executarem as ações de maior risco, como enfrentar diretamente os capangas ou vencer o cerco policial para levar informações para fora da área ocupada. Assim, acabam merecendo o respeito dos demais após o momento da ocupação e, portanto, fortalecendo-se no processo de repartição dos lotes. Entretanto, como se encontram fragilizadas do ponto de vista do trabalho cotidiano e das perspectivas de reconstrução de suas vidas, não conseguem produzir o suficiente para o sustento e são obrigadas a

---

<sup>50</sup> Trata-se da UMBATEBE (União dos Moradores do Bairro Terra Bela), que se originou numa dissidência de antigos membros da Associação de Agricultores de Terra Bela. Entretanto, sua atuação tem demonstrado um frágil alcance político. Atualmente, existem outras quatro entidades: as associações da Vila São Francisco, Vale do Buriti, Vila Casa Azul e Santa Clara. A rigor, estas associações não representam ameaça à unidade política do assentamento, pois suas aspirações direcionam-se prioritariamente para aquisição de financiamento do Proccra. Nesse aspecto, a diversidade mostra-se estratégica, uma vez que, sendo limitados os recursos que cada entidade consegue, essas associações podem atuar de forma complementar dentro do assentamento, como vem acontecendo com a eletrificação e a construção de estradas.

<sup>51</sup> Uma referência ao termo marxista *lumpemproletariado*, utilizado para designar aqueles indivíduos que, sobrevivendo de subempregos ou de determinadas atividades marginais, seriam incapazes de uma ação política consequente contra a sociedade capitalista.

trabalhar para outras famílias ou, o que é mais freqüente, terminam por repassar suas posses a terceiros.

Outro grupo mencionado são os *religiosos*, constituído por aquelas pessoas que se orientam pela Bíblia e que cultivam um sentimento de caridade em relação aos semelhantes; os mais pobres são alvo de maior atenção. Em geral, apresentam dificuldades de seguir determinadas normas estabelecidas no assentamento, pois preocupam-se com o atendimento das necessidades mais imediatas daquelas pessoas que se encontram em pior situação material. Assim, acabam apoiando o grupo dos chamados *lumpem*, quando estes fracassam.

Outro grupo constitui-se daqueles cuja ação caracteriza-se pela força física. Esses são os que não acreditam na ação coletiva e procuram trabalhar sempre de forma individual. Como representam uma parcela numerosa, seu posicionamento confronta-se com a necessidade de aceitação da maioria das normas, enfraquecendo a construção de um processo coletivo no interior do assentamento. Finalmente, aquelas pessoas que não se identificam de forma explícita com nenhum desses grupos, constituem a chamada *massa*. São trabalhadores que não manifestam uma posição política definida e que acompanham um ou outro dos grupos, conforme a força que estes assumem em cada momento na trajetória do assentamento.

Em seu conjunto, todas essas circunstâncias assumem um significado relevante para determinar a forma pela qual os ocupantes da fazenda Terra Bela resistiram durante sete anos, até a superação dos impasses burocráticos com a regularização do imóvel e a implantação definitiva do assentamento. Tratando-se de um assentamento que se originou na ação antecipada dos trabalhadores, a dubiedade da intervenção do Estado no processo fez-se sentir desde o início da experiência. Se, por um lado, o Governo adquiriu a área ocupada, por outro, em seguida, protelou o processo de efetivação do assentamento através de recursos

burocráticos. As instâncias encarregadas de agilizar a implementação do projeto e prestar assistência às famílias ficaram imobilizadas pelos entraves legais que marcaram o processo. Conforme avaliação de algumas lideranças, esses são mecanismos que visam preservar interesses de setores dominantes, a fim de que não se favoreça a consolidação das experiências organizativas às quais estejam ligados aqueles grupos de trabalhadores que buscam uma compreensão crítica a respeito de sua realidade, cujas ações geralmente significam o fortalecimento das lutas populares.

#### **4.2 Breve Caracterização de Terra Bela e do Município de Buriticupu**

Recentemente desmembrado de Santa Luzia, o município Buriticupu<sup>52</sup> conta com uma área de aproximadamente 3.000 km<sup>2</sup>, limitando-se ao Norte com Santa Luzia, a Leste com o município de Arame, a Oeste com Bom Jardim e ao Sul estende-se até as margens do rio Buriticupu, confrontando-se com o município de Amarante do Maranhão. A população total está estimada em cerca de 30.000 habitantes. A dinâmica que o processo de emancipação imprime ao lugar representa um acréscimo visível na população, especialmente pela migração de trabalhadores residentes em outras regiões do estado.

As atuais condições de infra-estrutura são precárias. A cidade não dispõe de rede de esgoto, asfalto ou calçamento das vias públicas, exceto na rodovia federal que atravessa o município. Ainda não existe também um sistema de distribuição de água encanada para os domicílios. A captação dá-se através de uma pequena caixa d'água, a partir da qual forma-se uma pequena rede de distribuição, e de quatro poços artesianos, sendo que um destes localiza-se na área urbana de Terra Bela. Para o abastecimento da maioria das casas, a água é

---

<sup>52</sup> O município foi criado pela lei estadual de nº 6.162, de 10.11.94, publicada no Diário Oficial nº 215, de mesma data. Essa lei determina ainda que, durante os primeiros quatro anos, a Câmara Municipal deverá se constituir de nove vereadores, a Prefeitura não poderá ter mais que cinco Secretarias, assim como as despesas com pessoal ficam estipuladas em até 50% da receita do município.

conduzida em tonéis (grandes recipientes de material plástico ou metálico) transportados por tração animal e em caminhões-pipa, os quais encarregam-se de fornecer água aos estabelecimentos comerciais de maior porte.

Tratando-se de uma área da Pré-Amazônia e apresentando precárias condições infra-estruturais, é elevada a incidência de doenças, como hanseníase, hipertensão, leishmaniose, malária, tuberculose, verminoses e algumas micoses. O atendimento da população é feito por meio de um hospital público estadual, que dispõe de cerca de trinta e dois leitos; um hospital privado, com aproximadamente quarenta leitos, e um posto de atendimento da UFMA/FNS.

No que se refere ao hospital público, as condições de funcionamento são precárias, tanto no aspecto material quanto na disponibilidade de pessoal qualificado. Em geral, são designados dois médicos residentes em São Luis para trabalharem naquele hospital, sendo que esses profissionais revezam-se em intervalos de duas semanas. No entanto, esta escala nem sempre se cumpre, de maneira que há ocasiões em que a população permanece sem a presença dos médicos por períodos prolongados. O corpo de enfermeiros é constituído por profissionais geralmente residentes no povoado; ainda assim o atendimento fica prejudicado pela constante falta de material de consumo.

No caso do hospital privado, talvez por força das condições de oferta e procura, os preços praticados são elevados, de modo que tal circunstância acaba se constituindo num entrave para o acesso da população de baixa renda aos serviços oferecidos. Não são incomuns os casos de emergência em que as famílias obrigam-se a vender os próprios lotes de terra para que possam obter atendimento médico. Por sua vez, o posto de atendimento do Projeto Buriticupu (UFMA/FNS), além de atendimento ambulatorial esporádico, atualmente, presta assistência a cerca de 40 pacientes de forma regular e cuida do controle de malária, leishmaniose, tuberculose, hanseníase e hipertensão.

No setor educacional, a população conta, a nível de primeiro grau, com duas escolas estaduais, uma das quais foi construída recentemente dentro da área urbana de Terra Bela, e uma municipal, sendo que esta trata-se de uma escola agrícola. O ensino de segundo grau é atendido por duas escolas privadas. Dos serviços à disposição da população, existem diversas oficinas, entre mecânica de automóvel, borracharias, eletrônica, conserto de armas e ferramentas. O povoado conta também com duas agências bancárias (Banco do Estado do Maranhão e Banco do Brasil), dois postos de serviços telefônicos, diversos dormitórios e dois hotéis de porte médio, sendo que um deles, pertencente a uma rede hoteleira da região, apresenta instalações relativamente confortáveis em comparação com os padrões locais, oferecendo cômodos com ar condicionado, *frigobar* e aparelhos de televisão.

No que diz respeito aos espaços e às formas de entretenimento, a população não dispõe, por exemplo, de praças urbanizadas, mas a oportuna preservação de um hectare da mata nativa, garante uma área verde no centro da cidade, freqüentada principalmente pelos jovens para a prática de variadas formas de lazer. Existem ainda três campos de futebol, sendo que dois deles encontram-se na área urbana da Terra Bela. Nesses espaços, várias equipes competem anualmente, nas modalidades futebol de campo e futebol *society*. Nesses eventos, o assentamento é representado por dois times. Na cidade não há cinemas, mas a movimentação observada na locadora de fitas de vídeo sugere a existência de alguns aparelhos de vídeo nos domicílios. Bares e clubes de festa destacam-se por seu número elevado e pela preferência entre a população como formas de diversão e lazer. Há ainda uma igreja católica no povoado. Já na área pertencente ao assentamento, os locais de culto religioso são mais numerosos.

Entre as atividades econômicas desenvolvidas no município, destaca-se o comércio, constituindo-se no principal empregador da mão-de-obra na zona urbana. Encontram-se vários pequenos e médios estabelecimentos varejistas

(incluindo-se venda de produtos para pecuária, ferramentas agrícolas e gêneros alimentícios), supermercados, farmácias, restaurantes e lanchonetes, além de algumas lojas pertencentes a grupos empresariais de alcance regional, particularmente nos setores de confecção, móveis e eletrodomésticos. O comércio atacadista de gêneros alimentícios também mostra-se expressivo, principalmente aqueles estabelecimentos cujos proprietários são os chamados *atravessadores*. Destaca-se, também, a tradicional feira livre, que percorre as principais cidades da região, instalando-se no primeiro dia útil de cada semana em Buriticupu, na qual se pode encontrar considerável variedade de produtos, como utilidades domésticas, confecções e ferramentas agrícolas, entre outros.

As atividades de transformação incluem algumas pequenas carvoarias e principalmente as serrarias, que chegam a trinta e cinco em toda a área do município, sendo cinco delas localizadas na zona urbana de Buriticupu, onde encontram-se também cerca de dez pequenas fábricas de móveis. O comércio de madeira ainda é relativamente intenso na região, mas já demonstra uma tendência de redução correspondente ao nível de degradação das matas nativas em toda a Pré-Amazônia maranhense. As atividades agropecuárias possuem presença expressiva na economia do município, embora os dados agregados não estejam disponíveis, em função da emancipação ter ocorrido recentemente. Estima-se que a produção de gêneros alimentícios básicos encontra-se em ascensão, dada a transformação em assentamentos de várias fazendas improdutivas, que no passado dedicaram-se à extração madeireira.

Por sua vez, a fazenda Terra Bela, um dos imóveis improdutivos transformados em assentamento, abrange uma área de localização privilegiada: seu perímetro estende-se por 12,6 km na margem direita da BR-222, no sentido de Santa Luzia para Açailândia, indo até o encontro dessa rodovia com o rio Buriticupu. Deste ponto, segue por 15 km até a confluência deste rio com o Pindaré, de onde percorre sua margem direita por mais 5,8 km, para em seguida

retornar ao ponto inicial na BR-222, numa distância de 22,6 km, limitando-se com terras da gleba Lago Azul. Junto ao rio Pindaré, a Terra Bela tem ainda sua área entrecortada pela ferrovia Ponta da Madeira/Carajás. Esta localização pode representar numa vantagem extraordinária para o possível escoamento da produção, assim como para o estabelecimento de comunicação do assentamento com o mundo exterior.

No total, são 11.553 hectares de área, comportando uma associação de diferentes tipos de solo,<sup>53</sup> com o relevo variando de plano a fortemente ondulado. Em relação aos recursos hídricos, o imóvel dispõe de um riacho, com aproximadamente 25 km, e duas lagoas, cujas extensões atingem 1,5 e 10 km, respectivamente. No que se refere à cobertura vegetal, destaca-se que, à época da ocupação, a mata nativa (parcialmente explorada) representava quase 2/3 da área, comportando diversas espécies de árvores, como ipê, jatobá, camaru e tatajuba, entre outras, além de uma fauna não menos rica, da qual a anta, o tatu, o queixada, a capivara, a onça pintada, a paca, o veado e o macaco capelão são exemplos. Do restante da área, uma parcela constituía-se de capoeira, que se originou da atividade de extração madeireira mais intensa, enquanto a outra parte, cerca de 2.700 ha, encontrava-se ocupada por pastagem artificial. Com a introdução de culturas agrícolas, atualmente o que resta da mata nativa corresponde a mais ou menos 1/3 da área total.

No que diz respeito às vias internas de acesso existentes na época da ocupação, resumiam-se a alguns quilômetros de estradas vicinais, em estado quase intransitável. A energia elétrica disponível atendia ao funcionamento da serraria e ao núcleo de habitação, onde localizava-se a sede da fazenda. Após a definição legal do assentamento, no ano de 1995, os trabalhadores passaram a

---

<sup>53</sup> Técnicos do INCRA, encarregados da implantação do projeto, identificaram solos Podzólico Vermelho Amarelo, Podzólico Vermelho e Concrecionários Lateríticos, com capacidade de uso de classe 50% III, 30% IV e 20%VI (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (MA), 1995: 9). Análise realizada pela UFMA indicou fertilidade variando de regular a média, com recomendação para plantio de feijão, mandioca e capim brachiaria.

buscar financiamento para eletrificação rural e construção de estradas, mas esbarravam na exigência da contrapartida (a Associação deveria arcar com 30% dos custos). Dois anos mais tarde, finalmente, estão sendo construídos cerca de 30 km de estrada não asfaltada e 12 km de eletrificação, interligando os povoados do assentamento.

De acordo com o parcelamento mínimo previsto para o município (25 hectares) e descontada uma área de 2,5 mil hectares (entre reserva e trechos inaproveitáveis), o INCRA estabeleceu que o imóvel tem capacidade para assentar 380 famílias. Atualmente, devido ao processo de acomodação dos assentados e, principalmente, à dinâmica da demanda por terra na região, vêm sendo caracterizadas uma zona rural, mais antiga, e outra de aglomeração urbana. Esta última corresponde a uma área assim designada pela Associação de Agricultores de Terra Bela, localizada próxima à sede de Buriticupu e que mede 30 hectares, na qual cada família assentada na zona rural tem direito a um lote.

A população dessa área vem crescendo por conta, também, da chegada de diversas famílias de trabalhadores sem-terra que freqüentemente se dirigem à Associação em busca de um local de moradia. Neste caso, antes de concretizar a concessão, a diretoria procura averiguar a efetiva situação dos demandantes, na tentativa de evitar que, eventualmente, famílias que já possuem terra se apossem de lotes com o objetivo de comercializá-los ou, por outro lado, que sejam atendidas pessoas a serviços de *grileiros* interessados em promover a reconcentração de terra no dentro dos assentamentos da região.<sup>54</sup>

Em seu conjunto, as famílias que se deslocaram para o assentamento Terra Bela apresentam uma considerável diversidade no que se refere aos locais de procedência. Entre as que se encontravam no processo de ocupação inicial,

---

<sup>54</sup> Técnicos do INCRA relatam a existência de casos em que o mesmo indivíduo conseguiu adquirir, junto aos assentados, uma área superior a 660 hectares de terra em três projetos de assentamento da região, sendo 200 hectares em Terra Bela.

muitas são famílias de maranhenses que foram expulsas das terras onde moravam anteriormente. Outras tantas são formadas por imigrantes nordestinos, que a partir dos anos 50 começaram a se transferir para o interior do Maranhão, fugindo dos prolongados períodos de seca. Em Terra Bela, destaca-se um grupo de famílias cujo estado de origem é o Rio Grande do Norte, de onde partiram no início dos anos 50, tendo se fixado onde atualmente é o município maranhense de Vitorino Freire, até meados de 1988. Estas famílias integram um dos povoados de maior dinâmica no assentamento, desenvolvendo experiências coletivas a nível da produção, além de desempenharem papel decisivo na organização política dos assentados, especialmente no que se refere à gestão da Associação.

**QUADRO 10. TERRA BELA: FAMÍLIAS CADASTRADAS PELO INCRA**

POVOADO	Nº FAMÍLIAS	POPULAÇÃO
BURITICUPU	15	82
CASA AZUL	7	43
LAGOA DA AREIA	26	130
NOVO HORIZONTE	5	27
SANTA IZABEL	3	25
TERRA BELA I	34	168
TERRA BELA II	11	43
VILA SÃO FRANCISCO	140	759
<b>TOTAL</b>	<b>241</b>	<b>1.277</b>

Fonte: INCRA

Examinando-se as fichas de Cadastro de Sócios e Controle da Produção, mantidas pela Associação de Agricultores, pode-se perceber que o nível de instrução formal dos pais de família assentados não chega a constituir uma situação grave, se comparado ao conjunto da população maranhense: cerca de 2/3 deles encontram-se na faixa de escolaridade entre 1ª e 4ª séries, 28% declaram-se alfabetizados, 2% cursaram a 5ª série e apenas 5% declaram-se não alfabetizados. O tamanho médio do grupo familiar é de cinco pessoas, sendo que o número médio de filhos fica em torno de três. Em relação às famílias que vêm ocupando a parte urbana do assentamento, não há informações específicas que

possam dar conta de sua composição, escolaridade média, etc. Todavia, uma vez que não há evidências sugerindo o contrário, pode-se considerar que, em geral, essas famílias não diferem muito das demais que estão residindo em Terra Bela.<sup>55</sup>

Com a chegada das novas famílias, um dos resultados tem sido o avanço da cidade para dentro do assentamento, com uma parte de sua área transformando-se, na prática, em um bairro de Buriticupu. Nessa área, já é possível observar-se o surgimento de uma pequena estrutura no que se refere a atividades de comércio, oficinas, casas de diversão, escolas e espaços religiosos.<sup>56</sup> Entretanto, a dinâmica que impulsiona este trecho do assentamento é a mesma que se encontra presente no novo município como um todo e, particularmente, na cidade de Buriticupu. Assim, a precariedade das condições de sobrevivência e os desafios a serem enfrentados são comuns aos dois lados da rodovia: a luta pela implantação de um sistema de tratamento e distribuição de água, construção de uma rede de esgoto, calçamento das vias públicas, construção de áreas de lazer, ampliação e melhoria dos serviços de saúde e educação, criação de alternativas de emprego, entre outras demandas típicas de uma cidade que cresce sem obedecer a qualquer planejamento.

---

<sup>55</sup> Não existem dados precisos sobre o número de famílias residentes na área. Oficialmente, O INCRA cadastrou 241, embora reconheça que o número efetivo é superior, ao informar que, à época do cadastramento, cerca de 50 famílias ficaram de fora por não apresentarem documentos pessoais ou por não comparecerem ao local estabelecido. O somatório destes números coincide com o quantitativo de famílias que participaram da fundação da Associação logo após a ocupação. Por outro lado, os técnicos encarregados da implantação do projeto informam, em seus relatórios de viagem, terem encontrado aproximadamente 600 famílias na área, número que se aproxima das informações fornecidas pela Associação dos Agricultores de Terra Bela. Portanto, a amostra das fichas examinadas e corresponde a 10% das famílias que, de fato, residem no assentamento.

<sup>56</sup> Encontram-se diversos pontos comerciais varejistas de gêneros alimentícios e artigos domésticos, assim como armazéns de venda a grosso; pequenos restaurantes, lanchonetes, churrascarias e barracas improvisadas para venda de refeições e frutas; vários bares e um clube de festas; dois campos de futebol amador. Um dos dois postos de gasolina e o maior dos dois hotéis existentes no município também estão situados na área urbana do assentamento; o comércio de peças para automóveis, tanto novas quanto sucatas; oficinas mecânicas; uma oficina de conserto de armas leves; casas de cultos afro-brasileiros e igrejas católica e protestante; uma escola estadual de 1º grau, com capacidade para 1.300 alunos, e um círculo de alfabetização de adultos.

### **4.3 Indicadores das Atividades Econômicas dos Assentados**

Mesmo diante do longo impasse na legalização do imóvel ocupado e sua transformação em assentamento, os trabalhadores superaram as dificuldades iniciais e ampliaram suas atividades relativas à produção. Partindo do cultivo de uma pequena área e da exploração de uma serraria, os assentados de Terra Bela vêm conseguindo expandir a produção, inclusive com a incorporação da criação de gado bovinos. Nas seções a seguir, objetiva-se discutir a situação em que essas atividades econômicas se encontram atualmente no assentamento.

#### **O beneficiamento de madeira**

Conforme destacou-se anteriormente, a exploração da madeira de lei tornou-se uma atividade prioritária para a maioria das empresas que se instalaram na região do Pindaré, especialmente em torno do projeto de colonização da COMARCO, em Buriticupu, a partir dos anos 70. Em algumas fazendas, além da comercialização de toras, as etapas de beneficiamento da madeira foram internalizadas. No que se refere ao caso da fazenda Terra Bela, trata-se de uma serraria relativamente bem equipada. Nas instalações dispõe-se, inclusive, de maquinário apropriado para a confecção de produtos semi-acabados, como tacos, peças para forro e assoalho. No início, os ocupantes da fazenda não dispunham de mão-de-obra especializada nem experiência administrativa para colocarem os equipamentos em operação e manterem em funcionamento um negócio no ramo madeireiro. Por isso, optaram pelo arrendamento da referida serraria, o que se efetivou durante os dois primeiros anos da ocupação. Entretanto, insatisfeitos com os resultados, os trabalhadores decidiram assumir o controle direto da atividade, aprendendo a operar e a administrar o negócio na base de tentativas e erros.

Especialmente nos primeiros anos após a ocupação, a serraria constituiu importante fonte de divisas para o financiamento das despesas gerais

da Associação e para o atendimento das carências mais urgentes das famílias ocupantes da Terra Bela. Ainda hoje, conforme já se mencionou, a existência da serraria desempenha esse papel. Após o pagamento dos custos operacionais, a parte que resta da receita é destinada ao funcionamento da associação (contas, equipamentos, mobília, etc), custeio de viagens, doações a movimentos sociais, despesas com educação e auxílio a famílias em situações especiais.

#### QUADRO 11. RECEITA ANUAL MÉDIA DA SERRARIA

(CR\$ 1,00)

FONTE	Serragem Normal	Serragem para Forro	Planagem para Forro	Venda de Madeira e Ripa	Venda de Carvão	TOTAL
ABSOLUTA	65.501,45	12.359,02	5.142,00	6.654,20	947,00	90.603,67
PERCENTUAL	72	14	6	7	1	100

Fonte: Associação dos Agricultores de Terra Bela.

A receita bruta da serraria tem se situado em torno dos R\$ 90 mil anuais, dos quais uma parcela superior a 80% destina-se aos custos. Dessas despesas, a folha de pagamento representa quase 64%; água, eletricidade e combustível, 18%, sendo a mesma proporção gasta em manutenção e peças de reposição. Dos 20% que representam a receita líquida, aproximadamente ¼ destina-se a despesas com educação (pagamento de professoras) e despesas comunitárias (auxílio aos associados); cerca de ¾ são utilizados em outras despesas.

Considerando-se apenas os empregados fixos, o quadro de pessoal da serraria compõe-se de 18 trabalhadores, todos exercendo funções específicas.<sup>57</sup> A remuneração apresenta um teto de 3,5 salários mínimos (laminador), sendo que

<sup>57</sup> Esses trabalhadores fixos estão distribuídos nas seguintes funções: bitoleiro (1), circuleiro (2), esquadrador (2), estopadeiro (2), guincheiro (1), laminador (1), planista (1), pozeiro (1), prancheiro (2), priquiteiro (1), serrador (1), vigia (1), administrador (1), tesoureiro (1). Apenas parte deles encontra-se registrada, obedecendo exigência mínima legal para o funcionamento da serraria. Há ainda aqueles trabalhadores que são requisitados esporadicamente para executar tarefas determinadas, como é o caso dos arrumadores, não estabelecendo vínculo de emprego com a serraria.

para as funções de gerente, tesoureiro e serrador, esta é fixada em 2,5 salários mínimos e 1,5 para as demais funções.

Atualmente, o volume da madeira beneficiada na serraria situa-se em torno de 4.000 m<sup>3</sup>, anualmente, o que representa cerca de 14,5 m<sup>3</sup> diários. Esse volume é considerado pequeno no conjunto das serrarias que operam no Maranhão. De acordo com estimativas elaboradas por Feitosa (1994: 280), a faixa das pequenas serrarias compreende aquelas que beneficiam até 15 m<sup>3</sup>/dia, as de porte médio atingem 25 m<sup>3</sup>/dia, enquanto as grandes situam-se entre 25 e 50 m<sup>3</sup>/dia. Quanto à procedência das toras que chegam à serraria de Terra Bela, estima-se que o equivalente a 60% do total pertence a comerciantes de madeira da região, enquanto os 40% restantes são provenientes da própria área do assentamento. Neste último caso, também é destinada prioritariamente à comercialização; somente cerca de 10% têm como finalidade o atendimento direto de necessidades da população assentada.

### **A criação de gado**

A criação de bovinos é outra atividade econômica que os assentados de Terra Bela vêm desenvolvendo recentemente. Trata-se de um projeto implementado a partir do início de 1996 e que, pela primeira vez, permitiu às famílias moradoras deste assentamento o acesso ao crédito de investimento do PROCERA.<sup>58</sup> Proposto através da Associação de Agricultores e tendo como agente financeiro o Banco do Nordeste Brasileiro, o projeto garantiu a um grupo de 59 famílias, em sua primeira fase, financiamento para aquisição de um rebanho de gado mestiço (totalizando 226 matrizes e 7 reprodutores) e para construção de 22 km de cerca de arame. O montante de crédito contratado foi de R\$ 95.319,00,

---

<sup>58</sup> Constituído com recursos do Orçamento do INCRA e dos Fundos Constitucionais, o PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária) destina-se a financiar atividades de custeio e investimento das famílias assentadas. Através do repasse à empresas do sistema EMATER de 2% do valor de cada projeto financiado, o programa objetiva também garantir assistência técnica sem custos adicionais para os assentados.

sendo 70% para aquisição de matrizes, 5% para reprodutores e 25% para instalações. Para o reembolso são previstas as seguintes condições: carência de três anos e quatro parcelas anuais, com juros de 12%, subsidiados em 50% caso sejam cumpridos os prazos de pagamento.

A aquisição do rebanho vem permitindo o aproveitamento da área de pastagem artificial existente na fazenda à época da ocupação. Obedecendo recomendação dos técnicos da EMATER/MA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão), os produtores envolvidos no projeto estão introduzindo a forrageira *brachiaria* na área de pastagem, em substituição ao capim *colonião* existente atualmente. O criatório desenvolve-se de forma semi-extensiva, em que os animais permanecem pastando livremente durante o dia, sendo recolhidos aos currais à noite. Algumas famílias assumiram individualmente as tarefas de manejo de seus animais, mantendo-os nos respectivos lotes, o que acabou dispersando o rebanho inicial. Entretanto, aquelas famílias que trabalham coletivamente na lavoura decidiram destacar um vaqueiro para cuidar do gado, que fica concentrado numa determinada área do assentamento, ocupando, dessa forma, menos espaço e racionalizando mão-de-obra.

### **A produção agrícola**

Em seu conjunto, as atividades agrícolas que são desenvolvidas no assentamento Terra Bela mostram-se coincidentes com o calendário seguido pelos agricultores na maior parte do estado do Maranhão, dada a dependência que essas culturas, sob as condições técnicas vigentes, apresentam em relação ao regime das chuvas. Em se tratando dos quatro produtos mais frequentes (arroz, milho, feijão e mandioca), somente no caso do feijão é que se observa pequena variação entre as regiões do estado. Essa variação está associada ao fato de que em alguns lugares são obtidas duas safras anuais.

Em geral, a produção dos pequenos produtores agrícolas - portanto, também daqueles que se encontram nos assentamentos - realiza-se de forma *consorciada*, cultivando-se, no mesmo terreno e na mesma safra, diferentes produtos, sendo que a associação entre o arroz e o milho é mais freqüente. No caso da Terra Bela, estes produtos vêm sendo cultivados desde o primeiro ano da ocupação. Além dessas, as culturas de feijão e de mandioca aparecem entre as de maior expressão, contando-se ainda com o plantio de abóbora, abacaxi e hortaliças. Isto no que se refere às culturas de ciclo curto. Em relação às de ciclo longo, observa-se que estas se encontram difundidas em menor escala, ocupando basicamente um espaço doméstico, no fundo dos quintais. Destaca-se a presença de frutas, entre as quais estão banana, laranja, maracujá e coco. Estima-se que estas culturas ocupam uma área não superior a 10 hectares em todo o assentamento.

#### QUADRO 12. TERRA BELA: CALENDÁRIO AGRÍCOLA

PRODUTOS	DESMATA MENTO	PLANTIO	CAPINA	COLHEITA
Arroz	Ago/Dcz	Jan/Fev	Mar/Abril	Abr/Mai/Jun
Milho	-	Jan/Fev	-	Jul/Agosto
Feijão	-	Mar/Abr	-	Jun/Julho
Mandioca	Sct/Nov	Out/Dcz	Dcz/Jul	(Após 18 mcses)

Fonte: Associação dos Agricultores de Terra Bela.

Para a cultura do arroz, a Associação dos Agricultores de Terra Bela estima que no primeiro ano da ocupação foi plantada uma área de 45 hectares, o que corresponde a uma produção aproximada de 104 toneladas de arroz. Em relação à safra de 1996, a produção foi superior a 750 toneladas, obtida numa área de 318 hectares. O plantio do milho, que, conforme já se mencionou, ocorre juntamente com o do arroz, representou uma área de mais ou menos 20 hectares e uma produção de 45 toneladas, no primeiro ano. No que se refere ao ano de 1996, a área ocupada correspondeu a 250 hectares, com uma produção de 482 toneladas. O feijão, no primeiro ano, ocupou uma área bastante reduzida, mais ou

menos 5 hectares, resultando numa produção inferior a 4 toneladas. Em relação à safra 96, essa produção subiu para cerca 115 toneladas, correspondente a uma área plantada de 150 hectares. Quanto à mandioca, a área cultivada no primeiro ano foi insignificante. No ano de 1996, entretanto, ocupou cerca de 375 hectares, o que corresponde a uma produção aproximada de 1,6 mil toneladas.

**QUADRO 13. TERRA BELA: PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1989 e 1996)**

PRODUTOS	1989		1996		VAR. DA PRODUÇÃO	
	ÁREA (ha)	PROD (t)	ÁREA (ha)	PROD. (t)	ABSOL. (t)	%
ARROZ	45	103,9	318	750,0	646,1	621,8
MILHO	20	45,0	250	482,2	515,0	1.144,4
FEIJÃO	5	3,8	150	115,2	111,4	2.931,6
MANDIOCA	-	-	375	1.566,0	-	-
<b>TOTAL</b>	70	152,7	1.100	2.913,4	2.760,7	1.807,9

Fonte: Associação dos Agricultores de Terra Bela.

As informações acima referem-se a estimativas elaboradas pelos dirigentes da Associação de Agricultores de Terra Bela, com base na observação empírica do cotidiano do assentamento. No ano de 1995, entretanto, foi realizada uma tentativa de acompanhamento mais sistemático da produção, com a implantação do Cadastro de Sócio e Controle da Produção. A partir desse registro, foi possível a obtenção dos dados seguintes. Tomando-se um total de 58 famílias que preencheram e devolveram a ficha de cadastro, observa-se que 51 realizaram o plantio no ano de 1995. A cultura do arroz foi efetivada por todas essas famílias, sendo que cerca de 6% plantaram somente arroz; 57% plantaram arroz, feijão e milho; 16% plantaram arroz e milho; 11% plantaram arroz, feijão e mandioca; 2% plantaram arroz, milho, feijão e mandioca; 6% plantaram arroz, milho e mandioca, e finalmente 2% plantaram arroz, milho, feijão e abóbora. A produção dos quatro principais produtos obtida por essas famílias foi de 429 toneladas, numa área plantada de 190 hectares, conforme pode-se observar no quadro a seguir.

**QUADRO 14. TERRA BELA: AMOSTRA DA SAFRA  
DE 1995**

<b>PRODUTOS</b>	<b>ÁREA (Hectare)</b>	<b>PRODUÇÃO (Tonelada)</b>
Arroz	92,50	217,80
Milho	62,25	120,12
Feijão	16,74	12,87
Mandioca	18,75	78,30
<b>TOTAL</b>	<b>190,24</b>	<b>429,09</b>

Fonte: Associação dos Agricultores de Terra Bela

Essas informações permitem uma comparação entre as produtividades médias obtidas nas lavouras desses quatro produtos, no âmbito do município de Santa Luzia, da região do Pindaré e do estado do Maranhão, tomando-se como base dados da FIBGE. Assim, pode-se observar uma considerável superioridade das médias verificadas no assentamento Terra Bela sobre as que foram apresentadas pelas demais instâncias em questão. Somente no caso da mandioca é que a produtividade média obtida (4,2 t/ha) é inferior às demais, situando-se abaixo da metade das médias alcançadas no estado (8,5 t/ha), na região (10 t/ha) e no município (10 t/ha), ainda que, dentro do assentamento, tenha se encontrado uma localidade onde a produtividade (12 t/ha) supera todas as outras médias. Trata-se do povoado em que foi adotada a organização coletiva da produção. A rigor, não se pode atribuir a essa circunstância a obtenção dessa produtividade mais elevada, mas, considera-se que a forma de organização tenha exercido uma função determinante para esse resultado.

No que se refere à produtividade dos outros três produtos, observa-se que as médias obtidas em Terra Bela são acentuadamente superiores às demais. Em relação ao estado, à região e ao município, a produtividade do arroz cultivado no assentamento Terra Bela apresenta-se, respectivamente, 72%, 73% e 57% maior. Em relação ao milho, por sua vez, os diferenciais correspondem a 193%, 203% e 221%, enquanto para o feijão foram obtidas médias 100%, 62% e 63% superiores.

**QUADRO 15. PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS**  
(Rendimento Médio: Kg/Ha)

PRODUTOS	ESTADO DO MARANHÃO	REGIÃO DO PINDARÉ	MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA	TERRA BELA (*)
ARROZ	1.362	1.358	1.500	2.354
MILHO	659	636	600	1.929
FEIJÃO	383	473	469	768
MANDIOCA	8.492	10.044	10.000	4.176

Fontes: FIBGE e Associação dos Agricultores de Terra Bela.

(\*) Dados relativos à amostra de 10% das famílias para a safra de 1995. Os demais dados referem-se ao ano de 1994.

A explicação da existência desses diferenciais de produtividade encontra-se, em parte, vinculada às condições de fertilidade do solo. Já foi mencionado que o território maranhense apresenta apenas algumas faixas de solo fértil, cuja utilização para fins agrícolas não depende de elevados investimentos. Essas faixas de terra ocorrem nas regiões de Imperatriz, Mearim e Pindaré. O assentamento Terra Bela, ainda que a análise de solo não confirme uma fertilidade privilegiada, encontra-se pelo menos nas proximidades dessas faixas férteis, uma vez que está localizado na região do Pindaré. Por outro lado, o próprio caráter geral dos assentamentos, que permite às famílias produzirem em segurança e para si mesmas, pode significar uma diferença fundamental no que se refere aos esforços empreendidos e aos objetivos da produção.

Considera-se, finalmente, a forma de organizar a produção outro fator decisivo, visto que as médias obtidas na comunidade que adota o trabalho coletivo são, geralmente, superiores às demais. A lavoura do arroz constitui exceção, pois o rendimento médio de 2,5 t/ha, atingido naquela comunidade, é superado pelas 2,8 t/ha verificadas em outra localidade. Mas, em relação ao milho, a média de 2 t/ha apresentada na comunidade que trabalha de forma coletiva é acentuadamente maior que as demais, que oscilam entre 0,6 e 0,9 t/ha em outras localidades. O feijão, por sua vez, tem a maior parte de sua produção realizada naquela comunidade, sendo que o rendimento obtido situa-se em torno

de 0,8 t/ha. No caso destas famílias que trabalham coletivamente, é possível que a forma de organização e a melhor fertilidade do solo juntem-se como elemento explicativo das referidas médias de produtividade, uma vez que o grupo de famílias em questão, sendo numeroso e coeso, pode desfrutar de alguma prioridade no momento de repartição dos lotes após a ocupação da fazenda.

### Aspectos da comercialização

Considerando-se os dados da Associação dos Agricultores e os preços ao produtor praticados no período da safra de 1996, é possível estabelecer-se uma estimativa do valor bruto da produção obtida em Terra Bela. A safra de arroz resultou em 750 toneladas e o preço alcançou R\$ 200,00 por tonelada; o milho produzido atingiu 482,2 toneladas e foi vendido a R\$ 100,00; a produção de feijão foi de 115,2 toneladas e o preço chegou a R\$ 500,00. De acordo com a safra de 1.566 toneladas de mandioca, pode-se estimar a produção de farinha em torno de 522 toneladas, cujo preço alcançou R\$ 300,00. Assim, têm-se valores estimados, que constam no quadro 16.

#### QUADRO 16. ESTIMATIVA DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)	VALOR (R\$)
Arroz	750,0	150.000,
Milho	482,2	48.200,
Feijão	115,2	57.600,
Farinha de mandioca	522	156.600,
<b>TOTAL</b>	<b>1.869,4</b>	<b>412.400</b>

Fonte: Associação dos Agricultores de Terra Bela

Não se constitui novidade que a finalidade principal da produção realizada pelos pequenos agricultores é garantir a subsistência do grupo familiar, tanto pelo consumo por parte dos produtores diretos quanto pela troca de uma

parte dessa produção por determinados artigos básicos de que estes necessitam. Outra destinação de parte da produção é transformar-se em sementes para o plantio da safra seguinte. Assim, no caso de Terra Bela, os agricultores comercializam apenas parte da produção, destinando a maior parcela para o consumo direto e para o estoque de sementes.

Conforme estimativa dos dirigentes da Associação, a parcela que é utilizada diretamente para subsistência das famílias situa-se entre 80 e 90 por cento da produção total. Por sua vez, em termos de volume, é significativa a parte excedente às necessidades de autoconsumo do grupo familiar e que é vendida, em geral, com a finalidade de aquisição de determinados outros bens de subsistência não produzidos pelos próprios agricultores. Considerando-se ainda as informações das lideranças locais, de que a colheita de arroz, milho e feijão ultrapassa 1.347 toneladas, no ano de 1996, entende-se que o montante potencialmente destinado para a comercialização situa-se entre 135 e 270 toneladas de grãos. Juntando-se a esse montante a parte correspondente à farinha, que se situa entre 52 e 104 toneladas, estima-se um volume que pode alcançar mais de 370 toneladas de produtos agrícolas comercializadas pelos assentados de Terra Bela em 1996.

Ao se considerar cada uma das famílias assentadas, aquele volume de comércio mostra-se pulverizado, representando uma renda bruta média muito pequena. Mesmo aquelas famílias que têm conseguido progressos nas práticas coletivas no que se refere à produção, no momento da comercialização, costumam proceder igualmente às demais famílias do assentamento, realizando a venda de maneira individualizada. Sob essa circunstância, apesar de obterem vantagens ao se organizarem para produzir coletivamente, na negociação isolada, terminam enfraquecendo seu poder de barganha diante dos atacadistas. Entretanto, para os comerciantes que adquirem a produção a grosso, esse montante apresenta-se de forma concentrada, proporcionando um outro

resultado, principalmente em função do diferencial de preços atingido entre a compra junto aos produtores diretos e a venda aos consumidores finais, conforme se observa no quadro a seguir.

**QUADRO 17. PREÇOS DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS**

PRODUTO	PREÇOS MÉDIOS POR KG (RS)		DIFERENCIAL (%)
	Produtor	Consumidor	
Arroz	0,20	0,50	150
Milho	0,10	0,25	150
Feijão	0,50	1,00	100
Farinha	0,25	0,50	100

Fonte: Associação dos Produtores de Terra Bela.

Especialmente, a precariedade das condições de armazenamento e de transporte, além da carência de crédito oficial, implica o atrelamento desfavorável do agricultor aos interesses do comerciante. Na ausência de uma estrutura de armazenamento que permita ao agricultor aguardar o momento mais apropriado para vender a produção, o atravessador encontra uma situação favorável para oferecer o menor preço, o preço do pico da safra. A não disponibilidade de veículos de carga motorizados e os obstáculos representados pelas condições de acesso aos locais de produção também deixam aos agricultores poucas alternativas quanto às possibilidades de comercialização: conduzir a produção em lombo de jegue ou, o que ocorre na maioria dos casos, entregá-la ao comerciante na beira da roça. Por outro lado, os entraves burocráticos ou de natureza financeira, que impedem o acesso ao crédito em condições propícias, à época do plantio, tornam ainda mais difícil a realização da lavoura e, freqüentemente, significam a necessidade de vender previamente a produção, antes mesmo do plantio. Circunstâncias como essas conduzem a um mesmo resultado: manter em baixos patamares os preços pagos ao produtor direto, favorecendo o comerciante intermediário.

#### 4.4 Limites e Perspectivas da Consolidação do Assentamento

De um modo geral, considera-se que a efetivação do assentamento permitiu o acesso estável à terra, que é uma condição necessária para a sobrevivência dos trabalhadores rurais enquanto produtores familiares. Contudo, os problemas enfrentados em relação à produção têm se mostrado, em sua maioria, semelhantes aos que atingem os demais produtores familiares que já possuíam terra. Nas seções seguintes, objetiva-se discutir esses problemas e quais as perspectivas de superação que se colocam atualmente para os assentados de Terra Bela, diante das transformações que se processam na região, particularmente no que diz respeito à emancipação do município de Buriticupu.

##### **O Caráter das técnicas de produção**

As técnicas que os assentados de Terra Bela utilizam em seu processo de trabalho são, basicamente, as mesmas presentes no contexto da pequena produção no Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A preparação do solo, por exemplo, consiste na derrubada da cobertura vegetal com o auxílio de ferramentas como foice, facão e machado; uso do fogo para queima do mato derrubado; retirada manual da *coivara* ou sobras de madeira queimada. Uma vez realizado o plantio, efetua-se, uma ou duas vezes, a capina para combater a proliferação de ervas daninhas. Se, por um lado, são essas as técnicas que mais facilmente se encontram ao alcance dos lavradores, devido às condições concretas em que vivem, por outro lado, os resultados obtidos a partir de tais procedimentos apresentam alguns aspectos que, além de trazerem implicações prejudiciais aos ecossistemas locais, tendem a contribuir para a reprodução da precariedade das condições de sobrevivência dos próprios produtores.

Um aspecto polêmico apresentado pelo uso do fogo para eliminar a cobertura vegetal refere-se ao fato de que, em determinadas áreas, os recursos naturais existentes (fauna e cobertura vegetal, incluindo-se madeira de lei, frutos e plantas medicinais) representam um valor potencialmente superior àquele que se obtém com a transformação dos mesmos em produtos agrícolas. Por outro lado, juntamente com a ação de grandes fazendeiros e com as queimadas criminosas, a preparação dos roçados pelos pequenos agricultores contribui de modo significativo para a poluição da atmosfera, através da emissão de fumaça, especialmente na região amazônica. Essa situação revela ainda mais a inadequação das técnicas predominantes no conjunto da pequena produção agrícola.

Outra consequência do processo de trabalho dominante na pequena produção agrícola, em sua forma tradicional como a que se pratica no Maranhão, manifesta-se em uma progressiva queda da fertilidade do solo, provocada pela transformação da cobertura vegetal em cinza. E isto se verifica num contexto em que ainda está presente na concepção de significativa parcela dos lavradores a crença de que a queimada contribui para elevar a fertilidade do solo. De fato, em se tratando do primeiro plantio, a queimada resulta na transformação da matéria orgânica em minerais (principalmente, potássio), os quais funcionam como nutrientes para a plantação, obtendo-se um rendimento relativamente satisfatório. Todavia, esta situação é transitória, pois, uma vez consumidos, esses nutrientes tendem a se reduzir após a efetivação das primeiras lavouras, tornando-se gradativamente insuficientes para garantir as safras subseqüentes.

Diante da redução do grau de fertilidade do solo, colocam-se para os lavradores duas possibilidades mais imediatas, no sentido da manutenção da produtividade: proceder à correção do solo ou abandonar aquela área e efetuar novo desmatamento. Entretanto, dado que os elevados custos de uma eventual

correção mostram-se inacessíveis ao conjunto dos pequenos agricultores, restalhes, concretamente, a opção de fazerem seus roçados utilizando-se de novas faixas de terra, ano após ano.

Evidentemente, a prática itinerante obedece uma racionalidade, que se refere a um contexto caracterizado pela disponibilidade de terras para serem incorporadas pelos lavradores às atividades produtivas. Nessa circunstância, aliás, não é essencial o fato de essas terras serem devolutas ou já se encontrarem sob regime da propriedade privada - ainda que no primeiro caso os resultados de sua utilização possam ser favoráveis aos produtores diretos e no segundo caso, aos proprietários. O fundamental para a continuidade do sistema é que novas faixas de terra sejam efetivamente ocupadas pela produção dos lavradores. A condição, pois, é que, tomada em comparação com o tamanho da população demandante, a limitação do território disponível não se constitua empecilho ao desenvolvimento da produção.

A observância dessa condição mostra-se ainda mais imperativa quando se trata de áreas de assentamentos, cujas dimensões são delimitadas e, portanto, a produção necessita se efetivar dentro dos limites preestabelecidos. Logo, mantendo-se inalteradas as técnicas tradicionais de produção, as possibilidades de crescimento estão condicionadas pelo grau de intensidade com que os produtores necessitam utilizar, num dado período, as faixas de terra disponíveis.

De certo, quando os rendimentos obtidos com a exploração do lote não são o suficiente para o sustento do grupo familiar, uma das alternativas mais imediatas é a venda da força de trabalho de alguns membros da família fora do assentamento. A existência dessa possibilidade exige, entretanto, uma ressalva a determinados aspectos, pois naquelas regiões onde há uma relativa

concentração de assentamentos que enfrentam dificuldades idênticas, essa alternativa, quando existe, não é muito significativa. Nesses casos, resta a procura de trabalho em lugares distantes. Por outro lado, em se tratando particularmente da região do Pindaré, a desativação de alguns empreendimentos em função do relativo desinteresse que os grandes empresários começam a demonstrar pelas áreas já devastadas e que estão sujeitas a conflitos, significa uma redução ainda maior nas possibilidades de emprego sazonal fora dos assentamentos. Esse é, pois, o panorama que se configura na região do Pindaré e que se coloca como um elemento a ser considerado pelos assentados, inclusive os de Terra Bela, em suas tomadas de decisões.

Retornando à consideração das técnicas de produção tradicionais, ao se evidenciar o caso do assentamento Terra Bela, constata-se que a escassez de registros não permite que se estabeleça uma observação detalhada, abrangendo a evolução da produção agrícola ao longo dos anos. Contudo, a partir dos dados disponíveis, uma comparação entre as safras de 1989 e de 1996 demonstra que houve expressivo aumento na produção de todos os produtos. Tomando-se como exemplo três das principais lavouras, pode-se verificar que a do arroz resultou num acréscimo superior a 620%, a produção de milho cresceu aproximadamente 1.145% e a do feijão foi aumentada em mais de 2.930%. Entretanto, a despeito desse crescimento que se verifica no volume da produção, não se constata qualquer aumento significativo no rendimento por hectare plantado. No caso do arroz registrou-se uma ligeira elevação de 2%. Destaca-se ainda que, em relação ao feijão (talvez por apresentar uma produção discreta em 1989, foi a safra que mais cresceu em 1996), registra-se praticamente a mesma produtividade, variando 1,05%. Por sua vez, o milho sofreu uma queda de 14,3% na produção por hectare. Desse modo, o acréscimo verificado não teria sido possível sem uma proporcional incorporação de novas faixas de terra para o plantio.

**QUADRO 18. TERRA BELA: EVOLUÇÃO DO  
RENDIMENTO MÉDIO (Kg/Ha)**

<b>PRODUTO</b>	<b>1989</b>	<b>1996</b>
Arroz	2.309	2.358
Milho	2.250	1.929
Feijão	760	768

Fonte: Associação dos Agricultores de Terra Bela.

Até o momento, as possibilidades de crescimento da produção em Terra Bela vêm efetivando-se segundo a mesma lógica que caracteriza o conjunto da pequena produção agrícola no estado do Maranhão, ou seja, para apresentar acréscimo no volume da produção, a atividade exige a utilização de novas faixas de terreno. Em se tratando de um assentamento, dado que seus limites territoriais são previamente conhecidos, talvez seja ainda mais presente a noção dos agricultores sobre a escolha das mais férteis faixas de terra para utilizá-las primeiramente e só após o esgotamento destas é que passam a incorporar progressivamente as menos férteis. Em se admitindo a pertinência desta consideração, pode-se sugerir que, naquelas áreas de assentamento em que se operam as condições técnicas tradicionais, será necessária a incorporação de faixas de terreno cada vez mais extensas para compensar a progressiva queda na produtividade.

No caso do assentamento Terra Bela, há que se destacar ainda o crescimento relativamente rápido da população residente, embora grande parte desta se concentre na faixa dos 30 hectares destinados à expansão do povoado. Das 291 famílias que trabalhavam na área nos anos de 1988/89, passou-se para um total de aproximadamente 500, no ano de 1996. Esse aumento populacional verifica-se num movimento de atração que a perspectiva de criação do município de Buriticupu vem exercendo na região; para as famílias de trabalhadores rurais expulsas da terra em outras regiões do estado, buscar novas oportunidades de vida em um município recém-emancipado e incorporar-se como produtores

agrícolas num assentamento, coloca-se como uma alternativa preferível à migração para os centros urbanos.

Considerando-se sua dimensão econômica, o resultado imediato desse crescimento populacional traduz-se num correspondente aumento da pressão sobre os recursos naturais existentes na área, uma vez que serão exigidos contínuos acréscimos de produção para prover de alimentos um maior número de habitantes. Como desdobramento, parcelas de terra ainda maiores são incorporadas à produção, num contexto de potencial redução da produtividade, avançando-se, assim, de forma mais rápida sobre o trecho de mata que resta na área do assentamento.

Na realidade, em relação não só ao caso de Terra Bela, mas ao conjunto dos assentamentos em que os trabalhadores anteciparam-se à ação do Estado, o primeiro avanço sobre a mata nativa ocorre por conta da atuação dos madeireiros da região. Imediatamente à ocupação das terras, dadas as dificuldades enfrentadas pelos ocupantes, esses comerciantes procuram negociar de forma vantajosa, comprando a madeira de lei a preços simbólicos. Essa situação agrava-se à medida que os órgãos governamentais exercem forte pressão sobre as famílias ocupantes a fim de que estas abandonem as áreas em litígio, apelando, entre outros expedientes, para a negação de qualquer forma de assistência oficial. Assim, naquelas ocupações onde é acentuada a escassez de recursos hídricos, as famílias dependem dos caminhões madeireiros não somente para adquirirem mantimentos, mas sobretudo, para o abastecimento d'água. Assim, a posição vantajosa que se cria para os comerciantes de madeira fica explícita, de maneira que estes adquirem amplo poder para o estabelecimento das condições de troca daquilo que os ocupantes dispõem de imediato para atender suas necessidades de subsistência. Esse processo prolonga-se, pelo menos, até a realização da primeira colheita.

Passados os momentos iniciais, que geralmente culminam com a extração de toda madeira de lei que a mata ainda dispõe, coloca-se para os agricultores a progressiva necessidade de avançar o desmatamento para continuação do cultivo de alimentos. Todavia, este segundo avanço sobre a mata, com utilização da queimada como técnica de limpeza, acaba assumindo caráter definitivo. O resultado é a transformação da mata em capoeira, que necessita de um determinado período de descanso para se reconstituir parcialmente e, então, ser reincorporada de forma satisfatória à atividade produtiva. Se o aumento da pressão demográfica sobre a área disponível significar uma utilização de toda a reserva de terra num intervalo de tempo menor que o necessário para que as faixas em descanso reconstituam suas condições de fertilidade, muito provavelmente a população do assentamento enfrentará dificuldades cada vez mais graves, no sentido de produzir o suficiente para garantir o próprio sustento.

Em se tratando do assentamento Terra Bela, em particular, o aumento populacional já se constitui um elemento relevante. Atualmente, excluindo-se a área urbana do assentamento, bem como os trechos inaproveitáveis e de reserva designados pelo INCRA, a densidade situa-se em torno de uma família para cada faixa de 18,9 hectares, embora a repartição efetiva da terra compreenda lotes três diferentes dimensões: 20 ha, 30 ha e 50 ha, respectivamente. Ainda que se observe o fato de que o destino da maioria das novas famílias acolhidas no assentamento é a área urbana, não se pode subestimar o crescimento vegetativo das famílias que atualmente trabalham na zona rural.<sup>59</sup> Ao longo dos anos, esse potencial crescimento da população tende a se transformar em aumento da demanda por terra, podendo, então, se verificar um progressivo fracionamento dos lotes. Se esta circunstância ocorrer de forma contínua, o tamanho dos lotes

---

<sup>59</sup> Conforme já foi mencionado, numa amostra de 10% das famílias residentes em Terra Bela revelou-se uma média de três filhos por família, havendo casos individuais em que esse número era de nove filhos. A existência de vários casais jovens que ainda não possuíam filhos, ao mesmo tempo em que contribuiu para que se registrasse essa média relativamente baixa para os padrões rurais, representa também uma possibilidade de aumento populacional no médio prazo.

poderá sofrer reduções tão significativas a ponto de, adicionadas aos problemas de fertilidade do solo, tornarem a produtividade insuficiente para que se possam reproduzir as condições de subsistência das famílias residentes.

O cenário acima assume aspectos ainda mais representativos quando se considera que a reprodução das condições de subsistência não deve se constituir no objetivo único das famílias assentadas. Para além dessa perspectiva, as famílias podem, com seu trabalho, conquistar melhores condições de vida e desenvolvimento. Nesse sentido, o não atendimento de suas necessidades elementares, implicaria também desperdiçar as possibilidades que se colocam para os agricultores de Terra Bela no processo de crescimento do recém-criado município de Buriticupu, conforme discute-se no item a seguir.

#### **A emancipação de Buriticupu e as possibilidades de expansão da demanda agregada**

A recente transformação do antigo distrito de Buriticupu em município, ocorre num momento em que a ocupação da fazenda Terra Bela, após longo período de luta, define-se legalmente, implantando-se o projeto de assentamento. Para a população em geral, o desmembramento pode representar, sobretudo, a conquista de autonomia política e administrativa para definição das possibilidades de construção da trajetória de crescimento do município. Para os produtores de alimentos na região e, particularmente, para as famílias assentadas em Terra Bela, esse processo representa, também, perspectivas de expansão de mercado para seus produtos e, portanto, chance de se desenvolverem juntamente com o município.

A potencial expansão do mercado de gêneros alimentícios, trata-se de um dos aspectos inerentes ao crescimento da cidade Buriticupu. As trocas em

geral, aliás, tendem a ser estimuladas. Assim, vão surgindo as atividades necessárias ao atendimento das demandas da população; aos poucos, vão se instalando pequenos e médios estabelecimentos comerciais para ofertar bens e serviços. No que se refere ao abastecimento de produtos alimentares de origem agrícola e pecuária, a existência de diversos fornecedores na região pode significar uma situação favorável para a garantia da oferta e do equilíbrio dos preços. Nesse contexto, os fornecedores que conseguirem colocar os produtos no mercado com menores custos, evidentemente, poderão praticar preços mais competitivos e ocupar maiores espaços.

Aos agricultores do assentamento Terra Bela, por sua localização privilegiada em relação à sede do município, colocam-se, em princípio, as condições propícias para o abastecimento desse mercado. Por outro lado, as famílias que residem em Terra Bela e nos demais assentamentos da região representam uma importante parcela de consumidores para o comércio varejista de Buriticupu. Essa condição, aliás, não se revela somente pelo número de famílias, mas, sobretudo, em função de serem famílias de produtores agrícolas que, portanto, apresentam relativa capacidade de demanda. Ainda que suas disponibilidades monetárias sejam pequenas, essas famílias encontram-se numa situação mais favorável, comparativamente ao conjunto das famílias residentes na sede do município, que não só estão separadas dos meios de produção, como não dispõem de oportunidades de emprego de sua força de trabalho. É, pois, no comércio de Buriticupu que os agricultores residentes no assentamento Terra Bela adquirem as ferramentas e insumos utilizados na lavoura, os utensílios domésticos, artigos do vestuário, remédios, bens alimentícios beneficiados ou industrializados e serviços em geral. Assim, enquanto consumidores, os assentados participam diretamente da dinâmica de trocas que se desenvolve no município.

Essa participação pode ser mais efetiva para o conjunto das famílias assentadas na medida em que estas venham a se inserir no processo de troca prioritariamente enquanto ofertantes. Conforme já se discutiu, as vantagens locacionais são consideráveis. Nesse sentido, ainda que produzam em condições técnicas tradicionais, os agricultores de Terra Bela poderão colocar seus produtos no mercado a um custo inferior aos demais produtores que operam sob condições técnicas semelhantes. Essa circunstância permite um movimento que apresenta, ao mesmo tempo, uma situação favorável para os dois lados: na perspectiva dos consumidores, significa preços mais baixos e, para os assentados, elevação de seus ganhos. Esse resultado pode ser esperado considerando-se que os atuais diferenciais de preços apropriados pelos *atravessadores* são extremamente altos, de maneira que há espaços para uma considerável redução nos preços finais com vantagens para o produtor, caso seja eliminado o comerciante atacadista intermediário. Por outro lado, entretanto, sendo um dado a tendência ao crescimento da população interna e se os assentados começarem, por conta disso, a enfrentar dificuldades para garantir o próprio sustento, poderá ser desperdiçada a oportunidade de consolidação dos agricultores de Terra Bela como fornecedores preferenciais do mercado local.

### **Diversificação das atividades produtivas**

Sem dúvida, o processo de superação das dificuldades técnicas que vêm sendo enfrentadas pelos assentados exige uma complexa composição em que se articulam diversos elementos, conforme as características dos diferentes contextos particulares. Em se tratando do assentamento Terra Bela, uma das alternativas possíveis trata-se da diversificação da produção. Nesse sentido, as famílias assentadas estão experimentando a expansão de suas atividades através da criação de gado bovino. Em item anterior, já se mencionou que esse projeto vem sendo implementado com recursos do Procera e assessoria da

EMATER. Mencionou-se também que o rebanho constitui-se de animais sem melhoramento genético.

No que se refere à ocupação de mão-de-obra, uma vez que não são adotadas técnicas de manejo especiais, a atividade de criação de bovinos apresenta, entre suas peculiaridades, a exigência de um reduzido número de trabalhadores permanentes para cuidar do rebanho - o que pode significar um aspecto favorável, na medida em que se considera que mais pessoas permanecem liberadas para a execução de outras tarefas.<sup>60</sup> Todavia, em Terra Bela, não se trata de um projeto direcionado para um objetivo específico, de produção de carne ou leite, cuja finalidade fosse o abastecimento do mercado local. Enquanto o projeto oficial refere-se a criação de gado para corte, os assentados revelam que a finalidade é a produção de leite. Observando-se a composição da aquisição efetuada (233 fêmeas e 7 machos) e a previsão feita pela EMATER, ao projetar a evolução do rebanho, de que os machos deverão ser descartados e as fêmeas incorporadas ao plantel, pode-se inferir que a função principal da atividade no assentamento será produzir leite para consumo doméstico. Entre os assentados que participam da primeira fase do projeto, percebe-se também uma certa propensão para manter o gado enquanto reserva de valor, explicitada no desejo de tornar-se proprietário.

Uma vez desenvolvida na sua forma semi-extensiva, a criação de bovinos implica a ocupação de uma determinada área em separado das zonas de cultivo de alimentos. Atualmente, essa separação estabelece-se pela localização das áreas utilizadas para as diferentes atividades. Desta maneira, embora a criação de gado justifique-se plenamente enquanto forma de aproveitamento das pastagens artificiais já existentes na gleba à época da ocupação, a necessidade de manutenção de faixas de isolamento entre as duas atividades pode

---

<sup>60</sup> Essa possível vantagem foi parcialmente reduzida com a fragmentação do rebanho promovida por algumas das famílias participantes do projeto.

representar uma potencial redução da área agricultável. Caso venha tornar-se indispensável a incorporação das referidas faixas de isolamento às atividades agrícolas, a separação poderá ser feita através de cercas. Mas, essa alternativa implicará o aparecimento de custos adicionais, relacionados tanto à implantação quanto às tarefas de manutenção do cercado.

Dado o caráter semi-extensivo do manejo adotado, as possibilidades de expansão do rebanho encontram-se definidas, em última instância, pelos limites da faixa já ocupada pela pastagem artificial, a menos que se venha admitir a expansão da atividade sobre as áreas aptas para a lavoura. A dimensão da área ocupada pela pastagem, estimada em 2.700 hectares, é suficiente para evitar que o aumento do rebanho constitua, neste momento, uma preocupação para os assentados, dado que essa área suportaria ainda um efetivo até 8 vezes maior que o atual. Entretanto, caso a expansão da criação extensiva de bovinos venha exigir maior espaço, a ponto de ocupar parte das terras que são passíveis de utilização para o plantio, será necessário que os assentados estabeleçam critérios de avaliação custo/benefício para, assim, decidirem por sua viabilidade, especialmente se o objetivo prioritário vier a ser a comercialização. Contudo, mantida a condição de que seja possível seu desenvolvimento nos limites das áreas de pastagem preexistentes, o criatório do gado bovino apresenta-se como uma alternativa viável para o incremento da renda dos assentados, ainda que a sua finalidade circunscreva-se ao autoconsumo e, portanto, não venha a se direcionar para o atendimento do mercado local.

Outra atividade que vem sendo desenvolvida no assentamento Terra Bela refere-se ao funcionamento da serraria. Do mesmo modo que a criação de gado, a utilização da serraria justifica-se como forma de aproveitamento das instalações alienadas no processo de aquisição da fazenda. Atualmente, as atividades restringem-se ao beneficiamento de madeira, pois, embora a serraria

esteja equipada para fabricar determinados produtos, algumas máquinas encontram-se danificadas.

Enquanto alternativa de diversificação das atividades econômicas de longo prazo, a operacionalização da serraria representa uma situação delicada para o assentamento, quer no que se refere a aspectos administrativos quer no que diz respeito ao fato de inserir-se num ramo de atividade que contribui diretamente para a devastação das florestas. A justificativa principal para o funcionamento da serraria não se trata da extração de lucro, e sim do atendimento de necessidades do assentamento com a receita líquida obtida. Entretanto, os custos operacionais são elevados, consumindo mais de  $\frac{4}{5}$  da receita bruta. Além disso, as necessidades relativas a doações aos movimentos sociais, a deslocamento de diretores, entre outras despesas, têm sido bastante freqüentes, exigindo o consumo da maior parte da receita líquida. Desse modo, resta uma parcela reduzida que é destinada para pagamento de professoras e auxílio direto a famílias.

#### QUADRO 19. UTILIZAÇÃO DAS RECEITAS DA SERRARIA

(R\$ 1.000,00)

GASTO	Pagto. de Pessoal	Reposição e Manutenção	Água, Eletr. Óleo Comb.	Outras Despesas	Pagto. de Prof <sup>as</sup> .	Desp. Co munitárias	TOTAL (*)
ABSOLUTO	47,3	13,5	13,1	13,1	2,1	2,0	91,1
PERCENTUAL	51,9	14,8	14,4	14,4	2,3	2,2	100

Fonte: Associação dos Agricultores de Terra Bela.

(\*) O total das despesas é superior à receita da serraria porque consome também a receita proveniente das mensalidades do quadro de associados.

No que diz respeito ao caráter da atividade, mantidas as condições atuais de funcionamento, a serraria coloca os assentados numa posição incômoda em relação às lutas pela preservação das florestas e dos ecossistemas em geral. Mais do que esse aspecto, porém, o que faz da serraria uma alternativa comercial apenas provisória e imediata para os assentados de Terra Bela é a

própria situação em que se encontra hoje a região do Pindaré. A acentuada devastação da mata nativa na região implica uma tendência à redução das atividades nas serrarias e, portanto, da demanda pelos serviços de beneficiamento, que são responsáveis por mais de 90% das receitas (incluindo-se a serragem normal e a serragem e planagem para forro), no caso da Terra Bela. A possibilidade de reflorestamento (que está colocada nos grandes projetos de desenvolvimento com a finalidade de atender a produção de ferro-gusa e de celulose), além de não ter se concretizado de forma expressiva, não poderia representar nenhuma sobrevida às serrarias da região, quer pela finalidade específica quer porque as empresas dispõem de sua própria estrutura de transformação da madeira.

É possível que ainda reste uma opção para a manutenção da serraria de Terra Bela no longo prazo. Considera-se que essa opção poderia se delinear se os assentados, por um lado, passassem a trabalhar com a extração seletiva no trecho de mata nativa existente no assentamento e, por outro lado, conseguissem redimensionar a aplicação das receitas e o sistema de operação da serraria, incluindo, se fosse o caso, um esforço de recuperação das máquinas que se encontram fora de uso, para diversificar a oferta de serviços. Em outras circunstâncias, o desgaste do maquinário e a redução da demanda, acrescidos de prováveis pressões sobre o caráter antiecológico da atividade, poderão resultar no fechamento da serraria de Terra Bela.

Evidentemente, enquanto possibilidade, existem várias outras alternativas de diversificação da produção que se colocam para os assentados de Terra Bela. Tais alternativas relacionam-se, por exemplo, ao suprimento de determinados artigos não-industrializados que atualmente não são produzidos no município ou cuja produção é insuficiente para o atendimento da demanda e, portanto, têm de ser importados de outras regiões. Levando-se em conta que o processo por que passa o novo município apresenta um contexto de crescentes

modificações da demanda local, tanto em seu volume quanto no que diz respeito à sua própria estrutura, não há dúvidas de que as oportunidades de ocupação desse espaço estão abertas para os assentados do mesmo modo que para outros quaisquer interessados. No caso dos produtores de Terra Bela, as possíveis respostas a essas oportunidades, à exceção da criação de animais, ainda não se traduzem em experiências concretas. Contudo, não obstante o caráter favorável do criatório de animais, a diversificação da produção sob as mesmas condições técnicas poderia não ser suficiente para garantir aos assentados sequer o suprimento da sua demanda de autoconsumo no futuro - situação que não deixaria outra alternativa de sobrevivência senão a busca de ganhos de produtividade através de modificações nas condições de produção.

### **Alternativas de mudança na organização da produção**

Já foi mencionado que as lideranças de Terra Bela referem-se a este assentamento como sendo resultado de um processo *espontâneo* de luta pela terra, diferenciando-se daqueles cuja conquista e organização são coordenadas pelo MST. Nas experiências do tipo *espontâneo*, geralmente, os espaços para disputas internas sobre o controle político e sobre a forma de organização da produção mostram-se mais freqüentes, vindo à tona, com maior intensidade, valores e heranças relativas à história de vida dos trabalhadores anteriormente à ocupação. Assim, os assentados de Terra Bela também defrontam-se com uma questão das mais polêmicas quando o assunto são os assentamentos rurais, que é a oposição entre o individual e o coletivo quanto a forma de organizar as tarefas de produção e comercialização.

Levantada por autores que têm se dedicado a estudar os assentamentos rurais, essa questão geral assume uma dimensão capaz de dividir posições, quer no cotidiano dos trabalhadores rurais assentados quer nos meios

burocrático e acadêmico. Aliás, essa não se trata de uma discussão que se restringe aos assentamentos; refere-se à organização dos pequenos agricultores de um modo geral. Embora já se tenha feito referência ao assunto, convém mencionar novamente o caráter geral da discussão. Basicamente, são três posicionamentos presentes nesse debate: no primeiro incluem-se aqueles autores que defendem a preponderância do aspecto coletivo nos assentamentos; em outro agrupam-se aqueles que criticam essa preponderância; finalmente, uma terceira posição é representada pelos que propõem uma forma organizativa que associe aspectos individuais e coletivos, de acordo com as características de cada assentamento.

A rigor, a defesa da forma individualista não é explícita, embora haja um reconhecimento pelas partes de que, depois da conquista da terra, muitas famílias apresentam resistência quanto à aceitação da coletivização total das atividades. O que ocorre mais freqüentemente são críticas à coletivização, ainda que soe como opinião geral que "associações, formas de ajuda mútua, títulos coletivos de controle sobre a terra, uso coletivo de recursos auferidos individualmente, através de programas especiais de crédito, têm sua função de racionalização, seja de recursos humanos, seja de recursos técnicos ou materiais" (ESTERCI et al, 1992: 6).

Nesse debate, cabe o questionamento acerca do que e quando se pode coletivizar. Até certo ponto, o próprio processo de legalização das áreas ocupadas, ao exigir a constituição de uma entidade representativa dos interesses das famílias envolvidas, apresenta-se como um elemento favorável para que a organização geral no interior de cada assentamento venha se orientar num sentido predominantemente comunitário ou coletivo. Entretanto, não se pode abandonar a perspectiva de reconhecer em cada caso uma trajetória particular, que faz com que cada assentamento, enquanto parte de um mesmo movimento geral, seja único. Assim, o desenvolvimento dos debates pode sugerir que as

formas extremas de organização podem não ser as mais favoráveis para a consolidação das experiências de assentamento de um modo geral.

Há que se considerar que as famílias trazem consigo práticas, em geral individualista, a respeito de como se organizar para garantir a subsistência. Num assentamento do tipo *espontâneo*, essa característica pode se reforçar a nível daquelas famílias que são numerosas e, geralmente, dispõem de maior quantidade de braços aptos para o trabalho. Além de um relativo sentimento de autonomia, as famílias que se encontram nessa circunstância tendem a avaliar que, ao se engajarem em tarefas coletivas, estariam transferindo um excesso de horas de trabalho para as famílias menos numerosas. Assim, resistem à idéia de coletivização, preferindo trabalhar isoladamente em seus lotes. Quando essas famílias representam um percentual significativo no assentamento ou não apresentam interesse pela discussão política, gera-se uma situação bastante desfavorável para a consolidação de uma organização em que predominem os aspectos coletivos.

Por outro lado, destaca-se que essa herança individualista é construída ao longo de uma trajetória histórica e que, nesta, o processo de trabalho é capaz de modificar o ser humano enquanto ser social. Caso estivesse condicionada apenas pelas experiências anteriores, toda ação humana estaria sendo reproduzida no sentido da estrita repetição. Portanto, a experimentação de formas de organização diferentes das passadas pode contribuir para que se possam operar modificações, numa contínua reconstrução dessa herança humana. Desse modo, não se justificaria avaliar, particularmente, o sucesso ou fracasso da organização nos assentamentos somente a partir do pressuposto de as famílias envolvidas estarem habituadas ao trabalhado não associativo. As diferentes circunstâncias do contexto histórico podem exigir modificações na forma como os homens se organizam para garantir as condições materiais de sua existência,

especialmente quando, nessa existência, evidencia-se a necessidade de elevação dos padrões de vida dos grupos sociais.

Do ponto de vista empírico, pode-se observar que, no assentamento Terra Bela, coexistem duas formas distintas de organizar as tarefas de produção, mas nenhuma mostra-se exclusivamente individual ou coletiva. De um lado, encontra-se uma situação em que cada família ocupa-se de seu próprio lote, executando com a força de trabalho disponível a nível do grupo familiar, as etapas da lavoura e da venda da produção. Entretanto, essas famílias apresentam diversas práticas comunitárias, abrangendo, por exemplo, mutirões, troca de dias de trabalho, principalmente nos períodos de maior acúmulo de atividades, como o preparo do solo e a colheita. Essas práticas, aliás, quando não se referem à lavoura, estão presentes nas demais tarefas que garantem a subsistência dos núcleos familiares, como construção de moradias, ou tarefas de interesse comum nos povoados, como limpeza de estradas e construção de casas de farinha.

Por outro lado, há um grupo de trabalhadores (reunindo cerca de 140 famílias) que vem efetuando a produção em bases coletivas, desde o início do assentamento. Radicadas num dos povoados, estas famílias não efetuaram a repartição dos lotes, podendo dispor, assim, de uma área que se aproxima dos 500 hectares para a lavoura. Desse modo, têm conseguido planejar melhor as decisões quanto ao tamanho da área a ser utilizada em determinado momento e quanto ao tipo de cultura que deve ocupar maior parte das terras. Uma vez realizada a colheita, cada família recebe a parte que lhe convém, de acordo com a participação no trabalho. Todavia, após a divisão da safra, o destino dos produtos é decidido a nível de cada família. É curioso o fato de essas famílias terem conseguido avançar em um dos aspectos mais delicados na organização dos assentamentos do tipo *espontâneo*, que é a coletivização dos lotes, mas, adotam a prática de comercializar individualmente a produção. A explicação para essa situação talvez associe-se à compreensão de que a determinação relativa às

necessidades de consumo próprio e em que momento deve ser comercializado o *excedente* depende da avaliação particular de cada grupo familiar.

A coexistência de formas flexíveis de efetuar e vender a produção, verificada no assentamento Terra Bela, pode sugerir que a implementação de uma organização coletiva, de caráter geral, não significa a impossibilidade de iniciativas individuais. Neste sentido, a cada assentamento, considerando seu contexto regional, cabe decidir quais as etapas necessitam ser executadas de forma coletiva, como e em que momento essa coletivização deve ser efetivada; decidir se é interessante coletivizar as tarefas de produção e de comercialização: se, na produção, há vantagens em coletivizar os lotes, as aquisições de ferramentas, máquinas, sementes e demais insumos, ou as diferentes tarefas do desmatamento e do plantio e a colheita; na comercialização, definir se é o caso de centralizar o armazenamento da produção, controlar o transporte e a venda dos produtos. As vantagens ou desvantagens de realizar individual ou coletivamente cada etapa, do desmatamento à venda do produto, ou ainda de entregar algumas dessas etapas (como a comercialização) para terceiros, dependem de um conjunto de aspectos que envolvem nível de organização e politização dos assentados, representatividade dos grupos dirigentes, assim como condições relativas à fertilidade do solo, técnicas de produção, infraestrutura de armazenamento e de transporte e localização dos centros consumidores.

Por sua vez, as possibilidades de mudança nas condições da produção em Terra Bela indicam, em princípio, para dois caminhos diferentes. Um deles refere-se à tentativa de assimilação de pacotes tecnológicos relacionados ao processo que ficou conhecido como *revolução verde*. O outro caminho diz respeito às chamadas *tecnologias alternativas*, associadas a um modelo que se caracteriza pela busca de formas não predatórias da interferência

humana no meio ambiente e que se insere no domínio do que atualmente se conhece como desenvolvimento sustentável.

O primeiro dos caminhos que se colocam para os assentados de Terra Bela aponta para a utilização de pacotes tecnológicos relacionados ao processo de modernização da produção agrícola, com modificações a nível do seu processo de trabalho, implicando ainda um maior entrelaçamento das atividades agrícola e industrial. Nesse sentido, o conjunto de modificações abrange desde a substituição das ferramentas de trabalho manuais por máquinas, até a utilização de substâncias químicas para alterar as condições de fertilidade do solo e combater as pragas. O primeiro aspecto refere-se à *mecanização* da lavoura. No preparo do terreno, por exemplo, pode-se mencionar a substituição da foice e do machado, enquanto ferramentas utilizadas para o desmatamento, pela força dos tratores, que também eliminam a *coivara*, sobra de mato queimado; pode-se mencionar ainda a troca da enxada pelo arado; do plantio manual pela semeadeira, ou, na época da colheita, a substituição da faca de mão pela colheitadeira mecânica. No que se refere ao segundo aspecto, trata-se da chamada *quimificação* da agricultura, processo que tem por base o uso dos fertilizantes e dos defensivos agrícolas, venenos para combater pragas na lavoura e para desmatamento químico.

Entretanto, a adoção de uma alternativa baseada na utilização de pacotes tecnológicos nos moldes da modernização que se verificou a nível da agricultura brasileira, entre a segunda metade dos anos 60 e o final dos 70, implicaria uma série de exigências e dificuldades a serem superadas pelos assentados de Terra Bela. Um exemplo, trata-se do acesso aos recursos financeiros necessários para dar suporte aos investimentos. Esses investimentos, aliás, significariam elevação de custos a nível da produção e possivelmente implicaria, na perspectiva dos produtores, a atribuição de maior peso aos riscos inerentes à atividade agrícola. Uma exigência seria, pois, o desenvolvimento de

uma racionalidade tipicamente empresarial de gestão, com a adoção de certos procedimentos técnicos relativos à contabilidade e ao acompanhamento do processo de produção.

A opção por uma lógica empresarial, orientando-se sempre pela perseguição de maior lucratividade, provavelmente exigiria esforços a nível de cada produtor no sentido de buscar a melhor decisão. Esse comportamento relativo aos processos decisórios, por sua vez, poderia manifestar-se numa reafirmação de práticas individualistas e, portanto, das diferenças de objetivos entre as famílias assentadas. Desse modo, as próprias dimensões dos lotes individuais poderiam representar um obstáculo de difícil superação para o conjunto do assentamento, uma vez que a viabilidade na utilização de insumos químicos verifica-se somente a partir de uma área mínima determinada e, além disso, o maquinário disponível no mercado não é, em geral, adequado para pequenas extensões de terra.

A menos que os agricultores individuais mostrassem-se dispostos a agrupar os lotes, constituindo faixas de terra de maiores dimensões para exploração em conjunto, o reduzido tamanho dos lotes particulares tornar-se-ia um problema ainda mais acentuado ao se considerar que em cada terreno existe, geralmente, uma parcela imprópria para o cultivo. Isto devido às diferentes composições do solo e, especialmente em Terra Bela, às condições da topografia, pois trata-se de uma região que apresenta uma superfície irregular, com grande parte da área apresentando-se fortemente ondulada. Assim, o desenvolvimento de lavouras mecanizadas enfrentaria acentuadas restrições em função da própria declividade de determinadas trechos do assentamento.

Por outro lado, não resta dúvida de que os estabelecimentos agrícolas que utilizam equipamentos modernos e sementes melhoradas, em geral, obtêm um maior volume de produtos por hectare plantado e exigem menor emprego de

trabalho direto na lavoura, relativamente às unidades que operam em condições diferentes. Tratando-se de uma situação em que esses estabelecimentos adotam um determinado pacote de medidas, os resultados imediatos, enquanto vantagens estritamente econômicas, tendem a ser atrativos para o produtor, elevando-se os patamares de produtividade. Entretanto, a obtenção desses resultados depende da satisfação de todo um conjunto de requerimentos. Guimarães (1982:224) destaca que, por exemplo, as novas variedades necessitam de condições especiais de cultivo para se desenvolverem, que incluem, além da mecanização da lavoura, um sistema de irrigação controlada, uso intenso de fertilizantes e de pesticidas.

Assim, uma vez satisfeitas todas as condições, a argumentação baseada nos elevados rendimentos da agricultura intensiva de capital só encontra contraposição quando se levam em consideração os custos indiretos que o processo impõe para o conjunto da sociedade. Em se tratando particularmente do uso dos agrotóxicos ou pesticidas como forma de proteção das lavouras contra o ataque de pragas, há muito tempo as conseqüências de sua difusão vêm sendo motivo de polêmica. Porém, uma avaliação sobre a relação custo/benefício que não se condicione pelo imediatismo dos interesses particulares, não tem se constituído tarefa fácil. Talvez o aspecto mais delicado desse debate resida na impossibilidade de se estabelecer um valor para a vida e o sofrimento humanos, mas é imprescindível que aqueles aspectos de difícil quantificação não sejam, sob o pretexto de tal dificuldade, simplesmente ignorados (BULL & HATHAWAY, 1982: 78).

Desse modo, uma das conseqüências mais preocupantes da utilização intensiva dos agrotóxicos trata-se dos riscos de contaminação dos seres humanos. Uma vez aplicados nas lavouras, os pesticidas podem fixar-se no solo, na água ou nos alimentos por determinado período, que varia conforme o tipo de

substância química. Quando utilizados de forma inadequada, quer por erro na dosagem ou por aplicação em época muito próxima à realização da colheita, existe a possibilidade de que os resíduos dos agrotóxicos nos alimentos atinjam níveis superiores aos oficialmente tidos como toleráveis pelo organismo humano. Outra maneira pela qual pode ocorrer a contaminação é o manuseio inadequado dos produtos, por conta da mera falta de informação sobre os perigos que tais substâncias representam ou, ainda que haja informação, devido à precariedade nas condições de trabalho dos agricultores familiares e dos empregados das grandes fazendas.<sup>61</sup>

Em se tratando das experiências de assentamento, particularmente nas regiões Norte e Nordeste, cabe ressaltar que os efeitos acima considerados poderiam apresentar-se de maneira potencializada, visto que a produção dominante trata-se de produtos alimentares que, mesmo na hipótese da produção assumir um caráter comercial, constituem a base do consumo das próprias famílias assentadas. Considerando-se especificamente o assentamento Terra Bela, cabe ressaltar que, dadas suas características topográficas, resíduos das aplicações de agrotóxicos poderiam atingir os mananciais de água disponíveis na área, assim como os rios Buriticupu e Pindaré que margeiam o assentamento. Relativamente a esta segunda possibilidade,<sup>62</sup> não seria demais lembrar que o rio Pindaré (o Buriticupu é um afluente deste) estende sua influência ao longo de um vasto território, alcançando, a jusante e através do rio Mearim, a baía de São Marcos, que banha a cidade de São Luís. Nesse percurso atravessa diversos municípios, nos quais suas águas abastecem a população e possibilitam o desenvolvimento das atividades econômicas, em especial a lavoura e a pecuária.

---

<sup>61</sup> Os casos de contaminação por agrotóxicos no Brasil são extremamente deficientes de serem mensurados. Na obra de BULL & HATHAWAY (1986:55-7), encontram-se algumas estatísticas sobre o assunto, em que se destacam as projeções do Centro de Intoxicações, em Campinas, de que, anualmente, pelo menos 280 mil pessoas são contaminadas por pesticidas, uma vez que para cada caso registrado devem existir pelo menos 250 não registrados, em função basicamente da ausência de conhecimentos específicos de toxicologia por parte dos médicos para procederem ao diagnóstico adequado.

<sup>62</sup> Deve-se ressaltar que, dado o volume de água existente, somente uma concentração de agrotóxicos em proporções elevadas representaria riscos graves às formas de vida que dependem desses rios.

Quanto à outra possibilidade, a de contaminação dos igapós, lagoas e riachos existentes na área de Terra Bela, as conseqüências provavelmente refletir-se-iam de forma direta sobre os assentados, uma vez que de tais reservas de água depende a criação de gado recentemente iniciada, do mesmo modo que a população da zona rural e parte dos moradores do núcleo urbano. Caso os resíduos atingissem os poços artesianos, também seria afetada uma parcela dos moradores da sede de Buriticupu que se abastecem de água em Terra Bela. Em sua ação de longo prazo, alguns agrotóxicos apresentam características cancerígenas, porém, os sintomas mais imediatos da contaminação são, em geral, febre, dor de cabeça, desmaio e diarreia.<sup>63</sup> Considerando-se a precariedade do sistema de saúde pública no município de Buriticupu, não resta dúvida que as conseqüências de uma eventual contaminação por agrotóxicos representariam elevados riscos para grande parte da população local.

O uso excessivo dos agrotóxicos pode agravar a própria ocorrência de pragas, pela redução da população de predadores naturais ou pelo aparecimento de resistência ao princípio ativo dos produtos.<sup>64</sup> No caso de Terra Bela, essa potencial resistência das pragas aos produtos químicos implicaria uma situação particularmente delicada, na medida em que se trata de uma região de floresta tropical devastada, onde, conforme já se mencionou, a incidência de malária, febre amarela e outras doenças transmitidas por vetores, exige especial atenção da população e das autoridades constituídas. Na hipótese de Terra Bela optar pela utilização intensa dos agrotóxicos, ainda que não passe de um caso a mais na região, provavelmente serão ampliados os riscos de se dificultar ainda mais o

---

<sup>63</sup> Sobre o assunto, ver, por exemplo, as obras de BONTEMPO (1985), especialmente páginas 123 a 137, e BULL & HATHAWAY (1986), especialmente capítulos 4, 5 e 12.

<sup>64</sup> "O uso de pesticidas favorece a sobrevivência da faixa da população de pragas com características genéticas ou de comportamento que permitem a elas reduzir a quantidade de agentes químicos de seu organismo, ou sobreviver aos efeitos do veneno de alguma outra forma. Ao se reproduzir, esses insetos transferem essa capacidade de sobrevivência a seus descendentes, até que uma grande proporção da população de pragas torna-se totalmente resistente." (BULL & HATHAWAY, 1986:21). Apesar de os insetos constituírem-se no exemplo mais conhecido, não somente estes, mas vários outros tipos de pragas, como roedores, fungos, bactérias e ervas daninhas, têm desenvolvido resistência às substâncias químicas.

controle das doenças acima citadas, haja vista ao fato de que em outras partes do mundo, por exemplo, "o uso de inseticidas na agricultura aumentou consideravelmente a pressão seletiva, criando resistências nos mosquitos portadores da malária" (BULL & HATHAWAY, 1986:29).

A opção de se perseguirem incrementos de produtividade através do uso intensivo de maquinário, adubação inorgânica e defensivos químicos viria, assim, exigir dos agricultores de Terra Bela uma avaliação criteriosa em termos de custos e benefícios gerais, considerando-se que as conseqüências sociais e ambientais desse modelo têm servido mais para reforçar as características de exclusão da população pobre e de interferência nociva aos ecossistemas do que propriamente para amenizar a fome e a pobreza no mundo. Para as experiências de assentamento de trabalhadores rurais, em que a ocupação da mão-de-obra e o uso racional do solo disponível colocam-se como questões essenciais, essa alternativa poderia representar, a longo prazo, uma via em sentido oposto ao equacionamento dessas questões. Mesmo levando-se em conta estritamente o aumento da produtividade,<sup>65</sup> não há ampla aceitação de que os benefícios da agricultura intensiva de capital justifiquem todas as suas implicações.

Em relação aos fertilizantes químicos, por exemplo, não obstante a aceleração que impõem ao desenvolvimento das plantas, possuem também a capacidade de torná-las *dependentes* da adubação artificial, ficando menos resistentes ao ataque de pragas. Nessa condição, impõe-se a necessidade dos defensivos químicos para *protegê-las*. Essa necessidade cresce a cada ciclo, na medida em que aumenta a fragilidade das plantas e as pragas desenvolvem resistência aos produtos utilizados. As conseqüências deste processo já foram mencionadas em sua maioria e não se mostram compatíveis senão com um certo

---

<sup>65</sup> É considerada aqui a produtividade enquanto realização da possibilidade de se obter maior volume de produto por cada hectare plantado com utilização de menor quantidade de horas de trabalho e, ainda, resultando esse acréscimo do uso combinado da mecânica, da química e da genética, respectivamente expressas em máquinas, fertilizantes, defensivos e sementes melhoradas.

tipo de racionalidade imediatista e, em sua essência, desastrosa para a biodiversidade em geral e para os seres humanos em particular, quando traduz-se, por exemplo, no envenenamento destes através da ingestão de resíduos ou pelo contato direto nas aplicações dos produtos. Aliás, “a abertura de recipientes e a mistura dos ingredientes são as operações mais perigosas para o usuário dos pesticidas” (BULL & HATHAWAY, 1986:113). Dado que o contato direto e instintivo com a natureza constitui um hábito importante na vida do pequeno agricultor, na ausência de informações adequadas, o manuseio de produtos tóxicos pode resultar em danos irremediáveis.

Quanto ao uso de máquinas, não há dúvida que representa economia de esforço, desobrigando vantajosamente o homem da realização de tarefas árduas e desgastantes, de modo que se pode efetuar a preparação de um determinado terreno num menor espaço de tempo. Dessa maneira, poupa-se esforço, obtém-se maior produção e ganha-se mais tempo livre, que pode ser utilizado para a realização de outras atividades. Entretanto, essa não se trata de uma vantagem de caráter universal, cuja validade se encontre acima dos contextos históricos e sociais específicos. Pode haver situações em que a quantidade de braços disponíveis não é escassa ou mesmo é abundante, para determinado nível de produção e sob determinadas condições técnicas. Nesses casos, o emprego irrestrito de máquinas pode não se constituir numa alternativa vantajosa, a menos que os resultados obtidos sejam amplamente superiores ao que se obteria empregando a mão-de-obra disponível. Mesmo nesta última condição, a prudência e a sensatez se fazem necessárias para que o processo não signifique mera substituição de homens por máquinas na produção. Essa, aliás, é uma discussão muito antiga em termos de evolução capitalista, contudo, diante da atual *crise do emprego*, recoloca-se com ênfase especial em determinados contextos específicos. Nas experiências de assentamento, particularmente aquelas localizadas em regiões onde são restritas ou inexistentes as possibilidades de emprego fora do assentamento, torna-se fundamental que

se busque ao máximo a absorção da mão-de-obra nas próprias atividades internas.

O outro caminho que se coloca para os assentados de Terra Bela trata-se da busca de maneiras de produzir nas quais a obtenção de maiores índices de produtividade não signifique prejuízos irreversíveis aos ecossistemas atingidos. De certo modo, soa redundante falar em danos ambientais num contexto como a região do Pindaré, já tão devastada, principalmente em função da extração de madeira, do uso de técnicas inadequadas de plantio, do desenvolvimento da pecuária extensiva e das características do processo de apropriação privada da terra promovido pelo Estado. Entretanto, é devido, por um lado, à própria situação gerada por esse *modelo* de exploração dos recursos da região e, por outro lado e especialmente, à maneira decidida como posseiros e trabalhadores sem-terra em geral têm avançado rumo à (re)conquista do direito de produzir na terra, que se torna relevante a busca de uma forma diferente de intervir e transformar a natureza, ou seja, um outro padrão de desenvolvimento.

Obviamente, não está colocada para os trabalhadores assentados a necessidade de inventarem maneiras absolutamente novas de produzir. No mundo inteiro e no Brasil em particular, as experiências relacionadas a uma concepção *não industrializante* da agricultura englobam diversas variantes, que se propõem construir um modelo agrícola respaldado em recursos da ciência para interferir na natureza de forma equilibrada. É necessário destacar que se apresentam no contexto dessas variantes, como nos movimentos ecológicos em geral, entendimentos bastante diferenciados entre si, desde os que buscam soluções de reforma dos modelos vigentes até aqueles que defendem um certo retorno a formas pré-capitalistas de produção.<sup>66</sup> Num sentido geral, entretanto, os objetivos não se esgotam na circunstância de que as lavouras possam resultar

---

<sup>66</sup> Para uma avaliação crítica das tecnologias alternativas num contexto capitalista, ver, por exemplo, o artigo de SILVA (1987).

em produtos saudáveis para o consumo; é fundamental também que as tecnologias utilizadas para obtenção desses produtos não impliquem a destruição das condições de funcionamento dos ecossistemas locais.

Trata-se do desafio de produzir na terra considerando-se a atividade agrícola como parte de um todo, de modo que seus resultados imediatos não representem, no longo prazo, o comprometimento do ecossistema. Assim, diferentemente da monocultura, praticada em grandes extensões de terra e com uso intensivo de fertilizantes, a agricultura baseada em diversas lavouras, com predominância da adubação orgânica e da prática de rotação de culturas, apresenta maiores possibilidades de a interferência da atividade econômica não resultar em prejuízos para as condições gerais do meio ambiente. Ainda que as críticas e as dificuldades sejam fortes, estas não significam, porém, a redução do potencial que as tecnologias alternativas apresentam em termos de conservação do solo, adubação, manejo das lavouras e controle de pragas.

*“(As tecnologias alternativas) supõem um trabalho científico decisivo, mas que tem uma direção bastante diferente do que vem sendo feito até aqui: ao invés de simplesmente se pesquisar um produto e sua sensibilidade a diferentes tipos de fertilizantes e defensivos, examina-se o sistema agrário como uma unidade ecológica, composta, portanto, por um conjunto de interrelações que devem ser conhecidas no máximo detalhe. Não se trata de descobrir o produto mais rentável, mas o sistema que melhor se adapte a determinadas condições socioeconômicas” (ABRAMOVAY, 1985:47).*

Já se discutiu que o uso de agrotóxicos para controle de pragas constitui um dos aspectos mais polêmicos da agricultura intensiva de capital. Neste particular, existem várias possibilidades no âmbito das chamadas tecnologias alternativas. Uma das propostas mais divulgadas, em escala mundial, trata-se do Controle Integrado de Pragas.<sup>67</sup> Este sistema de controle refere-se a um amplo leque de métodos, abrangendo, entre outros, controles biológicos e culturais, controles físicos, uso de variedades de plantas resistentes à praga a ser combatida e, inclusive, a utilização cuidadosa de pesticidas (BULL & HATHAWAY, 1986: 110-26).

Com o controle biológico, a população das pragas é mantida num dado patamar através de seus inimigos naturais, enquanto os controles culturais constituem-se de práticas como o uso de colheitas-armadilhas, a destruição dos resíduos da cultura após a colheita e a observação rigorosa das épocas apropriadas para plantio, tratos culturais e colheitas. Os controles físicos e mecânicos referem-se, por sua vez, a ações de combate direto visando a redução das pragas, que vão desde a capina manual de ervas daninhas até a fixação de fitas adesivas em volta do tronco das árvores ou uso de armadilhas luminosas para atrair insetos de hábito noturno. No caso das variedades resistentes, a prática diz respeito àquelas plantas que apresentam alguma substância ou característica física que funcionam como repelentes naturais às pragas. A racionalidade em relação aos pesticidas visa, por um lado, controlar os perigos associados a sua utilização e, por outro lado, reduzir custos financeiros. "Essencialmente, a idéia é pulverizar-se apenas em caso de absoluta necessidade e, então, usar-se o mínimo de pesticida possível e da maneira mais segura" (BULL & HATHAWAY, 1986: 113).

---

<sup>67</sup> Um dos mais dedicados defensores do Controle Integrado de Pragas para os países do Terceiro Mundo trata-se do professor Ray Smith, para quem "o sistema de controle integrado de pragas objetiva um rendimento ótimo de uma lavoura de alta qualidade, a um custo mínimo, levando-se em consideração as restrições ecológicas e sociológicas no agroecossistema particular e a preservação do meio ambiente a longo prazo (SMITH, Ray F. APPLE, J. Lawrence. *Principles of Integrated Pest Control. Short Course on Integrated Pest Control for Irrigated Rice in South East Asia*. Filipinas, 1978, apud BULL & HATHAWAY, 1986:109).

É, pois, evidente que uma agricultura baseada em métodos diferentes daqueles propostos pela *revolução verde* não significa o desprezo dos recursos de que dispõe a moderna agricultura. Sobretudo, trata-se de assimilar de modo sensato, técnicas, insumos e instrumentos que promovam a melhor capacidade de intervenção humana no processo de produção, quer seja no sentido de realizar eventuais correções no solo, quer seja em relação à necessidade de efetuar a limpeza da cobertura vegetal ou a colheita da produção de maneira eficiente. Nesse sentido, os assentados de Terra Bela encontram-se diante de várias possibilidades. Poderão, por exemplo, optar pela adoção de algumas técnicas de desmatamento e limpeza do solo que descartem o uso sistemático do fogo, nas quais a utilização de tratores poderia ser indispensável. Na adubação, por sua vez, não se trata da não utilização dos fertilizantes artificiais, mas de incorporá-los de maneira sensata, conforme a necessidade das lavouras. Contudo, a prioridade deve ser dada à adubação orgânica, sendo necessário buscar-se o desenvolvimento integrado de diferentes atividades produtivas no próprio assentamento.

O recurso das técnicas de irrigação seria fundamental para elevar os índices de produtividade agrícola, permitindo um relativo controle dos ciclos de produção para determinados produtos. Entretanto, trata-se de uma opção que exige alto custo financeiro e, além disso, existem alguns aspectos que se constituem em agravantes no caso de Terra Bela. As condições topográficas da área, com trechos fortemente ondulados, exigiriam um investimento ainda mais elevado para captação e distribuição da água, embora os mananciais não sejam escassos neste assentamento. Por outro lado, a situação relativa à não existência de experiência anterior por parte das famílias (ainda que possa ser inteiramente superada com treinamento específico e com programas de educação geral) tem contribuído para desestimular o debate da questão entre os assentados. Todavia, ao optarem por uma via não intensiva de capital, ainda que dependente do regime das chuvas, talvez os assentados de Terra Bela possam

contar com a vantagem da garantia de emprego para a mão-de-obra disponível no assentamento.

### **A luta pela educação dos assentados**

O processo de luta pela (re)conquista da terra, marcado por variadas formas de incerteza e instabilidade, exige determinada priorização nos momentos de equacionamento das questões, especialmente aquelas que se encontram relacionadas aos aspectos políticos e econômicos da reforma agrária. Desse modo, habitualmente, tem sido deslocado para um plano secundário o debate sobre questões consideradas específicas como, a educação dos assentados. Todavia, o atendimento de necessidades relativas à educação de crianças e adultos nos assentamentos rurais deve constituir uma das preocupações essenciais, principalmente quando se leva em conta o desenvolvimento dessas experiências a longo prazo, tanto no que se refere à insuficiência de escolas nas comunidades quanto em relação aos aspectos filosóficos e aos conteúdos repassados às populações rurais através do sistema oficial de ensino. Em se tratando dos assentamentos rurais existentes no Maranhão, essa preocupação manifesta-se de forma ainda mais contundente, à medida em que se observa que esses assentamentos inserem-se numa realidade social na qual o acesso ao sistema de educação formal tem se mostrado extremamente restritivo, o que resulta num elevado índice de analfabetismo entre a população estadual.

A insuficiente quantidade de escolas em relação à demanda na zona rural não se trata, obviamente, de uma problemática circunscrita ao estado do Maranhão; diz respeito a uma formação social que, em sua organização, acaba hierarquizando o atendimento das demandas a partir dos centros urbanos. Com essa referência, todavia, não se pretende sugerir que nas cidades é garantido um atendimento de caráter geral e igualitário às demandas dos diferentes grupos

sociais; não se constitui novidade que as reivindicações das populações pobres são, historicamente, atendidas de forma precária.

Sabe-se, outrossim, que essas características manifestam-se de forma particular, segundo as condições em que as diferentes sociedades locais são integradas ao desenvolvimento capitalista mundial. Assim sendo, pode-se considerar que, também na sociedade brasileira, o desenvolvimento observado nas atividades urbano-industriais teve a aglomeração urbana como um dos requisitos fundamentais, deslocando-se grandes contingentes populacionais do campo para as cidades, acentuadamente a partir dos anos 50. No que diz respeito ao caso maranhense, só recentemente esse desenvolvimento vem intensificando-se, conforme já se pode observar no capítulo anterior.

Ainda que há muito tempo o discurso oficial preconize evitar o êxodo rural, a incapacidade de o Estado estender serviços públicos às populações do campo, criando assim condições favoráveis à permanência dessas populações nos locais de trabalho, é coincidente com a necessidade de que, em sentido contrário, seja estimulada a aglomeração urbana. Do ponto de vista da população, por um lado, o mundo urbano exerce um certo fascínio por se constituir num potencial *locus* de emprego, serviços de saúde e, principalmente, educação para as crianças; por outro lado, os conflitos pela posse da terra, as adversidades relativas à própria atividade agrícola e a precariedade ou total inexistência de seguridade social acabam por representar desestímulo à permanência das famílias no campo.

Entretanto, ao lado do desencanto que a realidade (sub)urbana acaba significando para a maioria das famílias que se deslocam para as cidades (quanto às possibilidades de acesso à educação formal, saúde, moradia e, em especial, com a crise estrutural do emprego na sociedade moderna), manifesta-se, por um lado, uma forte necessidade de retorno à terra por parte dessas famílias e, por

outro, o acirramento das lutas daquelas famílias que ainda resistem no campo, pela permanência nos seus locais de trabalho. Nesse processo, ainda que a estrutura fundiária persista fortemente concentrada, os avanços apresentados pelos trabalhadores rurais a nível de sua organização e o crescimento do número de assentamentos rurais em todo o território brasileiro constituem elemento indicador de mudanças nas condições atuais, com um possível revigoração de um ambiente de pequenos produtores rurais. Nesse sentido, a discussão sobre a educação assume um significado peculiar.

Quando se trata da insuficiência de escolas nos assentamentos, as famílias procuram atender a necessidade de escolarização das crianças do mesmo modo que qualquer família de pequeno produtor, independentemente de ser ou não assentada: ao obterem algum rendimento com as primeiras safras, enviam os filhos menores para as escolas, deixando-os sob responsabilidade de algum parente ou adquirindo casa na cidade. Quando acontece esta última alternativa, em geral, transfere-se também a mãe para acompanhar as crianças, permanecendo no assentamento apenas o pai e os filhos adultos. Por sua vez, após uma semana de trabalho, o pai procura passar o sábado e o domingo na cidade, ao lado dos demais membros da família. Ocorre, entretanto, que muitos dos que se encontram nessa situação passam a se desinteressar pela discussão política e pela resolução dos problemas coletivos nos assentamentos, uma vez que o lote vai se configurando mais num local de trabalho do que numa parte integrante de uma comunidade em construção.

Distanciados da vida no campo, os filhos tendem a desenvolver uma visão de mundo alheia às problemáticas que atingem as comunidades rurais. Evidentemente, vários motivos concorrem para que ocorra essa situação. Entretanto, em grande parte, deve-se ao modelo de educação que as crianças recebem, particularmente no que diz respeito à escolarização. Neste particular, embora não se desconsiderem os aspectos didáticos, trata-se, principalmente, de

uma questão relativa a princípios e conteúdos de ensino. Independente de se situarem na cidade ou no campo, as escolas geralmente repassam conteúdos que, quando não são indiferentes, distorcem e abordam de modo parcial a realidade vivenciada na zona rural. Além disso, ao não considerar enquanto um princípio a indissociabilidade entre educação e trabalho, o sistema de ensino formal acaba contribuindo para reforçar uma noção hierarquizadora acerca das diferentes profissões na sociedade, de modo que se atribuem, de forma subjacente, supostos níveis de dignidade aos respectivos profissionais, conforme estes exerçam atividades tidas como *superiores* ou *inferiores* na estrutura social.

No âmbito da educação popular, no campo ou na cidade, coloca-se o desafio de garantir às populações mais do que o acesso à escola: o acesso a um tipo de escola que dê conta de problemáticas universais e particulares. Para os trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra, esse desafio apresenta aspectos ainda mais complexos. Como o processo de disputa e legalização de um imóvel costuma ser longo, os órgãos do Estado geralmente esquivam-se às reivindicações das famílias de trabalhadores, alegando a indefinição jurídica das áreas em disputa. Dessa maneira, no caso específico da educação, as famílias têm que lutar também pela construção das escolas. Essa circunstância, entretanto, ao mesmo tempo em que representa uma dificuldade a mais, traz consigo também a possibilidade de os trabalhadores, ao longo da trajetória do assentamento, interferirem na estruturação da escola.

Para além de garantir o acesso à escola para adultos e crianças, na perspectiva de luta dos trabalhadores, coloca-se a oportunidade de se garantir o “direito a uma escola de boa qualidade, capaz de dar respostas adequadas aos desafios do novo tipo de vida nas terras conquistadas” (CALDART & SCHWAAB, 1991:85). Significa que interessa aos trabalhadores a construção de um projeto pedagógico que permita a compreensão das razões e da importância da luta e da conquista da terra, bem como a necessidade de consolidação de um modo vida

em que, ao mesmo tempo, seja valorizado o saber popular e sejam ampliados os horizontes dos trabalhadores rurais rumo a uma perspectiva universal da humanidade. Nesse sentido, as experiências que se desenvolvem em muitos assentamentos no campo brasileiro traduzem o empenho de pais, alunos e educadores populares, em elaborar um *fazer educacional* com características e objetivos próprios e, por isso, universais.

A experiência por que vêm passando as famílias do assentamento Terra Bela insere-se nessa perspectiva. Evidentemente, ainda que faça parte de uma mesma trajetória geral dos assentamentos rurais e da luta pela educação popular, é preciso observar que se trata de uma experiência única, pois cada experiência apresenta condicionantes relativos "a momentos e circunstâncias conjunturais e às próprias diversidades das características de cada grupo e de cada local" (CALDART & SCHWAAB, 1991:86). Neste sentido, a trajetória dos assentados de Terra Bela tem sido marcada pela determinação em encontrar uma maneira própria de educar-se, de construir uma escola que, a partir da realidade em que vivem, possa contribuir efetivamente para a concretização de seus projetos de vida.

Tendo se iniciado a partir do assentamento, a referida experiência não se encontra restrita aos assentados de Terra Bela. Trata-se de um projeto que começou a ganhar forma em 1989, por iniciativa de membros da igreja católica atuantes na região de Buriticupu. Em 1990, surgiu a Frente Buriticupu/Arame/São Sebastião, abrindo-se seis círculos de alfabetização, com financiamento do MEB (Movimento de Educação de Base). Entretanto, apenas os núcleos situados no então distrito de Buriticupu conseguiram se manter em funcionamento. Ao final do ano de 1995, a experiência atingiu a forma de cooperativa, surgindo assim a COODESCUB (Cooperativa de Desenvolvimento Sócio-cultural de Buriticupu), que tem trabalhado com aproximadamente 400 alunos, distribuídos em vinte círculos

de alfabetização,<sup>68</sup> sendo sete deles dentro do assentamento Terra Bela. A sede da entidade funciona atualmente na antiga casa grande, local onde foi montada a primeira escola após a ocupação da fazenda. A equipe de trabalho da cooperativa compõe-se de dois coordenadores e vinte orientadores, sendo estes escolhidos entre os moradores das comunidades onde funcionam os núcleos. Em sua maior parte, esses orientadores são remunerados com recursos repassados pelo MEB, enquanto uma parceria com a Associação de Agricultores de Terra Bela e, recentemente, com a Prefeitura vem possibilitando o pagamento das professoras que atuam dentro da área do assentamento.

As dificuldades de funcionamento dos círculos de alfabetização nos diversos povoados e os resultados que vêm sendo alcançados conduziram as lideranças à percepção de que é necessário um acompanhamento mais efetivo, bem como um projeto mais amplo e uma ação mais audaciosa da cooperativa. Por um lado, as avaliações indicaram que o desempenho dos monitores necessita ser melhorado, o que, por sua vez, requer execução de um processo de qualificação mais definido. Por outro lado, os registros da cooperativa revelam que, dos alunos que ingressam nos círculos de alfabetização, somente cerca de 25% têm, de fato, conseguido se alfabetizar. Além disso, após esses alunos deixarem os círculos, a coordenação da cooperativa não tem condições de acompanhar o que acontece no que se refere à inserção dessas pessoas em suas comunidades, deixando uma certa insegurança, na compreensão dos dirigentes, no que diz respeito aos desdobramentos do trabalho que a entidade vem desenvolvendo.

Atualmente, o objetivo mais imediato da cooperativa é modificar as estratégias de atuação: ao invés de manter diversos círculos de alfabetização nos povoados, criar um centro educacional, sediado em Terra Bela, com objetivos

---

<sup>68</sup> Os círculos funcionam nos seguintes povoados: Alto Parional, Bóia Fria, Brejo Parional, Capocema/Rio Bonito, Lago Azul, Piçarreira, Primeiro Núcleo, P. Trilha 405, P. Trilha 410, P1V3, P1V5, P2V3, P2V4, Segundo Núcleo, Terra Bela (sede), Terra Bela (COODESCUB), Vila Casa Azul, Vila Santa Isabel, Vila São Francisco e Vila São Raimundo.

mais abrangentes que a alfabetização. O primeiro passo nessa direção trata-se de trabalhar a capacitação e a profissionalização de cooperados e comunidade em geral. Inicialmente, além do programa de alfabetização, deverão ser ministrados cursos supletivos de 1º e 2º graus, além de cursos profissionalizantes de curta e média duração, nas áreas de artesanato, medicina alternativa e economia doméstica. Segundo essa sistemática, será necessária a permanência dos alunos na sede da cooperativa durante uma semana por mês, desenvolvendo estudos em tempo integral. A intenção maior é que a estruturação do centro de ensino possa permitir uma ação educativa mais efetiva, capaz de priorizar a compreensão crítica da realidade e de vincular o estudo formal ao trabalho produtivo. Para isso, entretanto, são grandes os desafios a serem enfrentados, que vão desde a luta por recursos financeiros até o longo processo de formação e de capacitação de educadores, quer sejam assentados ou não, mas que estejam necessariamente comprometidos com projetos pedagógicos que favoreçam a promoção socioeconômica dos trabalhadores rurais.

### **Participação dos assentados de Terra Bela na política regional**

Já se mencionou que as atuais circunstâncias históricas de Buriticupu revelam uma cidade em formação, onde se pode observar uma dinâmica típica do crescimento desordenado, sem o mínimo planejamento infra-estrutural e com uma débil presença dos órgãos de justiça, de modo que habitualmente prevalece a *lei do mais forte*. Dessa forma, a região tem se constituído num ambiente propício para o desenvolvimento de práticas sociais abomináveis, como a *pistolagem* e o crime por encomenda na disputa pela terra e pelo controle político. O processo de ocupação das fazendas improdutivas, por exemplo, assume toda carga da tensão latente, manifestando-se nos confrontos diretos em que estão colocados, de um lado, famílias sem-terra e, de outro, capangas, pistoleiros e elementos da própria força policial. Nesse contexto, coloca-se para os trabalhadores uma necessária

disputa política, uma luta pelo controle dos instrumentos e das políticas públicas que influenciam, a nível local, os rumos do desenvolvimento que vem sendo colocado para a região.

A força político-partidária que os trabalhadores rurais possuem em algumas regiões do Brasil tem sido explicitada nos resultados das disputas parlamentares, diretamente representados ou através do apoio a candidatos comprometidos com suas lutas. No Maranhão essa participação permeia a história política com mais ênfase a partir de meados deste século, acompanhando a trajetória de organização das lutas no campo. Nas últimas décadas, os lavradores vêm conseguindo ocupar importantes espaços no Poder Legislativo, com eleição de diversos representantes nas instâncias municipal, estadual e federal.

No que se refere ao assentamento Terra Bela, essa participação também tem sido intensa. Um de seus moradores cumpre, consecutivamente, o segundo mandato de deputado estadual. Outro exerceu cargo de vereador, na gestão passada, na Câmara de Santa Luzia, município no qual situava-se anteriormente o assentamento. Na eleição de 1996, esse mesmo morador foi eleito para a Câmara do recém-emancipado município de Buriticupu. A disputa para o Executivo municipal também teve a presença dos assentados com candidato próprio. Tratou-se de um processo em que os trabalhadores, em suas avaliações, mostravam-se otimistas quanto às possibilidades de eleição do prefeito e de pelo menos dois vereadores, o que não se confirmou no resultado final: apenas um vereador foi eleito e o candidato a prefeito ficou na última posição.

Muitas dúvidas, todavia, permanecem quanto à lisura do pleito. Numa região onde antigos *caciques* políticos ainda controlam, de algum modo, os aparelhos de Estado, nem sempre é possível resguardarem-se princípios éticos

no processo de disputa política. Os trabalhadores afirmam que vários moradores do assentamento foram impedidos de votar porque seus nomes não constavam na listagem de eleitores. Por outro lado, é estranho que, às vésperas da eleição, tenham ocorrido fatos como a decisão, do IBAMA, de interditar e impor uma significativa multa à serraria de Terra Bela, sob acusação de desobediência às normas de preservação ambiental. Com o impasse que se gerou, a campanha eleitoral foi prejudicada, uma vez que algumas lideranças, integrantes da diretoria da Associação dos Agricultores, tiveram que se deslocar para São Luís, na tentativa de encontrar solução para a situação. Sem dúvida, a ausência dessas pessoas foi significativa, considerando-se que, dada a escassez dos recursos financeiros, a campanha necessitava da militância para levar a discussão das propostas a cada povoado do município.

Passado o período de campanha e dado seu resultado aparentemente adverso, surgem questionamentos sobre a possibilidade de o envolvimento na disputa eleitoral estar representando prejuízos ao assentamento, por afastar, ainda que de forma parcial, uma parte dos trabalhadores de suas tarefas produtivas. Evidentemente, trata-se de uma preocupação pertinente, mas que precisa ser considerada comparativamente ao caráter estratégico que um momento como esse pode representar, quer no que se refere aos aspectos organizativos internos, quer em relação às possibilidades de intervenção nas discussões e na solução dos problemas do município. Assim, ainda que os trabalhadores não tenham conseguido colocar-se à frente da administração, sua participação é fundamental, enquanto membros da sociedade civil, no sentido de influenciar na determinação de prioridades, enfim, na definição de um modo de administrar o município. Neste caso, mais do que uma cidade em expansão, trata-se de um município recém-criado, cuja trajetória vai ser delimitada pelo caráter das decisões que tomarem seus administradores, em particular, e sua população, em geral.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento que se observa no estado do Maranhão trata-se de um modelo que está de acordo com o caráter excludente do capitalismo em geral e, em particular, da reestruturação da produção, que promove simultaneamente a concentração dos meios de produção e a redução do emprego da força de trabalho. Num contexto em que uma parcela significativa da população ainda não conquistou, sequer, o direito à alfabetização, os efeitos desse processo manifestam-se de forma agravada. Dado que o modelo apresenta dimensões que abrangem o campo e a cidade, com base em grandes projetos prioritariamente direcionados para o mercado exterior, um dos impactos mais contundente é a expulsão dos trabalhadores rurais (posseiros, em especial) das terras em que vivem. Com a resistência por parte desses trabalhadores, acirram-se os conflitos pela posse da terra. Uma consequência desse processo trata-se, de imediato, da generalização da violência no campo; outra, entretanto, tem sido o avanço da organização dos trabalhadores e a (re)conquista de considerável parcela de terra para a produção de alimentos, com a implantação dos assentamentos de reforma agrária.

Em sua maior parte, os processos de apropriação privada da terra no estado do Maranhão, incluindo-se aqueles promovidos pelo governo estadual na região do Pindaré, apresentam características especulativas ou de exploração predatória dos recursos naturais. Dado esse caráter da concentração, uma ação firme do Poder Público a nível do mercado de terra, no sentido de promover a reforma agrária, tem amplas possibilidades de fortalecer a agricultura baseada no grupo familiar.

Focalizando a região do Pindaré, observa-se que, por um lado, com a significativa redução que se opera tanto em relação aos recursos naturais quanto aos incentivos fiscais e, por outro, com o recrudescimento dos conflitos agrários,

a manutenção de terras ociosas na região passou a ser pouco interessante para alguns proprietários, de modo que a ação dos órgãos estatais tem resultado na desapropriação de extensas áreas para implantação de assentamentos. Mas esse circunstancial interesse de proprietários pela desapropriação não é suficiente para reduzir as barreiras à desconcentração da propriedade da terra no Maranhão. Ou seja: a luta pela terra e a mudança de conjuntura que reorienta as aspirações dos grandes proprietários de terra vêm permitindo uma certa desaceleração no processo de expulsão dos trabalhadores rurais, que se intensificara com o avanço da frente monopolista sobre a frente de expansão, nos anos 70, e com o advento do PGC, no início dos 80. Entretanto, a dinâmica geral de apropriação e concentração da terra continua válida. Para que se alcancem efetivas modificações na estrutura agrária e o conseqüente estabelecimento de um desenvolvimento rural menos excludente, um pressuposto é a luta organizada dos trabalhadores. Nesse sentido, o processo que leva à (re)conquista da terra e à construção dos assentamentos rurais constitui uma realidade que se opõe ao padrão de desenvolvimento que tem sido concebido para o Maranhão.

Obviamente, trata-se de uma perspectiva pouco confortável para os grupos política e economicamente dominantes, que são favorecidos pelo modelo vigente. Nessa circunstância, a ação que o Estado empreende vem cuidando da resolução localizada dos conflitos, mas não tem sido suficiente para promover a consolidação e o crescimento das experiências de assentamento, mantendo os trabalhadores sob condições mínimas de subsistência. Por conseguinte, as vitórias conquistadas na luta pelo acesso à terra não refutam completamente a tendência de proletarização dos camponeses. Muitas das famílias expulsas pela frente monopolista sequer encontram espaço nos assentamentos: algumas deslocam-se para a periferia dos núcleos populacionais; outras lançam-se na aventura de novas frentes de expansão em outros estados. Por sua vez, entre as famílias que se incorporam aos assentamentos, há aquelas que não conseguem se estabelecer, repassam seus lotes e seguem adiante.

Nesse cenário, abrem-se espaços para críticas oriundas de setores conservadores ou de concepções que, de algum modo, respaldam-se na crença do inevitável desaparecimento da pequena produção no contexto capitalista. Os assentamentos, então, são vistos como reserva de mão-de-obra ou local de moradia da população pobre, através dos quais se reproduziria a miséria no meio rural, uma vez que a produção não seria insuficiente para, sequer, sustentar as famílias envolvidas. A dedução que deriva desse tipo de argumentação é que estariam sendo desperdiçados os recursos financeiros (quer no repasse da terra, quer sob a forma de crédito especial) que são alocados pela sociedade para realização da reforma agrária.

Entretanto, estudos de abrangência nacional têm demonstrado, com fartura de dados, uma situação diferente nos assentamentos. Além disso, ainda que os recursos aplicados nos programas relacionados à reforma agrária fossem doados às famílias que tiveram suas terras expropriadas, provavelmente não se atingiria um montante significativo, se comparado ao que a sociedade destina em subsídios e incentivos fiscais concedidos a grandes projetos na região amazônica. E isso sem mencionar que a aquisição das áreas para assentamento, quando superfaturadas ou, ainda que a preço corrente, envolvendo propriedade de origem duvidosa, constitui exemplo evidente das transferências indiretas que o governo realiza para o grande capital.

Há que se admitir, por outro lado, que os assentamentos representam uma realidade dinâmica, por isso a mobilidade da população está presente muitas vezes na forma de desistência daqueles insatisfeitos com as condições conquistadas; não se trata de esperar que todos fiquem plenamente satisfeitos com o acesso a terra apenas porque antes eram sem-terra. Ainda assim, a maior parte das famílias que não conseguem progredir ou que desistem dos lotes constitui-se daquelas que permanecem atuando, predominantemente, de forma

isolada no que diz respeito à produção e à organização geral do assentamento. É claro que as famílias que procuram se organizar coletivamente, ainda que apresentem maiores chances de consolidação, também enfrentam dificuldades, especialmente quando se trata da ampliação dessa forma de atuação no processo geral de produção e apropriação de riqueza. Entretanto, estas famílias podem experimentar o que talvez venha a ser sua maior conquista: a construção de uma identidade política coletiva, que as instrumentaliza para negociar com o restante da sociedade os meios de melhorar a produção, a situação econômica e a vida da comunidade.

Focalizando o assentamento Terra Bela, o que se observa é uma experiência que se caracteriza, em seu conjunto, como uma unidade de produção, porque produz alimentos para a população assentada e, principalmente, por ter conseguido sobreviver sem auxílio oficial durante os sete anos iniciais de sua existência. Por outro lado, embora na lógica da colonização oficial em Buriticupu os projetos devessem funcionar como reserva de mão-de-obra para as grandes empresas, com o desinteresse que estas passaram a demonstrar pelas áreas em conflito na região, vem resultando que os postos de trabalho ofertados nos grandes projetos (que, pela própria natureza dos empreendimentos, já eram reduzidos) tornaram-se ainda mais remotos. Assim, numa região em que há considerável número de experiências de assentamento, evidentemente, será a produção obtida no próprio imóvel a principal fonte de receita dos assentados. Uma vez que os assentados não saem para trabalhar fora, é óbvio que o espaço físico do assentamento não pode se configurar apenas em local de moradia. Nessas circunstâncias, o que importa é saber se a receita dos assentados, não tendo origem externa, provém principalmente da atividade agrícola, da pecuária ou do extrativismo desenvolvidos no assentamento. No caso de Terra Bela, deve-se considerar ainda que há uma serraria que vem funcionando como outra fonte de receitas.

Na atualidade, o que se coloca como questão prioritária acerca de Terra Bela, não se trata de saber se é unidade produtiva, reserva de mão-de-obra ou apenas local de moradia, mas sim, se o assentamento terá a capacidade de consolidar-se o suficiente para, a longo prazo, continuar atendendo necessidades crescentes, quer as internas, quer as relacionadas à expansão da cidade de Buriticupu. É a partir desta questão que se evidencia a necessidade de mudança a nível, por um lado, das técnicas de produção e, por outro, das condições de comercialização.

À necessidade de mudança nas técnicas de produção, correspondem duas alternativas básicas para os agricultores de Terra Bela, as quais revelam concepções bastante distintas acerca da relação homem/natureza: uma caracteriza-se pelo emprego intensivo de capital, expresso em máquinas e insumos químicos, numa tentativa de estabelecer-se o domínio sobre a natureza; a outra orienta-se pelo equilíbrio entre o aproveitamento dos processos naturais e o uso de insumos químicos, buscando, sobretudo, a interação do homem com o meio. Evidentemente, em ambas as alternativas, além de entraves relacionados a disponibilidades financeiras, existem dificuldades de assimilação por parte dos trabalhadores assentados. Por um lado, do mesmo modo que no conjunto dos pequenos agricultores do estado, na trajetória dos assentados não se verifica, sequer, a modernização dos aspectos mecânicos da produção. Nesse sentido, a introdução de mudanças baseadas diretamente na química poderia representar um processo complicado, com conseqüências não muito claras. Por outro lado, freqüentemente as concepções dos trabalhadores (incluindo-se as lideranças) revelam forte crença nas formas tradicionais de produzir, de modo que a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais no longo prazo não tem se evidenciado como uma questão importante no elenco de preocupações desses trabalhadores.

Sob as circunstâncias mencionadas, entende-se que o aspecto de maior significado explicativo não decorre diretamente da universalização do modo de produzir, na qual, dado o capitalismo ter atingido avançado estágio tecnológico, tornar-se-ia uma imposição da concorrência que todos trabalhassem nesse patamar, estando condenados ao desaparecimento aqueles que não pudessem assimilar as condições dominantes. Entretanto, num contexto como o que se encontra inserido o assentamento Terra Bela, o que se mostra relevante é que a necessidade de os agricultores modificarem as técnicas de produção decorre, prioritariamente, das condições internas e de interação com o contexto regional: produzir para assegurar a subsistência das famílias assentadas e produzir um excedente que possibilite seu desenvolvimento. O ponto de partida, pois, não são as inovações tecnológicas que impõem readaptações a nível do mercado e sim a modernização das técnicas conforme a necessidade de desenvolvimento das famílias assentadas. Nesse sentido, a assimilação dos pacotes tecnológicos dominantes no âmbito da agricultura empresarial não é o único caminho possível.

Para que se ampliem as chances de crescimento de Terra Bela, torna-se essencial garantir espaço no abastecimento do recém-criado município de Buriticupu, uma vez que se trata de um mercado cuja localização permite as maiores vantagens para que os assentados coloquem os produtos a preços competitivos em relação aos concorrentes. As tensões iniciais, geradas entre os comerciantes locais e as famílias que ocuparam a fazenda vão sendo superadas ao se incrementarem relações de troca e vínculos sociais. Geralmente, velocidade com que se amenizam situações desse tipo depende do contexto em que se verifica a ocupação. Numa situação de isolamento físico, ainda que os reflexos no povoado sejam menos contundentes, torna-se mais difícil o estabelecimento dos nexos de troca e de convivência. Ao contrário, a proximidade do povoado, como é o caso de Terra Bela, ao mesmo tempo em que contribui para acirrar as tensões,

**ANEXO 3. MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA COMARCO**

facilita sua superação através do incremento de trocas econômicas e interação social.

Uma vez atenuadas as tensões, o que se torna decisivo é a capacidade do assentamento em se inserir na dinâmica regional, em se integrar ao circuito de trocas. Atualmente, aquelas famílias que organizam a produção de forma coletiva são as que apresentam maiores perspectivas de responder a essa situação, dado que elas têm conseguido obter melhores índices de produtividade. Assim, a organização coletiva parece influenciar as possibilidades de acumulação por parte dessas famílias. No caso de Terra Bela, esta forma de organizar a produção não se revela um desdobramento da ação coletiva no momento da conquista da terra. O grupo que assim trabalha já experimentara formas semelhantes antes do assentamento.

Entretanto, mesmo estas famílias necessitam alterar suas técnicas de produção. Permanecendo sob as atuais condições técnicas, não será pelo fato de serem famílias ocupantes da fazenda Terra Bela que os assentados poderão perder espaço no mercado de Buriticupu, mas por não conseguirem produzir um excedente para comercialização. A modificação das condições técnicas é, pois, uma exigência para o desenvolvimento do assentamento. Entretanto, em qualquer que venha ser a via adotada nesse processo, impõem-se também outros desafios, como a necessidade de, por um lado, estabelecer o controle sobre a comercialização e, por outro, agregar valor aos produtos através do beneficiamento. Do contrário, os possíveis ganhos de produtividade resultantes desse esforço continuarão sendo apropriados pelos empresários do comércio atacadista e do processamento intermediário, como ocorre com o pequeno agricultor em geral.

Um outro desafio ao avanço de Terra Bela e dos assentamentos no Maranhão, em geral, refere-se ao planejamento da produção, ou seja, à decisão

do que produzir, à escolha dos produtos de maior potencialidade, em relação às condições de fertilidade da terra ou ao mercado. Esta parece uma circunstância óbvia, na medida em que se considera que os assentamentos possuem caráter de subsistência, de modo que as decisões de produção recaem naqueles produtos básicos, segundo o padrão alimentar da população assentada, particularmente quando se trata das regiões Norte e Nordeste: arroz, feijão, milho e mandioca, com as atividades relativas à criação de animais assumindo, geralmente, uma função complementar.

Sem embargo, essa lógica é a que predomina no universo de pequenos produtores rurais, muito antes de estes terem expropriadas as terras em que trabalhavam e, portanto, anterior à reocupação dessas terras e ao surgimento dos assentamentos de reforma agrária. Entretanto, considerando-se que o processo de reconquista da terra é intensamente penoso para as famílias sem-terra e que, além disso, são relativamente elevados os recursos exigidos para implantação dos projetos, seria pouco esperar que o resultado obtido nos assentamentos fosse tão somente a garantia de subsistência para as famílias envolvidas. Que essa garantia é condição necessária e indispensável, constitui uma obviedade. Porém, trata-se apenas da situação mínima e inicial, sem a qual não se poderia almejar qualquer evolução. Além do mais, seria apologia ao comodismo procurar justificar essa situação por meio da comparação com as condições de exploração, incerteza e fome, em que viviam as famílias antes da (re)conquista da terra.

Com freqüência, a busca da subsistência tem sido colocada como um fim em si mesma, ou como o próprio horizonte para as famílias assentadas. A permanência dessa perspectiva, quer âmbito das políticas públicas, quer no cotidiano das famílias envolvidas, parece reveladora, por um lado, da eficiência que têm tido aqueles setores contrários à reforma, nos meandros burocráticos ou por vias truculentas, para postergarem as conquistas dos trabalhadores rumo à eliminação do latifúndio e, por outro lado, da fragilidade da articulação entre os

diferentes grupos e setores interessados ou oficialmente envolvidos na efetivação da reforma agrária. Por sua vez, essa articulação, por alguns denominada parceria, não deve ser concebida, pelas partes envolvidas, como alguma forma de doação das condições de melhoria de vida para os trabalhadores. Tratando-se de uma conquista, essa articulação existirá efetivamente se também puder ser efetiva a capacidade de reivindicação dos trabalhadores. Nesse sentido, ter clareza quanto ao tipo de desenvolvimento a ser construído, tem que representar uma necessidade para os assentados, do mesmo modo como se coloca a conquista da terra antes do assentamento.

Finalmente, considera-se que a realidade dos assentamentos rurais vai se evidenciar enquanto uma inquestionável alternativa a questões agravadas na sociedade contemporânea, especialmente o desemprego, na medida em que seus resultados expressarem a promoção das condições socioeconômicas das famílias envolvidas, de modo que essas famílias de produtores venham inserir-se na dinâmica da sociedade não mais como representantes de uma forma social extemporânea, cuja persistência incomoda a teóricos e latifundiários. Nesse sentido, a finalidade maior dos assentamentos deve ser possibilitar que as famílias de agricultores evoluam, enquanto produtores e enquanto cidadãos, na perspectiva de conquistarem amplo acesso tanto às formas materiais de conforto quanto ao legado cultural, de caráter universal, que a trajetória humana vem construindo. Assim, construir formas de consolidação dos assentamentos, mais que a afirmação de um modo de vida, significa construir um modo de vida com vistas à promoção da condição humana.

## SUMMARY

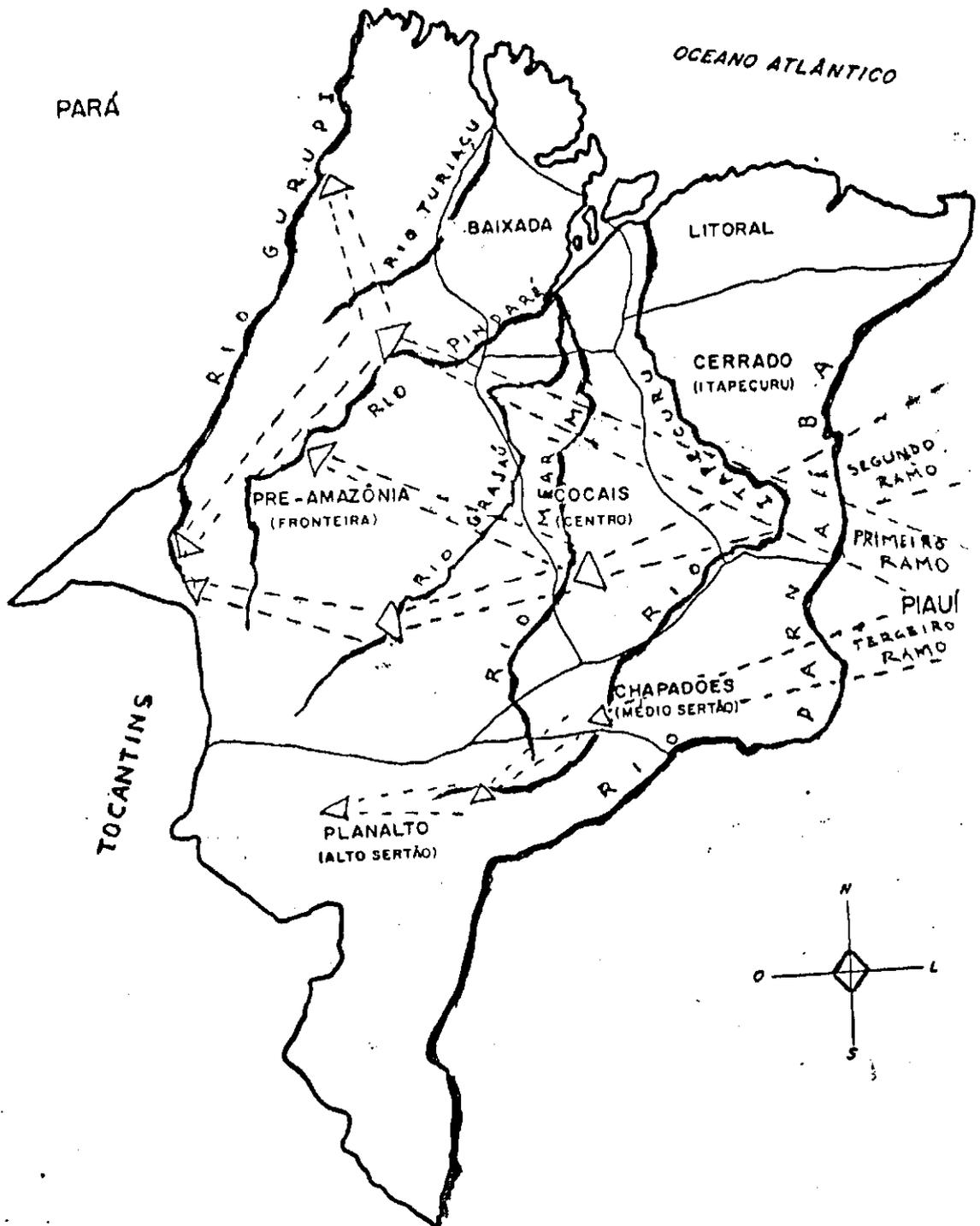
This paper deals with the appearance of rural workers' settlements in the recent context of the Maranhense economy. In a broader sense the discussion of the rural settlements is understood as part of the agrarian question within capitalism. A reexamination is undertaken of aspects of some theories in which different authors predict, on one hand, the disappearance of small agricultural production units due to the advance of units administered like enterprises - agrobusinesses - and, on the other hand, interpret family production as a system in itself whose existence corresponds to a social necessity. Studies are mentioned which demonstrate that agricultural production based on the family groups does not show any signs of disappearance, even though it assumes distinct degrees of importance in the diverse world regions. Focusing on Maranhão, one can observe that the recent revigoration of links between the regional economy and the reproduction of capital on a world-wide scale make a redefinition of *de facto* and legal ownership necessary. This is especially true when ownership of land is concerned, as preexisting forms of production organization break up which consequently leads to more and more conflicts between the small landholders and the new owners of the land. The appearance and spreading of settlements resulting from the agrarian reform seem to be an answer which the underprivileged are finding in order to face the trend toward concentration inherent in capitalist development. The settlement Terra Bela does not only transmit a feeling of achievement because of the conquest of land by formerly landless, it also has favorite perspectives for future growth, due to its location near ways of transportation and also due to the emancipation of the township (município) Buriticupu. It should, however, be taken into consideration that the present production techniques, if they were not changed, could prove themselves as serious obstacles to the settlement's consolidation.

---

## 6 ANEXOS

---

**ANEXO 1. MAPA DO MARANHÃO: RIOS PRINCIPAIS, GRANDES ZONAS  
ECOLÓGICAS E RAMOS DO FLUXO MIGRATÓRIO**



**ANEXO 2. NOVA DIVISÃO GEOGRÁFICA DO MARANHÃO**

## NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

(Vigente a partir de 01.01.1997)

### MESORREGIÃO NORTE MARANHENSE (6 microrregiões e 60 municípios)

#### Microrregião geográfica do Litoral Ocidental Maranhense (13 municípios)

- |              |                       |                       |
|--------------|-----------------------|-----------------------|
| - Alcântara  | - Cajapió             | - Mirinzal            |
| - Apicum-Açu | - Cedral              | - Porto Rico          |
| - Bacuri     | - Central do Maranhão | do Maranhão           |
| - Bacurituba | - Cururupu            | - Serrano do Maranhão |
| - Bequimão   | - Guimarães           |                       |

#### Microrregião geográfica da Aglomeração Urbana de São Luís (4 municípios)

- |                  |                       |            |
|------------------|-----------------------|------------|
| - Paço do Lumiar | - São José de Ribamar | - São Luís |
| - Raposa         |                       |            |

#### Microrregião geográfica de Rosário (8 municípios)

- |                    |                        |              |
|--------------------|------------------------|--------------|
| - Axixá            | - Icatu                | - Rosário    |
| - Bacabeira        | - Morros               | - Santa Rita |
| - Cachoeira Grande | - Presidente Juscelino |              |

#### Microrregião geográfica dos Lençóis Maranhenses (6 municípios)

- |                      |                 |               |
|----------------------|-----------------|---------------|
| - Barreirinhas       | - Primeira Cruz | - Santo Amaro |
| - Humberto de Campos | - Tutóia        | do Maranhão   |
| - Paulino Neves      |                 |               |

#### Microrregião geográfica da Baixada Maranhense (21 municípios)

- |                          |                    |                         |
|--------------------------|--------------------|-------------------------|
| - Anajatuba              | - Monção           | - Presidente Sarney     |
| - Arari                  | - Olinda Nova      | - Santa Helena          |
| - Bela Vista do Maranhão | - Palmeirândia     | - São Bento             |
| - Cajari                 | - Pedro do Rosário | - São João Batista      |
| - Conceição do Lago-Açu  | - Penalva          | - São Vicente de Ferrer |
| - Igarapé do Meio        | - Peri-Mirim       | - Viana                 |
| - Matinha                | - Pinheiro         | - Vitória do Mearim     |

**Microrregião geográfica de Itapecuru Mirim (8 municípios)**

- |                   |                    |                     |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| - Cantanhede      | - Miranda do Norte | - Presidente Vargas |
| - Itapecuru-Mirim | - Nina Rodrigues   | - Vargem Grande     |
| - Matões do Norte | - Pirapemas        |                     |

**MESORREGIÃO OESTE MARANHENSE (3 microrregiões e 51 municípios)****Microrregião geográfica do Gurupi (13 municípios)**

- |                           |                           |                  |
|---------------------------|---------------------------|------------------|
| - Amapá do Maranhão       | - Centro do Guilherme     | - Luís Domingues |
| - Boa Vista do Gurupi     | - Godofredo Viana         | - Maracaçumé     |
| - Centro Novo do Maranhão | - Governador Nunes Freire | - Maranhãozinho  |
| - Cândido Mendes          | - Junco do Maranhão       | - Turiaçu        |
| - Carutapera              |                           |                  |

**Microrregião geográfica do Pindaré (22 municípios)**

- |                           |                           |                        |
|---------------------------|---------------------------|------------------------|
| - Altamira do Maranhão    | - Lago da Pedra           | - Santa Luzia do Paruá |
| - Alto Alegre do Pindaré  | - Marajá do Sena          | - Santa Luzia          |
| - Araguaianã              | - Nova Olinda do Maranhão | - São João do Caru     |
| - Bom Jesus das Selvas    | - Paulo Ramos             | - Tufilândia           |
| - Bom Jardim              | - Pindaré Mirim           | - Turilândia           |
| - Brejo de Areia          | - Presidente Médici       | - Vitorino Freire      |
| - Buriticupu              | - Santa Inês              | - Zé Doca              |
| - Governador Newton Bello |                           |                        |

**Microrregião geográfica de Imperatriz (16 municípios)**

- |                          |                      |                            |
|--------------------------|----------------------|----------------------------|
| - Açailândia             | - Imperatriz         | - São Fco. do Brejão       |
| - Amarante do Maranhão   | - Itinga do Maranhão | - São Pedro da Água Branca |
| - Buritirana             | - João Lisboa        | - Senador La Rocque        |
| - Cidclândia             | - Lajeado Novo       | - Vila Nova dos Martírios  |
| - Davinópolis            | - Montes Altos       |                            |
| - Governador Edson Lobão | - Ribamar Fiquene    |                            |

## MESORREGIÃO CENTRO MARANHENSE (3 microrregiões e 44 municípios)

### Microrregião geográfica do Médio Mearim (22 municípios)

- |                      |                            |                                |
|----------------------|----------------------------|--------------------------------|
| - Bacabal            | - Lagoa Grande do Maranhão | - São Luiz Gonzaga do Maranhão |
| - Bernardo do Mearim | - Lago dos Rodrigues       | - São Mateus do Maranhão       |
| - Bom Lugar          | - Lima Campos              | - São Raimundo do Doca Bezerra |
| - Capinzal do Norte  | - Olho d'Água das Cunhãs   | - São Roberto                  |
| - Esperantinópolis   | - Pedreiras                | - Trizidela do Vale            |
| - Igarapé Grande     | - Pio XII                  |                                |
| - Lago do Junco      | - Poção de Pedras          |                                |
| - Lago Verde         | - Sto. Antônio dos Lopes   |                                |

### Microrregião geográfica do Alto Mearim e Grajaú (11 municípios)

- |                          |                        |                             |
|--------------------------|------------------------|-----------------------------|
| - Arame                  | - Grajaú               | - Sta. Filomena do Maranhão |
| - Barra do Corda         | - Itaipava do Grajaú   | - Sítio Novo                |
| - Formosa da Serra Negra | - Jenipapo dos Vieiras | - Tuntum                    |
| - Fernando Falcão        | - Joselândia           |                             |

### Microrregião geográfica de Presidente Dutra (11 municípios)

- |                     |                                |                            |
|---------------------|--------------------------------|----------------------------|
| - Dom Pedro         | - Governador Eugênio de Barros | - São Domingos do Maranhão |
| - Fortuna           | - Governador Luís Rocha        | - São José dos Basílios    |
| - Gonçalves Dias    | - Graça Aranha                 | - Sen. Alexandre Costa     |
| - Governador Archer | - Presidente Dutra             |                            |

## MESORREGIÃO LESTE MARANHENSE (9 Microrregiões e 62 municípios)

### Microrregião geográfica do Baixo Parnaíba Maranhense (7 municípios)

- |                         |                              |                       |
|-------------------------|------------------------------|-----------------------|
| - Água Doce do Maranhão | - Milagres do Maranhão       | - Santana do Maranhão |
| - Araiões               | - Santa Quitéria do Maranhão | - São Bernardo        |
| - Magalhães de Almeida  |                              |                       |

### Microrregião geográfica de Chapadinha (8 municípios)

- |            |              |                             |
|------------|--------------|-----------------------------|
| - Anapurus | - Buriti     | - São Benedito do Rio Preto |
| - Belágua  | - Chapadinha | - Urbano Santos             |
| - Brejo    | - Mata Roma  |                             |

**Microrregião geográfica de Codó (5 municípios)**

- |                           |            |            |
|---------------------------|------------|------------|
| - Alto Alegre do Maranhão | - Coroatá  | - Timbiras |
| - Codó                    | - Peritoró |            |

**Microrregião geográfica de Coelho Neto (4 municípios)**

- |                 |               |                 |
|-----------------|---------------|-----------------|
| - Afonso Cunha  | - Coelho Neto | - Duque Bacelar |
| - Aldeias Altas |               |                 |

**Microrregião geográfica de Caxias (6 municípios)**

- |                |             |                     |
|----------------|-------------|---------------------|
| - Buriti Bravo | - Matões    | - São João do Sóter |
| - Caxias       | - Parnarama | - Timon             |

**Microrregião geográfica das Chapadas do Alto Itapecuru (13 municípios)**

- |                   |                   |                       |
|-------------------|-------------------|-----------------------|
| - Barão do Grajaú | - Nova Iorque     | - São Francisco       |
| - Colinas         | - Paraibano       | do Maranhão           |
| - Jatobá          | - Passagem Franca | - São João dos Patos  |
| - Lagoa do Mato   | - Pastos Bons     | - Sucupira do Norte   |
| - Mirador         |                   | - Sucupira do Riachão |

**Microrregião geográfica de Porto Franco (6 municípios)**

- |                         |                |                         |
|-------------------------|----------------|-------------------------|
| - Campestre do Maranhão | - Estreito     | - São João do Paraíso   |
| - Carolina              | - Porto Franco | - São Pedro dos Crentes |

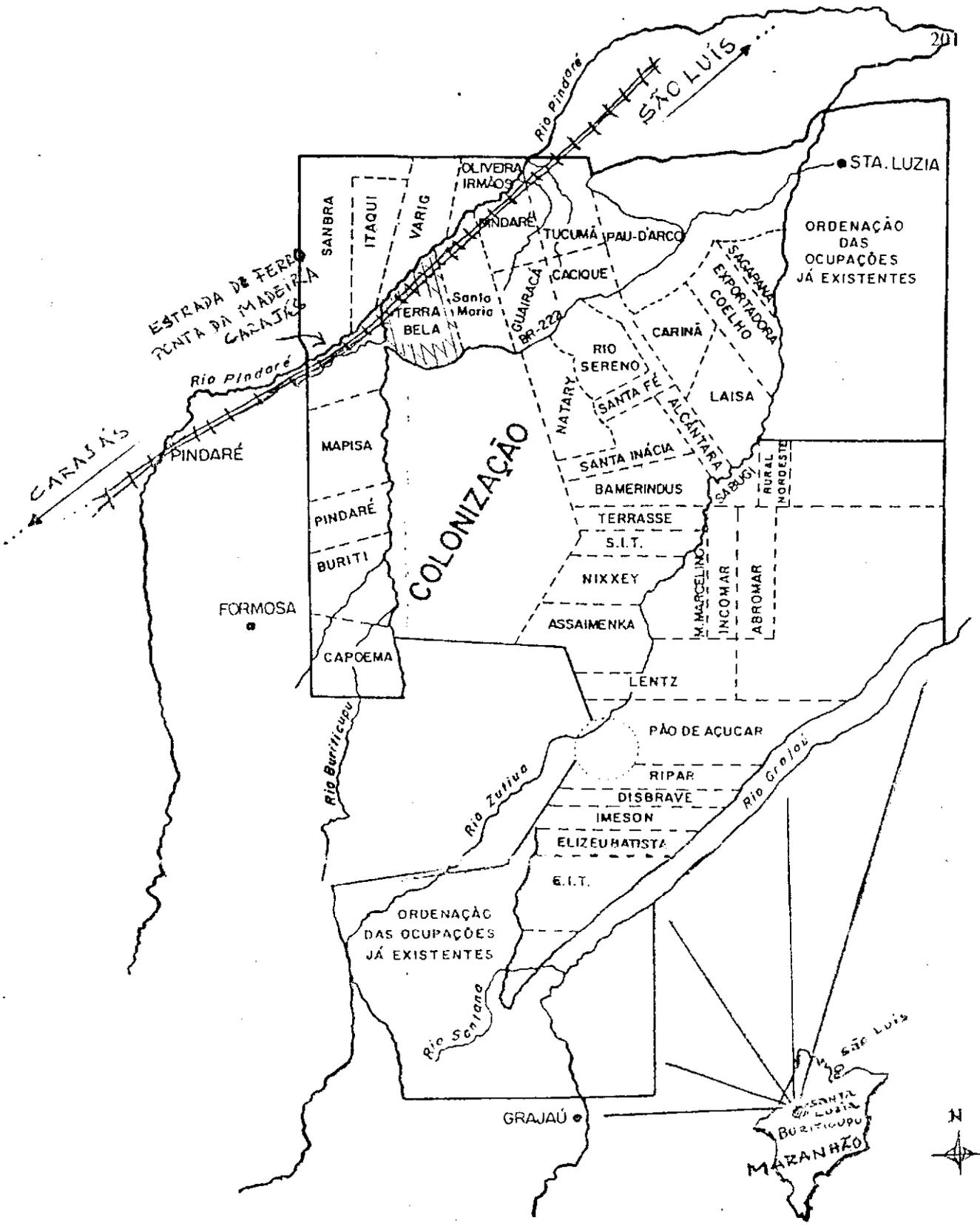
**Microrregião geográfica dos Gerais de Balsas (5 municípios)**

- |                 |                          |                 |
|-----------------|--------------------------|-----------------|
| - Alto Parnaíba | - Feira Nova do Maranhão | - Tasso Fragoso |
| - Balsas        | - Riachão                |                 |

**Microrregião geográfica das Chapadas das Mangabeiras (8 municípios)**

- |                           |                           |                       |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------|
| - Benedito Leite          | - Nova Colinas            | - São Félix de Balsas |
| - Fortaleza dos Nogueiras | - Sambaíba                | - São Raimundo        |
| - Loreto                  | - São Domingos do Azeitão | das Mangabeiras       |

<b>TOTAL DE MESORREGIÕES:</b>	<b>4</b>
<b>TOTAL DE MICRORREGIÕES:</b>	<b>21</b>
<b>TOTAL DE MUNICÍPIOS:</b>	<b>217</b>



# COLONIZAÇÃO

ORDENAÇÃO DAS OCUPAÇÕES JÁ EXISTENTES

ORDENAÇÃO DAS OCUPAÇÕES JÁ EXISTENTES

MARANHÃO

**ANEXO 4. GRUPOS QUE ADQUIRAM TERRAS NO PROJETO DA COMARCO**

## GRUPOS QUE ADQUIRIRAM TERRAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA COMARCO

Como se pode observar no anexo 3, as terras adquiridas pelos grupos empresariais situam-se em torno da área destinada ao Projeto Pioneiro de Colonização, destinada a famílias de pequenos produtores. As informações sobre os imóveis apropriados por esses grupos, durante os anos 70, são escassas, de modo que determinar as dimensões constitui-se tarefa complexa. São freqüentes situações em que a área legalizada é muito inferior à efetivamente controlada por esses grupos. Nesse sentido, a maioria das informações disponíveis baseiam-se em estimativas que, portanto, nem sempre são coincidentes. Além disso, o movimento de compra e venda desses imóveis e a existência de *testas de ferro* dificultam, sobremaneira, a identificação de quem realmente foi favorecido nesse avanço da propriedade privada sobre as terras consideradas devolutas no Maranhão.

Entretanto, a partir dos dados apresentados por Arcangeli (1987), Asselin (1982) e de relatórios da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (1990), foi possível a reconstituir a lista seguinte, que se refere ao processo de aquisição das áreas num contexto em que interesses de especuladores individuais e de grandes grupos empresariais convergiam com ações do governo do Maranhão e incentivos fiscais e creditícios do governo federal. Incluindo-se a área incorporada à Comarco, próxima do projeto da Colone, localizam-se empreendimentos de grupos entre os quais destacam os seguintes:

A transnacional Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), controlada por capital argentino (Bung Born). Para que o grupo controlasse a área pretendida, foram criadas as empresas Sanbra S/A Agropecuária Industrial

Sanbra Maranhense S/A, Sanbra Amazônia S/A e Sanbra Nordeste S/A, cada uma com 25 mil hectares em áreas contíguas, perfazendo um total de 100 mil hectares.

O grupo Cacique, cuja atividade mais conhecida a industrialização de café. Utilizando-se da mesma estratégia que a Sanbra, adquiriu extensa área, através das empresas Tucumã, Pindaré, Guairacá e Cacique, cada qual com 25 mil hectares, segundo Arcangeli (1987:130). Entretanto, Asselin (1982:153) refere-se respectivamente a 20.481, 22.000, 20.809 e 20.716 hectares, embora também mencione que o grupo controlava os 100 mil pretendidos.

A Exportadora Coelho, cuja propriedade encontravam-se em nome de parentes do então senador Nilo Coelho, abrangendo uma área imprecisa. Arcangeli (1987:130) cita 52 mil hectares, enquanto Asselin (1982: 155) informa que a existência de duas glebas, uma com 19.500 e outra com 21.143 hectares, totalizando mais de 40,6 mil hectares.

O grupo cearense EIT, através das empresas Citema - Cia. Industrial Técnica do Maranhão (24 mil ha) e Temasa Projetos Agropecuários (9.117 ha), adquiriu mais de 33 mil hectares na área da Comarca. Asselin (1982:153-4) destaca que empresas como a Maisa e a Faisa, do Rio Grande Norte, também pertencem ao grupo. O grupo Ultra, entre cujos acionistas Asselin menciona o ex-ministro Hélio Beltrão, controlava uma área de 46.753 hectares em nome da Florestal Maracassumé. Por sua vez, o grupo Santos Diniz S/A, com atuação em diversos setores, no Brasil e no exterior, incluindo-se o ramo de supermercados (Pão de Açúcar), adquiriu cerca de 25 mil hectares na região do Pindaré. A Varig (Viação Aérea Rio Grandense), com área estimada em 32 mil ha, recentemente desativou as atividades na gleba, após longos conflitos com posseiros.

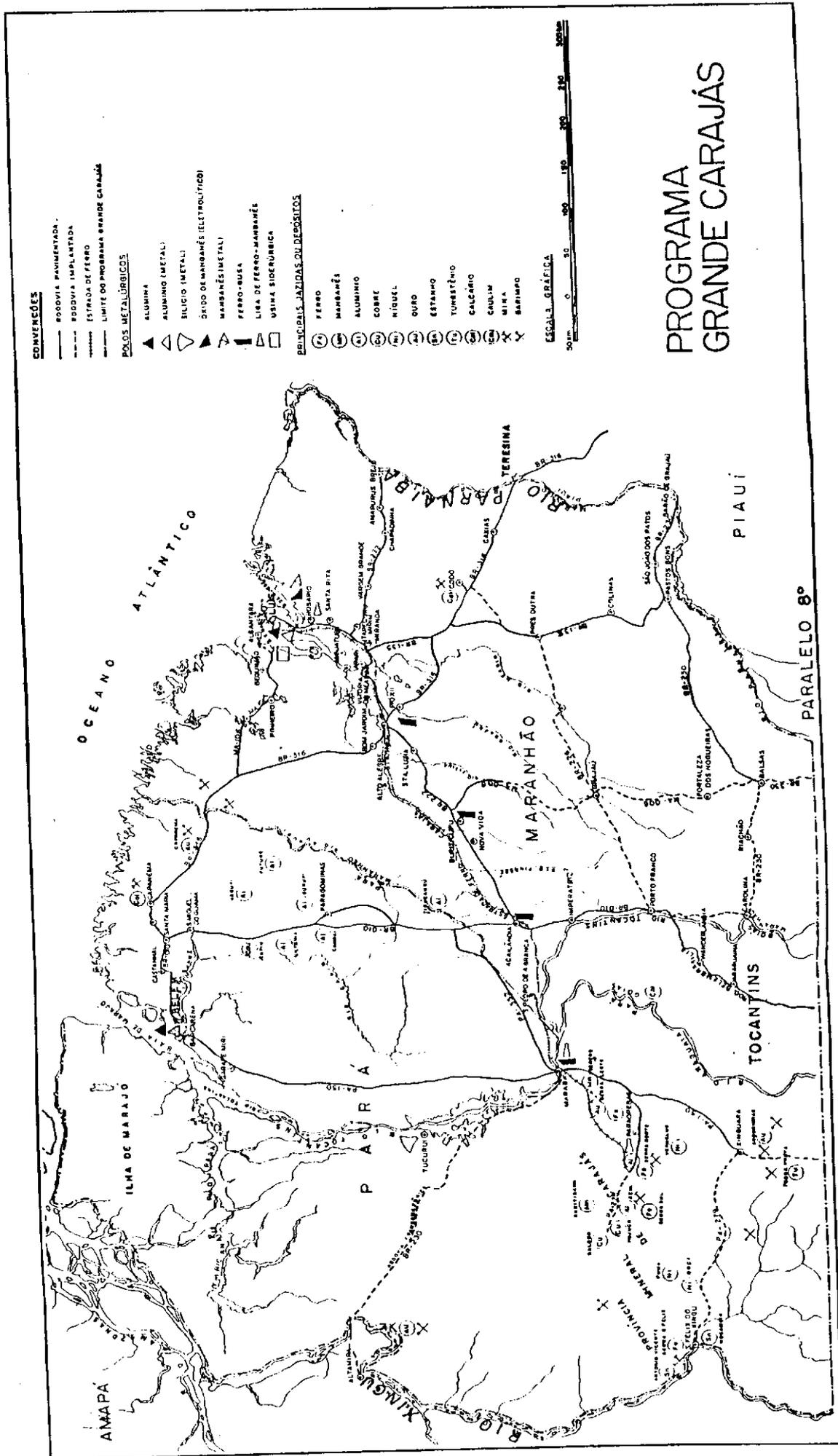
Quanto à fazenda Terra Bela, Asselin (1982:155) cita que a área foi apropriada por funcionários da construtora Mendes Júnior, durante a abertura da

BR-222, tendo sua sede contruída em frente à administração do projeto de colonização Buriticupu. Inicialmente, a área correspondia a 24.875 hectares. Não estão disponíveis informações sobre o processo que a levou aos atuais 11,5 mil hectares. Do mesmo modo, não se dispõe de informações acerca da área adquirida por outras grandes empresas, entre as quais encontram-se Nikkey, Assaimenka, Bamerindus, Marcos Marcelino, Incomar e Sabugi.

A lista abaixo destaca alguns dos empreendimentos e acrescenta outros ainda não mencionados, com suas respectivas áreas.

<b>GRUPO/IMÓVEL</b>	<b>ÁREA (HA)</b>
<b>Agropecuária Turiaçu</b>	<b>24.961</b>
<b>Exportadora Coelho</b>	<b>52.000</b>
<b>FAISA</b>	<b>24.000</b>
<b>Florestal Maracassumé</b>	<b>46.753</b>
<b>Grupo Bom Pastor</b>	<b>48.440</b>
<b>Grupo Bung Born</b>	<b>100 000</b>
Sanbra S/A Agropecuária Industrial	25 000
Sanbra Maranhense S/A	25.000
Sanbra Amazônia S/A	25.000
Sanbra Nordeste S/A	25.000
<b>Grupo Cacique</b>	<b>100.000</b>
Tucumã	25.000
Pindaré	25.000
Guairacá	25.000
Cacique	25.000
<b>Grupo EIT</b>	<b>33.000</b>
Citema	24.000
Temasa	9.000
<b>Grupo Fernandes</b>	<b>24.000</b>
Matary	24.000
<b>Grupo Meira Lins</b>	<b>20.672</b>
Cia Vale do Rio Sereno	20.672
<b>Grupo Mesbla</b>	<b>18.659</b>
<b>Grupo Pão de Açúcar</b>	<b>25.000</b>
<b>Grupo Varig</b>	<b>32.000</b>

**ANEXO 5. MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA GRANDE  
CARAJÁS**



**CONVENÇÕES**

- ROODVIA PAVIMENTADA
- - - ROODVIA IMPLANTADA
- ..... ESTRADA DE FERRO
- LIMITE DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS
- POLOS METALÚRGICOS

- ▲ ALUMINA
- △ ALUMÍNIO (METAL)
- ▽ SILÍCIO (METAL)
- ◇ GRUPO DE MANGANÊS (ELETROLÍTICO)
- ◀ MANGANÊS (METAL)
- ▶ FERRO-BOXA
- ◻ LIGA DE FERRO-MANGANÊS
- ◼ USINA SIDERÚRGICA

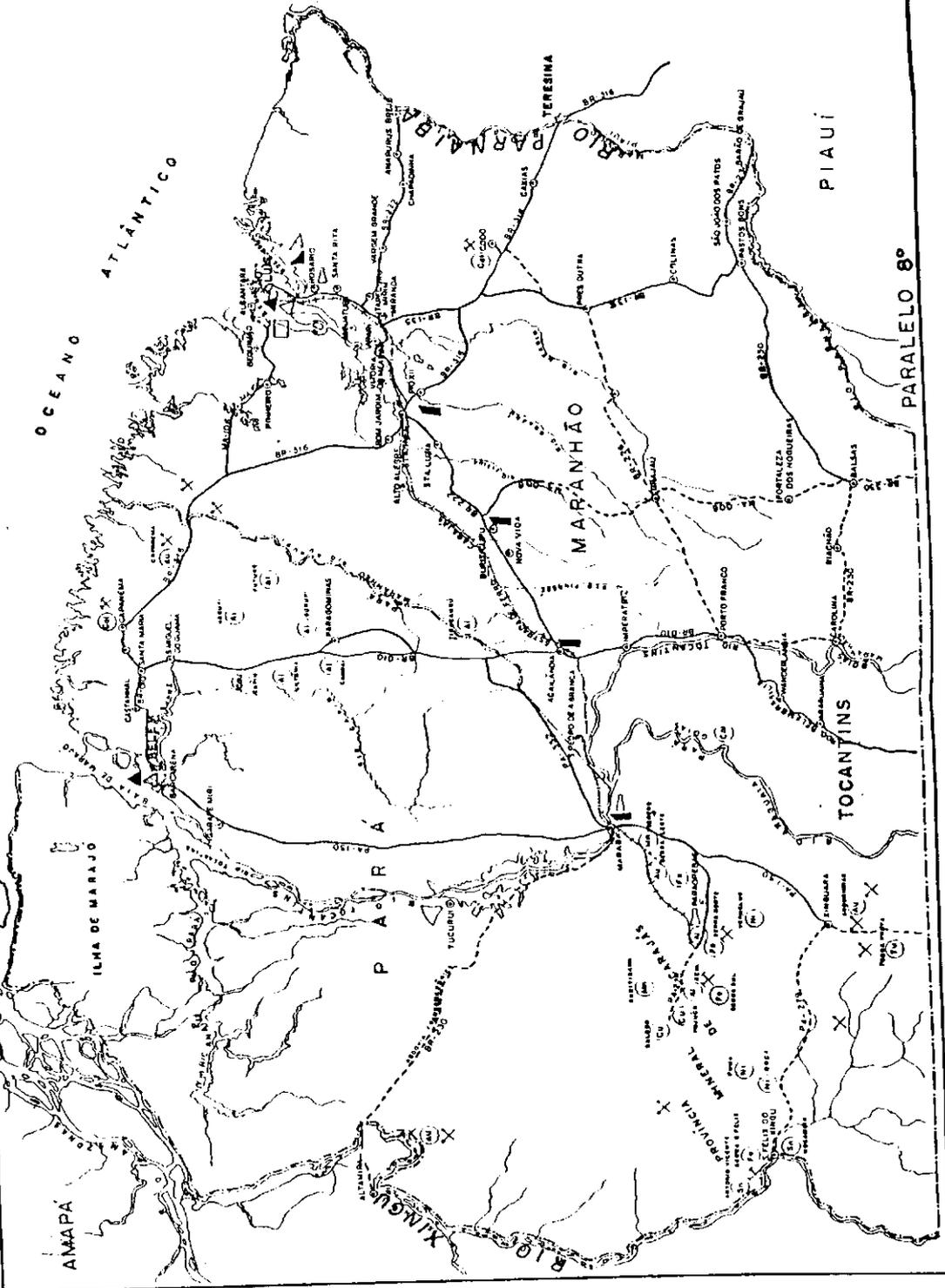
**PRINCIPAIS JAZIGAS OU DEPOSITOS**

- ① FERRO
- ② MANGANÊS
- ③ ALUMÍNIO
- ④ COBRE
- ⑤ NIQUEL
- ⑥ OURO
- ⑦ ESTANHO
- ⑧ TUNGSTÊNIO
- ⑨ CALCÁRIO
- ⑩ CAOLÍN
- ⑪ MISA
- ⑫ BARIUM
- ⑬ X

ESCALA GRÁFICA



**PROGRAMA GRANDE CARAJÁS**



**ANEXO 6. LISTAGEM GERAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO  
MARANHÃO**

## RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MARANHÃO

(Outubro/96)

MUNICÍPIO/ PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÁREA ASSEN MENTO (Ha)	FORMA OBTEN ÇÃO	ANO CRI AÇÃO	CAPAC. ASSEN MENTO (Ha)	FAM. CADAS TRAS	EXCE DEN TES	DEFI CIT
<b>AÇAILÂNDIA (3)</b>	<b>27.469</b>			<b>868</b>	<b>705</b>	<b>0</b>	<b>163</b>
Açaí	19.386	arrec	1978	479	472	0	07
Itaiguara	2.302	desap	1995	63	58	0	05
João Palmeira/Castália	5.781	desap	1995	326	175	0	151
<b>ALCÂNTARA (1)</b>	<b>4.111</b>			<b>123</b>	<b>82</b>	<b>0</b>	<b>41</b>
Bituba/Chapada	4.111	desap	1994	123	82	0	41
<b>AMARANTE (1)</b>	<b>4.020</b>			<b>180</b>	<b>90</b>	<b>0</b>	<b>90</b>
Santo Antônio	4.020	desap	1995	180	90	0	90
<b>ARAME (2)</b>	<b>60.517</b>			<b>1.943</b>	<b>1.200</b>	<b>0</b>	<b>743</b>
Citusa/Viamão	29.563	desap	1986	1.015	600	0	415
Pedra Preta/M.dos Garrotes	30.954	desap	1987	928	600	0	328
<b>BACABAL (1)</b>	<b>600</b>			<b>18</b>	<b>63</b>	<b>45</b>	<b>0</b>
Aldeia	600	desap	1988	18	63	45	0
<b>BACURI (1)</b>	<b>14.487</b>			<b>435</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>135</b>
Bitiua	14.487	desap	1989	435	300	0	135
<b>BARRA DO CORDA (1)</b>	<b>11.622</b>			<b>330</b>	<b>372</b>	<b>42</b>	<b>0</b>
Clemente/Cajazcira	11.622	desap	1985	330	372	42	0
<b>BARREIRINHAS (1)</b>	<b>5.486</b>			<b>141</b>	<b>348</b>	<b>207</b>	<b>0</b>
São José Morro Alto	5.486	desap	1987	141	348	207	0
<b>CÂNDIDO MENDES (5)</b>	<b>169.264</b>			<b>3.729</b>	<b>2.826</b>	<b>55</b>	<b>958</b>
Santa Helena (C.M/Turiaçu)	88.970	desap	1988	2.032	1.252	0	780
Maracaçumé	11.547	desap	1989	254	253	0	1
Três Lagoas	3.338	desap	1994	85	53	0	32
Maracassumé/Mesbla	18.656	desap	1994	423	278	0	145
Florestal Maracassumé	46.753	desap	1994	935	990	55	0
<b>CANTANHEDE (1)</b>	<b>5.540</b>			<b>249</b>	<b>165</b>	<b>0</b>	<b>84</b>
Galvão/Cantanheide	5.540	desap	1993	249	165	0	84
<b>CARUTAPERA (1)</b>	<b>48.440</b>			<b>1.316</b>	<b>1.459</b>	<b>143</b>	<b>0</b>
Bom Pastor	48.440	desap	1987	1.316	1.459	143	0
<b>CAXIAS (7)</b>	<b>36.725</b>			<b>1.398</b>	<b>1.023</b>	<b>76</b>	<b>451</b>
São Pedro/Boa Vista	5.739	compra	1985	127	203	76	0
Santa Filomena/Taboca	2.892	desap	1989	104	62	0	42
Pedra/Mucambo	10.354	desap	1993	430	303	0	127
Bom Jardim	3.076	desap	1994	126	63	0	63
Buriti do Meio	2.001	desap	1994	87	23	0	64
Conceição	8.962	desap	1995	363	251	0	112
São José dos Perdidos	3.701	desap	1995	161	118	0	43
<b>COLINAS (1)</b>	<b>2.753</b>			<b>89</b>	<b>77</b>	<b>0</b>	<b>12</b>
Pavio/Varjão	2.753	desap	1995	89	77	0	12
<b>SUBTOTAL (13/26)</b>	<b>391.034</b>			<b>10.819</b>	<b>8.710</b>	<b>568</b>	<b>2.677</b>

**RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MARANHÃO**  
(Continuação)

MUNICÍPIO/ PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÁREA ASSEN MENTO (Ha)	FORMA OBTEN ÇÃO	ANO CRI AÇÃO	CAPAC. ASSEN MENTO (Ha)	FAM. CADAS TRAS	EXCE DEN TES	DEFI CIT
<b>COROATÁ (7)</b>	<b>23.518</b>			<b>821</b>	<b>855</b>	<b>163</b>	<b>129</b>
São João das Neves	12.351	desap	1986	350	505	155	0
Remanso da Mariana	2.973	desap	1988	126	114	0	12
Macacos	492	desap	1994	20	28	08	0
Conceição do Coroatá	2.562	desap	1994	112	94	0	18
Caxuxa	3.180	desap	1994	140	80	0	60
Conceição/Arvoredo	1.402	desap	1995	50	16	0	34
Prazeres	558	desap	1995	23	18	0	05
<b>ESPERANTINÓPOLIS (2)</b>	<b>3.321</b>			<b>100</b>	<b>245</b>	<b>145</b>	<b>0</b>
Palmeiral/Vietnan	2.194	desap	1988	78	190	112	0
Cipó/Canaã	1.127	compra	1993	22	55	33	0
<b>GRAJAÚ (2)</b>	<b>4.831</b>			<b>158</b>	<b>87</b>	<b>0</b>	<b>71</b>
Brejo/Sítio do Meio	2.086	desap	1986	60	46	0	14
Pedra de Pau	2.745	desap	1996	98	41	0	57
<b>IMPERATRIZ (5)</b>	<b>24.466</b>			<b>954</b>	<b>640</b>	<b>19</b>	<b>333</b>
CAAC	1.120	união	1978	44	38	0	6
Alvorada I	7.471	união	1982	280	158	0	122
Alvorada II	8.803	união	1985	347	204	0	143
Gamelcira/Matões	2.048	desap	1989	85	104	19	0
Itacira	5.024	desap	1993	198	136	0	62
<b>ITAPECURU MIRIM (2)</b>	<b>9.564</b>			<b>296</b>	<b>364</b>	<b>81</b>	<b>13</b>
Entroncamento	7.712	desap	1986	230	311	81	0
Almeida/Mato Grosso	1.852	desap	1995	66	53	0	13
<b>JOÃO LISBOA (1)</b>	<b>4.110</b>			<b>205</b>	<b>110</b>	<b>0</b>	<b>95</b>
Taboleirão	4.110	desap	1988	205	110	0	95
<b>JOSELÂNDIA (1)</b>	<b>11.576</b>			<b>416</b>	<b>208</b>	<b>0</b>	<b>208</b>
Japel	11.576	compra	1995	416	208	0	208
<b>LAGO DA PEDRA (1)</b>	<b>21.200</b>			<b>763</b>	<b>583</b>	<b>0</b>	<b>180</b>
Cigra	21.200	desap	1994	763	583	0	180
<b>LAGO DO JUNCO (2)</b>	<b>1.643</b>			<b>58</b>	<b>82</b>	<b>24</b>	<b>0</b>
Pau Santo	953	desap	1986	31	50	19	0
Bonanza	690	desap	1995	27	32	5	0
<b>LAGO VERDE (2)</b>	<b>6.114</b>			<b>173</b>	<b>291</b>	<b>118</b>	<b>0</b>
Manguary	5.000	desap	1986	130	240	110	0
Vital Brasil	1.114	desap	1994	43	51	8	0
<b>LIMA CAMPOS (4)</b>	<b>14.608</b>			<b>499</b>	<b>467</b>	<b>0</b>	<b>32</b>
Santa Cruz	3.718	desap	1986	120	120	0	0
Riachuelo	2.323	desap	1987	74	63	0	11
Sto. Antonio dos Velosos	5.011	desap	1989	180	177	0	3
Baixão	3.556	desap	1994	125	107	0	18
<b>SUBTOTAL (11/29)</b>	<b>124.951</b>			<b>4.443</b>	<b>3.932</b>	<b>550</b>	<b>1.061</b>

**RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MARANHÃO**  
(Continuação)

MUNICÍPIO/ PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÁREA ASSEN MENTO (Ha)	FORMA OBTEN ÇÃO	ANO CRI AÇÃO	CAPAC. ASSEN MENTO (Ha)	FAM. CADAS TRAS	EXCE DEN TES	DEFI CIT
<b>MAG. DE ALMEIDA</b> (1)	2.704			103	174	71	0
Santo Agostinho	2.704	desap	1993	103	174	71	0
<b>MATÕES</b> (1)	1.600			72	57	0	15
Floresta	1.600	desap	1988	72	57	0	15
<b>MONÇÃO</b> (3)	14.222			470	914	444	0
Camacaoca	10.800	compra	1986	360	750	390	0
Redondo/Aracanga	1.942	desap	1988	58	105	47	0
Vila Esperança	1.480	desap	1993	52	59	07	0
<b>MORROS</b> (1)	26.670			371	223	0	148
Lagoa da Onça	26.670	desap	1995	371	223	0	148
<b>PAÇO DO LUMIAR</b> (1)	735			36	218	182	0
Cumbique	735	desap	1987	36	218	182	0
<b>PARNARAMA</b> (1)	6.657			266	221	0	45
Brejo/São Felix	6.657	desap	1995	266	221	0	45
<b>PAULO RAMOS</b> (1)	4.417			159	62	0	97
Novo Mundo/Conquista	4.417	desap	1995	159	62	0	97
<b>PEDREIRAS</b> (1)	4.356			86	190	104	0
Sta. Maria dos Fernandes	4.356	desap	1989	86	190	104	0
<b>PENALVA</b> (1)	3.600			108	220	112	0
Ouro	3.600	desap	1989	108	220	112	0
<b>PINHEIRO</b> (2)	10.261			394	245	0	149
Porrão dos Pirrós	4.261	desap	1993	161	139	0	22
Santa Maria/Galo	6.000	desap	1995	233	106	0	127
<b>PIO XII</b> (1)	1.778			59	191	132	0
São José da Mata	1.778	compra	1984	59	191	132	0
<b>PIRAPEMAS</b> (1)	4.514			221	116	0	105
Barriguda/Bagaccia	4.514	desap	1994	221	116	0	105
<b>PORTO FRANCO</b> (1)	4.653			209	209	0	0
Baixa Grande/Picos	4.653	desap	1989	209	209	0	0
<b>PRESID. JUSCELINO</b> (1)	1.454			37	81	44	0
Tauá/Sta. Terezinha	1.454	desap	1988	37	81	44	0
<b>SANTA HELENA</b> (1)	11.811			367	99	0	268
Paruá	11.811	desap	1986	367	99	0	268
<b>SANTA INÊS</b> (1)	954			34	111	77	0
Santa Maria do Capistrano	954	desap	1995	34	111	77	0
<b>SANTA RITA</b> (1)	6.225			280	137	0	143
Sto. Antônio/Cefans/Carema	6.225	desap	1993	280	137	0	143
<b>SÃO LUÍS GONZAGA</b> (3)	24.882			713	1.432	719	0
Monte Cristo	14.380	desap	1985	389	917	528	0
Olho d'Água dos Grilos	2.922	desap	1986	97	169	72	0
Três Setúbal	7.580	desap	1988	227	346	119	0
<b>SUBTOTAL</b> (18/23)	131.493			3.985	4.900	1.885	970

**RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MARANHÃO**  
(Continuação)

MUNICÍPIO/ PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÁREA ASSEN MENTO (Ha)	FORMA OBTEN ÇÃO	ANO CRI AÇÃO	CAPAC. ASSEN MENTO (Ha)	FAM. CADAS TRAS DAS	EXCE DEN TES	DEFI CIT
<b>SÃO MATEUS (4)</b>	<b>17.262</b>			<b>535</b>	<b>893</b>	<b>358</b>	<b>0</b>
Jitirana	5.168	compra	1984	97	271	174	0
Bocaina	3.633	desap	1990	113	203	90	0
Timbaúba	1.277	desap	1994	50	144	94	0
Alto Alegre	7.184	desap	1994	275	275		0
<b>SANTA LUZIA (22)</b>	<b>284.609</b>			<b>7.359</b>	<b>5.013</b>	<b>112</b>	<b>2.458</b>
Barra Limpa	1.028	arrec	1978	40	40	0	0
Karinã	24.546	desap	1986	400	247	0	153
Sapucaia	14.566	desap	1987	262	282	20	0
Santa Inácia	20.023	desap	1988	350	400	50	0
Cajuciro	16.121	desap	1988	510	431	0	79
União/Portugal/Sto. Antônio	11.804	desap	1988	185	219	34	0
Buriti/Rio Bonito	54.726	compra	1988	1.641	828	0	813
CIT	16.174	desap	1988	634	141	0	493
Terra Bela	11.553	compra	1988	380	290	0	90
Engenho Central/Clarice	4.956	desap	1990	132	92	0	40
Planalto/Pedesa	16.217	desap	1990	318	122	0	196
Lago Azul	13.266	desap	1991	348	293	0	55
Cacique/Tucumã	42.303	desap	1993	903	759	0	144
Padre Cicero/Santa Helena	4.498	desap	1994	160	168	8	0
Triângulo de Prata	11.114	desap	1994	355	201	0	154
Castelo	2.991	desap	1994	107	64	0	43
Indiana/Santa Maria	5.618	desap	1994	202	114	0	88
Babilônia	2.078	desap	1994	75	53	0	22
Verona	4.358	desap	1994	139	72	0	67
Guarida	2.617	desap	1995	94	84	0	10
Batuta	1.652	desap	1995	52	46	0	6
Santa Cruz/Zutil	2.400	desap	1995	72	67	0	5
<b>TIMON (1)</b>	<b>4.255</b>			<b>191</b>	<b>92</b>	<b>0</b>	<b>99</b>
Humaitá	4.255	desap	1995	191	92	0	99
<b>TUNTUM (2)</b>	<b>22.621</b>			<b>632</b>	<b>623</b>	<b>4</b>	<b>13</b>
Santa Tereza	7.200	desap	1986	226	230	4	0
Cocaira/Nova Alegria	15.421	desap	1990	406	393	0	13
<b>TURIAÇU (4)</b>	<b>57.111</b>			<b>1.048</b>	<b>1.330</b>	<b>363</b>	<b>81</b>
Miraflores	9.194	desap	1986	239	197	0	42
Ceres	4.000	desap	1986	108	347	239	0
Rio Doco/Guimaguassu	38.917	desap	1986	576	700	124	0
Sto. Antonio do Rio Caxias	5.000	desap	1994	125	86	0	39
<b>TUTOIA (1)</b>	<b>6.847</b>			<b>286</b>	<b>343</b>	<b>57</b>	<b>0</b>
Barro Duro	6.847	desap	1986	286	343	57	0
<b>SUBTOTAL (6/34)</b>	<b>392.705</b>			<b>10.051</b>	<b>8.294</b>	<b>894</b>	<b>2.651</b>

**RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MARANHÃO**  
(Continuação)

MUNICÍPIO/ PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÁREA ASSEN MENTO (Ha)	FORMA OBTEN ÇÃO	ANO CRI AÇÃO	CAPAC. ASSEN MENTO (Ha)	FAM. CADAS TRAS DAS	EXCE DEN TES	DEFI CIT
<b>VARGEM GRANDE (1)</b>	<b>7.253</b>			<b>253</b>	<b>323</b>	<b>70</b>	<b>0</b>
Leite	7.253	desap	1986	253	323	70	0
<b>VITÓRIA DO MEARIM(9)</b>	<b>36.473</b>			<b>1.306</b>	<b>1.833</b>	<b>610</b>	<b>83</b>
Serraria	879	desap	1989	26	26	0	0
Bentivi	1.335	desap	1989	40	55	15	0
Diamante Negro/Jutai	8.478	compra	1993	203	280	77	0
Lage Comprida	5.732	desap	1993	166	199	33	0
Sumaúma/Jacamim	7.186	desap	1993	215	272	57	0
Santa Rosa	3.189	compra	1994	300	233	0	67
Gamelcira	7.184	desap	1994	215	643	428	0
Mato Grosso	1.302	desap	1995	104	104	0	0
Pau Roxo/Vigário (Cajari)	1.188	desap	1995	37	21	0	16
<b>VITORINO FREIRE (1)</b>	<b>7.462</b>			<b>460</b>	<b>364</b>	<b>0</b>	<b>96</b>
São Bartolomeu/Luzilândia	7.462	desap	1993	460	364	0	96
<b>ZÉ DOCA (2)</b>	<b>2.518</b>			<b>90</b>	<b>192</b>	<b>102</b>	<b>0</b>
Tocantins	943	desap	1982	34	89	55	0
Bom Viver	1.575	desap	1982	56	103	47	0
<b>SUBTOTAL (4/13)</b>	<b>53.706</b>			<b>2.109</b>	<b>2.712</b>	<b>782</b>	<b>179</b>
<b>TOTAL (52/125)</b>	<b>1.093.889</b>			<b>31.407</b>	<b>28.548</b>	<b>4.679</b>	<b>7.538</b>

Fonte: INCRA/SR(12)/Divisão de Assentamentos.

## RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO ITERMA

(Outubro/96)

MUNICÍPIO/ ASSENTAMENTO	ÁREA (Hectares)	FORMA DE AQUISIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	FAMÍLIAS CADASTRA DAS
<b>ARARI</b> (7)	<b>2.127</b>			<b>251</b>
Félix	499	compra	1990	33
Varamé	190	compra	1990	17
Manoel João	521	compra	1993	82
Santa Inez	458	compra	1993	52
Encsada do Engenho	181	compra	1993	32
Bacabalzinho	128	compra	1993	26
Jiquiri	150	compra	1994	09
<b>BACABAL</b> (5)	<b>3.477</b>			<b>311</b>
Bom Princípio	114	compra	1990	56
Dez Mil Réis	184	compra	1990	27
Alentejo	360	compra	1990	41
Luziânia	2.398	compra	1993	155
Bom Jesus	421	compra	1993	32
<b>BREJO</b> (1)	<b>172</b>			<b>15</b>
Nova Olinda	172	compra	1993	15
<b>BARRA DO CORDA</b> (1)	<b>4.000</b>			<b>85</b>
São Francisco	4.000	compra	1993	85
<b>COROATÁ</b> (2)	<b>994</b>			<b>80</b>
Feliz Lembrança	443	compra	1993	31
Viva Deus	551	compra	1990	49
<b>CAJARI</b> (1)	<b>1.054</b>			<b>80</b>
Santa Rosa	1.054	arrecadação	1993	80
<b>CODÓ</b> (2)	<b>12.334</b>			<b>772</b>
Jotobá	1.897	arrecadação	1987	51
Roscana Sarney	10.437	compra	1996	721
<b>COLINAS</b> (1)	<b>6.010</b>			<b>120</b>
Lagoa da Serra	6.010	arrecadação	1987	120
<b>CAXIAS</b> (1)	<b>187</b>			<b>18</b>
Olho d'Água do Raposo	187	compra	1983	18
<b>GRAJAU</b> (7)	<b>54.552</b>			<b>1.056</b>
Serra do Mato/Coqueiro	841	compra	-	21
Remanso	7.302	compra	-	300
Itaipava	32.324	arrecadação	1987	737
Nova Galiléia	1.757	compra	1987	35
Boa Vista	488	compra	1990	49
Bela Aurora	501	compra	1990	13
Flores/Bom Retiro	11.339	compra	1993	201
<b>SUBTOTAL</b> (10/28)	<b>84.907</b>			<b>2.788</b>

**RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO ITERMA**  
(continuação)

MUNICÍPIO/ ASSENTAMENTO	ÁREA (Hectares)	FORMA DE AQUISIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	FAMÍLIAS CADASTRA DAS
<b>ESPERANTINÓPOLIS (2)</b>	<b>916</b>			<b>43</b>
Serraria	499	compra	1990	18
Santa Cruz	417	compra	1993	254
<b>IMPERATRIZ (1)</b>	<b>1.322</b>			<b>56</b>
Juçara	1.322	compra	-	56
<b>ITAPECURU MIRIM (1)</b>	<b>55</b>			<b>23</b>
Carro Quebrado	55	compra	1990	23
<b>LAGO DO JUNGO (5)</b>	<b>1.483</b>			<b>184</b>
Santa Zita	170	compra	1990	16
Altamira	510	compra	1990	82
São Manoel	281	compra	1990	31
Ludovico	319	compra	1990	33
Centro do Aguiar	203	compra	1994	22
<b>MIRANDA DO NORTE (2)</b>	<b>194</b>			<b>62</b>
Cariombo I	97	compra	1990	38
Cariombo II	97	compra	1993	24
<b>MATINHA (1)</b>	<b>1.001</b>			<b>91</b>
Treze de Maio	1.001	compra	-	91
<b>OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃES (2)</b>	<b>574</b>			<b>47</b>
Três Marias	311	compra	1990	22
Canarana	263	compra	1990	25
<b>PINHEIRO (3)</b>	<b>1.134</b>			<b>73</b>
Ponta da Formiga	710	compra	1987	32
São Cactano	115	compra	1987	17
Alto Verde	309	compra	1990	24
<b>ROSÁRIO (2)</b>	<b>3.846</b>			<b>376</b>
São Simão	2.589	arrecadação	-	213
Vidéu	1.257	arrecadação	-	163
<b>SANTA LUZIA (7)</b>	<b>175.426</b>			<b>5.187</b>
Buriticupu	54.000	arrecadação	-	2.700
Maguary	3.980	arrecadação	1987	120
Alto Alegre	55.500	arrecadação	1989	1.100
Nova Olinda	57.000	arrecadação	1989	1.160
Matary	4.000	doação	1993	100
Vila Lindalva	720	compra	1993	52
Santa Luz	226	arrecadação	1993	55
<b>SÃO DOMINGOS (3)</b>	<b>3.564</b>			<b>137</b>
Bom Lugar	500	compra	1990	40
Bancos	1.460	arrecadação	1993	42
Cocais	1.604	arrecadação	1993	55
<b>SUBTOTAL (11/29)</b>	<b>189.515</b>			<b>6.279</b>

**RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO ITERMA**  
(continuação)

MUNICÍPIO/ ASSENTAMENTO	ÁREA (Hectares)	FORMA DE AQUISIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	FAMÍLIAS CADASTRAD AS
<b>SÃO LUÍS (1)</b>	<b>24</b>			<b>17</b>
Andiroba	24	compra	1993	17
<b>SÃO BENED.DO RIO PRETO (1)</b>	<b>180</b>			<b>18</b>
Boião	180	compra	1993	18
<b>SANTA RITA (2)</b>	<b>2.678</b>			<b>187</b>
São Benedito	278	compra	1993	18
Vale Quem Tem	2.400	doação	1993	169
<b>SÃO MATEUS (3)</b>	<b>935</b>			<b>154</b>
Salangô	257	compra	1990	39
Bocaina	494	compra	1993	92
São Benedito	184	compra	1993	23
<b>VITÓRIA DO MEARIM (3)</b>	<b>1.464</b>			<b>79</b>
Bacabalzinho	546	compra	1990	25
Campo Achado	495	compra	1993	26
Primavera	423	doação	1993	27
<b>VIANA (1)</b>	<b>900</b>			<b>64</b>
Vila Nova/Ana Dias	900	compra	1993	64
<b>TUTÓIA (3)</b>	<b>91.670</b>			<b>1.972</b>
Belágua	38.131	arrecadação	1987	1.291
São Benedito	38.220	arrecadação	1994	405
Barro Duro	15.319	arrecadação	1994	276
<b>SUBTOTAL (7/14)</b>	<b>97.851</b>			<b>2.491</b>
<b>TOTAL (28/71)</b>	<b>372.273</b>			<b>11.558</b>

Fonte: ITERMA

## RESUMO GERAL DOS ASSENTAMENTOS

<b>Municípios Envolvidos:</b>		<b>65 municípios</b>
<b>Projetos de Assentamento:</b>		<b>196 Projetos</b>
INCRA:	<b>63,8%</b>	<b>125 Projetos</b>
ITERMA:	<b>36,2%</b>	<b>71 Projetos</b>
<b>Forma de Obtenção:</b>		
arrecadação -	<b>10,7%</b>	<b>21 Imóveis</b>
compra -	<b>31,6%</b>	<b>62 Imóveis</b>
desapropriação -	<b>56,2%</b>	<b>110 Imóveis</b>
doação-	<b>1,5%</b>	<b>3 Imóveis</b>
<b>Área Total:</b>		<b>1.466.162 Hectares</b>
<b>Capacidade:</b>		<b>42.965 Famílias</b>
<b>Famílias Cadastradas:</b>		<b>40.106 Famílias</b>
<b>Deficit:</b>		<b>2.859 Famílias</b>
<b>Tamanho Médio dos Assentamentos</b>		<b>7.480 Hectares</b>
<b>Tamanho Médio dos Lotes</b>		<b>36,5 Hectares</b>

**ANEXO 7. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DA FAZENDA TERRA BELA**



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS  
MUNICIPAL  
Doutor em Direito  
TABELIÃO JUBILADO AUTORIZADO  
BRASILIA - D.F.

TABELIÃO MAURÍCIO GOMES DE LEMOS

CARTÓRIO do 1º OFÍCIO DE NOTAS:

Ass. Sul: Q. 604 - bl. A - loja 18 - Fones 226-2160, 226-2110 e 226-2730  
Ass. Norte: Q. 702 - bl. A - loja 25 - Fones 226-6483

BRASILIA-DF

LIVRO 1528

FOLHA Nº 042

ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA, NA FOR-  
MA ABAIXO:

Saibam quantos esta publica escritura de compra e venda virem ou dela conheci-  
mento tiverem, que aos vinte e seis (26) dias do mês de dezembro, do ano de  
hum mil, novecentos e oitenta e oito (1988), nesta cidade de Brasília, Capi-  
tal da República Federativa do Brasil, em Cartório, perante mim, Tabelião do  
1º Ofício de Notas, compareceram partes entre si iustas e contratadas, a sa-  
ber: de um lado, como OUTORGANTE VENDEDORA: OURO VERDE ACROPECUARIA LTDA, em  
presa sediada à rua Conde de Irajá nº 162, Torre, Recife/PE, inscrita no CGC  
sob o nº 08.656.167/0001-17, neste ato representada por seus sócios, FERNANDO  
ANTONIO BRASILEIRO MIRANDA e MARIA DAISY DE ABREU MIRANDA, ambos brasileiros,  
casados entre si, residentes e domiciliados na Cidade de Recife/PE, portado-  
res das Cédulas de Identidade nºs 467.521-SSP-PE e 514.072-SSP-PE e dos CICs  
nºs 157.242.474-53 e 257.456.464-20, respectivamente, tudo conforme consta -  
das Cláusulas Sétima e Décima, do Contrato Social, devidamente registrado sob  
o nº 2620031636-4 - JUCEPE; sendo neste ato representada, pelo sócio, FERNAN-  
DO ANTONIO BRASILEIRO MIRANDA, conforme procuração lavrada às fls. 136, do li-  
vro nº 622, do 3º Tabelião de Notas, de Recife-PE, cujo traslado aqui fica ar-  
quivado e registrado; e, de outro lado, como OUTORGADA COMPRADORA: a UNIAO FE-  
DERAL, por intermédio do MINISTERIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO -  
(MIRAD), inscrito no CGC sob o nº 01.263.953/0001-05, nos termos do artigo -  
3º e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, -  
neste ato representado pelo Exmo., Sr. Ministro de Estado da Reforma e do De-  
seenvolvimento Agrário, Dr. LEOPOLDO PACHECO BESSONE, brasileiro, casado, advo-  
gado e empresário, portador da CI nº 232 da Câmara dos Deputados e CPF número  
008.876.106-04, residente e domiciliado nesta Capital; os presentes reconheci-  
dos, como os próprios de que trato e dou fé. E, perante mim, pela OUTORGANTE'  
VENDEDORA, acima mencionada, me foi dito: I - que a justo título e absoluta -  
mente livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais, inclusive hipotecas, mes-  
mo legais, ou contratos agrários, ainda que verbais, é senhora e legítima pos-  
suidora de um imóvel rural com a área de 11.553,2685 ha (onze mil, quinhentos  
e cinquenta e três hectares, vinte e seis ares e oitenta e cinco centiares),  
denominada "TERRA BELA", situada no Município de Santa Luzia, Estado do Mara-  
nhão, com os seguintes limites, características e confrontações: partindo do  
marcô 1, de coordenadas geográficas longitude 46º24'33" WGr e latitude 04º22'  
08" S, situado à margem direita da Rodovia Federal BR-222, sentido Santa Lu-  
zia/Açailândia, no limite da faixa de domínio; deste, segue pela referida roç

*Fernando Antônio Brasileiro Miranda*



## TABELIAO MAURICIO OOMES DE LEMOS

CARTÓRIO do 1º OFÍCIO DE NOTAS:

 Am Sul: Q. 504 - bl. A - loja 18 - Fones 225-2150 - 225-2110 e 225-2230  
 Am Norte: Q. 793 - bl. A - loja 35 - Fone: 225-5482

BRASIL,

dovia, margem e sentido, obedecendo toda a faixa de domínio, com uma distância de 12.634,53m, até o Marco 2, de Coordenadas geográficas longitude 46929' 55" WGr e latitude 04918'45" S, situado no encontro da Rodovia BR-222, com o Rio Buriticupú, margem direita; deste segue pela margem direita, à jusante, com uma distância de 15.078,82m, até o Marco 3, de coordenadas geográficas longitude 46928'33" WGr e latitude 04912'00" S, situado na confluência do Rio Buriticupú com o Rio Pindaré; deste, segue pela margem direita do Rio Pindaré, à jusante, com uma distância de 5.858,57m, até o marco 4, de coordenadas geográficas longitude 46926'19" WGr e latitude 04910'01" S; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Lago Azul, atravessando a Estrada de Ferro Ponta da Madeira/Carajás e Estrada Carroçável, com o rumo magnético de 09912'15" SW e distância de 22.660 m, até o marco 1, início da descrição deste perímetro. (Fontes de referência: Carta Planimétrica do Projeto RADAMBRASIL, Folha SB.23-V-B, Escala 1:250.000, Ano 1973, levantamento Cartorial e locações feitas em campo); II - que referido imóvel foi havido pela OUTORGANTE VENDEDORA, conforme escritura pública de compra e venda, cumulada com extinção de condomínio, passada nas Notas do Cartório do 3º Ofício da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão, Livro nº 003, fls. 170v2 a 177, em 22 de setembro de 1983, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício de Santa Luzia-Ma, sob o nº 02 matrícula nº 273, fls. 273, do livro nº 02, em 24.09.83, e escritura de compra e venda, lavrada nas mesmas Notas, no livro nº 04, fls. 169 a 170, em 7 de janeiro de 1985, registrada no livro nº 2-A, sob o nº 02, matrícula nº 474, fls. 188, do mesmo Cartório; III - que a OUTORGANTE VENDEDORA, por escritura pública de Remembramento ou unificação dos imóveis com a área de 9.374,4349 ha e 2.178,8336 ha, unificou ditas áreas em imóvel único, com 11.553,2685 ha, escritura essa lavrada em 02.06.86, no livro R.3/1038, fls. 149/153, no Cartório do 5º Tabelião Arnaldo Maciel de Recife, Estado de Pernambuco, registrada no livro nº 2-C, fls. 247, sob o nº 02; matrícula nº 934, do Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão; IV que as partes, por consenso, chegaram a acordo quanto advalor da indenização a ser paga e recebida no tocante ao preço da área objeto da presente, estando a vontade da OUTORGADA COMPRADORA expressa na Portaria MIRAD/nº 1.654, de 15 de dezembro de 1988, publicada no D.O.U. de 16.12.88; V que, por bem desta escritura e na melhor forma de direito, a OUTORGANTE VENDEDORA efetivamente concorda com a presente venda do imóvel antes descrito, pelo preço certo e convencionalizado com a OUTORGADA COMPRADORA de Cz\$11.688.125,942,00 (onze bilhões, seiscentos e oitenta e oito milhões, cento e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e dois cruzados), sendo Cz\$1.168.812.594,20 (hum bilhão, cento e ses



CARTÓRIO DO 19º OFÍCIO DE NOTAS  
 TABELIÃO MAURÍCIO GOMES DE LEMOS  
 Rua Sul: Q. 504 - bl. A - loja 18 - Fones 226-2150 - 226-2110 - 226-2150  
 Rua Norte: Q. 703 - bl. A - loja 35 - Fones 226-5483  
 BRASILIA-DF

TABELIÃO MAURÍCIO GOMES DE LEMOS

LIVRO

1528

FOLHA

N.º 043

senta e oito milhões, oitocentos e doze mil, quinhentos e noventa e quatro - cruzados e vinte centavos), em moeda corrente, integralmente pagos neste ato, e Cz\$10.519.313.347,80 (dez bilhões, quinhentos e dezoito milhões, trezentos e treze mil, trezentos e quarenta e sete cruzados e oitenta centavos), representados por 439.138 (quatrocentos e trinta e nove mil, cento e trinta e oito) Títulos da Dívida Agrária - TDA, com prazo de 5 (cinco) anos, resgatáveis na proporção de 37% (trinta e sete por cento) no 2º ano, 21% (vinte e um por cento), do 3º ao 5º ano, conforme Certificados da Série "F", nºs 051.246 a nº .. 051.253, sendo que esse preço envolve a terra nua, a cobertura vegetal e todas as benfeitorias existente no imóvel. Assim, satisfeitos e recebido o preço, a OUTORGANTE VENDEDORA dá à OUTORGADA COMPRADORA plena, geral e irrevogável quitação, para dela nada mais reclamar em tempo algum, seja a que título for, em Juízo, ou fora dele. Em consequência, transfere à OUTORGADA COMPRADORA, todo o domínio, direito, posse e ação que tinha sobre o imóvel em referência, obrigando-se por si e por seus sucessores a fazer a presente para sempre boa, firme e valiosa, e a responder pela evicção de direito, na forma da Lei, pon-do a OUTORGADA COMPRADORA sempre a par e a salvo de toda e quaisquer dúvidas ou contestações futuras. Diz também que todos os tributos incidentes sobre o imóvel estão quitados e se compromete a pagar o valor dos tributos decorren-tes da Revisão de Lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural ITR, e, quando for o caso, da Contribuição Sindical Rural do Plano CNA, a ser efetuada, em decorrência da fixação de novo valor da terra nua, e que concor-da também, em pagar as demais taxas, impostos, custas e emolumentos, ineren-tes à lavratura e registro deste instrumento público; diz ainda, que as obriga-ções trabalhistas, resultantes dos vínculos empregatícios porventura manti-dos com ex-trabalhadores no imóvel rural em objeto, continuarão de inteira res-ponsabilidade dela OUTORGANTE VENDEDORA e, mais, que a presente venda é feita "AD MENSURAM", obrigando-se a OUTORGANTE VENDEDORA, se apurada diferença para menos na área em objeto, no local, a entregar de imediato à OUTORGADA COMPRA-DORA área atual à dá diferença encontrada. E, não dispondo à OUTORGANTE VENDE-DORA de mencionada área, esta se compromete a devolver o preço correspondente à diferença encontrada. No caso de haver diferença para mais, a OUTORGANTE VEN-DEDORA renúncia, desde já, a qualquer pagamento do excesso. Também, responsa-biliza-se à OUTORGANTE VENDEDORA, por quaisquer reclamações de terceiros, mor-mente de indenizações por benfeitorias eventualmente existente sobre a área. E de como assim o disseram, do que dou fé, me pediram lhes lavrasse a presente a qual feita e lhes sendo lida a acharam conforme, outorgaram, aceitaram e assi-nam. Foram-me apresentados e aqui ficam arquivados os seguintes documentos: Cer



  
TABELIÃO MAURÍCIO GOMES DE LEMOS

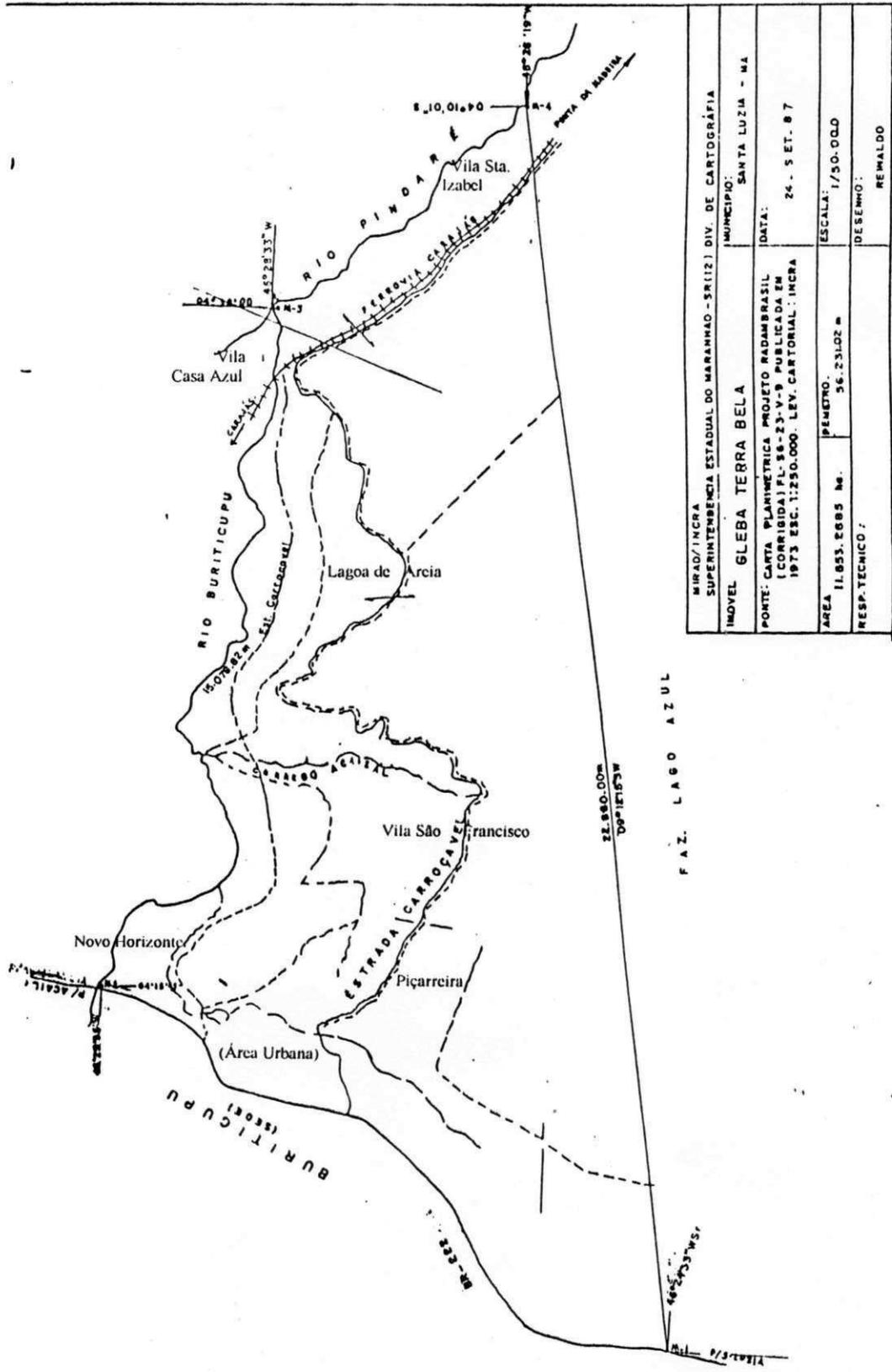
 CARTÓRIO do 1º OFÍCIO DE NOTAS: Am Sul: Q. 504 - bl. A - loja 18 - Fones 226-2180 - 226-2110 e 226-2230  
 Am Norte: Q. 702 - bl. A - loja 35 - Fone 226-6483
 BRASIL

tidões da Justiça Federal, Local e de ônus reais, pessoais e reipersecutórias expedidas pelo competente Ofício Imobiliário nos termos da Lei 7433/85, Guia nº 5231, referente ao recolhimento das custas Cartorárias a CEF, Certidão Negativa de Débito-CND, expedida pelo IAPAS sob o nº 674434, datada de 09.12.88, e válida por seis meses, Certificado de Cadastro expedido pelo MIRAD, com as seguintes características: Código do imóvel 106.070.024.015-7, área total de 11.553,2ha., fração mínima de parcelamento 30,0ha. Deixa de ser recolhido o Imposto de Transmissão "Inter-Vivos", em virtude do que faculta o artigo 184, § 5º da constituição em vigor. A Vendedora declara que inexistem quaisquer ações contra o imóvel ora vendido como preceitua o § 3º artigo 1º item V, do Decreto 93.240/86. Emitida declaração sobre operação imobiliária conforme IN SRF/90/85. Eu (a.) MAURICIO GOMES DE LEMOS, MAURICIO GOMES DE LEMOS, Tabelião a fiz datilografar, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas e ressalvo as rasuras: "Recife/PE, portadores das Cédulas de Identidade nºs - 467.521 SSP-PE e 514.072 SSP-PE", "à OUTORGADA COMPRADORA área atual à da diferença encontrada. E, não dispondo à OUTORGANTE VENDEDORA de mencionada área, esta se compromete a devolver o preço correspondente à diferença encontrada. No caso de haver diferença para mais, a OUTORGANTE VENDEDORA renúncia, desde já, a qualquer pagamento do excesso. Também, responsabiliza-se à OUTORGANTE VENDEDORA, por quaisquer reclamações de terceiros, mormente d indenizações por benfeitorias eventualmente existente sobre a área". Dou fé e subscrevo (a.) MAURICIO GOMES DE LEMOS, FERNANDO ANTONIO BRASILEIRO MIRANDA, FERNANDO ANTONIO BRASILEIRO MIRANDA, LEOPOLDO PACHECO BESSONE. NADA MAIS. Extraída em forma de certidão. Eu  Técnico Judiciário Autorizado, a fiz datilografar, conferi e assino em público e raso.

 EM TESTEº (  ) DA VERDADE


  
 CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS  
 RECIFE - PE  
 MAURICIO GOMES DE LEMOS  
 TÉCNICO JUDICIÁRIO - AUTORIZADO  
 BRASÍLIA - D. F.

**ANEXO 8. MAPA DO ASSENTAMENTO TERRA BELA**



MIRAD/INCRÁ SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO - SR(12) DIV. DE CARTOGRAFIA	
IMÓVEL	GLEBA TERRA BELA
MUNICÍPIO:	SANTA LUZIA - MA
DATA:	24. SET. 87
PONTE: CARTA PLANIMÉTRICA PROJETO RADAMBRASIL (CORRIDA) PL. 56-23-V-9 PUBLICADA EM 1973 ESC. 1:250.000 - LEV. CARTORIAL: INCRÁ	
ÁREA	11.053,8885 M <sup>2</sup>
PERÍMETRO:	56.23102 M
ESCALA:	1/50.000
DESENHO:	REMALDO
RESP. TÉCNICO:	

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275p.
- \_\_\_ .Progresso técnico: a indústria é o caminho? **Proposta**, Rio de Janeiro, n.27, p. 41-50, nov.1985.
- \_\_\_ .Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. IN: LEAL FILHO, Laurindo (Coord). **Reforma agrária da nova república**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1986. p.13-18.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. São Luís: CPT, 1981(a). 87p.
- \_\_\_ .**Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994. 329p.
- \_\_\_ .**Conflitos de terra no Maranhão**. São Luís: CPT, 1981(b). 57p.
- \_\_\_ .**Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luís: CPT, 1982. 88p.
- \_\_\_ .O intransitivo da transição. **Maria Fumaça**, São Luís, n.2, p.03-17, 1990.
- \_\_\_ .Terra, conflito e cidadania. **Reforma agrária**. Campinas, v.22, n.1, p.61-86, jan/abr.1992.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p.
- ANDRADE, Maristela de Paula. A coletivização nos assentamentos de reforma agrária. **Pará Agrário**, Belém, n.8, p.124-133, jul/dez.1992.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da pré-amazônia maranhense. São Luís: Edufma,1987. 164p.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982. 141p.
- BONTEMPO, Márcio. **Relatório órion**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985. 154p.
- BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987. 141p.

- BULL, David, HATHAWAY, David. **Pragas e venenos**: agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo. Petrópolis: Vozes, 1986. 236p.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e colonização do sul do Maranhão. São Luís: Secma, 1992. 265p.
- CALDART, Roseli Salete, SCHWAAB, Bernadete. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. IN: GÖRGEN Sérgio Antonio, STÉDILLE, João Pedro. (Orgs). **Assentamentos**: resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991. p.85-114.
- CANHEDO, Eneida Vieira da Silva Ostria. **Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80**. São Luís, 1993. 125p.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia. IN: GONÇALVES, Francisco (Org.). **Carajás**: desenvolvimento ou destruição? São Luís: CPT. 1995. p.107-133.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. A região da frente pioneira. IN: **Capitalismo e pequena produção na agricultura do Nordeste**. Campinas, 1978. p.111-23. Dissertação de Mestrado (mimeog).
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.
- CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa**: depoimento sobre a luta as lutas de camponeses no estado do Maranhão. Petrópolis: Vozes, 1980. 216p.
- D'INCAO, Maria Conceição. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político. **Lua Nova**, São Paulo, n.23, mar.1991.
- DUTRA, Domingos. Poder judiciário e a violência no campo. **Reforma agrária**, Campinas, v.22, n.1, p.132-139, jan/abr.1992.
- ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.4-15, set/dez.1992.
- FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo sócio-econômico do Maranhão**. Belém, 1994. 401p. Dissertação de Mestrado (mimeog.)

FREITAS, Antonio Carlos Reis de. Os roçados do Maranhão evoluirão para sistemas agroflorestais? **Desenvolvimento e Cidadania**, São Luís, v.17, p.4-7, set/nov.1995.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, 1991(a).

\_\_\_ **Censo agropecuário**, Rio de Janeiro, 1960.

\_\_\_ **Censo agropecuário**, Rio de Janeiro, v.3, 1970.

\_\_\_ **Censo agropecuário**, Rio de Janeiro, n.9, 1985.

\_\_\_ **Censo demográfico**, Rio de Janeiro, v.1, 1970.

\_\_\_ **Censo demográfico**, Rio de Janeiro, 1991(b).

\_\_\_ **Produção agrícola**, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_ **Produção agrícola**, Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_ **Produção da pecuária municipal**, Rio de Janeiro, v.14, 1986.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís, 1988. 172p.

GUANZIROLI, Carlos. Reforma agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação. IN: MEDEIROS, L. (Org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo:Unesp, 1994. p.261-269.

GUERRA, J. Santamaria. Associativismo de produção na agricultura. IN: GÖRGEN, Sérgio Antonio, STÉDILLE, João Pedro. (Orgs). **Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes. 1991. p.115-131.

GUIMARÃES, A. Passos. **A crise agrária**. 2.ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra. 1982.

HELUY, Helena. O papel do estado no processo de organização política pós 65 no Maranhão. **Maria fumaça**, São Luís, n.2, p.27-29, 1990.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes para o programa nacional de reforma agrária**. Brasília, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (MA) **Plano preliminar do assentamento Terra Bela**. São Luís, 1995. (mimeog.)

KAUTSKY, Karl. A evolução da agricultura na sociedade capitalista. IN: **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p.11-279. (Col. Os Economistas)

- LAMARCHE, Hugues et al. **Agricultura familiar**. Campinas:Unicamp, 1993. 336p.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. 100p.
- \_\_\_ **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global. 1991. 127p.
- LIMITAÇÕES e dependência da oferta de alimentos no Maranhão. **Indicadores econômicos**, São Luís, v.9, 1993. 11p.
- LIMA JÚNIOR, Heitor Moreira. **Colonização de fronteira agrícola**. São Luís:Edufma, 1987. 222p.
- LUZ, Valdemar P. da. **Curso de direito agrário**. Porto Alegre: Sagra. 1993. 174p.
- MARANHÃO. Lei nº 6.162, de 10 de novembro de 1994. Cria o município de Buriticupu e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de 10 de novembro de 1994.
- MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.3, p.3-44, jun.1980.
- MARTINS, José de Sousa. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984. 134p.
- \_\_\_ **Os camponeses e a política no Brasil**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 185p.
- MARX, Karl. O salário. IN: **O capital**. 10.ed. São Paulo: Difel, 1985. Livro I, p.616-53.
- \_\_\_ Gênese da renda fundiária capitalista. IN: **O capital**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro III, p.897-931.
- MODESTO, Alcides. Relatório Final-Aditivo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as origens, causas e conseqüências da violência no campo brasileiro. **Tempos Novos**, São Luís, n.2, p.6-19, jun.1992.
- PANINI, Carmela. **Reforma agrária dentro e fora da lei**. São Paulo: Paulinas, 1990. 235p.
- REYDON, Bastiaan Reydon. Algumas considerações sobre o debate Kautsky e Lenin com os populistas sobre a pequena produção. **Revista Economia ensaios**, Uberlândia, v.4, n.2, p.99-110, dez.1988.

- ROMANO, Jorge Osvaldo . Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. IN: MEDEIROS, L. (Org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994. p.249-258.
- ROMEIRO, Adhemar (Org). **Reforma agrária: produção, emprego e renda**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 216p.
- SILVA, José Graziano da. Perspectivas da agricultura alternativa. **Economia ensaios**, Uberlândia, v.3, n.2, p.3-19, dez.1987.
- SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. **Conflitos de terra registrados no Maranhão: 1990/91**. São Luís, 1993.
- \_\_\_. **Relatório de atividades**. São Luís, dez/1990 (mimeog.)
- SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. A implantação da indústria de celulose no Maranhão. IN: GONÇALVES, Francisco (Org). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: CPT. 1995. 136-186.
- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Agregados econômicos regionais**. Recife, 1995.
- TROVÃO, José Ribamar. **Ilha latifundiária na amazônia maranhense**. São Luís: Edefma, 1989. 210p.
- VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991. 219p.
- VELHO, Otávio Guilherme. Fronteira agrícola e campesinato. IN: **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1974. p.193-223.
- VIANA, César Rodrigues. **Desenvolvimento agrícola no Maranhão: pequena e média produção**. São Luís, 1991.
- VOLTA ao campo das colheitas. **Conflitos no Campo Brasil**, Goiânia, p.4-44, maio 1996.